

O PELOTENSE.

O *Pelotense*, periódico commercial, politico e de noticias, publica-se em meias folhas as segundas, quartas, e sextas feiras, na typographia *Imparcial de Candido Augusto de Mello*, rua do Commercio n. 19. Recebe correspondencias pelo preço que se conventionar, e insere artigos scientificos ou de litteratura.

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA.

Por um anno, ou 120 numeros. . . 80000.

Por seis mezes, ou 60 numeros. . . 40000.

Numero avulso 50.

A assignatura e PAGA ADIANTADA, sem o que ninguem leva direito ao recebimento da folha.

ANNUNCIOS.

Os Srs. assignantes pagarão por cada linha 40 rs.

Os não assignantes 80 rs.

Os annuncios repetidos, dos Srs. assignantes 40 rs.

Os annuncios repetidos de não assignante, 40 rs.

ANNO II.

QUARTA FEIRA 30 DE JUNHO DE 1852.

NUMERO 98.

CAPÍTULOS DE HISTÓRIA DE PELOTAS

ARISTEU ELISANDRO MACHADO LOPES
JONAS MOREIRA VARGAS

ORGANIZADORES



casalettras

O PELOTENSE.

O *Pelotense*, periódico commercial, politico e de noticias, publica-se em meias folhas as segundas, quartas, e sextas feiras, na typographia *Imparcial do Candido Augusto de Mello*, rua do Commercio n. 19. Recebe correspondencias pelo preço que se conventionar, e insere gratis artigos scientificos ou de litteratura.

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA.

Por um anno, ou 120 numeros. . . 80000.

Por seis mezes, ou 60 numeros. . . 40000.

Numero avulso 50.

A assignatura e FAGA ADIANTADA, sem o que ninguém tem direito ao recebimento da folha.

ANNUNCIOS.

Os Srs. assignantes pagarão por cada linha 40 rs.

Os não assignantes 80 rs.

Os annuncios repetidos, dos Srs. assignantes 40 rs.

Os annuncios repetidos de não assignante. 40 rs.

ANNO II.

QUARTA FEIRA 30 DE JUNHO DE 1852.

NUMERO 98.

CAPÍTULOS DE HISTÓRIA DE PELOTAS

ARISTEU ELISANDRO MACHADO LOPES
JONAS MOREIRA VARGAS

ORGANIZADORES



casalettras

PORTO ALEGRE

2020



Direitos desta edição reservados aos organizadores, cedidos somente para a presente edição à EDITORA CASALETAS.



LICENCIADA POR UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS

**Atribuição - Não Comercial - Sem Derivadas 4.0
Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)**

Você é livre para:

Compartilhar - copie e redistribua o material em qualquer meio ou formato. O licenciante não pode revogar essas liberdades desde que você siga os termos da licença.

Atribuição - Você deve dar o crédito apropriado, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer maneira razoável, mas não de maneira que sugira que o licenciante endossa você ou seu uso.

Não Comercial - Você não pode usar o material para fins comerciais.

Não-derivadas - Se você remixar, transformar ou desenvolver o material, não poderá distribuir o material modificado.

Sem restrições adicionais - Você não pode aplicar termos legais ou medidas tecnológicas que restrinjam legalmente outras pessoas a fazer o que a licença permitir.

Este é um resumo da licença atribuída. Os termos da licença jurídica integral está disponível em:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>

EXPEDIENTE:

Projeto gráfico, diagramação e capa:

Casaletas

Imagens da capa:

O Pelotense, 30/06/1852. Biblioteca Pública Pelotense. Reprodução: Dalila Müller; Rua Benjamin Constant. *Álbum de Pelotas*, 1922. NDH/UFPEL. Reprodução: Aristeu Lopes;

Imagem da contracapa: Conselheiro Francisco Antunes Maciel. *A Ventarola*, 06/11/1887. Biblioteca Pública Pelotense. Reprodução: Débora de Paula.

Editor:

Marcelo França de Oliveira

Conselho Editorial

Prof. Dr. Amurabi Oliveira - UFSC
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes - UFPEL
Prof. Dr. Elío Flores - UFPEL
Prof. Dr. Fábio Augusto Steyer - UEPG
Prof. Dr. Francisco das Neves Alves - FURG
Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas - UFPEL
Prof.ª Dr.ª Maria Eunice Moreira - PUCRS
Prof. Dr. Moacyr Flores - IHGRGS
Prof. Dr. Luiz Henrique Torres - FURG

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C1752 Capítulos de história de Pelotas / Aristeu Elisandro Machado Lopes e Jonas Moreira Vargas (orgs.). [Recurso eletrônico] Porto Alegre: Casaletas, 2020.

270p.

Bibliografia.

ISBN: 978-65-86625-19-6

1. História do Brasil - 2. História de Pelotas (RS) - 3. História e escrita da História - I. Lopes, Aristeu Elisandro Machado de - II. Vargas, Jonas Moreira - III Título.

CDU:981

CDD:981.65

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
--------------------	---

PARTE I

“NO TEMPO DOS BARÕES” A ELITE POLÍTICA PELOTENSE NO PERÍODO DO AUGE DAS CHARQUEADAS ESCRAVISTAS (1850-1889)	12
JONAS VARGAS	

A CONSTITUIÇÃO DE UMA FORTUNA NA FRONTEIRA: OS ANTUNES MACIEL NA METADE DO SÉCULO XIX	32
DÉBORA CLASEN DE PAULA	

A ELITE PELOTENSE E AS PRÁTICAS CARITATIVAS (1880-1920)	51
JOSUÉ EICHOLZ	

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ELITE IMIGRANTE PORTUGUESA EM PELOTAS/ RS (1900-1957)	67
BIANE PEVERADA JAQUES	

PARTE II

“DISSE QUE ERA MARINHEIRO”: MARUJADA ESCRAVIZADA EM PELOTAS (XIX)	81
VINICIUS PEREIRA DE OLIVEIRA	
CAIUÁ CARDOSO AL-ALAM	

OS PROCESSOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE PELOTAS, NO MEMORIAL TRT4, E AS POSSIBILIDADES DE SE PENSAR SOBRE A HISTÓRIA DAS MULHERES	103
LORENA ALMEIDA GILL	

A II GUERRA MUNDIAL SENTIDA DE PERTO: NOTAS SOBRE ALGUMAS IMPLICAÇÕES PROVADAS PELA CONJUNTURA BÉLICA AOS TRABALHADORES DE PELOTAS	122
TAMIRES XAVIER SOARES	

PARTE III

TRAÇOS DA SOCIABILIDADE NA IMPRENSA: AS SOCIEDADES DE BAILE EM PELOTAS-RS NO SÉCULO XIX (1850-1870)	138
---	-----

DALILA MÜLLER

A CIDADE DE PELOTAS ATRAVÉS DO OLHAR DE RODOLFO XAVIER	157
--	-----

ÂNGELA PEREIRA OLIVEIRA BALLADARES

AS PÁGINAS DA IMPRENSA NEGRA PELOTENSE E OS ESTUDOS HISTÓRICOS SOBRE O PÓS-ABOLIÇÃO (1907-1935).....	173
--	-----

FERNANDA OLIVEIRA

O <i>DIÁRIO POPULAR</i> , PELOTAS/RS, E OS PRIMEIROS MOMENTOS DA REDEMOCRATIZAÇÃO NO ANO DE 1945.....	191
---	-----

EVERTON DA SILVA OTAZU

PARTE IV

A RUA COMO RECEPTÁCULO DA CIDADE MODERNA: UMA ANÁLISE IMAGÉTICA DA PRINCESA DO SUL	212
--	-----

MARIANA COUTO GONÇALVES

OS BANDOLEIROS DE ZECA NETTO INVADEM PELOTAS: REGISTROS POLÍTICO-VISUAIS DA REVOLUÇÃO DE 1923.....	231
--	-----

RODRIGO DAL FORNO

AS FOTOGRAFIAS 3X4 DOS TRABALHADORES DO FRIGORÍFICO ANGLO DE PELOTAS, RIO GRANDE DO SUL, 1942-1943	251
--	-----

ARISTEU ELISANDRO MACHADO LOPES

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES.....	268
------------------------------------	-----

APRESENTAÇÃO

Os leitores e as leitoras têm em mãos uma coletânea de textos que reúne diferentes histórias da cidade de Pelotas. A prática de contar a história ou as histórias de um determinado lugar talvez seja mais antiga que o próprio surgimento de nossa disciplina. Cada geração conta e reconta suas histórias com um olho no presente e o outro no passado e cada comunidade reinventa seus percursos coletivos e suas memórias exercitando ao mesmo tempo a compreensão de sua própria identidade. Portanto, não impressiona que os olhares sobre um determinado espaço geográfico circunscrito, podendo ser uma região, um município, uma vila ou uma aldeia, também mudem com o tempo e que tanto os narradores quanto os protagonistas das histórias de uma época sejam substituídos por outros, numa constante troca de atores e figurinos.

A história local sempre foi um dos alvos privilegiados dos memorialistas e genealogistas e, mesmo com o advento da história acadêmica, jamais deixou de interessar os pesquisadores. A história local inglesa, as monografias regionais francesas dos *Annales* e a micro-história italiana, entre outras tantas abordagens e métodos, colocaram o recorte local como laboratório de análise de diversos fenômenos sociais mais amplos, promovendo debates e reflexões caras aos historiadores. Nem mesmo a virada transnacional e a retomada das análises sistêmicas e macro-analíticas em voga nas últimas décadas, como a História Atlântica e a História Global, suplantaram o espaço de análise do local, mas sim, proporcionaram novas perspectivas sobre o mesmo, evidenciando toda a complexidade dos processos históricos analisados de forma mais integrada e conectada com as transformações mundiais.

Neste sentido, os textos presentes nessa coletânea também podem ser lidos como capítulos de fenômenos sociais mais globais que marcaram

os séculos XIX e XX e que também reverberaram seus impactos em Pelotas. Tratam-se de temas relacionados à imigração europeia e a escravidão africana nas Américas, a ascensão e a decadência das elites e de suas práticas sociais, a expansão do capitalismo e do trabalho assalariado, a inserção das mulheres no espaço público e sua luta por acesso aos direitos civis e sociais, a modernização da vida urbana e suas manifestações artísticas, o crescimento da alfabetização e o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, a expansão da fotografia, entre outros tantos.

Como as elites ocupam diferentes espaços sociais e podem manifestar seu poder e prestígio de diversas formas, os capítulos que tratam desse grupo social apresentam temáticas e olhares bastante distintos. Jonas Vargas analisou como as elites são capazes de concentrar o poder político dentro de uma cidade. A partir do critério posicional, ou seja, a ocupação de altos cargos, o autor verificou que um grupo de famílias controlava a representação política pelotense em importantes espaços de poder, como Porto Alegre e a Corte imperial. Tal grupo de elite também pertencia às famílias charqueadoras mais ricas da cidade, capazes de investir na educação superior dos filhos e exercer seu domínio por meio de um qualificado manejo de suas redes relacionais e influência local. Uma dessas famílias era os Antunes Maciel, estudados por Débora Clasen em outro dos capítulos. Utilizando-se de um amplo leque de fontes documentais, a autora investigou a trajetória desse poderoso clã que concentrou grande riqueza na fronteira com o Uruguai, na segunda metade do oitocentos. O texto revela a importância dos casamentos nas estratégias de ampliação da riqueza e do prestígio social, a diversificação de investimentos no ramo pecuário-charqueador e o acesso aos títulos de nobreza – algo muito valorizado pelas elites no período monárquico.

Estudando as práticas de caridade, Josué Eicholz dedicou o seu capítulo a entender como as elites pelotenses atuavam junto a outra dessas associações. Consultando notícias de jornais e documentos do Asilo de Mendigos, o autor percebeu que as elites não perseguiram somente a riqueza e o poder político, uma vez que o prestígio social alcançado pelos benfeitores também era importante para a manutenção da sua posição de elite. Assim sendo, tanto a imprensa local como os retratos dos salões das mencionadas instituições serviam como “vitrine” para essa distinção, permeada pelo catolicismo característica daquela sociedade.

Biane Jaques investigou a presença dos imigrantes portugueses em Pelotas – grupo constantemente presente nas ondas migratórias que marcaram a história do Brasil. Analisando notícias na imprensa e depoimentos orais, a autora percebeu o prestígio e a notabilidade social alcançados por alguns dos mais influentes portugueses residentes na cidade e bastante atuantes na Sociedade Portuguesa de Beneficência e no Clube Centro Português 1º de Dezembro. Neste sentido, inserindo-se em redes de relações formadas por outros imigrantes lusitanos, eles defendiam seus interesses firmando-se como importante grupo de prestígio nas áreas mais urbanas de Pelotas.

Um outro conjunto de textos estabelece reflexões sobre o mundo dos trabalhadores em Pelotas a partir de distintas abordagens. Vinícius Oliveira e Caiuá Al-Alam estudaram os marinheiros escravizados, grupo que formava a maior parte da mão de obra nas embarcações. Partindo de dois motins marujos que agitaram as águas do litoral em 1847, os autores examinaram um amplo leque de fontes documentais, narrando seus conflitos e experiências no trabalho marítimo em Pelotas-Rio Grande. Assim sendo, traçam um perfil da marujada escravizada e desenham um cenário de significativa resistência numa das atividades econômicas mais importantes da época, que era o comércio fluvial e marítimo que conectava as charqueadas ao porto de Rio Grande.

A partir de uma perspectiva da história das mulheres, Lorena Gill analisou alguns processos trabalhistas do acervo do Memorial da Justiça do Trabalho TRT4 e que tratavam de casos ocorridos em Pelotas, entre 1937 e 1958. Traçando um perfil quantitativo dos motivos que ocasionaram os processos, dos advogados das empresas autuadas, a autora localizou um total de 116 documentos envolvendo trabalhadoras mulheres. Nesse contexto, Gill analisou as muitas dificuldades que as mulheres tinham no cotidiano do seu trabalho, tanto nas suas vidas pessoais, quanto nos espaços laborais. Os autos judiciais tratam de questões salariais, demissões injustas, padrões de comportamento, entre outros. Tamires Xavier, por sua vez, investigou processos judiciais envolvendo trabalhadores pelotenses no contexto da Segunda Guerra Mundial. Como é sabido, a guerra ocasionou escassez de matérias-primas e afetou boa partedo sistema produtivo do país. Para fugir do prejuízo, muitos empresários demitiram ou suspenderam seus funcionários, ignorando seus direitos. Segundo a autora, mesmo nessa conjuntura bélica, e com o governo

estadonovista também colaborando para a flexibilização dos direitos dos empregados, os trabalhadores não deixaram de acessar a recém criada Justiça do Trabalho para denunciar os abusos patronais.

Os textos que compõem a parte seguinte se dedicam a analisar um conjunto variado de jornais que circularam – e, no caso do *Diário Popular*, ainda circula – em Pelotas. Dalila Müller analisa a trajetória das primeiras sociedades recreativas abertas na cidade de Pelotas nas décadas de 1850 e 1860 a partir do conteúdo veiculado nos jornais, em especial, *O Pelotense*, primeiro impresso da cidade. Para a autora, é a partir das páginas dos jornais que é possível analisar a sociabilidade, uma vez que a imprensa conservou tais informações até os dias atuais, permitindo, assim, entender a participação das sociedades recreativas no contexto pelotense do pós Revolução Farroupilha.

O jornal *A Alvorada* é o cerne para o desenvolvimento dos dois capítulos seguintes. Ângela Balladares analisa a potencialidade dos escritos de Rodolfo Xavier, um dos fundadores do jornal. A proposta do texto é uma análise sobre o olhar lançado por Rodolfo em relação ao espaço urbano pelotense, sobretudo, aos lugares de sua circularidade e/ou por ele frequentados. Fernanda Oliveira, por sua vez, analisa o jornal com uma outra perspectiva. Para ela, o jornal é considerado um condutor que possibilita tecer considerações sobre a potência dessa fonte e a enunciação de uma história pública, talvez até mesmo oficial, sobre a população negra sulina.

A parte sobre imprensa é encerrada com o capítulo de Éverton Otazu. O autor desenvolve uma reflexão sobre o papel político-institucional do jornal *Diário Popular*, entre os meses de janeiro e março de 1945. O texto analisa entrevistas realizadas com nomes expoentes da sociedade pelotense, os quais expõem suas opiniões sobre as futuras eleições no país, dedicando um espaço privilegiado em suas publicações para esta temática.

A parte final da coletânea reúne capítulos sobre fotografia, apresentando três textos que interpretam como as fotografias são relevantes para compreender aspectos da história de Pelotas. Mariana Gonçalves identifica em seu capítulo como elementos modernos presentes na Pelotas do começo do século XX encantaram o viajante Abadie Faria Rosa que regressava para a urbe e a encontrava reformulada. A partir da análise fotográfica, a autora analisa os caminhos feitos por ele nas ruas de

Pelotas, apresentando a localidade ao leitor de seus escritos. Rodrigo Dal Forno realiza uma análise de parte das fotografias publicadas no “Álbum dos Bandoleiros – Revolução Sul Rio-Grandense 1923”. Nas páginas da publicação a cidade de Pelotas e os “bandoleiros pelotenses” obtiveram um espaço privilegiado, como o registro da ocupação da cidade e diversas fotografias homenageando lideranças políticas. Conforme o autor, esse tributo nas páginas do álbum justifica-se tanto pela importância da localidade no conflito e no cenário estadual, quanto pela participação do grupo de políticos pelotense na causa das oposições no Rio Grande do Sul.

Aristeu Lopes analisa uma seleção de fotografias 3x4 – afixadas nas fichas de qualificação profissional, documento de solicitação da carteira profissional – feitas por trabalhadores que estavam vinculados às obras de readequação do prédio do Frigorífico Anglo de Pelotas, nos anos 1930/1940. Os modos de se fotografar nesse formato e as peculiaridades do trabalho fotográfico que registrava imagens para confecção de documentos de trabalhadores constituem os objetivos do texto.

A presente publicação contribui na divulgação de pesquisas realizadas por professores do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPel assim como por egressos da Graduação e do PPGH. Hoje, alguns desses ex-discentes lecionam em diferentes universidades ou realizam curso de Doutorado em diversas instituições. Desta forma, a coletânea também busca marcar uma trajetória de contribuições historiográficas, divulgando a importância da UFPel como polo de produção de conhecimento histórico na região junto à comunidade local. Além disso, estreita os contatos do PPGH com as instituições dos diversos autores que compõem a coletânea, promovendo um espaço de diálogos e reflexões, além da divulgação científica.

Boa leitura!

Pelotas, dezembro de 2020.

OS ORGANIZADORES

O PELOTENSE.

O *Pelotense*, periodico commercial, politico e de noticias, publica-se em meias folhas as segundas, quartas, sextas feiras, na typographia *Imparcial* de Candido Augusto de Mello, rua do Commercio n. 19. Recebe correspondencias pelo preço que se conventionar, e insere gratis artigos scientificos ou de litteratura.

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA.

Por um anno, ou 120 numeros. . . 8\$000.

Por seis mezes, ou 60 numeros. . . 4\$000.

Numero avulso 80.

A assignatura é PAGA ADIANTADA, sem o que ninguém terá direito ao recebimento da folha.

ANNUNCIOS.

Os Srs. assignantes pagarão por cada linha 40 rs

Os não assignantes 80 rs

Os annuncios repetidos, dos Srs. assignantes 40 rs

Os annuncios repetidos de não assignante. 80 rs

ANNO II.

QUARTA FEIRA 30 DE JUNHO DE 1852.

NUMERO 98.

PARTE I



ELITES



“NO TEMPO DOS BARÕES” A ELITE POLÍTICA PELOTENSE NO PERÍODO DO AUGE DAS CHARQUEADAS ESCRAVISTAS (1850-1889)

JONAS VARGAS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nos últimos anos tem crescido o interesse nos estudos sobre a história das elites políticas e administrativas do Rio Grande do Sul. Desde o século XIX até as épocas mais recentes, e reunindo análises do funcionamento da burocracia, dos partidos políticos, de associações, de trajetórias de indivíduos e grupos mais amplos, destaco aqui o caráter cada vez mais social das contribuições historiográficas recentes. Além disso, o recrutamento das elites, das diferentes burocracias e a participação eleitoral também receberam uma maior atenção, em perspectivas que incluem cada vez mais outros espaços de poder que também estavam conectados ao mundo da política. Nessa *virada social do político*, alguns métodos e abordagens ganharam certo fôlego, como, por exemplo, a prosopografia, a micro-história italiana, a análise de redes sociais e de trajetórias individuais ou familiares. Assim sendo, tratam-se de olhares que focam mais na ação dos agentes e sua interação política com outros grupos sociais do que nos discursos parlamentares e as ideias políticas veiculadas na imprensa.¹ Todos esses estudos colaboraram com

1 Para uma revisão historiográfica a respeito desse fenômeno nos estudos sobre a história política do Rio Grande do Sul no Segundo Reinado, ver VARGAS, Jonas. A política rio-grandense no

uma renovação historiográfica significativa e o presente capítulo busca contribuir nesse mesmo sentido.

Justificativas para uma maior atenção na história desses grupos sociais não nos faltam. As elites políticas, leia-se aqui as minorias politicamente organizadas que governam a maioria a partir da ocupação das posições de poder instituídas, geralmente tomam decisões que afetam mais fortemente a maior parte da população, influenciando fortemente diversos aspectos das sociedades modernas. Portanto, estudá-las, em uma perspectiva histórica crítica, nos possibilita observar um legado de iniciativas e escolhas políticas e econômicas e a defesa de certos valores e privilégios que ajudaram a conformar o modelo de sociedade atual e dificultaram a realização de projetos sociais mais inclusivos.

Neste sentido, o presente texto busca demonstrar que, em Pelotas, o exercício do poder político estava nas mãos de poucas famílias, intimamente vinculadas por laços parentais, que concentravam o acesso da cidade aos canais de negociação política provinciais e imperiais. Pelotas foi a maior produtora de carne-seca do Império do Brasil. O seu sucesso nesse ramo de negócios foi favorecido pela privilegiada localização, a poucos quilômetros do porto marítimo de Rio Grande, e pela sua proximidade com as vastas pastagens da fronteira com o Uruguai – aonde o gado bovino engordava nas entressafras, chegando a baixos custos nas charqueadas. Ao longo do século XIX, o número de charqueadas que funcionaram em Pelotas, não ao mesmo tempo, foi de 43 estabelecimentos. Se em 1822, havia 22 charqueadas no município, em 1850, este número atingia a casa dos 30, em 1873, chegava a 35 e em 1880, 38. As 11 charqueadas de 1890 indicam que o declínio do setor coincidiu com a crise e o fim da escravidão. O apogeu econômico das charqueadas escravistas, quando se abatia mais de 400 mil bovinos

Segundo Império: um balanço historiográfico. In: DOMINGOS, Charles Sidarta; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas. *Capítulos de História Política*. São Leopoldo: Oikos, 2018. Os bancos de dissertações e teses dos programas de pós-graduação em História do Rio Grande do Sul disponibilizam vários desses estudos. Ver, por exemplo, MARTINY, Carina. “O chefe político dos mais avançados republicanos”: Júlio de Castilhos e o processo de construção da República (1882-1903). Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018; GASPAROTTO, Alessandra. *Companheiros Ruralistas! Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1958-1985)*. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016; VIANNA, Marcelo. *Os homens do parquet: trajetórias e processo de institucionalização do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (1930-1964)*. Dissertação de Mestrado em História, PUCRS, 2011.

por safra, pode ser datado na década de 1860 e início dos anos 1870. Nessa época, Pelotas tinha pouco mais que 25 mil habitantes, sendo que cerca de 30% eram escravos. A área rural no qual as charqueadas estavam estabelecidas formava a maior concentração de cativos do sul do Brasil. A cidade havia sido erigida na exploração cotidiana da mão de obra escrava e sua elite acumulara a maior parte de sua riqueza a partir das atividades econômicas ligadas ao setor pecuarista-charqueador e ao capital mercantil.²

A sociedade charqueadora pelotense viveu o seu auge entre as décadas de 1860 e 1880. Os charqueadores e seus parentes estavam presentes em todas as esferas de poder local e por meio de uma densa engenharia matrimonial muitos também se ligavam a famílias de comerciantes, militares, juízes, médicos e advogados, isso quando não eram os seus próprios filhos que exerciam tais ocupações. A Guarda Nacional, a burocracia local e a polícia também estavam sob a sua influência direta e todos esses cargos podiam ser usados politicamente para favorecer os seus interesses políticos. No entanto, apesar de nessa época existirem mais de 35 charqueadas em pleno funcionamento, um grupo de famílias proprietárias destacou-se mais, pois concentrava as maiores fortunas, os altos cargos políticos e os títulos de nobreza. Eram os Assumpção, os Simões Lopes, os Antunes Maciel, os Silva Tavares, os Rodrigues Barcellos, os Moreira e os Gonçalves Chaves, além de outras.³

Apesar de todas essas esferas de atuação serem bastante importantes, o foco do capítulo é analisar os ocupantes de cargos políticos hierarquicamente superiores e é nisso que irei me deter a partir de agora. Quais cargos eram mais almejados por essa elite? Num sistema político centralista, no qual a Corte do Rio de Janeiro concentrava importante poder decisório, os cargos de Ministro de Estado, Deputado Geral e Senador eram os mais importantes e somente aqueles indivíduos com enorme prestígio político dentro do seu partido conseguiam ocupa-los. Hierarquicamente abaixo, e com influência mais regional, estavam os Presidentes de Província e os Deputados Provinciais. Entre 1850 e 1889, 32 indivíduos que tinham carreira política em Pelotas ocuparam um ou

2 Para maiores detalhes, ver VARGAS, Jonas. *Os Barões do charque e suas fortunas*: Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016.

3 VARGAS, Jonas. Op. cit., 2016.

mais desses cargos. Portanto, utilizo aqui o critério posicional (ocupação de cargos) para definir a elite política da cidade, muito embora, como veremos, os aspectos ligados à riqueza e ao prestígio social também estejam relacionados ao grupo.⁴ Esses indivíduos conectavam Pelotas com os espaços de poder político externos ao município e entender os mecanismos de recrutamento desse grupo pode auxiliar na compreensão de quais recursos eram importantes para a conquista de tais cargos.

PRESIDENTES DE PROVÍNCIA, PARLAMENTARES E MINISTROS: O TOPO DA ELITE POLÍTICA

Na maioria das vezes, ocupar um cargo do alto escalão político e administrativo fora de Pelotas significava que o portador possuía certo prestígio junto às grandes lideranças do seu partido em nível provincial. Os cargos de presidente de província e deputado provincial, por exemplo, eram exercidos em Porto Alegre, respectivamente, no palácio presidencial e na Assembleia Legislativa. O presidente não era eleito, mas nomeado pelo governo imperial. Geralmente, eles vinham de fora da Província para governá-la, ocupando mandatos que dificilmente duravam mais que um ano. No intervalo entre a saída de um governante e a chegada de outro, os vice-presidentes assumiam interinamente o posto, podendo ficar muito tempo no cargo. Estes sim eram quase todos rio-grandenses, pois precisavam estar à disposição para comandar a província nesses intervalos de vacância dos titulares. Tal prática não era exclusiva do Rio Grande do Sul. Tradição no interior do império português, ela tinha como objetivo evitar o enraizamento dos governantes, promover uma maior circulação e treinamento dos mesmos, colocando no cargo administradores experientes e conhecedores dos problemas de todos os territórios.⁵ Os deputados provinciais, por sua vez, correspondiam ao

4 Um estudo sobre a elite política da cidade não poderia dispensar a análise dos vereadores do município. Contudo, estou preocupado com o alto escalão desse grupo e um estudo dos vereadores merece ser realizado em outro momento. Para considerações iniciais ver VARGAS, Jonas; PERES, Jéssica Rodrigues. “Herdeiros do charque?": uma comparação entre as lideranças políticas republicanas e monarquistas em Pelotas (1870-1889). In: DOMINGOS, Charles Sidarta. Et. ali. (Org.). *Capítulos de História Política: Problemas e Estudos*, V. II. Passo Fundo: Acervus, 2020, p. 229-256.

5 Para uma visão mais aprofundada de todo o sistema político e administrativo, assim como as suas transformações ao longo do tempo, ver Carvalho, José Murilo de. *A construção da ordem: a*

que hoje são os deputados estaduais. Eles eram eleitos a cada dois anos para ocupar uma das 28 cadeiras do parlamento regional e representarem suas localidades de origem na capital.

Já os cargos de deputado geral, senador e ministro de Estado, em termos de hierarquia política, estavam bem acima. Eles eram exercidos na Corte imperial do Rio de Janeiro. Os deputados gerais correspondiam ao que hoje são os deputados federais e eram eleitos a cada 4 anos para ocuparem uma das 6 cadeiras a qual o Rio Grande do Sul tinha direito. Os senadores, por sua vez, eram eleitos para ocuparem seus cargos de forma vitalícia – uma das marcas do sistema político imperial que fazia com que poucos indivíduos concentrassem tais cadeiras, reunindo políticos bastante experientes. O Executivo era formado pelo gabinete ministerial, no qual o Imperador nomeava o primeiro ministro e este escolhia os demais membros do seu partido a assumirem uma das pastas do governo.⁶

Portanto, esses eram os espaços de atuação política abertos aos pelotenses com maior prestígio partidário e aptos a ocuparem os principais cargos. Para favorecer a análise da evolução desse recrutamento, optei em dividir o período de 1850 a 1889 em dois momentos, o que pode ser visto na Tabela 1.⁷ No total, 32 indivíduos ocuparam os 5 cargos em análise, sendo que 16 deles conquistaram dois ou mais cargos, revelando certa concentração.⁸ Com relação à importância dos cargos, 29 deles o fizeram nos cargos da elite política provincial (todos esses 29 foram

elite política imperial: Teatro de sombras: a política imperial. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

6 CARVALHO, José Murilo. Op. cit.

7 Em 1868, com a queda do Gabinete Zacarias, o Partido Progressista, então no poder, se dissolveu, e os partidos Liberal e Conservador se reorganizaram, com este último subindo ao poder. Em 1870, os republicanos lançaram seu manifesto dando origem a um movimento político mais organizado. Portanto, 1868 trata-se de um marco divisório para uma nova conjuntura política que inaugurou um processo de crise do sistema político monárquico e que também contribui para justificar a divisão temporal proposta.

8 A relação dos ocupantes desses cargos está disponível em AITA, Carmen; AXT, Gunter. *Parlamentares gaúchos nas Cortes de Lisboa aos nossos dias (1821-1996)*. Porto Alegre: Assembleias Legislativas do Estado do Rio Grande do Sul, 1996; GALVÃO, Manuel Araújo. *Relação dos Cidadãos que tomaram parte do governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894. As informações biográficas são provenientes de diversas fontes bibliográficas e genealógicas. Muitas delas podem ser vistas nos apêndices de VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul*. Santa Maria: Ed. da UFSM/Anpuh-RS, 2010. Outra importante

deputados provinciais e 8 deles foram presidentes de província) e 13 nos cargos da elite política nacional (sendo que 11 foram deputados gerais, 4 foram ministros e 1 foi senador). Portanto, o grupo mais acessível foi o dos deputados provinciais, que reuniu 29 indivíduos. Em contrapartida, somente o General Manoel Luís Osório conquistou uma cadeira no Senado. Osório não era nascido em Pelotas, mas quando elegeu-se senador, em 1877, já residia na cidade, onde seus filhos casaram com filhas da elite charqueadora local.⁹

TABELA 1 – MEMBROS DA ELITE POLÍTICA PELOTENSE NOS PRINCIPAIS CARGOS POLÍTICOS (1850-1889)

Cargos		Período A (1850-1868)	Período B (1869-1889)	Total indivíduos
Provinciais (Rio G. do Sul)	Presidentes de Província	01	07	08
	Deputados Provinciais	15	22	29
Nacionais (Corte – RJ)	Ministros de Estado	01	03	04
	Senadores	0	01	01
	Deputados Gerais	06	06	11
Subtotal período		15	25	-
Total indivíduos				32

Fonte: Ver nota 8.

Podemos analisar esses indicadores respeitando dois recortes: *a)* as alterações ocorridas do período A para o período B e *b)* os distintos fatores de recrutamento do grupo que ocupou cargos provinciais em comparação com os que ocuparam cargos nacionais. Como foi dito, 32 indivíduos ocuparam os 5 cargos em análise. Somente 8 dos 15 que estiveram presentes no período A continuaram com cargos no período B.

fonte de informações foi OSÓRIO, Fernando. *A cidade de Pelotas*. Pelotas: Armazém Literário, 1997 [1ª ed. 1922].

9 Na realidade, quase todos eram nascidos em Pelotas. O general Manoel Luís Osório não era pelotense, mas havia transferido residência para a cidade muitos anos antes de ser eleito senador. Fernando Osório e Joaquim da Silva Tavares eram de Bagé, mas fizeram sua carreira profissional e política estando em Pelotas.

Contudo, é visível que o período B foi mais favorável para o recrutamento de pelotenses, pois 25 indivíduos conseguiram alcançar tais cargos nesse contexto, enquanto que no período anterior apenas 15 o realizaram. Tal fator pode revelar o quanto a ascensão econômica de algumas famílias no período de auge das charqueadas pelotenses foi convertida em votos e aumento do prestígio social e político entre seus correligionários rio-grandenses.

Em 1866, quando o Conde D'Eu, genro do Imperador, esteve na cidade, ele deixou registrado que ela deveria ser a capital da Província ao invés de Porto Alegre. Para ele, Pelotas reunia aspectos de uma verdadeira cidade aristocrática, constituindo-se num importante espaço de atuação para as elites do sul do país. Dizia ele:

Pelotas aparece aos olhos encantados do viajante como uma bela e próspera cidade. As suas ruas largas e bem alinhadas, as carruagens que as percorrem (fenômeno único na província), sobretudo os seus edifícios, quase todos de mais de um andar, com as suas elegantes fachadas, dão ideia de uma população opulenta. De fato, é Pelotas a cidade predileta do que chamarei a aristocracia rio-grandense, se é que se pode empregar a palavra aristocracia falando-se de um país do novo continente.¹⁰

Pode-se supor que, nessa época, Pelotas cresceu mais ainda em importância política regional. Talvez o dado mais impactante nesse sentido é o dos presidentes de província, que saltam de 1 para 7 no segundo período, revelando que os pelotenses estavam no topo da hierarquia política regional quando o assunto era governar a província. Revelador é o fato de que dois deles, João Simões Lopes e Joaquim da Silva Tavares, estavam entre os mais ricos charqueadores de Pelotas, não possuíam diploma de curso superior e nem experiência política. Os demais presidentes eram todos de famílias de charqueadores ricos.

No que diz respeito às possibilidades de ascensão na carreira política, somente 16 dos 32 indivíduos conseguiu ultrapassar a barreira provincial e ocupar um cargo na Corte imperial.¹¹ O período B foi

10 CONDE D'EU (Luis Felipe Maria Gastão de Orléans). *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*. São Paulo: USP, 1981, p. 130-131.

11 É preciso fazer uma ressalva, pois João Jacintho de Mendonça, apesar de eleito Senador, não assumiu a cadeira pois veio a falecer meses antes. Incluímos ele nessa análise pois ela se preocupa com o recrutamento político dessas elites e não o seu desempenho na função dos cargos.

levemente favorável nesse sentido. Mas o mais importante é pensarmos quais fatores contribuía com essa distinção. A primeira questão a ser comentada diz respeito à formação superior. No Brasil oitocentista, possuir um diploma de curso superior era fundamental para os candidatos que pretendessem alçar voos maiores no campo da política.¹² Ter estudado em alguma faculdade do Império constituía-se numa informal imposição ao ato de ocupar a tribuna parlamentar, elaborar leis e lidar com políticos de outras regiões, que se amparava no domínio de códigos comportamentais restritos a poucos iniciados, além da inserção em redes políticas que eram costuradas desde os tempos de faculdade. As academias imperiais funcionavam como espaço de socialização dos filhos das elites das províncias. Os poucos cursos superiores da época fortaleciam ainda mais esse sentimento de pertencimento entre os diplomados, pois muitos eram ex-colegas e tinham compartilhado experiências comuns na juventude e na sua prática profissional.¹³

Dos 32 indivíduos aqui analisados, 8 (25%) não possuíam curso de formação superior. Não causa surpresa que 7 deles não conseguiu romper a barreira provincial e ocupar cargos na Corte imperial. O único que conseguiu foi o General Osório e tal façanha deu-se mais pela sua atuação na Guerra do Paraguai (1864-1870) do que pelas suas qualidades parlamentares. Além disso, esses que não tinham diploma também não conseguiram manter-se por muito tempo no campo da política parlamentar. Todos eles eram charqueadores ou pecuaristas. Ao lado dos comerciantes, a sua presença no parlamento regional já era visível desde 1835, quando a Assembleia se reuniu pela primeira vez em Porto Alegre. Contudo, eles nunca conseguiram competir com os bacharéis pelos cargos de representação nacional e as suas capacidades eleitorais foram diminuindo ao longo do tempo. Uma saída para essas elites proprietárias foi investir na educação superior dos filhos ou casar suas filhas com bacharéis, prática comum na segunda metade do século.¹⁴

12 Carvalho, José Murilo de. Op. cit.; ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. No Rio Grande do Sul, 58% dos deputados provinciais eleitos entre 1868 e 1889 tinham curso superior. No entanto, quando se examina os deputados gerais, esse índice aumenta para 93% (VARGAS, Jonas. Op. cit., 2010).

13 Para o caso do Rio Grande do Sul, ver VARGAS, Jonas. Op. cit., 2010.

14 VARGAS, Jonas. Op. cit., 2010. Sobre família e política no Império, recomendo GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

Entre os 24 que possuíam diplomas de curso superior, 4 eram formados em Medicina e o restante era bacharel em Direito – grupo que formava a grande maioria. Alguns desses bacharéis, no início da carreira, foram juízes municipais, juízes de direito ou promotores públicos, mas a carreira profissional mais comum foi a abertura de uma banca de advocacia na cidade. Esses dados não apresentam nenhuma novidade nos estudos sobre as elites da época, pois os advogados dominavam a alta política brasileira no final da monarquia.¹⁵ Além disso, era comum esses políticos terem mais de uma ocupação econômica/profissão, podendo atuar no jornalismo, na advocacia e também ser um grande proprietário de terras. Nesse sentido, é sempre melhor tomar esses líderes como agentes inseridos em grupos familiares e redes de relações mais amplas, sem os individualizar. Era difícil que o jovem bacharel se desprendesse das propriedades da família, mesmo quando advogado estabelecido com banca na cidade. É necessário fazer essa ressalva, pois os dados a respeito das ocupações dão a entender que somente os 7 indivíduos sem formação superior estavam diretamente vinculados às atividades charqueadoras e pecuaristas nesse grupo. No entanto, dos 32 membros, pelo menos 25 eram charqueadores ou filhos/genros/irmãos ou familiares próximos de charqueadores, podendo nutrir-se do grosso patrimônio familiar ao longo de sua trajetória. Tratava-se, portanto, de um grupo de políticos bem enraizados entre os mais ricos escravistas e latifundiários da cidade.

CONECTANDO OS DOIS “MUNDOS”: ENTRE O LOCAL E O NACIONAL

Como foi dito, na segunda metade do século XIX, as mencionadas famílias charqueadoras concentravam poder político, prestígio social e riqueza. Juntamente com outros líderes locais, elas influíam fortemente nos partidos Conservador e Liberal em Pelotas.¹⁶ O auge da elite charqueadora em termos de poder político nacional ocorreu quando Francisco Antunes Maciel, ele próprio advogado e charqueador, tornou-se ministro do Império do Gabinete Liberal de 1883. Tratava-se de

15 CARVALHO, José Murilo. Op. cit.

16 Para uma análise mais aprofundada dos aspectos resumidos nesse subcapítulo ver VARGAS, Jonas. Op. cit., 2016.

uma pasta extremamente poderosa e que fornecia ao seu portador, por exemplo, o direito de intervir na nomeação dos Executivos provinciais. Na época, Maciel não apenas nomeou o seu parente Barão de Sobral para a presidência do Rio Grande do Sul, como influenciou para que sua família recebesse mais 3 títulos de nobreza. Logo que ocupou a pasta, o seu primo Francisco Antunes Gomes da Costa recebeu o título de Barão do Arroio Grande (1884), o seu irmão Leopoldo Antunes Maciel tornou-se o 2º Barão de São Luís (1884) e outro parente, Aníbal Antunes Maciel, foi titulado Barão de Três Serros (1884). As relações familiares eram um facilitador para o ingresso e o sucesso no mundo da política oitocentista. Tal fator beneficiava alguns jovens no próprio ponto de partida das carreiras, uma vez que manter um filho num curso superior custava muito caro e o investimento dos pais nesse processo era fundamental.¹⁷

Como em qualquer município, Pelotas estava politicamente dividida entre conservadores e liberais (muito embora os partidos fossem recheados de facções e nos anos 1850 e 1860 estas subdivisões tomaram um caráter bastante complexo com a entrada da Liga, da Contra-Liga e, posteriormente, dos progressistas no cenário político regional).¹⁸ A partir de 1882, os republicanos fundaram o seu clube e uniram-se ao grupo de correntes políticas que brigavam voto a voto nas eleições locais. Muitas vezes os conflitos tomavam um caráter de extrema violência. Homens que frequentavam o Teatro Sete de Abril, pagavam os professores europeus mais caros para educar seus filhos e filhas, viviam em bailes e saraus ao som de Mozart, Chopin e Schumann, não tinham o maior constrangimento em ordenar, por meio de seus capangas, as perseguições mais agressivas aos seus inimigos políticos.¹⁹

Uma sequência de telegramas dos chefes políticos de Pelotas com o Presidente da Província, em 1878, revela toda a violência empregada nas épocas de eleições. Primeiramente, o médico e deputado João Campello alertava: “Conflito na Igreja. Dr. Barcellos e Dr. Mendonça mandaram capangas assassinar os nossos amigos da mesa. Dr. Arruda ferido levemente, muitos de nossos amigos feridos. A urna foi salva, está guardada em caixa

17 VARGAS, Jonas. Op. cit., 2010.

18 PICCOLO, Helga Iracema L. *A política rio-grandense no II Império (1868-1882)*. Porto Alegre: Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul, 1974.

19 VARGAS, Jonas. Op. Cit., 2010.

forte. Peço providencias à V^a Exc^a contra os mandatários do atentado de hoje”.²⁰ No mesmo dia, o Dr. França Mascarenhas informava: “Triunfo liberal, conservadores completamente derrotados na urna, provocaram conflito a mão armada. Comandante do destacamento seriamente ferido, quatro praças feridos e uma morta e alguns cidadãos feridos. A ordem quase estabelecida”. A guerra continuava, a tensão tomava conta de todos e Campello telegrafava novamente:

Os assassinos de ontem acoitaram-se em casa do Dr. Barcellos, onde há preparada resistência armada. A eleição continua regular. Temos 300 votos de vantagem. No 2º distrito fizemos 3/3. No 3º distrito ganhamos com 20 votos. Morreu um policial no conflito de ontem. O Comandante Cordeiro ferido gravemente pelos capangas de Barcellos. Escapei de 6 tiros e de uma punhalada. Havia ordem de me assassinar. O Arruda recebeu uma bala no ventre, que felizmente não penetrou por ter encontrado uma moeda no bolso do colete. Há mais 6 liberais feridos levemente. Estou doente de tanto gritar.²¹

O tal Arruda citado na missiva era o advogado e deputado provincial Saturnino Epaminondas de Arruda. Estes telegramas demonstram que os grandes políticos da elite estavam diretamente envolvidos com os conflitos paroquiais, brigando corpo a corpo com capangas e policiais. O mencionado Dr. Barcelos era na realidade o médico Miguel Rodrigues Barcelos, também Barão de Itapitocaí e um dos 32 indivíduos estudados nesse presente capítulo. A riqueza de seu pai e de sua extensa família fez com que o mesmo fosse agraciado com as Comendas das Imperiais Ordens de Cristo e da Rosa e da Real Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa de Portugal. Além disso, ele também era Cavaleiro da Real Ordem da Águia Vermelha da Alemanha e Cavaleiro da Real Ordem da Coroa da Itália.²² Mas todos estes títulos eram esquecidos quando os cargos políticos estavam em jogo e o Doutor Miguel brigava sem o maior constrangimento em meio aos demais votantes.²³

20 Telegrama de 06.08.1878, Pelotas, Fundo Eleições, maço 2, Arquivo Histórico do RS.

21 Telegrama de 07.08.1878, Pelotas, Fundo Eleições, maço 2, AHRS.

22 CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário Sul-riograndense*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937, p. 121.

23 Em setembro de 1859, no dia das eleições em Pelotas, o Dr. Miguel foi acusado de manter um votante na Santa Casa como se estivesse ainda doente. (*O Brado do Sul*, Pelotas, 14.09.1859, Biblioteca Nacional do RJ).

Tanto Barcellos, quanto Mendonça e Arruda eram filhos de charqueadores e membros do grupo dos 32 políticos estudados. A prática política, sobretudo no âmbito local e regional, tinha nas famílias as suas unidades de ação mais elementares e as mesmas sustentavam seu poder incorporando vasta clientela e um número grande de capangas.²⁴ Um exemplo disso pode ser verificado por meio da família do mencionado deputado Arruda. Numa noite de sábado de abril de 1873, um grupo de escravos e homens livres, todos a cavalo, causou certo tumulto nas ruas de Pelotas. Tendo a polícia tentado reprimir os mesmos, um dos membros do grupo, um pardo paraguaio chamado Candido Simplício, gritou aos demais: “A la carga muchachos!”. Conforme testemunhas, eles gritavam vivas aos Liberais. Fugindo do enfrentamento com a polícia, alguns escravos foram acoitar-se nas terras do Major João Mendes de Arruda e outros na de seu genro. O interrogatório revelou que todos eles, inclusive os paraguaios, eram trabalhadores da charqueada do próprio Major. Os escravos haviam encontrado Simplício e outros homens na frente da casa do Conselheiro Francisco de Araújo Brusque, um dos chefes do Partido Liberal em Pelotas e que já havia sido Ministro da Guerra, em 1864.²⁵ Portanto, o grupo devia compor parte dos capangas da facção liberal pelotense, algo muito comum na vida política paroquial.²⁶ Arruda era charqueador e residia em seu estabelecimento no Fragata, possuindo também um sobrado no centro da cidade, onde seu filho João Maria, oficial do Exército, morava. O advogado e deputado Saturnino de Arruda, mencionado acima, era o membro da família capaz de conectá-la com grandes centros políticos, como Porto Alegre e a própria Corte, pois Arruda mantinha intensa correspondência com Fernando Osório, filho do General Osório, quando ambos, pai e filho eram deputado e senador pelo Rio Grande do Sul, residindo no Rio. Ou seja, as facções conectavam indivíduos desde a paróquia até a Corte.²⁷

24 VARGAS, Jonas. Op. cit., 2010.

25 Processo-crime n. 995, m. 25, 1874, Tribunal do Júri, Pelotas (Arquivo Público do Estado do RS).

26 VARGAS, Jonas. Op. cit., 2010.

27 VARGAS, Jonas. Op. cit., 2010. O major Arruda também possuía outros 2 filhos, o comerciante Teófilo Gentil e o professor Joaquim.

Portanto, pode se verificar que os membros da família possuíam atividades políticas distintas. Na base, ou melhor, nas localidades (no nível municipal, distrital ou *paroquial*), a política era dirigida por grandes proprietários de terras e de escravos, ricos comerciantes e, no caso de Pelotas, os charqueadores, além de outros grupos com notável proeminência local, algumas vezes aparentados dos mesmos. Suas clientelas reuniam famílias e indivíduos que se dividiam em facções que se digladiavam na luta por cargos e na eleição dos candidatos de seus chefes. A luta envolvia pequenos líderes locais e capangas e, no caso da família Arruda, até mesmo os seus escravos. Geralmente, estes grupos buscavam colocar indivíduos influentes em cargos-chave como os de delegado de polícia, juiz de paz e o oficialato da Guarda Nacional. Eram eles que decidiam as eleições e “sujavam” as mãos para que as maiorias parlamentares, tanto nas Assembleias Provinciais quanto nas Gerais, fossem conquistadas para os seus respectivos partidos. Em suma, este era um espaço de ação reservado principalmente às elites locais e suas clientelas.²⁸

No nível intermédio, alguns indivíduos cujas famílias possuíam grande poder local acabavam se sobressaindo mais do que outros. Por possuírem um diploma de curso superior e dominarem uma linguagem política mais sofisticada, alguns locomoviam-se com distinção entre o meio rural e as grandes cidades, funcionando como *mediadores políticos* entre os dois mundos.²⁹ A convivência com membros de outras elites políticas e a vida no parlamento e na imprensa os tornavam mais conhecidos e capazes de negociarem interesses locais e regionais com os grandes centros de poder político e administrativo, ou seja, as capitais de província e, alguns poucos, a própria Corte. Esse é o espaço de atuação dos 32 indivíduos estudados nesse capítulo. Contudo, como foi dito, somente 16 deles conseguiram romper a barreira provincial, ocupando cargos na Corte.

Portanto, ultrapassando o espaço regional e locomovendo-se com certa distinção no mundo da alta política surgia um grupo bastante pequeno de indivíduos, porém muito influente e poderoso em termos

28 Sobre clientelas ver GRAHAM, Richard. Op. cit.; VARGAS, Jonas. Op. cit., 2010; MARTINS, Maria Fernanda V. *“A velha arte de governar”*: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

29 VARGAS, Jonas. Op. cit., 2010.

políticos. Esses mediadores políticos agiam por intermédio destes espaços abertos aos mesmos, sendo que os mais comuns eram a Assembleia Provincial e a Câmara dos Deputados. Numa sociedade agrária com meios de comunicação e transportes bastante precários, seu papel era fundamental na viabilização do sistema político do Brasil Império e na captação de recursos materiais para suas províncias. Negociando com as autoridades centrais e defendendo interesses de ordem regional e local eles também buscavam sustentar a posição de suas famílias e facções enquanto elite provincial. Neste processo, aqueles mediadores políticos de maior prestígio político ascendiam ao Senado ou a algum ministério de Estado.

Tendo em vista o alto retorno em termos de recursos materiais e imateriais que a ocupação destes cargos podia trazer aos seus portadores, não surpreende que a disputa pelos mesmos fosse bastante acirrada. As clivagens existentes entre os mesmos grupos decorriam de posturas ideológicas distintas, das tradições familiares e das próprias redes de compromissos que caracterizavam o universo político oitocentista. Neste sentido, as famílias charqueadoras mais ricas estavam divididas não apenas entre conservadores e liberais, como também em facções dentro dos próprios partidos. Os Antunes Maciel, importantes chefes liberais, ficaram ao lado de Silveira Martins na cisão que marcou o partido no final dos anos 1870, sendo que, os Almeida e os Arruda acompanharam a família do General Osório. Importante notar que os Osório e os Antunes Maciel eram aparentados, o que não significava que não pudessem romper politicamente. Os Gonçalves Chaves e os Cunha também eram liberais. Entre os conservadores, o Barão do Jarau e o Visconde da Graça eram chefes locais do partido, mas sofriam oposição dos Rodrigues Barcellos, por exemplo, que também eram conservadores, assim como os Mendonça e os Azevedo e Souza.³⁰

Os partidos e suas facções internas disputavam a legitimidade das conquistas políticas alcançadas pelos seus mediadores. Na polêmica questão da mesa de Rendas de Pelotas, nos anos 1870, os liberais fizeram questão de propagandear o papel de Silveira Martins no projeto, além da conquista da tarifa especial e das estradas de ferro na província.³¹

30 Sobre as cisões que marcaram o período ver PICCOLO, Helga. Op. cit.

31 Jornal do Comércio de Pelotas, 19.06.1981 (Biblioteca Pública Pelotense).

Quando os comerciantes rio-grandinos conseguiram reverter a situação ao seu favor, extinguindo a alfândega pelotense, o Visconde da Graça, rival político de Martins, viu uma ocasião para intervir na questão, no que foi aclamado pelos conservadores pelotenses.³² Um outro exemplo da atuação política dos mediadores diz respeito à criação, em 1883, da Imperial Escola de Veterinária e Agricultura em Pelotas. Na ocasião, a localidade entrou para o seletor cenário de cidades com Escolas e Academias imperiais. Foi uma conquista do advogado e charqueador Francisco Antunes Maciel quando o mesmo assumiu o cargo de Ministro do Império naquele mesmo ano.³³

Para conseguir manter a sua posição privilegiada, o mediador tinha que se legitimar a partir dos recursos e benefícios que conseguia captar para as suas regiões de origem. E os eleitores pelotenses, dentre os quais haviam muitos charqueadores, estavam sempre atentos com relação a isto, pois muitos deles ajudavam a financiar as campanhas eleitorais³⁴ e gastavam seu tempo indicando as candidaturas para outros

32 Numa de suas viagens à Corte, o visconde da Graça demorou-se por 3 meses no Rio, onde foi recebido pelo Visconde de Rio Branco. Desta viagem, resultou um Diário que foi consultado pelo escritor Carlos Diniz. Conforme o mesmo, “ao chegar à casa em que se hospedava, João Simões Lopes [o visconde da Graça] encontra uma carta de Rio Branco, que veio a ser transcrita no Diário, nos seguintes termos: ‘A S. Excia. Sr. Barão da Graça cumprimenta o Visconde do Rio Branco, e comunica que estará esta tarde às suas ordens, em casa, às 6 e ½ horas, desejando vê-lo...’. Adiante, registra o manuscrito do viajante: ‘À hora indicada, parti a carro e fui ter à porta de S. Excia... O encontro de todo (darei mesmo conferência) com aquele hábil homem de Estado foi-me tão agradável, quanto honroso e delicado o acolhimento que me fez’. A conversa, relatada minuciosamente no Diário, girou sobre a estratégia das obras ferroviárias no sul do país e de fortificações nas zonas fronteiriças, para colocar o Brasil em posição de resistir vantajosamente à cavalaria dos argentinos, sua arma principal, ‘se porventura o orgulho ofendido destes senhores, pelo papel secundário que representaram na última guerra, e naufrágio de sua diplomacia no Paraguai, quiser desforrar-se pelas armas’. E adentrou na política, a incursionar sobre os destinos do Partido Conservador da província” (DINIZ, Carlos Sica. *João Simões Lopes Neto: uma biografia*. Porto Alegre: AGE, 2003, p. 31).

33 MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: UFPel, 1993. Anos depois, o governo central retirou parte dos investimentos prometidos e a Escola passou para a administração municipal, tendo sua primeira turma de formandos em 1895.

34 Em janeiro de 1861, o charqueador Domingos José de Almeida, liberal, escreveu ao charqueador Joaquim José de Assumpção, conservador, indagando: “Não querendo nutrir a mais leve suspeita contra a moralidade de alguém, (...) lhe rogo o obséquio de dizer-me se o ouro derramado com tanta profusão para as eleições últimas fora fornecido pelo Governo ou por quem” (Anais do AHRs, Carta de Domingos J. de Almeida para J. J. de Assumpção, 19.01.1861. CV-759).

charqueadores e fazendeiros. Seu poder não deve ser desprezado, pois eles eram capazes de acabar com as carreiras de políticos jovens e até mesmo de homens experiente e poderosos.³⁵ Em 1873, nem mesmo o Visconde de Mauá resistiu à pressão política do eleitorado. Acostumado a receber o apoio dos charqueadores pelotenses,³⁶ nesta época ele desagradou os líderes liberais rio-grandenses (por aproximar-se demais do Gabinete Rio Branco) e os charqueadores (por apoiar a Lei do Ventre Livre). Silveira Martins reuniu oposição ferrenha a Mauá e convocou o eleitorado da província para decidir-se entre ambos. O banqueiro foi derrotado e teve que abandonar o mandato.³⁷

Na Corte, os estadistas sabiam muito bem com quem podiam contar tanto em Pelotas quanto em outras localidades do Rio Grande do Sul, por meio de uma cadeia de intermediários e dos próprios mediadores rio-grandenses que orbitavam o parlamento geral. Em 1872, o próprio Visconde de Rio Branco, chefe do Gabinete conservador que permaneceu por 4 anos no poder, escreveu para o Visconde da Graça pedindo que o irmão deste charqueador, o Dr. Ildefonso, se candidatas-se à Câmara. Rio Branco também pediu para que Graça escrevesse a outros estancieiros solicitando o mesmo.³⁸ Isto demonstra o respaldo e o prestígio que Graça possuía na Corte e ajuda a entender a segurança com que o mesmo se movia naqueles espaços de poder. Um outro exemplo pode ser dado na missiva que Silveira Martins enviou a Osório em 1865. “Aqui me acho em Pelotas (...) falta aqui V. Ex. para ditar a lei, mas na sua falta cada um vai fazendo o que pode. Fui ao Rio; falei com os nossos amigos, e a grande conveniência é mandar liberais à Câmara; eu conto quase infalível o meu triunfo, mas V. Ex. sabe que nesses negócios não

35 VARGAS, Jonas. Op. cit., 2010.

36 Em setembro de 1860, por exemplo, Domingos escreveu para o estancieiro e oficial da Guarda Nacional David Canabarro pedindo votos para Mauá: “Reiterando meu pedido para que V. S. com seus numerosos amigos se empenhem na reeleição do Barão de Mauá de Deputado à Assembléia Geral Legislativa pelo 3º círculo [além de] meu parente e amigo o Dr. Joaquim José Afonso Alves, que na criação do grande mercado e do excelente asilo para as órfãs desgraçadas desta cidade (...) há demonstrado ter compreendido as necessidades da Província (...)” (Anais do AHRS, Carta de Domingos Almeida para David Canabarro, 06.09.1860, v. 3, CV-731).

37 DORATIOTO, Francisco. *General Osório*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

38 Carta de João Simões Lopes. Pelotas, 23.06.1872. Arquivo do Barão de São Borja. Lata 450, pasta 9, carta 6 – IHGB.

há certeza”.³⁹ Este trecho evidencia que, preocupado com sua a carreira, o jovem Gaspar foi até a Corte buscar informar-se sobre a conjuntura política e as possibilidades de se eleger. Além disso, ele reconhecia que Osório era quem colocava ordem no Partido Liberal de Pelotas.

Essa distribuição de cargos entre os membros de uma mesma família e que a colocavam em três esferas de atuação política não foi incomum nas parentelas dos charqueadores mais ricos. Os Antunes Maciel, por exemplo, tinham Leopoldo e Artur Antunes Maciel entre os vereadores da cidade, Francisco Gomes da Costa na Assembleia Provincial, e Francisco ocupando cargos na Corte. Seus parentes, os Osório, tinham Cipriano Mascarenhas, em Pelotas, Fernando Osório, em Porto Alegre, e o General Osorio, na Corte. Os Gonçalves Chaves, por sua vez, tinham João Maria Chaves na vereança, Antônio J. Gonçalves Chaves Filho na Assembleia Provincial e Amaro J. Ávila da Silveira na Corte. Já os Simões Lopes-Assumpção tinham Junius Brutus Almeida e Joaquim Augusto de Assumpção na Câmara de vereadores, o Visconde da Graça como Presidente de Província e Deputado provincial e Ildefonso na Corte, como deputado geral. Outros arranjos familiares são observados nos mesmos três níveis de atuação, como na parentela do coronel Manoel Lourenço do Nascimento, que tinha ele como deputado em Porto Alegre, o Dr. Seve Navarro na Corte e Francisco Nunes de Souza no município. Outras famílias, como os Silva Tavares, os Rodrigues Barcellos, os Mendonça e os Moreira também tinham seus membros bem distribuídos nessas mesmas esferas. Tratava-se de uma divisão do trabalho político e cada familiar sabia bem qual o seu papel no interior da parentela.⁴⁰

Soma-se a tudo isso o fato de que esses troncos familiares podiam entrecruzavam, pois um político podia fazer parte de duas ou mais famílias ao mesmo tempo e casar suas filhas e filhos com membros de outras. Tal configuração parental tornava a alta política pelotense um negócio entre poucas famílias charqueadoras bastante aparentadas entre si. O mais impressionante é que o movimento republicano, que surge com força nos anos 1880, vai reproduzir o mesmo fenômeno. Apesar de contar com líderes políticos de famílias menos ricas e com perfil profissional

39 Carta de Silveira Martins a Manoel Osório, 09.09.1865. OSÓRIO, Fernando. Op. cit. 2000, v. 1, p. 137.

40 Para mais detalhes, ver VARGAS, Jonas. Op. cit., 2010.

distinto, os republicanos pelotenses que tiveram maior sucesso na vida política após 1889 eram justamente membros dessas mesmas famílias (como, por exemplo, Joaquim Augusto de Assumpção, Ildefonso Simões Lopes, Álvaro Chaves, Epaminondas Piratino de Almeida, Alexandre Cassiano do Nascimento, Alfredo Moreira e Joaquim, Manoel e Pedro Luís Osório, entre outros). Isso demonstra que o pertencimento a elas foi capaz de influir no recrutamento dessa elite e no sucesso das carreiras políticas mesmo após o fim da era dos Barões do charque.⁴¹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer, portanto, que para romper com o espaço pelotense de atuação era quase indispensável ser um familiar muito próximo de um rico charqueador. Em alguns casos, ocupar um cargo importante, viabilizado pela profissão de advogado, favorecia o ingresso em alguma família como genro de um rico charqueador. Os Azevedo e Souza, os Rodrigues Barcellos, os Mendonça, entre outras, estavam entre as famílias charqueadoras mais ricas da primeira metade do século, e nos anos 1850 e 1860, seus membros ainda eram presentes na alta política. Já os Antunes Maciel, os Gonçalves Chaves, os Assumpção, Simões Lopes, os Moreira-Osório e os Silva Tavares, estavam entre as mais ricas famílias entre 1860 e 1890.⁴² Não é coincidência que os altos cargos políticos ocupados estavam concentrados nos seus ramos familiares e que a proeminência dos pelotenses nesse campo se acentua após a década de 1860, durante o auge das grandes fortunas. Em Pelotas, essas famílias também concentravam diplomas de curso superior, títulos de nobreza e prestígio social e acabavam ocupando um dos espaços mais notáveis de representação dos interesses do município e da região para além de Pelotas, conectando a localidade aos grandes centros de poder político.

41 Para uma análise mais aprofundada desse fenômeno, ver VARGAS, Jonas; PERES, Jéssica Rodrigues. Op. cit.

42 VARGAS, Jonas. Op. cit., 2016.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AITA, Carmen; AXT, Gunter. *Parlamentares gaúchos nas Cortes de Lisboa aos nossos dias (1821-1996)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial: Teatro de sombras: a política imperial*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário Sul-riograndense*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937.

CONDE D'EU (Luis Felipe Maria Gastão de Orléans). *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*. São Paulo: USP, 1981.

DINIZ, Carlos Sica. *João Simões Lopes Neto: uma biografia*. Porto Alegre: AGE, 2003.

DORATIOTO, Francisco. *General Osório*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

GALVÃO, Manuel Araújo. *Relação dos Cidadãos que tomaram parte do governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

GASPAROTTO, Alessandra. *Companheiros Ruralistas! Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1958-1985)*. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: UFPel, 1993.

MARTINS, Maria Fernanda V. *“A velha arte de governar”*: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MARTINY, Carina. *“O chefe político dos mais avançados republicanos”*: Júlio de Castilhos e o processo de construção da República (1882-1903). Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

OSÓRIO, Fernando. *A cidade de Pelotas*. Pelotas: Armazém Literário, 1997 [1ª ed. 1922].

PICCOLO, Helga Iracema L. *A política rio-grandense no II Império (1868-1882)*. Porto Alegre: Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul, 1974.

VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul*. Santa Maria: Ed. da UFSM/Anpuh-RS, 2010.

VARGAS, Jonas. *Os Barões do charque e suas fortunas: Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

VARGAS, Jonas. A política rio-grandense no Segundo Império: um balanço historiográfico. In: DOMINGOS, Charles Sidarta; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas. *Capítulos de História Política*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

VARGAS, Jonas; PERES, Jéssica Rodrigues. “Herdeiros do charque?”: uma comparação entre as lideranças políticas republicanas e monarquistas em Pelotas (1870-1889). In: DOMINGOS, Charles Sidarta. Et. ali. (Org.). *Capítulos de História Política: Problemas e Estudos*, V. II. Passo Fundo: Acervus, 2020, p. 229-256.

VIANNA, Marcelo. *Os homens do parquet: trajetórias e processo de institucionalização do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (1930-1964)*. Dissertação de Mestrado em História, PUCRS, 2011.

A CONSTITUIÇÃO DE UMA FORTUNA NA FRONTEIRA: OS ANTUNES MACIEL NA METADE DO SÉCULO XIX

DÉBORA CLASEN DE PAULA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Aníbal Antunes Maciel, filho mais velho do capitão Francisco Antunes Maciel e de Maria Vicência Antunes, aproveitou o adiantamento de sua herança de um conto de réis e, literalmente, multiplicou esse valor.¹ Casou com Felisbina da Silva Antunes e alcançou a patente de coronel. Conforme Vargas, dona Felisbina era esposa de “um dos homens mais ricos e poderosos da Pelotas oitocentista”,² Ao se abrir seu inventário em 1871, portanto, na fase monoparental da família,³ chegamos a impressionante cifra de 1.687:112\$920 réis.⁴

1 Este capítulo tem por base o capítulo II de minha tese de doutorado intitulada “Família, guerra, política, negócios e fronteira: os Antunes Maciel desde o século XVIII aos inícios do século XX”.

2 VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico*: um estudo sobre as elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro, PPGHIS/UFRJ, 2013, p.154.

3 Conforme Costa as famílias proprietárias reorganizavam suas unidades domésticas ao passarem por diferentes etapas, dentre elas a fase monoparental que se constituía naquela em que um dos cônjuges já tinha falecido. COSTA, Dora Isabel Paiva da. Formação de famílias proprietárias e redistribuição de riqueza em área de fronteira: Campinas, São Paulo, 1795-1850. *História Econômica & História de Empresas*. [S.l.], v. 7, n. 2, jul. 2012. p.29.

4 Inventário de Felisbina da Silva Antunes. 1871, n. 68, m.2. Pelotas. Cartório do Cível e Crime. APERS

Parte desta fortuna já havia se constituído antes de 1850 pois na relação de proprietários luso-brasileiros no Departamento de Paysandú, na República Oriental, Aníbal aparecia como o segundo maior proprietário entre os 39 listados com “16” léguas de campo.⁵ Mas como Aníbal havia logrado se tornar proprietário de tantas terras? Este texto pretende analisar a constituição do patrimônio familiar de uma das famílias que integrava a elite econômica da cidade de Pelotas em meados do século XIX. Pretende-se, por meio dela, estabelecer de que maneira se formou o patrimônio, contando com quais recursos e estratégias.

A chamada Guerra Grande, que ganhou proporções internacionais, arruinou a antiga classe latifundiária uruguaia e quase destruiu sua pecuária e indústria. Além disso, a longa duração da guerra desvalorizou as terras férteis que passaram a valer um terço de seu preço anterior tornando-se extremamente atrativas para os criadores de gado.⁶ Aníbal e seu irmão Eliseu eram apenas dois dos muitos sul-rio-grandenses que junto com outros brasileiros abocanharam cerca de 30% do território uruguaio, conforme dados de 1850.⁷

Mas se a Guerra Grande impactou a constituição do patrimônio familiar possibilitando a anexação de mais léguas de terra, na Província de São Pedro, em decorrência de dez anos de guerra farroupilha, se poderia pensar que essa havia prejudicado sobremaneira o patrimônio dos Antunes Maciel. No contexto da revolução, as charqueadas ficaram praticamente inativas entre os anos 1836 e 1841, entretanto, isso não significa dizer que se havia deixado de comercializar o gado. De acordo com Guazzelli, a manutenção da República Farroupilha dependia da preservação da atividade pecuária e a prática de vender gado em Montevidéu foi amplamente utilizada durante a guerra. Até pelo menos o ano de 1842, “os gados rio-grandenses, fossem republicanos

5 Relação de estâncias de luso-brasileiros no Uruguai 1850-1851, p. 72. Agradeço a disponibilização da fonte gentilmente cedida pelo pesquisador Jonas Vargas.

6 ZABIELA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e Navegação, de Extradicação e de Limites*. Dissertação (Mestrado em História) PPGH/UFRGS. Porto Alegre, 2002, p.23.

7 Conforme Zabiela haviam 428 estâncias ao longo da fronteira com a República Oriental do Uruguai das quais apenas para 191 se conhecia o número de cabeças de gado chegando-se a uma estimativa de que, os sul-riograndenses tivessem cerca de 2 milhões de bovinos, já admitida uma quebra significava de produtividade/ocupação efetiva das terras. Ibid., p.25.

ou legalistas [...] se dirigiam para a praça de Montevideo”.⁸ Desta forma, ainda que não tenhamos maiores informações acerca dos ganhos e prejuízos durante este longo conflito, se pode aventar a hipótese de que os Antunes Maciel tenham se valido de algumas propriedades no Uruguai para continuar os negócios. Entre as questões que se precisa atentar e que ajudam a explicar o aumento do patrimônio de Aníbal está a valorização das terras que possuía no Brasil após 1850 com aprovação da Lei de Terras. Garcia, ao estudar Alegrete, tendo como foco o processo de apropriação e expropriação da terra e as transformações sofridas pela estrutura agrária, demonstra de forma comparada que, entre os anos de 1830 e 1870, as terras valorizaram-se muito mais que os demais bens ou fatores produtivos.⁹ Ainda que Aníbal e Eliseu não tivessem propriedades em Alegrete e que o preço se alterasse dependendo da região, apenas para se ter uma ideia do valor,

Um hectare de terra em Alegrete, na década de 1830, podia ser adquirido por 739 réis, em média, um valor dez vezes menor do que o de uma cabeça de gado vacum. Era mais barato, inclusive, que um único ovino, o menos valorizado entre todos os rebanhos, que valia, em média, 956 réis.¹⁰

Segundo a autora, as terras subiram quase 800% enquanto que o gado não chegou a 100%.¹¹ O patrimônio familiar de Aníbal e Eliseu crescia também com as heranças, pois foram lembrados no espólio de sua tia Flora Gertrudes Maciel de Faria como dois de seus herdeiros.¹² De acordo com Menegat, Flora possuía uma estância em Tacuarembó,

8 GUAZZELLI, César, 1997, p.227 apud GARCIA, 2005. GARCIA, Graciela. *O Domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense Oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2005.

9 Ibid., p.25.

10 Ibid., p.22.

11 Ibid.

12 Flora Gertrudes havia casado em primeiras núpcias com Manuel Xavier de Paiva Magalhães, bisneto de João de Magalhães (o velho). Conforme seu testamento, em segundas núpcias havia casado com o Comendador Francisco Xavier de Faria, seu testamenteiro. Testamento de Flora Gertrudes Maciel de Faria, n. 360, m.25. 1853, Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. APERS.

próximo ao Arroio Hospital no Estado Oriental.¹³ Esta Antunes Maciel era casada com Francisco Xavier de Faria, que havia ocupado a vereança em Pelotas entre 1832 e 1836.¹⁴

As referências à Flora Gertrudes serviram como ponto de partida para ajudar a pensar na dinâmica familiar empregada na ocasião da partilha. Ao investigar os documentos produzidos no início da década de 1850, observa-se que Francisco Xavier de Faria, que era Comendador, era também o segundo marido de Flora e que o casal declarava não ter ascendentes ou descendentes para deixar sua herança. Diante disso, Flora ao fazer seu testamento em 1851 havia tratado de alforrias, de seu enterro, dos cuidados com sua alma e também de deixar amparados alguns de seus parentes consanguíneos. Distribuiu sua herança entre sete herdeiros seguindo uma ordem que contemplava três gerações distintas: seu irmão, passando por seus sobrinhos, e chegando nos sobrinhos netos menores de idade. Escolheu primeiramente seu irmão José Antunes Maciel, residente em Piratini, e, na sequência, os sobrinhos Tenente Eliseu e Maria Francisca, ambos filhos do Capitão Francisco Antunes Maciel. Os quatro demais haviam tido seus laços consanguíneos reforçados mediante vínculo de compadrio. Em seguida era lembrada a sobrinha e afilhada Belmira, residente em Jaguarão, casada com Antônio Francisco de Salles e, na sequência, os sobrinhos-netos e afilhados: Flora, de onze anos, que residia em Piratini, Leopoldo, de três anos, e Aníbal, de 14 anos, ambos em Pelotas. Os dois últimos eram filhos de Eliseu e do Coronel Aníbal, respectivamente. Este, o Coronel, que era também afilhado de Flora, embora não fosse lembrado como seu herdeiro, aparecia como seu segundo testamenteiro e, Eliseu, como terceiro. Desta forma, evidenciamos aqui que, para além de um sobrenome comum – algumas vezes o próprio nome –, é possível analisar a existência de vínculos mais fortes dentro de uma mesma parentela. O inventário de Flora é extremamente rico neste aspecto e deixa ver como se processou a

13 Agradeço a pesquisadora a referência deste processo no Arquivo. Inventário de Flora Gertrudes Maciel de Faria, n. 360, m.25. 1853, Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. APERS.

14 NUNES, Dúnia dos Santos. *A Câmara Municipal de Pelotas e seus vereadores: exercício do poder local e estratégias sociais (1832-1836)*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2013, p.114. Testamento de Flora Gertrudes Maciel de Faria, n. 1634, m.85, 1852, Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. APERS.

distribuição dos bens em 1853, bem como os negócios existentes desde 1851. A fortuna amalhada por ela até sua morte no final do ano de 1852 era de 191:790\$240 réis e tinha como seu bem mais valioso a estância denominada Hospital, no Estado Oriental do Uruguai.¹⁵

Estabelecida a meação e cumpridas as demais disposições testamentárias, cada herdeiro receberia 8:079\$297 réis. A distribuição desta herança, pode-se afirmar, concentrou-se com os filhos e netos do Capitão Francisco – nada menos do que 4 dos 7 herdeiros –, à sobrinha neta Flora, de onze anos, foram legados além de um escravo, dinheiro, joias, móveis e também a propriedade de casas térreas de 3 portas e um portão na rua Santa Bárbara, em Pelotas, no valor de 2:500\$000 réis. Possivelmente havia a expectativa de formação do dote da mesma já que era a única herdeira solteira. Ao serem distribuídos desta forma, estes bens legados à ela reduziram ao valor de uma légua o que lhe coube na partilha da Estância Hospital, 5:000\$000 de réis. Cada légua desta propriedade havia sido avaliada em 5 contos de réis, perfazendo um total de 95:000\$000 réis, e existiam lá ainda mais de duas mil cabeças de gado.

No desenrolar do inventário houve uma movimentação entre os herdeiros e Francisco Aníbal Antunes Maciel, filho do Coronel Aníbal, em fevereiro de 1855, aparecia como comprador dos bens herdados por seu tio-avô José Antunes Maciel. Por sua vez, o coronel Aníbal, também comprou os bens que couberam a Belmira e Antônio Francisco de Salles e, provavelmente pai e filho não haviam comprado naquele momento a parte de Flora - filha de Facundo - devido ao fato de esta ser menor de idade e tratar-se de apenas uma légua de terra. Entretanto, certamente o fizeram depois, pois esta propriedade aparece entre os bens do Coronel Aníbal na ocasião do inventário de sua esposa Felisbina.

15 A declaração deste bem em uma Comarca do Império, embora se tratasse de uma propriedade situada no Estado Oriental e, portanto, sob outra jurisdição, é pensada por Menegat quando expõe que esta atitude representava tanto a forma como aqueles indivíduos percebiam a legalidade naquele país quanto a legislação imperial que lhes parecia mais favorável fosse por permitir o reconhecimento da propriedade, fosse por outras condições. MENEGAT, Carla. *“Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha”*: atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai (1845-1865). Tese (Doutorado em História). PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2015, p. 95. Além disso, conforme bibliografia empregada pela autora, nas disputas judiciais no espaço platino era um procedimento bastante utilizado a busca de legitimidade de tribunais e cartórios de um outro país para garantir a propriedade e este expediente era empregado tanto diante de conflitos quanto em períodos de paz. Ibid., p.115.

Além das terras, entre o patrimônio do casal Aníbal e Felisbina, constavam 159 escravos, uma charqueada, casas na cidade, 5 estâncias no Uruguai – dentre estas a do Hospital -, 3 embarcações de grande porte e mais de 13 mil cabeças de gado, entre outros bens. No que se refere a formação da fortuna, deve-se levar em conta também que a média de preço da escravaria masculina em idade produtiva quase triplicou entre 1850 e 1865. A queda no valor se deu anos depois em 1880 e 1885, quando a onda abolicionista já havia libertado boa parte dos escravos. De acordo com Pessi,

Dois terços da população inventariada de Pelotas na segunda metade do século XIX eram proprietários de escravos, o que demonstra uma significativa disseminação da instituição escravista na cidade no período marcado pela crise de mão-de-obra causada pelo fim do tráfico transatlântico de escravos, o acirramento do comércio interprovincial e o progressivo encarecimento do braço cativo.¹⁶

Aníbal, com sua extensa escravaria, pertencia ao topo da elite charqueadora. Em 1859, ele e sua esposa registravam que “em atenção aos bons serviços recebidos de seu casal de escravos pretos Camilo e Engrácia lhes damos de hoje em diante e para sempre suas liberdades”, porém “sujeitos a condição de continuarem a viver em suas companhias durante a existência de ambos ganhando todo esse tempo não só o sustento diário como vinte e quatro mil réis mensais (24\$000) pagos no fim de cada mês que desta data em diante decorrerem (...)”.¹⁷ Na mesma página do livro de registros, consta que Aníbal e Felisbina registraram a “carta de liberdade” do pardo Luiz, carpinteiro, e da preta Maria. Novamente, aparece a justificativa de concessão devido aos bons serviços prestados pelo casal e com a condição de “continuarem a viver em suas companhias durante a existência de ambos ganhando todo esse tempo não só o sustento diário como 32\$000 trinta e dois mil réis pagos ao fim de cada mês”.¹⁸ A análise tecida por Pinto dos alforriados pelo

16 PESSI, Bruno Stelmach. *Entre o fim do tráfico e a abolição: a manutenção da escravidão em Pelotas, RS, na segunda metade do século XIX (1850 a 1884)*. São Paulo: USP, 2012, p.55.

17 Tabelionato do município de Pelotas. Livro 5, p.53V. HD 07, Pasta 078. APERS

18 Tabelionato do município de Pelotas. Livro 5, p.53V. HD 07, Pasta 078. APERS. Os dois registros foram feitos na mesma data, 30/03/1859. Inventário de Aníbal Antunes Maciel. 1875, N. 815, M 48. Pelotas. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. APERS.

coronel Aníbal, traz dados interessantes acerca do plantel de escravos.¹⁹ Chama a atenção, conforme a autora, a presença significativa de famílias escravas, as quais foram beneficiadas com a carta de liberdade. A maioria das manumissões foi condicionada a um determinado tempo de trabalho ou que continuassem servindo Aníbal e Felisbina até a morte destes. Assim, dentro de certos limites, Aníbal estimulou a formação de laços de parentesco, porém, também é preciso considerar o período. Naqueles anos, ou seja, desde a proibição do tráfico, o sistema escravista estava perdendo legitimidade e isso deve ser levado em conta para compreender o investimento do coronel em trabalho, laços e, sobretudo, a tentativa de não perder seus trabalhadores cativos legando alforrias condicionais.

O coronel Aníbal não tinha apenas um vasto plantel pois, conforme Vargas, dos 12 charqueadores inventariados com fortunas acima de 50 mil libras, 9 eram proprietários de grandes rebanhos,

Joaquim J. de Assumpção possuía 3.000 reses de criar, Felisberto I. da Cunha 4.330, José R. Barcelos tinha mais de 4.600, João S. Lopes mais de 7.000, João S. Lopes Filho, mais de 8.500, José I. da Cunha era dono de 11.400 reses, Joaquim da S. Tavares tinha mais de 8.700 e José A. Moreira possuía 13.000 reses em seus campos. Mas o maior criador do grupo foi o coronel Aníbal Antunes Maciel, que tinha mais de 34.000 cabeças de gado pastando em suas estâncias no Uruguai.²⁰

Ainda de acordo com este autor, Aníbal era também o dono do maior número de escravos qualificados como campeiros, vinte escravos estavam elencados com este ofício. A mesma relação poderia ser estabelecida para o número de marinheiros e de embarcações. Farinatti, ao pesquisar Alegrete - município com maior rebanho de gado vacum conforme a estatística de 1858 -, evidencia que o grupo de criadores que satisfazia a imagem tradicional de “grandes estancieiros”, eram aqueles com rebanhos superiores as 2000 cabeças de gado, que perfaziam cerca de 18% dos produtores da amostra e concentravam 53% do rebanho.

19 PINTO, Natália Garcia. A família de Luís e Maria, escravos do coronel Aníbal Antunes Maciel: hierarquia social, parentesco e liberdade nas últimas décadas da escravidão em Pelotas/RS, século XIX. In: XII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH/RS. Disponível em: http://www.eeh2014.anpuhrs.org.br/resources/anais/30/1405455160_ARQUIVO_AFAMILIADELUISE MARIA.pdf. Acesso em 05 Jan 2017.

20 VARGAS, Jonas. Op. cit., 2013, p.304.

Entretanto, se apanharmos de seu levantamento apenas os cinco inventários dos maiores criadores – classificados com mais de 10.000 reses - e dividirmos o número de reses pelo número de proprietários chegaremos a aproximadamente 17.262 cabeças de gado por criador, ou seja, número relativo a quantidade de reses que devia pastar em algumas das 5 estâncias que Aníbal tinha no Uruguai.²¹ Consta entre as propriedades do Coronel, a fazenda São Pedro, as margens do Rio Uruguai, no município de Uruguaiana, a fazenda Santa Rita, arrendada a Thomaz Lourenço Carvalho de Campos em sociedade com Marcolino José Martins, a fazenda Santa Clara, em sociedade com Francisco Moreira da Fontoura e a fazenda do Guarapareí, que era arrendada, pertencente a José Thomáz Farinha. As fazendas localizadas no Estado Oriental eram: as fazendas Três Cruzes, Salsipuedes, Arroio Malo e Hospital, no departamento de Taquarembó, e a fazenda Arroio Grande, no departamento de Paysandú.²²

Conforme Farinatti, a qualidade das pastagens tendia a ser tanto mais própria à pecuária, quanto mais ao sul, o que ajuda a explicar a permanência de propriedades de brasileiros no Uruguai durante os oitocentos, apesar da instabilidade política.²³ Não há dúvida de que Aníbal, assim como anteriormente seu pai que tinha terras no antigo Estado Cisplatino, estava atento ao que acontecia de ambos os lados da fronteira. Conforme Menegat, Coronel Aníbal havia sido acusado de contrabando de gado para sua charqueada no ano de 1848, “sob o disfarce de tropas que teria comprado para levar às charqueadas de San Servando”.²⁴ A pacificação do Uruguai e os tratados favorecendo o trânsito de gado através da linha de fronteira, em 1851, possibilitavam trazer com mais tranquilidade os animais para o abate nas charqueadas pelotenses. De acordo com Vargas, o Presidente da Província, no ano de

21 FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010p.149-150. Conforme o autor os cinco inventários dos maiores criadores perfaziam 2,8% dos 181 inventários levantados e somavam juntos 86.308 reses ou 23,3% das 369.887 reses declaradas.

22 Inventário de Felisbina da Silva Antunes, n. 68, m.2. 1871, Pelotas, 1º e 2º Cartório Cível e Crime. APERS.

23 FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Op. Cit., p.46.

24 MENEGAT, Carla. Op. Cit., p. 220.

1864, declarava que o Rio Grande do Sul havia absorvido mais de 130 mil reses do país vizinho. Logo,

tendo em vista estes números, fica evidente que o gado uruguaio foi indispensável na manutenção dos altos índices de abate das charqueadas pelotenses. É provável que sem as tropas vindas de Cerro Largo e Taquarembó a economia charqueadora teria se estagnado.²⁵

Assim, os irmãos Antunes Maciel possuíam terras nos departamentos rurais que mais concentravam estrangeiros, sobretudo fronteiriços como Salto, Tacuarembó, Cerro Largo e Paysandú. Em Tacuarembó, “havia 11.760 brasileiros com 145 estâncias, de um total de 915, e eles possuíam 600.000 animais, o que representava 50% dos vacuns daquele departamento”.²⁶ Outra questão que precisa de mais aprofundamento é a hipótese esboçada Menegat, acerca da quantidade e localização das propriedades. A existência destas propriedades em regiões distintas poderia facilitar para os estancieiros e charqueadores uma questão bastante importante de sua economia: a aquisição de rebanhos, ou seja, facilitar a reunião de tropas compradas na vizinhança e “um espaço para criar e organizar relações que solidificassem os laços de confiança tão importantes na compra do gado”.²⁷ Como estes eram grandes comerciantes de gado e, no caso de Aníbal, além de atuar no mercado de gado, também atuava no mercado atlântico, esta revelava-se uma estratégia interessante. Aqui, um aspecto precisa ser ressaltado: a família Antunes Maciel, no momento em que realizava seus inventários, invariavelmente tinha algum ou alguns de seus membros residindo no Uruguai, o que nos faz pensar numa estratégia, numa ação em grupo, de forma articulada, para administrar os negócios. Trata-se de uma das evidências que, longe de considerar uma “naturalização” da família, enquanto grupo que age sempre de forma coesa, em conjunto, demonstra que, estes efetivamente agiam ou mantinham algum grau de articulação.

Além de poderoso estancieiro, o Coronel havia acumulado inúmeros terrenos no centro de Pelotas, datas de matos na Serra dos

25 VARGAS, Jonas. Op. cit., 2013, p.285.

26 Ibid., p.31.

27 MENEGAT, Carla. op. cit., p.221.

Tapes, chácaras nos arredores do centro de Pelotas e um de seus bens mais caros:

Um estabelecimento de charqueada completamente montado, pronto [para] trabalhar com todos os seus acessórios, casa de moradia, chácara, poteiros, um terreno junto à Liberato na estrada que vai para Boa Vista, e outro deste lugar até encontrar terrenos do Major Antonio Pereira, com os quais se divide, que avaliamos por cem contos de réis.²⁸

Além da charqueada, Aníbal também possuía embarcações, ou seja, conseguia articular produção e comércio, um diferencial que o fez progredir nos negócios, especialmente do charque, ampliando exponencialmente suas possibilidades, enquanto que charqueadores de menor porte tinham que arcar com mais custos para transportar seus produtos. O item “Navios” no inventário fazia referência a:

Um brigue denominado Arroio Mallo
Patacho Salsipuedes
Patacho Arroio Grande, de duzentas e seis toneladas
Hiate Aníbal
Hiate Nova Inveja de vinte e seis toneladas.²⁹

Desta maneira, Aníbal assumia, juntamente com outros charqueadores, como os Barões de Jarau e Butuí, o topo da hierarquia intra-elite e drenava lentamente os recursos, tal como escravos, de outros charqueadores. Vargas demonstra que prestigiosas famílias donas de charqueadas na primeira metade dos oitocentos não resistiram aos ventos

28 Inventário de Felisbina da Silva Antunes, n. 68, m.2. 1871, Pelotas, 1º e 2º Cartório Cível e Crime. (APERS). Foi atualizada a grafia. O inventário de dona Felisbina é o processo mais longo dentre todos os inventários analisados. Contendo 130 páginas, o inventariante, seu marido Coronel Aníbal Antunes Maciel, demorou cerca de um ano para iniciar o processo, o que levou seu genro Francisco Antunes Gomes da Costa a pressionar pela realização do mesmo. Na abertura do processo o Coronel declarou que, por problemas de saúde solicitava proceder ao juramento em sua residência. Concedido o prazo de oito dias para a descrição dos bens é feito um primeiro levantamento, porém sem a avaliação dos mesmos, resultando na descrição de todos os bens por duas vezes antes de se proceder a meação e a devida partilha entre os herdeiros.

29 Inventário de Felisbina da Silva Antunes, n. 68, m.2. 1871, Pelotas, 1º e 2º Cartório Cível e Crime. APERS. Entre a escravidão que pertencia ao casal estavam listados cerca de 15 escravos que apareciam como “marinheiros do hiate” e “marinheiros de barra fora”.

da segunda metade do século.³⁰ Neste sentido, a assertiva de Bell de que “os mais bem-sucedidos estancieiros da região da Campanha eram aqueles que diversificavam seus investimentos e não os que se restringiam apenas à criação de gado” nos parece válida para analisar os investimentos de Aníbal.³¹

A patente de coronel que precederá seu nome em todas as genealogias e inventários – e que usaremos até para diferenciar de seu filho homônimo – dá continuidade à trajetória militar da família Antunes Maciel, no que será acompanhado pelo seu irmão Eliseu, que se tornou tenente coronel. O posto de coronel Aníbal poderia ter sido alcançado durante a Revolução Farroupilha, uma vez que Santos afirma que ele havia sido “valente chefe legalista em 1835”.³² Assim, a guerra que fazia parte do “cotidiano” daquela sociedade - sendo fundamental para manutenção da ordem e da hierarquia social - permanecia nos oitocentos. O poder de manejar recursos e recrutamentos que tais comandantes assumiam nos momentos de guerra aberta e que exerciam sobre as patrulhas no limite nacional, permitiam que a ocupação de altos postos das forças, de primeira e segunda linha, seguisse sendo, século XIX adentro, um elemento importante de reiteração daquela hierarquia social.³³

O fato de Aníbal pertencer às tropas legalistas durante a Revolução Farroupilha, talvez nos ajude a compreender a ausência de participação no processo de institucionalização da República Rio-Grandense dos três municípios mais importantes da Província.³⁴ A atribuição de “chefe legalista” ao mesmo tempo que é valiosa para expressar o posicionamento dele no conflito e, provavelmente compartilhado com a família, ainda assim é um tanto vaga, pois não fornece maiores detalhes acerca de como teria sido sua participação. É possível que Aníbal, por esta época, já detivesse boa parte de seu patrimônio inventariado na década de 1870,

30 VARGAS, Jonas. Op. cit., 2013, p. 417.

31 BELL, Stephen apud FARINATTI, 2010, p.62.

32 SANTOS, José. F. de Assumpção. *Uma linhagem Sul Rio-Grandense: os “Antunes Maciel”*. [s.l.]: Instituto Genealógico Brasileiro, 1958, p. 163.

33 FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Op. Cit., p.248.

34 PICCOLO, Helga I. L. A questão do federalismo no Rio Grande do Sul. In: HENZ, Flávio M.; HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo (Orgs.). *Histórias regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p.29-43.

por ocasião da morte de sua esposa. Vale lembrar que em 1850, quando do levantamento dos proprietários brasileiros no Uruguai, ele já contava com significativa quantia de campos se comparado aos demais proprietários. Além disso, ao analisar a Matrícula dos Guardas Nacionais alistados para o serviço ativo pelo Conselho de Qualificação da paróquia de São Francisco de Paula do ano de 1854, verificamos que ele constava. Aos 45 anos, “casado e com filhos”, aparecia com a profissão de fazendeiro, com a expressiva renda líquida de 4:000\$ e com a seguinte observação “Tenente Coronel da Guarda Nacional (sem exercio) (sic)”.³⁵ Entre os 426 nomes listados pelo Conselho, Aníbal, ao lado de Eliseu e de João Rodrigues Ribas, são os três nomes com maior renda líquida, 4:000\$000.³⁶ O inventário do coronel Aníbal, que havia falecido em janeiro de 1874, foi encaminhado em 1875 e perfazia a cifra de 1060:298\$042 réis.³⁷ Em seu testamento, redigido em 1870, nomeava como testamentários seus filhos: em primeiro lugar Capitão Francisco Aníbal, em segundo lugar Doutor Aníbal Júnior e em terceiro lugar José Aníbal. Além destes três, havia ainda a filha Flora Felisbina, casada com o capitão Francisco Antunes Gomes da Costa.

Como podemos perceber, o coronel Aníbal havia homenageado seu pai ao dar nome ao seu primogênito e acrescentava seu nome e o da esposa ao nome dos filhos, bem como o nome de sua madrinha à filha. Também as designações de “Capitão” e “Doutor” que apareciam precedendo os nomes dos filhos e do genro nos alerta para as posições dos mesmos, ou seja, para as estratégias tecidas pela família no encaminhamento de seus descendentes.

Do montante exposto era retirada a terça que somava 353:432\$660 réis, ficando 706:865\$382 réis para ser dividido entre os quatro filhos, tocando a cada um 176:716\$345 réis, exceto a Francisco e José Aníbal que receberiam mais 58:328\$830 réis referente ao excedente da terça legado por seu pai por “serem os que muito me tem ajudado para adquirir os bens que possuo”. Este argumento do coronel em seu testamento pode

35 Guarda Nacional, Caixa 31, Maço 76. Conselhos de Qualificação e Revisão de Pelotas e São Lourenço. 1854. AHRS.

36 Apenas 16 nomes possuíam renda líquida igual ou superior a 1:000\$000 réis.

37 Inventário do Aníbal Antunes Maciel. 1875, n.815, m. 48. Pelotas. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. APERS.

ser relacionado com o que abordamos anteriormente, sobre o momento da partilha da herança de Flora Gertrudes, quando o coronel e filho Francisco agiram conjuntamente comprando parte da Estância Hospital.

No testamento aberto na presença do seu sobrinho Leopoldo Antunes Maciel, o coronel Aníbal solicitava um enterramento simples e deixava algumas dezenas de contos de réis para seus afilhados, além de dois contos de réis para duas instituições. Recebiam a doação o Asilo de Órfãos Nossa Senhora da Conceição e a Santa Casa de Misericórdia. Entre suas disposições estava também a alforria de alguns escravos, e a redução do valor de outros, lembrando-se ainda de alguns em especial “Deixo livres os escravos seguintes: o pardo Firmino, Antônio Porto Alegre, Serafim, Matias, preta Maria e filhas existentes na Fazenda de São Pedro, em razão da muita constância que tiveram em acompanhar-me mesmo no Estado Oriental”. Esta disposição do testamento redigido em 1870 pelo coronel nos remete a duas observações. A primeira delas acerca da circulação dele no Estado Oriental acompanhado de seus escravos, provavelmente na administração de suas propriedades para além da fronteira. A segunda, se refere a “constância” ou lealdade dos mesmos, algo que era valorado por ele, uma vez que a escravidão no Uruguai havia sido abolida no início da década de 1840,³⁸ ou seja, o coronel era um exemplo de estancieiro que mantinha a prática de inserir escravos nas fazendas orientais após o fim da escravidão naquele país, possivelmente sob a alegação de serem peões contratados. Como refere Graham, ao estudar a sociedade oitocentista, obediência e lealdade eram importantes para a manutenção da estrutura social e eram premiadas com a alforria.³⁹

O que também se destaca no testamento do coronel é a sua atenção para com os netos, que não foram esquecidos em suas últimas vontades. Como avô preocupado com o futuro dos quatorze netos, ele legava a cada um 10:000\$000 réis: Aos filhos de Francisco Aníbal (Aníbal, Felisbina, Maria Joaquina, Ermínia, Carlos Alberto e Eponina), aos filhos de

38 Ver: GRINBERG, Keila. Escravidão e relações diplomáticas Brasil e Uruguai, século 19. In: 4º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. Curitiba. Disponível em: <http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos4/keilagrinberg.pdf>. Acessado em: 15 de janeiro de 2018.

39 GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p.46.

Aníbal (Amélia, Isabel, Felisbina Aurora, Aníbal e Zulmira),⁴⁰ as filhas de Flora Felisbina (Maria Francisca, Felisbina e Flora). O Coronel Aníbal assegurava desta forma, a continuidade de sua linhagem um patrimônio nada desprezível, pois com este valor era possível comprar, por exemplo, um iate como o “Aníbal primeiro”, avaliado na época por dez contos de réis, ou investir em alguns terrenos com casas de moradia e escravos. Em janeiro de 1874 o coronel faleceu com cerca de 66 anos e seu inventário foi aberto apenas no ano seguinte. Os acordos finais entre os herdeiros envolviam despesas com as fazendas e escravos fugidos e, uma das cláusulas, chama a atenção. Esta tinha como objetivo evitar dívidas futuras advindas do estabelecimento de charqueada, o que demonstra a centralidade deste patrimônio que havia sido dividido igualmente entre os filhos. No ano seguinte, Aníbal Júnior inventariava o patrimônio de seu irmão José Aníbal, falecido sem testamento, em maio de 1875, na Estância Salsipuedes, no Departamento de Taquarembó, na República Oriental do Uruguai.⁴¹ Como não haviam herdeiros ascendentes ou descendentes seu patrimônio “neste Império”, que era formado pela quarta parte dos iates “Aníbal primeiro” e “Nova inveja”, ancorados no porto da charqueada da qual também detinha uma quarta parte, casas com terrenos na estrada da Boa Vista e também em Terras Altas, terreno denominado “China”, no município de Mostardas, e um terreno na rua Jataí, em Pelotas, perfaziam o montante de 32:920\$000 e seria dividido entre os três irmãos.⁴²

A morte de José Aníbal no Uruguai revela, mais uma vez, as estratégias adotadas pela família na manutenção e reprodução de seu patrimônio, já que seu irmão Francisco Aníbal aparece como seu procurador em alguns documentos, pode-se pensar na possível residência de José no Uruguai. Entrementes, o final dos anos 1870 reservava mais uma perda significativa para a família Antunes Maciel que descendia do Coronel Aníbal. Em fevereiro de 1877 Maria Augusta Resende Antunes, esposa do capitão Francisco Aníbal falece deixando seis filhos menores.

40 Zulmira havia falecido antes da abertura do testamento e o valor de seu legado foi revertido em favor da mãe.

41 Inventário de José Aníbal Antunes Maciel. 1875, n.85, m.03. Pelotas, 1º Cartório Cível e Crime. APERS.

42 O inventariante não menciona a realização do inventário dos bens existentes no Uruguai, onde devia se localizar a maior parte da fortuna.

Seu marido chega a dar início ao inventário, mas também falece meses depois, no mesmo ano, em Bagé.⁴³ O capitão Francisco Aníbal chega a fazer seu testamento meses antes de falecer e nele constavam como herdeiros do casal os filhos Anibal, Felisbina, Maria Joaquina, Ermínia, Carlos Alberto e Eponina que tinham, respectivamente 15, 14, 12, 11, 10 e 8 anos. Em maio de 1877, ao fazer seu testamento, em Pelotas, Francisco Aníbal havia escolhido como tutores em primeiro lugar o sogro, Barão de São José, em segundo lugar Aníbal Antunes Maciel, seu irmão, e em terceiro lugar Antônio Raimundo de Assumpção. Aníbal, que era o inventariante do bens do irmão, ficou como tutor dos sobrinhos e, em fevereiro de 1878, ele aparecia informando ao juiz que o sobrinho Aníbal Augusto de Resende Antunes se encontrava no Estado Oriental em local “não sabido”, motivo pelo qual solicitava um “curador ad hoc”. O juiz designou para tal função, também um familiar, o capitão Francisco Antunes Gomes da Costa. Francisco Aníbal resguardava, mediante cláusulas expressas no testamento, o seu patrimônio, uma vez que, somente as suas filhas caberia a administração dos bens, não permitindo a seus maridos disporem destes de modo algum. Entre os imóveis existentes no Brasil encontravam-se: uma chácara e inúmeras casas e terrenos em Pelotas, Rio Grande, Alegrete e na Freguesia de Mostardas. Escravos, móveis, ações, joias e dívidas ativas e passivas completavam o patrimônio da família.

Mas sem dúvida era no Estado Oriental que se concentrava a maior parte da fortuna e o primeiro bem avaliado era “Onze sortes e mil oitocentos e noventa quadras quadradas, de campo em Salsipuedes, Departamento de Taquarembó a vinte contos de reis a sorte, duzentos e trinta e três contos e quatrocentos mil réis” (233:400\$00). Além desta propriedade, a mais cara de todos os bens inventariados, havia: a casa nesta dita fazenda; uma e meia sorte de campo no mesmo Departamento, no Arroio Malo; quatro sortes e mil e oitocentos “quadros quadrados” de campo na Fazenda do Hospital no mesmo Departamento (avaliados em 112:000\$00); a casa na dita fazenda; quatro sorte e seiscentos e trinta “quadras quadradas” de campo na Fazenda do Quaraí no Departamento de Salto (avaliado em 93:140\$00). Nestas propriedades pastavam, junto

43 Inventário de Maria Augusta de Resende Antunes e Francisco Aníbal Antunes Maciel. 1877, n.306385, m.108. Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Ausentes. APERS.

com mulas e bois mansos, cerca de 12.125 reses de criar, 346 cavalos, 556 éguas e potros e 3090 ovelhas.⁴⁴ Além destes constava o gado na internada do Liscano nesta província: 430 novilhos e 120 vacas. Este montante de mais de quinze mil animais fará com que a primeira providência do inventariante e tutor seja solicitar licença ao juiz para pagar as despesas com estâncias e fazendas de criação de gado situadas no Estado Oriental do Uruguai. Argumentava ele que neste Estado “onde o trabalho é livre e os salários diários ou mensais pagos apenas concluindo o dia ou mês, não poderão prosseguir um sua marcha de serviço se forem privados do pessoal preciso para costeio dela pela falta de pagamentos de soldadas e mais despesas inerentes a tão importantes Estabelecimentos”.⁴⁵

Aníbal informava ainda que, estâncias como a de Salsipuedes, por sua extensão e gado, demandava muita gente para o serviço e, portanto, despesas altas das quais o tutor não poderia se eximir sem prejuízo para os órfãos. Assim, ele tratava de despesas presentes, futuras e também as passadas, autorizadas pelo seu finado irmão em suas estâncias “evitando que sejam assim os órfãos compelidos pelas leis da República Oriental do Uruguai (código rural) ao pagamento de salários e mais despesas feitas em ditas Estâncias”.⁴⁶ A tutoria dos órfãos, ao longo dos anos, foi mudando, de forma que o tio materno Francisco de Sales Lopes, Carlos Ferreira Ramos - que casou com Ermínia - e Eliseu Antunes Maciel foram tutores de alguns dos menores. A morte do casal Maria Augusta e Francisco Aníbal no mesmo ano, e com uma prole de filhos com idades entre 15 e 8 anos, suscitou uma série de ações visando proteger o patrimônio da família.

44 Conforme os avaliadores haviam em Salsipuedes: 4175 reses de criar, 146 cavalos, 120 éguas e potros e 2090 ovelhas. Na fazenda Quaraí: 4060 reses de criar, 80 cavalos, 300 éguas e potros, 600 ovelhas, 18 mulas e 14 bois mansos. Na fazenda do Hospital: 3850 reses de criar, 120 cavalos, 136 éguas e potros, 400 ovelhas e 12 bois mansos. O montante da herança perfazia 839:603\$618 réis e este era parte do patrimônio a ser herdado pelos filhos do capitão Francisco Aníbal pois, nesta época em que se procede o inventário, o Barão de São José estava vivo.

45 Inventário de Maria Augusta de Resende Antunes e Francisco Aníbal Antunes Maciel. 1877, n. 306385, m.108. Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Ausentes. APERS.

46 Ibid.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Antunes Maciel, particularmente o Coronel Aníbal, apresentado com maior ênfase nesta análise, nos permite visualizar a construção de um patrimônio que articulou recursos econômicos, sociais e militares ao longo do século XIX. Num contexto em que a guerra e a fronteira se faziam presentes, era fundamental participar da primeira e manejar a segunda. Dentre as estratégias tecidas não faltaram matrimônios vantajosos intra-elite, tentáculos familiares dos dois lados da fronteira e participações em campanhas militares que resultaram no acúmulo de terras e escravos que se valorizaram e que, na ocasião do inventário do Coronel, perfaziam uma fatia considerável de sua fortuna. Dentre as estratégias usadas pela família, estava também assegurar, por meio de testamentos, a proteção dos bens legando para as gerações futuras além de um patrimônio material, um patrimônio imaterial carregado no sobrenome Antunes Maciel.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Mario Teixeira de. *Nobiliário Sul-Riograndense*. Porto Alegre: Of. Graf. da Livraria do Globo, 1937.

COSTA, Dora Isabel Paiva da. Formação de famílias proprietárias e redistribuição de riqueza em área de fronteira: Campinas, São Paulo, 1795-1850. *História Econômica & História de Empresas*. [S.l.], v. 7, n. 2, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=173>>. Acesso em: 20 Nov. 2016.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

GARCIA, Graciela. *O Domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense Oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2005.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GRINBERG, Keila. Escravidão e relações diplomáticas Brasil e Uruguai, século 19. In: 4º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL.

Curitiba. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/keilagringer.pdf>. Acessado em: 15 de janeiro de 2018.

Guarda Nacional, Caixa 31, Maço 76. Conselhos de Qualificação e Revisão de Pelotas e São Lourenço. 1854. AHRs

Inventário de Flora Gertrudes Maciel de Faria, 1853, n. 360, m.25. Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. APERS

Inventário de Aníbal Antunes Maciel. 1875, n. 815, m. 48. Pelotas. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. APERS.

Inventário de Felisbina da Silva Antunes. 1871, n. 68, m.2. Pelotas, 1º e 2º Cartório Cível e Crime. APERS

Inventário de José Aníbal Antunes Maciel. 1875, n.85, m.03. Pelotas, 1º Cartório Cível e Crime. APERS.

Inventário de Maria Augusta de Resende Antunes e Francisco Aníbal Antunes Maciel. 1877, n.306385, m.108. Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Ausentes. APERS.

MENEGAT, Carla. *“Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha”*: atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai (1845-1865). Tese (Doutorado em História). PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2015.

NUNES, Dúnia dos Santos. *A Câmara Municipal de Pelotas e seus vereadores*: exercício do poder local e estratégias sociais (1832-1836). Dissertação (Mestrado em História). PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2013.

PAULA, Débora Clasen de. *Família, guerra, política, negócios e fronteira*: os Antunes Maciel desde o século XVIII aos inícios do século XX. Tese (Doutorado em História). PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2019.

PESSI, Bruno Stelmach. *Entre o fim do tráfico e a abolição*: a manutenção da escravidão em Pelotas, RS, na segunda metade do século XIX (1850 a 1884). São Paulo: USP, 2012.

PICCOLO, Helga I. L. A questão do federalismo no Rio Grande do Sul. In: HENZ, Flávio M.; HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo (Orgs.). *Histórias regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

PINTO, Natália Garcia. A família de Luís e Maria, escravos do coronel Aníbal Antunes Maciel: hierarquia social, parentesco e liberdade nas últimas décadas da escravidão em Pelotas/ RS, século XIX. In: XII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA

ANPUH/RS. Disponível em: http://www.eeh2014.anpuhrs.org.br/resources/anais/30/1405455160_ARQUIVO_AFAMILIADELUISE MARIA.pdf. Acesso em 05 Jan 2017.

SANTOS, José. F. de Assumpção. *Uma linhagem Sul Rio-Grandense: os “Antunes Maciel”*. [s.l.]: Instituto Genealógico Brasileiro, 1958.

Tabelionato do município de Pelotas. Livro 5, p.53V. HD 07, Pasta 078. APERS.

Tabelionato do município de Pelotas. Livro 5, p.53V. HD 07, Pasta 078. APERS.

Testamento de Flora Gertrudes Maciel de Faria, n. 360, m.25. 1853, Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. APERS

VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre as elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro, PPGHIS/UFRJ, 2013.

ZABIELA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e Navegação, de Extradicação e de Limites*. Dissertação (Mestrado em História) PPGH/UFRGS. Porto Alegre, 2002.

A ELITE PELOTENSE E AS PRÁTICAS CARITATIVAS (1880-1920)

JOSUÉ EICHOLZ

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o Estado era pouco efetivo na destinação de recursos para a construção e manutenção de instituições de assistência, sendo esse papel desempenhado, na maioria das vezes, pelas elites locais,¹ muito influenciadas pela Igreja, que incentivava as ações caritativas. Na cidade de Pelotas, no período em questão, também os membros da elite assumiram esse protagonismo.²

No presente capítulo, veremos que os sujeitos abastados de Pelotas foram importantes na caridade, tornando-se assim “benfeitores”, termo que designa a modalidade associativa mais importante dentro das

1 Conforme Vargas, “podemos definir elites como grupos formados por indivíduos e famílias que concentravam os recursos materiais e imateriais mais valorizados no contexto histórico em que viviam e que, na maioria das sociedades, envolviam critérios de riqueza, poder e status”. VARGAS, Jonas Moreira. *Os Barões do charque e suas fortunas*: Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 27.

2 O tema do presente capítulo, salvo algumas alterações ao texto original, é parte integrante da minha dissertação de mestrado, defendida junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas no ano de 2017. Para mais detalhes, ver: EICHOLZ, Josué. *Elites locais e caridade*: Estudo sobre os benfeitores do Asilo de Mendigos e do Asilo de Órfãs São Benedito em Pelotas - RS (1880-1920), Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2017, Dissertação (Mestrado em História).

instituições. Com efeito, temos o intuito de mostrar para o leitor que a concentração de riqueza, prestígio e poder possibilitava para as elites ampliar a sua atuação em espaços que ofereciam certo prestígio social. Difícil saber o que acabava se tornando mais importante nesse contexto, tendo em vista que as principais famílias da terra perseguiram diversos interesses, elaboravam distintas estratégias e a caridade era somente mais uma delas. Já as instituições assistenciais foram parte de seus meios facilitadores e locais de conexão entre os que doavam e os que recebiam, atendendo os doentes e necessitados e dando destaque para os benfeitores.

No transcorrer da pesquisa e escrita, que culminou com a dissertação de mestrado em História, estudei quatro instituições de Pelotas: Sociedade Portuguesa de Beneficência,³ Santa Casa de Misericórdia,⁴ Asilo de Órfãos São Benedito e Asilo de Mendigos. Para esse capítulo, iremos nos deter no último, o Asilo de Mendigos.

APONTAMENTOS SOBRE O ASILO DE MENDIGOS

Ao falar sobre o Asilo de Mendigos de Pelotas é preciso considerar que mesmo antes do término da escravidão no país e antes da mudança na forma de governo, de Monarquia para República, os indivíduos mais afortunados da sociedade pelotense julgavam necessária a instalação de um estabelecimento que recebesse os desvalidos, os mendigos que se encontravam pelas ruas da cidade. Sendo assim, em 1885 surgiu o Asilo de Mendigos de Pelotas.⁵

3 Sobre a Sociedade Portuguesa de Beneficência, ver: CHAVES, Larissa Patron. *“Honremos a Pátria!” As Sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro do Rio Grande (1854-1910)*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós – Graduação / Programa de Pós – Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2008.

4 Para uma análise bastante aprofundada da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, ver: TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas - RS (1847-1922)*. 2007. 257 p. Dissertação – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

5 Sobre o Asilo de Mendigos, há também o Trabalho de Conclusão de Curso de RIECHEL, Isabel. *Asilo de Mendigos: Seus internos e sua condição social*. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura Plena em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2000.

Em 1882, a ideia de criar um asilo foi lançada e publicada pelo jornalista e fundador do jornal *Correio Mercantil*, Antônio Joaquim Dias, conforme reforça a notícia abaixo:

A redação do Correio Mercantil solicita de todos os habitantes desta cidade um donativo qualquer para ser aplicado à construção de um edifício destinado à mendicidade. As quantias que a generosidade pública consagrar à este humanitário fim, podem ser remetidas à esta redação ou aos Srs. Conceição e Cia.⁶

Conforme o Histórico do Asilo de Mendigos (1936),⁷ integravam a 1ª diretoria, eleita em 31 de maio de 1885, os seguintes senhores: Antônio Joaquim Dias (Presidente); José Ferreira Alves Guimarães (Vice); Cel. Luiz Carlos Massot (Secretário); Antônio Francisco da Rocha (Tesoureiro) e os Diretores Domingos Fernandes da Rocha, Joaquim Francisco Meireles Leite e Adolfo Rezende.

De 1885 a 1923, o Asilo teve nove presidentes, conforme evidenciamos na tabela abaixo:

**TABELA 1 - RELAÇÃO DE PRESIDENTES DO ASILO DE MENDIGOS
(1885 A 1935)**

Presidente	Período
Antônio Joaquim Dias	1885-1886
Barão do Arroio Grande	1886-1887
Cel. Alfredo Gonçalves Moreira	1887-1892
Cel. Urbano Martins Garcia	1892-1900
Cel. Manoel Simões Lopes	1901-1905
Dr. Francisco Simões	1905-1908
Faustino Trapaga	1909-1910
Dr. Pedro Luis Osorio	1911-1915
Dr. Augusto Simões Lopes	1916-1923

Fonte: HISTÓRICO do Asilo de Mendigos de Pelotas – 1882 a 1935. Pelotas: A Universal, 1936. (IHGPel)

No período de 40 anos quem mais vezes exerceu o cargo de presidente do Asilo foi o Dr. Augusto Simões Lopes, seguido pelo Cel.

Urbano Martins Garcia, que esteve à frente da instituição de 1892 a 1900. Outra informação que podemos extrair da tabela nos remete a presença de mais de um indivíduo da mesma família na relação de presidentes do Asilo, como é o caso da família Simões Lopes, que no período delimitado teve três representantes no cargo máximo da instituição, demonstrando que a participação em cargos diretivos era um hábito compartilhado entre as famílias elitizadas de Pelotas e em muitos casos um hábito e uma tradição de uma determinada família.

O espaço geográfico escolhido para a construção do prédio situava-se entre as ruas Andrade Neves e XV de Novembro com frente para a Praça Júlio de Castilhos (atual Parque D. Antônio Zattera). A compra do terreno ficou a cargo do conselho administrativo, que no ano de 1886 era presidido pelo Barão de Arroio Grande, importante benfeitor do Asilo. Após a escolha do local, o terreno foi adquirido do Sr. Joaquim da Silva Tavares (Barão de Santa Tecla) pelo valor de R\$ 6:000\$000, sendo que a metade desse valor foi doado ao asilo pelo referido Barão, que por este ato, também foi considerado benfeitor do estabelecimento. É importante destacar que ambos os citados eram charqueadores pertencentes às famílias mais ricas de Pelotas na época.⁸

Quanto à retribuição que a instituição Asilo de Mendigos de Pelotas conferiria a quem prestasse relevante serviço ou donativo, o estatuto de 1938 trata das honras e distinções, contemplando como uma das formas de homenagem à concessão de diplomas para cada categoria de sócios da seguinte forma, conforme consta na tabela abaixo:

TABELA 2: EXIGÊNCIAS PARA CADA MODALIDADE DE SÓCIO, PARA QUE ESTES RECEBESSEM O DIPLOMA

Modalidade	Exigência
Sócio honorário	Donativo até 800\$000 em dinheiro de uma só vez, ou prestação de serviço ao Asilo que seja equivalente aos valores mencionados acima.

⁸ Segundo Mario Osorio Magalhães, quando em seu trabalho fez referência aos charqueadores pelotenses do século XIX, este mencionou que “Pelotas já foi cognominada cidade da caridade”. MAGALHÃES, Mario Osorio. *Sob as bênçãos de São Francisco*: História da Casa da Criança São Francisco de Paula. Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 2012, p.18.

Sócio legionário	Donativo de uma só vez, da quantia de Rs. 1.000\$000.
Sócio benemérito	Donativo de uma só vez, de 3 contos de réis até a quantia de 5 contos ou prestação de serviço ao Asilo que seja equivalente aos valores mencionados acima.
Sócio grande benfeitor	Donativo de 10 contos de réis, de uma só vez ou prestação de serviço ou benefício de um valor moral inestimável.

Fonte: Dados elaborados a partir da consulta ao Estatuto do Asilo de Mendigos de 1938.

Conforme o estatuto de 1938, no artigo 41, parágrafo 1º, consta o seguinte: “Além dessas recompensas, que constarão de diplomas impressos, numerados e registrados com o nome dos possuidores, no livro do registro, a diretoria agradecerá por ofício os serviços que julgar não carecerem de outra formalidade.”⁹ O mesmo documento estabelece ainda que cada diretoria, assim que eleita, deve escolher médicos e cirurgiões dentistas que prestarão serviço voluntário aos asilados, sempre que for necessário. Não se sabe quais critérios eram utilizados para tais escolhas, o que é possível inferir é que esta, possivelmente, era uma ação de “mão dupla”, de um lado médicos escolhidos pela direção, talvez por afinidades e laços com os membros da diretoria e os médicos por sua vez, muito provavelmente também aceitavam, com o intuito de fortalecer estes laços e também com o escopo de projetar-se socialmente como um indivíduo que realiza a caridade numa sociedade em que a mesma é extremamente valorizada e entendida como uma ferramenta de poder.

O Histórico do Asilo de Mendigos de 1936 traz na página 66 a relação dos sócios grandes benfeitores da instituição. Na tabela abaixo, constam os nomes dos sócios contemplados com a honraria até o ano de 1920.

⁹ Estatuto do Asilo de Mendigos, 1938, p.11.

TABELA 3: SÓCIO GRANDE BENFEITOR DO ASILO DE MENDIGOS E A DATA NA QUAL SEU NOME FOI PROPOSTO PARA A CONCESSÃO DA HONRARIA

Sócio Grande Benfeitor	Data
Antonio Joaquim Dias	05/02/1893
Visconde da Graça	05/08/1894
Barão de Santa Tecla	05/08/1894
Antonio Jacobs	05/08/1894
Barão de Jarau	05/08/1894
Baronesa de Arroio Grande	05/08/1894
Viscondessa da Graça	05/08/1894
Cel. Urbano Garcia	24/04/1901
Tenente Cel. Monoel Simões Lopes	25/04/1905
José Maria Machado de Abreu	11/02/1908
Felix Antonio Gonçalves	26/12/1909
Dr. Francisco Simões	26/12/1909
Major João Ciriaco Crespo	26/12/1909
Antonio Barbosa Pinho Louzada	26/12/1909
Baronesa de Santa Tecla	26/12/1909
Juan Romeu	23/06/1913
Major João da Silva Tavares	23/06/1913
Dr. Alexandre Cassiano do Nascimento	15/07/1914
Dr. Pedro Luiz Osorio	05/07/1914
Dr. Joaquim A. de Assumpção	05/05/1916
D. Zóla Amaro	29/12/1920
Dr. Augusto Simões Lopes	09/06/1918
Major João Tamboredeguy	22/06/1919
Ernestina A. de Assumpção	04/05/1920

Fonte: Histórico do Asilo de Mendigos de Pelotas – 1882 a 1935. Pelotas: A Universal, 1936. (IHGPel)

De 1893 a 1920, 24 pessoas foram agraciadas com o título de sócio grande benfeitor, modalidade que estava no topo da hierarquia de sócios da entidade assistencial. O primeiro a ser homenageado foi o jornalista Antônio Joaquim Dias, grande incentivador e primeiro presidente

do Asilo. Os outros 18 homens em sua maioria são charqueadores, comerciantes e profissionais liberais, a lista contém também 5 mulheres, todas elas pertencentes às principais famílias da elite local, assim como a maioria dos sócios agraciados como grandes benfeitores. Apesar de atender um número de pessoas inferior ao da Santa Casa (que além disso também tratava da saúde de pessoas de todas as classes sociais), o Asilo de Mendigos também atraiu donativos dos homens mais ricos e prestigiosos da urbe, como os charqueadores Visconde da Graça, Barão de Jarau e Barão de Santa Tecla e os senadores Joaquim Augusto de Assumpção, Augusto Simões Lopes e Alexandre Cassiano do Nascimento.

PRÁTICAS CARITATIVAS E HONRARIAS

No período analisado (1880-1920), as formas de caridade eram variadas e as retribuições igualmente. Entre o doador e o beneficiado, havia as instituições (Hospitais, Asilos e instituições semelhantes) que intermediavam a caridade e geralmente davam visibilidade para a ação caritativa e para o benfeitor.¹⁰ As doações realizadas para as instituições frequentemente eram publicadas pelos jornais pelotenses em circulação, além de serem registradas nos relatórios dos presidentes/provedores, nas atas e em outros documentos institucionais.¹¹ Um exemplo desses registros pode ser encontrado no relatório da gestão do presidente do Asilo de Mendigos, Coronel Urbano Martins Garcia e corresponde aos anos de 1899 e 1900. Logo na página seis há um texto relacionado à caridade. “Passamos a relatar os nomes dos ilustres cavalheiros que mandaram suas esmolas, por ocasião dos espetáculos realizados em favor

10 Em Portugal, num recorte temporal mais recuado, já há registros de instituições assistenciais praticando a caridade. De acordo com Araújo, as Misericórdias portuguesas também eram verdadeiras incentivadoras e distribuidoras da caridade, um exemplo foi a Misericórdia de Vila Viçosa, no século XVIII, que durante a Semana Santa entregava inúmeras esmolas aos pobres, seja na própria instituição, seja indo até a casa dos necessitados; sendo que as esmolas eram distribuídas pelos confrades. ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. *As Misericórdias Portuguesas enquanto palcos de sociabilidades no século XVIII. História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, p. 155-176, 2006).

11 EICHOLZ, Josué. Op. cit.

de nossa casa. Coronel Alberto R. Rosa – 14\$000, Barão de Arroio Grande – 10\$000”.¹²

Observa-se, portanto, que o Asilo de Mendigos organizava espetáculos, também no sentido de angariar recursos. Na ocasião, fizeram donativos o Coronel Alberto Rosa (charqueador) e Francisco Antunes Gomes da Costa, o barão de Arroio Grande (charqueador). Segundo Vargas,¹³ o barão de Arroio Grande tornou-se um rico banqueiro, sendo um dos incorporadores do Banco Pelotense em 1906, juntamente com Alberto Rosa. Neste sentido, ambos afastaram-se dos negócios com o charque, mas sem deixar de praticar a caridade, um hábito da elite pelotense do século XIX que continuou sendo realizado nas primeiras décadas do século XX.

Já em 1905, os donativos continuam a ser realizados em prol do Asilo de mendigos de forma bastante significativa e com a assinatura das famílias abastadas de Pelotas. Em 10 de janeiro de 1905 o Dr. Augusto Simões Lopes efetua a doação de 200\$000 e em 14 de novembro de 1905 são feitas doações pela Baronesa do Arroio Grande (1:000\$000) e pelo Dr. Joaquim A. Assumpção (200\$000).

Joaquim Augusto de Assumpção (18/07/1950 - 02/04/1916) era natural de Pelotas, filho do Barão de Jarau, Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, vereador em Pelotas (1887-1889). Na monarquia era filiado ao Partido Conservador, já na República ao PRR, quando ocupou uma cadeira no Senado, de 1913 a 1915. Também foi um dos fundadores do Banco Pelotense e da Companhia de Fiação e Tecidos Pelotense.

Entre as grandes honrarias concedidas aos benfeitores que prestavam serviços inestimáveis e realizavam donativos vultuosos, podemos citar a colocação de um quadro no salão de honra, concessão de diploma, inauguração de monumentos, bustos e denominação de salas – todos símbolos de distinção e prestígio social. No Asilo de Mendigos, por exemplo, os grandes benfeitores foram homenageados emprestando

12 AZYLO DE MENDIGOS. Relatório do Presidente Coronel Urbano Martins Garcia: De janeiro de 1899 a 31 de dezembro de 1900. Pelotas: Livraria Americana, 1901. (BPP).

13 VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas Margens do Atlântico*: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). 505 f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro– UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

o seu nome a alguma sala do prédio. Veremos que boa parte dos homenageados com essa grandiosa honraria eram pessoas das famílias de elite aqui já mencionadas:

Justa Homenagem

Esta administração em consideração aos serviços de alta valia, acumulados às esmolas doadas à nossa casa, pelos dedicados amigos de seu bem estar e progresso deliberou prestar culto a essa magnanimidade, fazendo designar com o ilustre nome de seus maiores benfeitores, as salas de nosso edifício social, sendo que dá começo desta forma: (AZYLO DE MENDIGOS, relatório de janeiro de 1899 a dezembro de 1900, p.16-17).¹⁴

TABELA 4: HOMENAGEADOS DO ASILO DE MENDIGOS, QUE GANHARAM A HONRARIA DA DIRETORIA DE TER SEUS NOMES LIGADOS A SALAS DO PRÉDIO DO REFERIDO ESTABELECIMENTO

Número da Sala	Nome
1	Viscondessa da Graça
2	Baronesa Santa Tecla
3	Baronesa de Arroio Grande
4	Imprensa Pelotense
5	Visconde da Graça
6	Barão de Jarau
7	Antonio Jacob
8	Major João Cyriaco Crespo
9	Povo Pelotense
10	Barão de Santa Tecla
11	Antonio Joaquim Dias
12	Antonio Barboza de Pinho Louzada

Fonte: Azylo de Mendigos. Relatório do Presidente Coronel Urbano Martins Garcia: De janeiro de 1899 a 31 de dezembro de 1900. Pelotas: Livraria Americana, 1901.

Das doze salas, três possuem o nome de charqueadores, todos eles detentores de grandes fortunas, outras três são dedicadas a mulheres (esposas de charqueadores), uma homenageia a imprensa de Pelotas pelo

14 AZYLO DE MENDIGOS. Relatório do Presidente Coronel Urbano Martins Garcia: De janeiro de 1899 a 31 de dezembro de 1900. Pelotas: Livraria Americana, 1901. (BPP).

constante apoio em suas causas e outra faz referência à generosidade do povo pelotense. Uma sala leva o nome do idealizador, Antônio Joaquim Dias e as demais homenageiam sujeitos ilustres que a seu modo contribuíram significativamente para com a Instituição.

Dos benfeitores detentores da graça de serem nomes de espaços no prédio do Asilo de Mendigos, 50% eram ligados à economia do charque, considerando as três mulheres, esposas de charqueadores e que muito faziam em prol do referido estabelecimento assistencial. 16,6% não eram indivíduos e sim um grupo, o povo pelotense e a imprensa pelotense. Outros 16,6%, até o prezado momento ainda não há dados concretos sobre suas profissões. Restando apenas dois sujeitos, que correspondem cada um com 8,3%: Antônio Jacob (comerciante) e Antônio Joaquim Dias (jornalista). Estes números são importantes, pois revelam que, se por um lado a elite rica tinha uma grande representatividade entre os benfeitores, também havia espaços para indivíduos oriundos de setores intermediários da sociedade investirem em tal prática.¹⁵

Vimos acima uma das grandes retribuições que o Asilo de Mendigos conferia aos principais sujeitos caritativos. Outra retribuição muito significativa, destinada somente àqueles que se dedicavam imensamente ao Asilo é a “diplomação dos sócios”. Abaixo temos uma notícia publicada pelo presidente Dr. Francisco Simões, no relatório dos anos de 1905 a 1907:¹⁶

Entrega de Títulos

12 de Novembro de 1905, o Asylo tornava também público o seu testemunho de agradecimento, fazendo-lhe entrega do diploma de sócio Grande Benfeitor ao Ilmo Sr. Tenente Coronel Manoel Simões Lopes, pelos valiosos serviços prestados á instituição, durante os quatro anos de sua administração, ao Ilmo Sr. José Cyrillo Duarte o título de Benemérito pela dedicação e zelo revelados durante os anos de sua inspetoria.

Conforme a notícia supracitada, ao Coronel Manoel Simões Lopes foi entregue o diploma de sócio Grande Benfeitor (honraria concedida a quem efetuasse o donativo de 10 contos de réis, de uma só vez ou

15 Para mais detalhes, ver: EICHOLZ, Josué. Op. cit.

16 ASYLO DE MENDIGOS. Relatório do Presidente Dr. Francisco Simões: De 1905 a 1907. Pelotas: Livraria Americana, 1908. (BPP).

prestasse serviço ou benefício de um valor moral inestimável) pelos serviços que prestou ao Asilo durante os quatro anos de sua gestão. Além dessa motivação, não esqueçamos as estreitas e bem articuladas relações em família e entre alguns membros da elite. Sabemos que Manoel Simões Lopes era filho do Visconde da Graça, que já havia sido homenageado anteriormente pela gestão do presidente Urbano Martins Garcia.¹⁷ Já para o Sr. José Cyrillo Duarte, foi entregue um diploma de sócio benemérito, significativo, mas não tão importante quanto o de Grande Benfeitor.

A construção de monumentos e bustos também consistia numa honraria bastante apreciada na época. No jardim do Asilo de Mendigos, há um monumento em homenagem a Antônio Joaquim Dias, o grande idealizador do estabelecimento em Pelotas no final do século XIX. Em relação a esta obra, o relatório do Dr. Francisco Simões nos fornece os detalhes de sua criação: “De acordo com resolução tomada em diretoria, foi aceito o oferecimento da comissão promotora da ereção de um monumento, nesta cidade, à memória de Antônio Joaquim Dias, dedicado propugnador do progresso de Pelotas”.¹⁸ A criação de monumentos em homenagem a sujeitos ilustres, também pode ser entendida como uma retribuição pela caridade, neste caso, e na maioria deles, esta honraria é realizada pós-morte. Monumentos, bustos e retratos em quadros preservam a memória do homenageado por várias gerações e conferem prestígio aos seus familiares.

Além do monumento em homenagem a Antônio Joaquim Dias há também no Asilo de Mendigos um busto em homenagem a Augusto Simões Lopes, pelo tempo e dedicação em prol da Instituição (12 anos).

17 Urbano Martins Garcia ocupou mandato eletivo em Pelotas, foi vereador no período compreendido entre os anos de 1877 a 1880, portanto antes de ocupar o cargo de presidente do Asilo de Mendigos.

18 ASYLO DE MENDIGOS, relatório dos anos de 1905 a 1907, p.20.



Figura 1: Busto de Augusto Simões Lopes
Fonte: Jardim do Asilo de Mendigos. Reprodução: do autor (2017).

O busto do Dr. Augusto foi inaugurado pouco tempo após sua morte. Ele foi o único indivíduo considerado Grande Benfeitor da Casa Asilar que recebeu um busto em sua homenagem.

Em relação aos quadros dos grandes benfeitores, estes se encontram nos salões de honra das instituições.¹⁹ Tal denominação altera-se

¹⁹ Meneses refere-se ao fato de que o historiador que trabalha com imagens, necessita observar o ciclo completo de sua produção, circulação e consumo. Adaptando as três variáveis para o presente trabalho, podemos considerar que a produção corresponde ao pedido realizado pela direção da instituição a um determinado artista, já a circulação corresponde ao ambiente em

dependendo do estabelecimento, sendo que algumas instituições utilizam salão/galeria nobre, etc. Porém, a finalidade de todos estes recintos é a mesma: representar através dos retratos a imortalidade, guardar na expressão de um rosto as ações caritativas e contributivas dos sujeitos para com as instituições, servindo também como uma representação de *status* positivo perante seus pares e perante a sociedade local. O retrato foi uma das mais importantes retribuições simbólicas utilizadas pelas instituições para agradecer pela caridade recebida, e o seu potencial em conferir prestígio social às famílias de elite da época não deve ser desprezado.



Figura 2: Salão de Honra do Asilo de Mendigos de Pelotas

Fonte: Salão de Honra do Asilo de Mendigos de Pelotas. Reprodução: do autor (2017).

que os retratos estiveram e foram alocados, no caso em questão, o salão de honra do Asilo, e por fim o consumo destas obras se dá pelos indivíduos que vivenciam a realidade e a rotina da instituição e demais pessoas, que em virtude da realização de algum evento naquele recinto, possam ter contato com os retratos MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes Visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, nº. 45, p.11 36, 2003.

No salão de honra do Asilo de Mendigos, os três principais nomes que podem ser apontados como responsáveis pela construção do Asilo (Antônio Joaquim Dias, Visconde da Graça e Barão de Santa Tecla) foram homenageados com quadros. Na galeria do Asilo de Mendigos, os membros da mesma família aparecem lado a lado, como por exemplo, os Simões Lopes. Assim como nas demais instituições assistenciais da época, as mulheres que tinham direito a ter um quadro na galeria nobre, em sua maioria, pertenciam à elite local, sendo esposas de benfeitores. Difícil saber o grau de autonomia das mulheres frente aos seus maridos no que diz respeito à caridade. É provável que a caridade fosse um espaço no qual as mulheres podiam se inserir com algum protagonismo, buscando até mesmo um tipo de ascensão social. Contudo, uma análise mais aprofundada da atuação das mulheres no âmbito da caridade exige outras pesquisas e é algo que não nos foi possível realizar nesse momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sujeitos caritativos de Pelotas foram muitos e a maioria pertencia à elite local, e como tal, não economizavam nas boas ações que geravam visibilidade social perante a sociedade. Seja no período de auge do charque ou no de sua decadência, as doações e os gestos contributivos de “cavalheiros” e “damas” foram essenciais para a implantação e manutenção de diversas instituições, que por seu turno, acabaram ajudando a construir a imagem de cidade próspera, letrada, moderna e preocupada com a saúde e a assistência aos mais necessitados, sejam doentes sem recursos, crianças desvalidas ou mendigos e idosos sem amparo.

As instituições assistenciais, suas reuniões, seus salões nobres, seus eventos beneficentes também eram um espaço de sociabilidade entre as elites e frequentá-los era um hábito dessas famílias, assim como as grandes doações, que em alguns casos eram hereditárias, ou seja, o filho continuava a praticar, porque o pai também o fez. Além de sociabilidade, a caridade e as instituições assistenciais podem ser vistas como espaços de disputa por visibilidade entre as elites, havia o interesse por estar no panteão de cada instituição, que era o salão nobre. Estar entre os maiores benfeitores e se diferir desses de alguma forma, era desejo de muitos, porém possibilidade para poucos. A chave de acesso ao panteão

da caridade era conquistada através da doação de muito dinheiro, ou pela doação de bens imóveis e móveis ou ainda através de serviços inestimáveis. Assim sendo, a busca por prestígio entre os benfeitores era viabilizada por conta da riqueza dos doadores e seus familiares, que podiam converter o capital social alcançado para outras esferas de poder local.

Para melhor dimensionarmos o quão importante era para as elites locais a prática da caridade no período estudado, basta efetuarmos um cruzamento de dados entre os maiores benfeitores (as) de três estabelecimentos assistenciais, que encontraremos alguns nomes presentes em todas as instituições ou em pelo menos duas delas. Os benfeitores Edmundo Berchon des Essarts, Augusto Simões Lopes e Francisco Simões Lopes atuaram na Santa Casa, Asilo de Mendigos e Asilo de Órfãs São Benedito, enquanto que outros benfeitores atuaram na Santa Casa e no Asilo de Mendigos: Barão de Jarau, Joaquim Augusto de Assumpção, Felix Antonio Gonçalves, Viscondessa da Graça, Baronesa de Arroio Grande, Antonio Jacobs, João Ciriaco Crespo e ainda temos o caso de Ernestina de Assumpção, benfeitora do Asilo de Mendigos e do São Benedito. Esses exemplos de pessoas que foram caridosas para com mais de uma instituição reforçam que as elites se importavam muito com a caridade, tanto que, quanto mais instituições fossem ajudadas, maior seria a demonstração de poder perante os seus pares e, por consequência, o reconhecimento e o prestígio social também aumentariam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. As Misericórdias Portuguesas enquanto palcos de sociabilidades no século XVIII. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, p. 155-176, 2006.

CHAVES, Larissa Patron. “Honremos a Pátria!” *As Sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro do Rio Grande (1854-1910)*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação / Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2008.

EICHOLZ, Josué. *Elites locais e caridade: Estudo sobre os benfeitores do Asilo de Mendigos e do Asilo de Órfãs São Benedito em Pelotas - RS (1880-1920)*, Pelotas,

Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2017, Dissertação (Mestrado em História).

MAGALHÃES, Mario Osorio. *Sob as bênçãos de São Francisco: História da Casa da Criança São Francisco de Paula*. Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 2012.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes Visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, nº. 45, p.11 36, 2003.

RIEHEL, Isabel. *Asilo de Mendigos: Seus internos e sua condição social*. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura Plena em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2000.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas - RS (1847-1922)*. 2007. 257 p. Dissertação – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VARGAS, Jonas Moreira. *Os Barões do charque e suas fortunas: Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas Margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. 505 f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro– UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ELITE IMIGRANTE PORTUGUESA EM PELOTAS/RS (1900-1957)

BIANE PEVERADA JAQUES

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A história da cidade de Pelotas/RS possui uma intrínseca relação com diversos termos e/ou noções conceituais, entre os quais, pode-se citar: imigração portuguesa e elite. Afinal, a presença lusa na região, que atualmente corresponde o território de Pelotas, é uma constante desde o século XVIII.¹ Além disso, no final do império, com o forte desenvolvimento da indústria do charque, a cidade atingiu o seu apogeu econômico que se manteve com relativa estabilidade até a década de 1920.²

Estas duas questões, relacionadas à imigração portuguesa e elite em Pelotas, permearam, de forma mais ou menos explícita, as discussões propostas na dissertação de mestrado³ e tese de doutorado, atualmente em fase final de desenvolvimento, da autora. De forma distinta, tratam, sobretudo, acerca de alguns dos aspectos relacionados à memória e

1 GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas, olarias*: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: Editora da Universidade/UFPEL/Livraria Mundial, 1993.

2 LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária*: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, vol. 1 e 2, 1999, 727p.

3 JAQUES, Biane Peverada. *“Eis aí como tomei contato com o Diário”*: ascensão social-profissional do imigrante português Maximiano Pombo Cirne a partir do Diário Popular. Pelotas 1922-1949. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017, 120p.

identidade de um grupo específico de imigrantes portugueses em Pelotas no século XX, dotados de características que podem ser compreendidas conceitualmente como de elite.⁴

A partir das discussões propostas na dissertação e tese, foi observado o desenvolvimento de uma rede social composta de imigrantes portugueses, originários da região Norte de Portugal, mas, que também se relacionava de forma ativa com o grupo nativo da cidade de Pelotas. Além disso, é interessante de ser observado que, com frequência, estes indivíduos eram provenientes de famílias humildes na sociedade de origem. Todavia, a partir da ampliação e fortalecimento da rede em que se inseriam, foi possível a constituição de uma elite imigrante portuguesa na cidade, durante o período compreendido entre 1900 a 1957.

Sendo assim, pretende-se observar, neste capítulo, a elite imigrante portuguesa de Pelotas e alguns aspectos referentes a sua constituição, após o processo emigratório dos sujeitos históricos, entre 1900 a 1957. Principalmente a partir do estabelecimento de contatos com outros imigrantes lusos, sobretudo, na Sociedade Portuguesa de Beneficência da cidade.

As fontes analisadas para a realização deste capítulo compreendem duas entrevistas de história oral temáticas⁵, realizadas com Francisco José Leal Serra, atual vice-cônsul de Portugal em Pelotas; um livro de memórias e alguns recortes de jornal, constituídos e salvaguardados por dois imigrantes portugueses pertencentes ao grupo analisado. Todavia, é válido ressaltar que este capítulo trata apenas de uma parte específica de sujeitos, afinal, é evidente que os imigrantes, de forma geral, compreendem um todo complexo e repleto de particularidades.

PORTUGUESES EM PELOTAS

Sabe-se que os primeiros sujeitos de origem portuguesa a se estabelecerem na região que atualmente corresponde o território de Pelotas remonta ao século XVIII, entre 1762 e 1763, devido às invasões espanholas na Colônia do Sacramento e na Vila do Rio Grande de

4 HEINZ, Flavio. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

5 ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FVG, 2004.

São Pedro.⁶ Este fator ocasionou um impulso significativo para o desenvolvimento de uma determinada atração lusa e imigração constante para a cidade, durante o século seguinte. Somado a isto, é preciso levar em consideração o forte desenvolvimento industrial de Pelotas no final do século XIX para compreender a permanência da atração dos imigrantes, em específico os de origem portuguesa, para a cidade entre 1900 e 1957.

Pelotas possuía uma estrutura mista de industrialização capaz de diferenciar a cidade de forma positiva, quando comparada a Rio Grande/RS e Porto Alegre/RS, por exemplo. Ao mesmo tempo em que sediava grandes estabelecimentos, principalmente relacionados à pecuária, possuía outros, de pequeno porte e de caráter essencialmente artesanal. Dessa forma, no final do Império e somado a forte indústria do charque – que estava estabelecida na cidade desde o final do século XVIII⁷ – Pelotas atingiu, o que ficou denominado pela historiografia que trata acerca da temática, como, o seu apogeu econômico.⁸

Levando estes aspectos em consideração, pode-se afirmar que, a partir da segunda metade do século XIX, o fluxo migratório para a cidade alcançou uma significativa ampliação. No mesmo sentido, em 1911 Pelotas possuía um total de 62.701 habitantes, destes, 11% eram de estrangeiros, sendo a maioria de origem portuguesa.⁹ Já na década de 1940, a cidade possuía 104.553 habitantes, no entanto, a porcentagem de imigrantes foi significativamente reduzida para 3,5%.¹⁰ Apesar de não existir informação censitária acerca da questão, é possível afirmar que a maioria portuguesa ainda era realidade na cidade e, em específico, de sujeitos originalmente pertencentes ao Distrito de Aveiro, localizado na região Norte de Portugal.¹¹

6 MAGALHÃES, Mário Osório. Portugueses. In.: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mário Osório. *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: UFPel, p. 201-202, 2010.

7 GUTIERREZ, Ester J. B. Op. Cit. 1993.

8 LONER, Beatriz Ana. Op. Cit. 1999, 727p.

9 Id.

10 Id.

11 ARROTEIA, Jorge; FISS, Regina Lucia Reis de Sá Britto. Traços da comunidade portuguesa em Pelotas, *População e Sociedade*. (14), 2007, p. 171-191.

É evidente que a redução percentual, relacionada à imigração em Pelotas, possui uma série de questões que precisam ser levadas em consideração, no entanto, não cabem na discussão proposta neste capítulo. O que é interessante de ser observado, neste momento, é que, entre as décadas de 1930 e 1950 o Rio Grande do Sul se encontrava no apogeu de desenvolvimento e mudança do modelo histórico para o agroindustrial e, em contrapartida, a região sul do estado perdia espaço, nas questões relacionadas ao industriário, para a capital, Porto Alegre.¹² Sendo assim, com a soma de uma série de aspectos econômicos, a crise se estabeleceu em Pelotas, encerrando de forma significativa o apogeu vivenciado pela cidade naquele período.¹³

Beatriz Loner¹⁴ afirma que, naquele momento, de acordo com a situação econômica vivenciada em Pelotas, passa a ser observado um acentuado declínio referente às entidades étnicas de caráter associativo estabelecidas na cidade. Todavia, as únicas que foram capazes de manter relativa estabilidade e permanência mais expressiva foram as portuguesas: o Clube Centro Português 1º de Dezembro e a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas, são um exemplo disso. Afinal, o fluxo migratório português direcionado a cidade possuiu uma relativa continuidade através de redes de informações e acolhimento.

O fluxo migratório português direcionado a Pelotas era majoritariamente compreendido por homens que, uma vez estabelecidos na região sul do Brasil, tiveram a oportunidade de chamar filhos, sobrinhos ou amigos. Em sua maioria proprietários de pequenas casas comerciais, possuíam recursos para se responsabilizar de forma legal, mas também social e cultural, pelos futuros recém-imigrados.

Assim, é possível de se perceber que boa parte dos filhos de portugueses, que haviam imigrado nas últimas décadas, estavam se inserindo de forma relativamente satisfatória na cidade. “O que pode ser comprovado pelo aparecimento de sobrenomes estrangeiros em ocupações típicas da classe intermediária e também pelo seu posicionamento em diretorias de clubes tradicionais da elite pelotense”.¹⁵ Esse padrão é

12 LONER, Beatriz Ana. Op. Cit. 1999, 727p.

13 Id.

14 Id.

15 Id. p. 396.

observado de forma muito explícita entre os imigrantes e as entidades étnicas associativas de origem portuguesa.

ELITE IMIGRANTE LUSA E A RELAÇÃO COM A SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE PELOTAS

No que se refere aos imigrantes portugueses estabelecidos em Pelotas, entre os anos de 1901 e 1979, Pombo¹⁶ selecionou uma amostra de 260 indivíduos, destes 105 eram associados à Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas e 135 ao clube Centro Português 1º de Dezembro. Além de serem consideradas como as principais entidades associativas lusas na cidade, possuem outra característica em evidência: sua relação próxima com o grupo imigrante mais privilegiado social e economicamente de Pelotas.

A maior parte dos associados era proveniente de espaços industriais e comerciais,¹⁷ constituídos significativamente por imigrantes portugueses desde o século XIX,¹⁸ tendência que segue sendo observada até 1937.¹⁹ Além disso, Larissa Patron Chaves²⁰ afirma, através dos registros nos inventários do Arquivo Público do Estado de Porto Alegre, que a maior parte dos associados da Beneficência Portuguesa eram provenientes do Norte de Portugal e, uma vez estabelecidos em Pelotas, constituíram fortuna. Este fator proporcionou o surgimento de uma elite portuguesa na cidade dotada de relativa prosperidade. Tem-se discutido cada vez mais a amplitude e flexibilidade acerca da noção conceitual de elite, neste sentido,

16 POMBO, Carmem. *Imigração Portuguesa em Pelotas no século XX*. Pelotas: UCPel, 1986.

17 ARQUIVO PESSOAL PRIVADO ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. *Livro de memórias*. Pelotas, 29 de junho de 1990.

18 ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do Século XIX*. Pelotas: Gráfica Universitária – UFPel, 2000.

19 LONER, Beatriz Ana. *Op. Cit.* 1999, 727p, p. 396.

20 CHAVES, Larissa Patron. *“Honremos a Pátria senhores!”: as Sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro do Rio Grande (1854-1910)*. Tese de Doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008, 339p.

[...] a imprecisão instrumental do termo 'elite' faz com que o historiador possa estudar grupos que ocupam posições-chave em determinada sociedade e que dispõe de poderes também determinados, assim como influências e privilégios, que, por sua vez, são inacessíveis aos outros componentes desse todo social.²¹

É possível afirmar que, desde a fundação da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas, em 1857, personalidades influentes e em posição de destaque entre os imigrantes lusos, fizeram parte da sua idealização e constituição, como, por exemplo: José Vieira Pimenta e Francisco Luis Ribeiro.²² O primeiro é conhecido pela historiografia oficial como idealizador e o segundo, além de vice-cônsul de Portugal em Pelotas, foi o primeiro presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência da cidade. A influência do vice-consulado para o estabelecimento de agência na região sul do estado indica uma íntima relação, inclusive de caráter político, com a Beneficência portuguesa pelotense.

[...] a justificativa da existência de um hospital privado corre nessa direção. Se por um lado as questões pertinentes a assistência para imigrantes decorre de uma iniciativa que cobriria a ausência do Estado com relação a questões administrativas e políticas que ultrapassam os limites da sede do Império, por outro a organização da mesma é fruto da vontade das elites regionais [sobretudo, portuguesas] em tornar-se diferenciada.²³

Levando-se em consideração o fortalecimento da cultura lusa em Pelotas, a partir de uma significativa movimentação associativa na Sociedade Portuguesa de Beneficência, é possível presumir que a instituição possuía um bom funcionamento na cidade.²⁴ Em função disso, a sua constituição social diretiva e, inclusive, a outorga de títulos referentes aos sócios benfeitores, beneméritos e honorários está intrinsecamente relacionada a quantidade e valor monetário de doações realizadas individualmente pelos sujeitos inseridos na instituição.²⁵

21 HEINZ, Flavio. Op. Cit. 2006, p. 8.

22 CHAVES, Larissa Patron. Op. Cit. 2008, 339p.

23 Id. p. 251-252.

24 Id.

25 Id.

Conforme vimos, quem participava dos cargos diretivos da Associação, não era o pobre, nem mesmo o remediado, mas o indivíduo que na sociedade local se auto-representava por uma próspera situação econômica. Essa representação poderia variar no sentido de que são muitas as atividades econômicas desses associados, que vão desde o barão até o estanceiro e comerciante.²⁶

Essas tendências são apontadas por Chaves,²⁷ como características da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas, no período compreendido entre 1854 a 1910, todavia, seguem sendo observadas no decorrer do século XX. Sobretudo, a partir de 1950, quando a instituição passa a se relacionar de forma ativa e efetiva com o principal clube étnico luso de Pelotas, o Centro Português 1º de Dezembro.

Neste momento, é possível observar uma interação e, principalmente, circulação de imigrantes lusos entre as duas entidades de caráter associativo. Sendo assim, é neste sentido que se encontra a relevância das ações empreendidas pelos sujeitos históricos, sobretudo, enquanto agentes protagonistas de dinâmicas interativas²⁸ nestes espaços, dotados com características de sociabilidade elitizadas.

Esta relação fica visível em 1951, quando das festividades em comemoração aos 94 anos da Beneficência, o discurso oficial foi proferido pelo diretor do Centro Português, e, após, foi oferecido, pela diretoria do hospital, um almoço comemorativo no clube.²⁹ No centenário da instituição, em 1957, o jornal *Diário Popular* dedica uma grande reportagem às festividades e ações da Beneficência, nela é mencionada a maior parte do grupo diretivo.

Com o mesmo carinho e dedicação das antecessoras, a atual diretoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência vem realizando um grande trabalho,

26 Id. p. 259.

27 Id.

28 MUGGE, Miquéias. História de elites e micro-história: aproximações metodológicas. In.: MARTINS, Maria Cristina; MOREIRA, Paulo Roberto (Orgs.). *Uma história em escalas. A microanálise e a historiografia latino-americana*. São Leopoldo: Oikos; UNISINOS, p. 305-322, 2012.

29 ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. A Soc. Portuguesa de Beneficência Comemorou seu 94º Aniversário. *Recorte de Jornal*. Diário Popular. Pelotas, 18 de setembro de 1951.

com inúmeros melhoramentos introduzidos em seu hospital e, agora, destacando-se com a organização das expressivas comemorações ao Primeiro Centenário daquela Casa. A atual diretoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência está assim constituída: presidente, Eduardo Lopes Cortez; vice-presidente, Alberto Pereira Bastos; 1º secretário, José Pinto Magalhães; 2º secretário, Damásio Duval Rodrigues; tesoureiro, Manoel Pereira Bastos; adjunto, José João Martins Pereira; procuradores, Herminio Soares dos Santos e John Alfred King; diretores, Abilio Pacheco Filho, José Luiz da Cunha, David Valente da Costa; João dos Santos Martins, Joaquim Dias, Francisco Manoel Pinheiro, Victor Seixas, Antônio Simões de Almeida, Isaac Soares de Freitas, Manoel Marques Nogueira, Joaquim Dias Ferreira e João Gomes Nogueira; Conselho Deliberativo, dr. Maximiano Pombo Cirne, dr. Salvador [ilegível], Carlos Casareto Scott, [ilegível] de Souza Moreira, [ilegível] Lhulier Pinto, [ilegível] Rego Barreto, Manuel [ilegível] da Rosa, Gomercindo Carvalho e Américo Saraiva da Costa; Conselho Fiscal, Manoel Ferreira Brito, Wladimir Azevedo Requião e Antônio Ribeiro Pontes.³⁰

Uma parte significativa destes sujeitos foi mencionada, mais de uma vez, como membros de visibilidade social entre os imigrantes lusos, nas duas entrevistas de história oral temáticas,³¹ realizadas com o atual vice-cônsul de Portugal em Pelotas, Sr. Francisco José Leal Serra.³² “Por exemplo, o Joaquim Dias foi presidente lá [no Centro Português 1º de Dezembro], foi presidente aqui [na Beneficência]”.³³ Também foram mencionados nas entrevistas de história oral: Maximiano Cirne, Conselho Deliberativo; Damásio Duval Rodrigues, 2º secretário; David Valente da Costa, secretário adjunto e Victor Seixas, secretário adjunto.

Em um dos eventos de comemoração do centenário da Sociedade Portuguesa de Beneficência foi oferecido um churrasco de grande dimensão para associados e delegações visitantes. O almoço foi realizado

30 ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Primeiro centenário da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. *Recorte de Jornal*. Diário Popular. Pelotas, 09 de setembro de 1957.

31 ALBERTI, Verena. Op. Cit. 2004.

32 SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). *Entrevista de História Oral Temática*, concedida a JAQUES, Biane Peverada, Pelotas-RS, 2015. SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). *Entrevista de História Oral Temática*, concedida a JAQUES, Biane Peverada, Pelotas-RS, 2019.

33 SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). *Entrevista de História Oral Temática*, concedida a JAQUES, Biane Peverada, Pelotas-RS, 2015.

nas “amplas instalações” da Transportadora de Fonseca Jr.³⁴ Inclusive, “[...] o Fonseca [Jr.] nunca foi muito ligado ao clube [Centro Português 1º de Dezembro], o Fonseca era ligado aqui [na Beneficência]”.³⁵ Isso indica que a instituição se constituía, para além das funções de beneficência, um importante local de sociabilidade para os membros do grupo diretivo.

Ainda no século XX, a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas possuía, figurando nos cargos mais elevados, um grupo de sujeitos “[...] que tinha uma grande representatividade urbana, através de suas casas comerciais, residências e terrenos adquiridos”.³⁶ Neste sentido, as interações sociais estabelecidas por/entre esses imigrantes lusos eram constituídas de forma circular, em diversos espaços. Todavia, são os saberes e, principalmente, os poderes específicos³⁷ que são capazes de inserir os sujeitos históricos de forma privilegiada e em posições-chave no tecido social.³⁸

Sendo assim, outro fator importante de ser ressaltado se refere à participação enfática de uma elite imigrante local no trabalho assistencial realizado pela Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. A elite social pelotense, através de instituições, como: Beneficência, Santa Casa e asilo de mendigos costumava desempenhar um papel de assistência direcionado aos sujeitos de maior vulnerabilidade da cidade.³⁹

Corroborando com esta afirmação e levando-se em consideração que os membros da diretoria da Beneficência e do Clube Centro Português 1º de Dezembro utilizavam ambos os espaços em conjunto. Foi encontrada, na pesquisa, a referência de uma doação expressiva, realizada pelo grupo diretivo do clube, no ano de 1950, para quatro casas de caridade de Pelotas: orfanato espírita Dona Conceição, asilo de menores, hospital

34 ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. O centenário da Beneficência de Pelotas. *Recorte de Jornal*. Voz de Portugal. [s/ local], 13 de outubro de 1957.

35 SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). *Entrevista de História Oral Temática*, concedida a JAQUES, Biane Peverada, Pelotas-RS, 2019.

36 CHAVES, Larissa Patron. *Op. Cit.* 2008, p. 304.

37 HEINZ, Flavio (Org.). *Poder, instituições e elites: 7 ensaios de comparação e história*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

38 HEINZ, Flavio. *Op. Cit.* 2006.

39 CHAVES, Larissa Patron. *Op. Cit.* 2008, 339p.

espírita do Areal e asilo de mendigos.⁴⁰ Percebe-se, portanto, um esforço elaborado em conjunto pela elite imigrante portuguesa em fazer parte das ações assistencialistas e de caridade na cidade.

A caridade também é o elemento da aparência. Não há caridade efetuada se ela não pode ser mostrada para o público. Não há assistência se ela não ficar evidenciada pelo poder que emana, pelo ato concedido, e consequentemente pelo que representa. E é nesse sentido, que funciona também como forma de poder, porque é realizada para que o outro a compreenda enquanto poder. E, da mesma maneira, entidades assistenciais funcionariam como suporte para que esse tipo de ação se sobreponha constantemente.⁴¹

Dessa forma, os aspectos relacionados ao ato de caridade são reforçados como um elemento essencial para a afirmação de relações de poder “[...] indicando peças chave de um tecido de estratégias políticas de alternância de exercício de poder”.⁴² O que dialoga de forma intrínseca com as características dos sujeitos, de um grupo determinado, inseridos de forma privilegiada na sociedade pelotense: os imigrantes portugueses pertencentes, de forma ativa, às entidades étnicas associativas, como, por exemplo, a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas entre 1990 e 1957.

Ou seja: os indivíduos que circulavam neste espaço podem ser compreendidos enquanto agentes sociais⁴³ dotados de saberes e poderes específicos⁴⁴ inseridos de forma privilegiada, e ocupando posições-chave⁴⁵ na rede de social composta pela elite imigrante portuguesa de Pelotas entre os anos de 1900 a 1957.

40 ARQUIVO PESSOAL PRIVADO ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. *Livro de memórias*. Pelotas, 29 de junho de 1990.

41 CHAVES, Larissa Patron. Op. Cit. 2008, 339p, p. 236.

42 Id. p. 231.

43 MUGGE, Miquéias. Op. Cit. 2012.

44 HEINZ, Flavio (Org.). Op. Cit. 2012.

45 HEINZ, Flavio. Op. Cit. 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já é consensual na historiografia acerca da temática, a existência de uma intrínseca relação estabelecida, desde o século XVIII, entre os imigrantes de origem portuguesa com a cidade de Pelotas. Esta tendência influenciou de forma significativa a continuidade do fluxo migratório luso para a cidade, sobretudo provenientes da região Norte de Portugal, todavia, a sua permanência se manteve até as primeiras décadas do século XX devido ao apogeu econômico que a cidade vivenciava.

O grupo imigrante abordado neste capítulo possui características que podem ser analisadas como elitizadas, principalmente quando se considera a noção conceitual do termo nas perspectivas de Heinz.⁴⁶ Entretanto, foi observado que a maior parte destes sujeitos eram provenientes de famílias humildes na sociedade de origem, em Portugal. Sua transformação de caráter econômico e social acontece após o processo migratório no Brasil, na cidade de Pelotas.

Uma vez estabelecidos na sociedade de acolhimento, estes imigrantes lusos tornaram-se donos de casas comerciais e estabelecimentos industriais, ao encontro do período de apogeu vivenciado por Pelotas até a década de 1930. Todavia, foi a sua inserção nos espaços associativos de convívio lusitanos que possibilitou a formação de uma elite imigrante portuguesa em Pelotas entre 1900 a 1957.

É exatamente neste sentido que o clube Centro Português 1º de Dezembro e, principalmente, a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas, enquanto espaços de lazer e, sobretudo, de demonstração de influência social na cidade foram fundamentais para a constituição e afirmação da elite imigrante portuguesa de Pelotas. A permanência destes e nestes locais serviam como atestado de prestígio.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FVG, 2004.

ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do Século XIX*. Pelotas: Gráfica Universitária – UFPel, 2000.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. *Livro de memórias*. Pelotas, 29 de junho de 1990.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. A Soc. Portuguesa de Beneficência Comemorou seu 94º Aniversário. *Recorte de Jornal*. Diário Popular. Pelotas, 18 de setembro de 1951.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Primeiro centenário da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. *Recorte de Jornal*. Diário Popular. Pelotas, 09 de setembro de 1957.

ARROTEIA, Jorge; FISS, Regina Lucia Reis de Sá Britto. Traços da comunidade portuguesa em Pelotas, *População e Sociedade*. (14), 2007, p. 171-191.

CHAVES, Larissa Patron. “Honremos a Pátria senhores!”: as Sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro do Rio Grande (1854-1910). Tese de Doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008, 339p.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas, olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Editora da Universidade/UFPel/Livraria Mundial, 1993.

HEINZ, Flavio. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HEINZ, Flavio (Org.). *Poder, instituições e elites: 7 ensaios de comparação e história*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

JQUES, Biane Peverada. “Eis aí como tomei contato com o Diário”: ascensão social-profissional do imigrante português Maximiano Pombo Cirne a partir do Diário Popular. Pelotas 1922-1949. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017, 120p.

LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, vol. 1 e 2, 1999, 727p.

MAGALHÃES, Mário Osório. Portugueses. In.: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mário Osório. *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: UFPel, p. 201-202, 2010.

MUGGE, Miquéias. História de elites e micro-história: aproximações metodológicas. In.: MARTINS, Maria Cristina; MOREIRA, Paulo Roberto (Orgs.). *Uma história em escalas*. A microanálise e a historiografia latino-americana. São Leopoldo: Oikos; UNISINOS, p. 305-322, 2012.

POMBO, Carmem. *Imigração Portuguesa em Pelotas no século XX*. Pelotas: UCPel, 1986.

SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). *Entrevista de História Oral Temática*, concedida a JAQUES, Biane Peverada, Pelotas-RS, 2015.

SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). *Entrevista de História Oral Temática*, concedida a JAQUES, Biane Peverada, Pelotas-RS, 2019.

O PELOTENSE.

O *Pelotense*, periodico commercial, politico e de noticias, publica-se em meias folhas as segundas, quartas, e sextas feiras, na typographia *Imparcial de Candido Augusto de Mello*, rua do Commercio n. 19. Recebe correspondencias pelo preço que se conventionar, e insere gratis artigos scientificos ou de litteratura.

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA.

Por um anno, ou 120 numeros. . . 8\$000.

Por seis mezes, ou 60 numeros. . . 4\$000.

Numero avulso 80.

A assignatura e PAGA ADIANTADA, sem o que ninguém terá direito ao recebimento da folha.

ANNUNCIOS.

Os Srs. assignantes pagarão por cada linha 40 rs

Os não assignantes 80 rs

Os annuncios repetidos, dos Srs. assignantes 40 rs

Os annuncios repetidos de não assignante. 40 rs

ANNO II.

QUARTA FEIRA 30 DE JUNHO DE 1852.

NUMERO 98.

PARTE II

TRABALHADORES



“DISSE QUE ERA MARINHEIRO”: MARUJADA ESCRAVIZADA EM PELOTAS (XIX)

VINICIUS PEREIRA DE OLIVEIRA
CAIUÁ CARDOSO AL-ALAM

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Dois motins marujos ocorridos no mês de fevereiro de 1847 agitaram as águas do Rio Grande do Sul e a tranquilidade de senhores de escravizados, patrões e donos de embarcações. O primeiro deles teve como palco o iate mercante *Quibebe*, de propriedade de Roberto Barker.¹ Tendo partido do ancoradouro da Vila de São José do Norte no dia 08, próximo do anoitecer, seu patrão José Antônio de Almeida deu ordem para que se fundeasse na Baliza do Mosquito.² Foi neste momento que recebeu uma pancada com o *olho* de um machado dada por Salvador (da Vila de Itú, de 16 ou 17 anos, escravizado de

1 Roberto Barker era inglês, genro do charqueador Antônio José Gonçalves Chaves, e fora casado com a filha deste último, de nome Maria Luiza Chaves.

2 A localidade referenciada parece ser a atual Ilha do Mosquito, que fica entre a Ilha dos Marinheiros e a Torotama, no caminho entre São José do Norte e Pelotas. Baliza é “qualquer objecto que serve para assignalar um escolho, uma passagem ou um canal. Pode ser fixa ou flutuante; no primeiro caso emprega-se especialmente uma haste de ferro, ou madeira, afincada no fundo, e tendo na parte superior um signal vem visível; no segundo caso emprega-se bóias, barris, etc., presos em ancoras fundeadas”. Fonte: *Diccionario marítimo brasileiro*. Organizado sob direção do Barão de Angra. Rio de Janeiro: Typographia e Lithografia do Imperial Instituto Artistico, 1877, p. 30.

Roberto Barker), seguida de bordoadas com um *espeque*³ proferidas por João Pernambuco (Cassanje, não sabia a idade, escravizado de João Rodrigues Barcellos), ambos escravizados-marinheiros, ocasionando sua morte. Em seguida, com ajuda de outro camarada chamado Bento (Moçambique, julgava ter 30 anos, escravizado de Roberto Barker), seu corpo foi jogado na água com ferros aos pés. Outro escravizado a bordo, o *crioulo* Dionisio, foi morto no dia seguinte por ter testemunhado o crime e não ter tomado parte. Posteriormente, os marujos seguiram viagem até o porto da charqueada de Ignácio Barcellos, no Arroio Pelotas, de onde fugiram por temerem ser presos. Perseguidos, acabaram capturados, julgados e condenados à morte em 23 de março de 1847.⁴

Cinco dias após, outro levante ocorreu igualmente nas águas da Laguna dos Patos. Desta vez o cenário foi o iate mercante *Belizário*, que partira de Rio Grande com destino a Camaquã, levando no comando o patrão Luiz Pinheiro, sua esposa Josefa Alves Pereira e quatro escravizados-marinheiros de nomes André (Moçambique, escravizado de Francisco Gatta), Simão (Rebolo, escravizado de Francisco Gatta), Bráz (Moçambique, escravizado de Francisco Gatta) e Manoel (“Mina da água doce”, escravizado de Luiz Pinheiro). Nas proximidades da localidade conhecida como Quilombo⁵, o patrão é atacado por Brás e Manoel, o primeiro dando-lhe facadas enquanto o segundo lhe acertava a cabeça com *malaguetas*⁶ do iate, aos gritos de “mata, mata, mata bota no mar” proferidos por André. Ainda “semi-morto”, Luiz Pinheiro é jogado à água, vindo a falecer.⁷

3 Espeque: “especie de alavanca que serve de mover pezos - páo com que se esteia ou escora alguma cousa, para não cahir”. Fonte: *Diccionario de Marinha que aos officiais da Armada Nacional Portuguesa*. Lisboa: Por João Pedro d’Amorim. Imprensa Nacional, 1841.

4 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Processo Crime, Pelotas, Júri, Caixa 006-0303, Auto 207.

5 Possivelmente seja a localidade ainda hoje denominada Ponta do Quilombo, às margens da Laguna dos Patos, entre São Lourenço do Sul e a barra do Rio Camaquã.

6 Malaguetas: “Cavilhas de pau torneadas, que se enfiam nos furos da mesa de amurada e de meia náu, para dar volta aos cabos de laborar”. Fonte: *Diccionario de Marinha que aos officiais da Armada Nacional Portuguesa*. Lisboa: Por João Pedro d’Amorim. Imprensa Nacional, 1841.

7 APERS, Processo Crime, Pelotas, Júri, Caixa 006-0302, Auto 205. Para mais detalhes sobre os dois motins, o julgamento dos réus e as discussões que deram origem a lei, ver: AL-ALAM, Caiuá Cardoso. A negra força da princesa: *Polícia, Pena de morte e Correção em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: Edição do Autor, Sebo Icária 2008; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos*

Estes dois casos são emblemáticos, pois geraram um intenso debate que evidenciou a importância do trabalho embarcado feito por escravizados, inclusive gerando uma mudança na legislação. Na Assembleia Legislativa provincial se problematizou a instabilidade que causava a dependência ao trabalho escravizado embarcado, resultando na Lei nº 84 de 18 de novembro de 1847 que determinou a necessidade de uma relação de equanimidade na composição das tripulações. Dizia em seu artigo 1º: “Nenhuma embarcação, cuja tripulação constar de mais de três marinheiros escravos, poderá navegar no interior da Província sem que tenha o patrão e um camarada, que sejam pessoas livres. Excetuam-se desta disposição as canoas de tolda”.⁸ A lei foi muito criticada por negociantes e proprietários de embarcações, alegando-se a dificuldade no atendimento da exigência de pelo menos dois tripulantes livres, situação atribuída à *invencível repugnância* dos habitantes do país para com a vida do mar. Alegavam ainda que a permanência desta situação estaria trazendo prejuízos ao comércio e o encarecimento dos fretes, ou que as revoltas eram exceções (o que não era, pois, muitos casos são flagrados nas fontes). De fato, ao abordarmos o trabalho marinho durante o século XIX na região sul da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e no país, estaremos falando de uma das lidas com especificidade no trabalho escravizado e em grande parte na participação do africano.

Muitos outros Bentos, Andrés, Brás, viveram sobre as águas nem sempre doces da Laguna dos Patos, do Arroio Pelotas e do Canal São Gonçalo, na Pelotas escravista. Eram trabalhadores africanos e crioulos que tinham por ofício serem marinheiros dos diversos iates pertencentes aos charqueadores e comerciantes residentes na localidade. Tarefa especializada e fundamental nesta região, caracterizada no imaginário popular local pelos fortes ventos de Iansã, pelas águas doces de Oxum e pelo imponente Oceano Atlântico de Iemanjá. Serão destes protagonistas, escravizados-marinheiros, que trataremos neste texto.

e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre: EST Edições, 2003; OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *Sobre águas revoltas*: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835 a 1864). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2013.

8 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS). Índice das leis promulgadas pela Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1872.

A VIDA MARUJA: TRABALHO, SOCIABILIDADE E RESISTÊNCIA

Pelotas estava vinculada ao mundo atlântico, era uma cidade negra e africana durante boa parte do século XIX. Tinha características muito próximas a outras cidades, com as devidas proporções, que vivenciavam certo cosmopolitismo causado pelas redes comerciais e de trabalho.⁹ A produção do charque e seus derivados fazia envolver uma cadeia de conexões com diversos portos do país e do mundo. As próprias elites da cidade tinham propriedade de armazéns e outros negócios em cidades portuárias como Salvador e Rio de Janeiro. Segundo Jonas Vargas, os charqueadores atuavam diretamente no mercado atlântico. Dos doze charqueadores mais ricos no século XIX, nove tinham embarcações nos seus inventários (somando o número total de 31). Três destes charqueadores possuíam navios de grande tonelagem, ou seja, que circulavam em navegações mais longas, oceânicas. O autor encontrou ainda alguns destes charqueadores matriculados na Junta de Comércio da Corte, o que evidencia de fato esta conexão de negócios e propriedades para além da fronteira da Laguna dos Patos.¹⁰

Em toda esta rede de comércio, evidentemente que a experiência de trabalhadores também estava incluída. A economia do charque empregava grande número de marinheiros, que se dividiam em tipologias como armeiro, calafate, veleiro, dentre outras.¹¹ Havia aqueles que trabalhavam em iates e outros que viajavam para lugares mais distantes em brigues. Sensacional pensar as conexões que o mundo do trabalho oferecia a estas pessoas, se considerarmos que as embarcações “[...] eram espaços de comunicações, gestação de culturas étnicas, criação de linguagem e percepções políticas originais. Locais para o surgimento de personagens e ideias transatlânticas”.¹²

9 GOMES, Flávio dos Santos; FARIAS, Juliana Barreto; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; MOREIRA, Carlos Eduardo de Araújo (Orgs.). *Cidades Negras*. Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista - Século XIX. Rio de Janeiro: Editora Alameda, 2006.

10 VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas Margens do Atlântico*: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas/Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. p. 366-367.

11 Ibidem, 2013, p. 173.

12 SOARES, Carlos Eugênio Líbano Soares; GOMES, Flávio dos Santos. Revoltas, marinheiros e sistema prisional no Arsenal de Marinha: notas sobre o trabalho compulsório e cultura política

Os estabelecimentos charqueadores costumavam se situar nas margens dos arroios, rios e lagoas, tanto por necessitarem das águas como local de despejo de grande quantidade de sangue dos animais abatidos, como também pela facilidade do transporte náutico dos produtos desta manufatura para o porto de Rio Grande e a partir daí para diversas localidades atlânticas. A proximidade entre o centro charqueador pelotense e o porto de Rio Grande ocasionava um grande fluxo de embarcações tripuladas por escravizados entre estes dois lugares.¹³ O uso recorrente era o de iates, embarcações de dois mastros e velas latinas, menores do que aquelas comumente utilizadas em alto mar, se adequando às pequenas profundidades características dos sistemas hidroviários sul-rio-grandenses, mas também comportando tonelagens consideráveis.

Devido aos bancos de areia avolumados em grandes proporções no Canal São Gonçalo, os charqueadores e comerciantes de Pelotas dependiam dos portos de Rio Grande e São José do Norte para remeterem a produção para fora da Província. Durante todo o século XIX, houve estratégias para potencializar o porto de Pelotas buscando a desobstrução do Canal, mas só na década de 1870 que esta ação se efetivou.¹⁴ Mais da metade das charqueadas pelotenses do século XIX possuíam seus

num Rio de Janeiro Atlântico (1820– 1840). *História Social*, (12) p.23. Sobre as conexões do mundo do trabalho em Pelotas, ver: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; AL-ALAM, Caiuá Cardoso. Já que a desgraça assim queria um feiticeiro foi sacrificado: Curandeirismo, etnicidade e hierarquias sociais. (Pelotas / RS 1879). *Afro-Asia*, UFBA, 2013. O trabalho de Carvalho, Gomes e Reis sobre o Alufá Rufino, é interessantíssimo para pensar a partir de uma biografia as diferentes experiências no Atlântico. Ver: REIS, João José; GOMES, Flavio dos Santos; CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro* (c. 1822-c. 1853). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

13 Sobre a vinculação de Pelotas e do porto de Rio Grande com os circuitos mercantis atlânticos, ver: OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835 a 1864)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2013.

14 Sobre a criação da Companhia de Desobstrução do Canal de São Gonçalo, financiada por um imposto especial sobre as mercadorias exportadas por Pelotas, que começou seus trabalhos em 1869, ver: AL-ALAM, Caiuá Cardoso. Canal São Gonçalo. In: LONER, Beatriz; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mario Osório (orgs.). *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2010, p.41. A respeito da importância dos iates na economia rio-grandense da época, ver: OLIVEIRA, Vinicius. Op. Cit, 2013.

próprios iates, e a média de ocupação dos escravizados especializados no ofício de marinheiro era de 4 por propriedade.¹⁵

Para além dos iates, nas águas de Pelotas circulava uma diversidade de outros tipos de embarcações com capacidade de carga menor, tais como as canoas, as lanchas, os botes, os escaleres e os caíques. Estas eram empregadas no transporte ordinário de pessoas e mercadorias entre localidades adjacentes, ou ainda envolvidas na atividade da pesca e compunham diariamente a paisagem do mundo do trabalho transportando gêneros agrícolas e lenha, fazendo fretes ou auxiliando o embarque e o desembarque de mercadorias em embarcações maiores. Eram geralmente manejadas por trabalhadores pobres que por vezes conciliavam tais atividades com a pesca, a pequena agricultura e outras atividades não embarcadas, e não era raro serem pilotadas por escravizados.¹⁶ Pelotas compartilhou a chamada *terceira perna do tráfico transatlântico* de pessoas escravizadas, que a partir de rota interna oriunda dos portos de Salvador e principalmente Rio de Janeiro, recebia um número grande de africanos e africanas recém chegados da nefanda travessia.¹⁷ Para termos uma ideia, segundo o trabalho de Natália Pinto em que analisou os inventários post-mortem de Pelotas, entre 1830 e 1840 a taxa de africanidade era de 155,02%, em que 291 eram de procedência africana e 189 de crioulos, nascidos no Brasil.¹⁸

A importância do uso da escravidão em Pelotas já é conhecida na historiografia. Em 1814, a população escravizada era cerca de 50,7%,

15 Estes dados são um exercício que Ester Gutierrez fez a partir da escolha aleatória de 30 inventários de charqueadores entre 1810 e 1887. Ver: GUTIERREZ, Ester. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2001. p. 133 e 180.

16 Geraldo Silva examinou os modos de vida de marinheiros, pescadores e canoeiros da costa brasileira entre os séculos XVII e XIX, destacando a importância dos saberes náuticos europeus, indígenas e africanos na conformação da sua cultura profissional, bem como observando suas noções relativas ao tempo, espaço e poder, em uma abordagem que se propõe enquanto “etnografia histórica” das gentes do mar. SILVA, Luiz Geraldo. *A fauna, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar* (sécs. XVII ao XIX). Campinas: Papirus, 2001.

17 BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825*. Dissertação (Mestrado em História) Porto Alegre: UFRGS, 2006.

18 PINTO, Natália Garcia. *A benção compadre: experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas (1830-1850)*. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Unisinos, 2012. p. 49.

1.226 escravizados do total de 2.419 habitantes.¹⁹ Em 1833, segundo um censo realizado pela Câmara Municipal, somavam 51,7%, 5.623 escravizados de uma população de 10.873 indivíduos.²⁰ Em 1858, somavam cerca de 38,3%, contando 4.122 pessoas escravizadas num total de 10.757.²¹ Já no primeiro censo nacional que data de 1872, a população geral era de 21.092 pessoas, e os escravizados somavam 3.586 trabalhadores, equivalente a 17%.²² Mas contrastando com a matrícula obrigatória de pessoas escravizadas de 1873, imposta pela Lei do Ventre Livre em 1871, observamos uma discrepância importante. O número de escravizados ainda era extremamente relevante, e se mantinha próximo a proporção da década de 1850. Eram 7.687 escravizados, o que exercitando com o número de população total no censo de 1872, somavam 36,44% do todo.²³ Em 1882 existiam 6.781²⁴ pessoas escravizadas, e no ano de 1884, Pelotas ainda contava com 6.526 pessoas vivendo em situação de escravidão.

Natália Pinto, em outro levantamento dos inventários post-mortem, agora entre 1830 e 1850, encontrou o ofício de marinheiros como a segunda maior ocupação para trabalhadores escravizados masculinos (44), cerca de 10,1%. Naqueles inventários em que a autora conseguiu encontrar procedência relacionada com ofício, todos os 16 marinheiros eram africanos, 13 de origem Mina, 2 Da Costa e 1 de

19 PESSI, Bruno. *Entre o fim do tráfico e a abolição: a manutenção da escravidão em Pelotas, RS, na segunda metade do século XIX (1850-1884)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: USP, 2012. p. 49.

20 AHRS. Autoridades Municipais, Pelotas, maço 103. Ofício de 7 de janeiro de 1834 da Câmara Municipal de Pelotas ao Presidente da Província.

21 GUTIERREZ, Ester. *Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*. Pelotas: Universitária, 2004. p. 498.

22 Recenseamento do Brasil em 1872. Rio Grande do Sul. Quadro Geral da População da Paróquia de São Francisco de Paula de Pelotas. p. 130. Extraído do site: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v11_rs.pdf

23 ARAÚJO, Thiago Leitão. Novos Dados sobre a Escravidão na Província de São Pedro. *Anais do 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p.6.

24 Bibliotheca Pública Pelotense (BPP). Centro de Documentação e Obras Valiosas (CEDOV). Jornal Onze de Junho. Dia 24 de novembro de 1882. Destas 6.781 pessoas, 4.251 eram homens e 2,530 eram mulheres. A notícia traz outra informação importante, que era o resultado das matrículas de mulheres escravizadas em relação ao Ventre Livre. Contava a cidade com 1.618 filhos livres de mulheres escravizadas, sendo 814 homens e 804 mulheres.

Nação.²⁵ Destacam-se aí os escravizados oriundos da chamada *Costa dos Escravos*, no Golfo de Benim localizado na África Ocidental, região de procedência dos Minas e dos chamados Da Costa. Em outras regiões, estes povos de cultura iorubá foram chamados de nagôs, como na Bahia. Segundo Jovani Scherer, analisando Rio Grande, os Minas, que funcionaram como um “guarda-chuva étnico”, englobando com o tempo diversos grupos étnicos africano-ocidentais, firmaram-se como uma comunidade articulada de forma contundente em torno do pecúlio e das alforrias, sendo conhecidos como “a nação da liberdade”.²⁶ Elemento importante para pensarmos o protagonismo desta comunidade no trabalho escravizado marinho.

Mesmo que os dados do censo nacional de 1872 não sejam confiáveis quando tratamos do número de escravizados, pois nas listas de matrículas os senhores para manterem suas posses tiveram que os declarar de fato, ele ajuda a pensar na importância deste trabalho nas águas. Os marítimos somavam 46 pessoas dos trabalhadores em escravidão arrolados na cidade, o que configurava o 5º maior dado de profissões de escravizados. Ainda na década de 1870, não só a mão-de-obra nas águas era fundamental, mas a escravidão neste tipo de serviço também.²⁷

O Comendador Boaventura Rodrigues Barcellos,²⁸ charqueador pertencente à elite da cidade, em seu inventário, nos legou uma evidência importante da valorização que era contar com um trabalhador marinho, que além de ser um ofício especializado, também dependia de uma relação de confiança no processo do trabalho. O testamento

25 Aqui, a autora estendeu dez anos na análise citada anteriormente neste texto. PINTO, Natália Garcia. *A benção compadre: experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas (1830-1850)*. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Unisinos, 2012, p.73-75.

26 SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX*. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Unisinos, 2008.

27 PESSI, Bruno. Op. Cit., 2012, p. 47.

28 Boaventura Ignacio Barcellos (1776-1856) deixou a viúva Silvana Eulália de Azevedo Barcelos, 82 escravizados e um patrimônio de 183:119\$815 réis. APERS – 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas, maço 28, inventário nº 409, Inventariado: Boaventura Rodrigues Barcellos, Inventariante: Silvana Eulália de Azevedo Barcellos, 1856. Ver também: AL-ALAM, Caiuá Cardoso; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; PINTO, Natália. *Os calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835)*. São Leopoldo: Oikos, 2013.

do Comendador descrevia a seguinte condição para a relação com o escravizado Tibúrcio:

Declaro que o escravo por nome Tibúrcio, de nação, o deixo escravo somente por 6 anos, findos os quais será liberto como se tal nascesse, e mais, deixo a condição que, durante os seis anos de seu cativeiro, o herdeiro que o receber em pagamento não poderá molestá-lo com pancadas, sob pena de ficar desde logo liberto, perdendo o interessado o seu valor, e neste caso será bastante que o escravo prove com testemunhas o castigo sofrido para a liberdade ter lugar desde então; o referido escravo *Tibúrcio é marinheiro* (grifos nossos).

Muitos destes trabalhadores escravizados marinheiros também prestavam serviços a partir de aluguéis, que certamente beneficiavam seus senhores, e podiam abrir brechas para acúmulo de pecúlio por parte destes laboristas. Nos casos dos motins de 1847, que abrem este artigo, vemos João, escravizado de João Rodrigues Barcellos, trabalhando alugado no iate *Quibebe*, e Brás, André e Simão, escravizados de Francisco da Gata, alugados para serviços no iate *Belizário*. Era usual encontrar pedidos de aluguéis de trabalhadores escravizados marinheiros nos jornais: “Precisa-se alugar dois pretos para bordo de um iate, quem tiver poderá falar no Armazém da rua Boa Vista nº 14 ao Sr. Vieira e Camarim”.²⁹

Os marinheiros escravizados das charqueadas faziam parte de um universo mais amplo de homens das águas que compunham o mundo do trabalho da região. Ao ancorarem no porto marítimo de Rio Grande, entravam em contato com um intenso movimento portuário e com presença de marujos de diversas origens atlânticas, livres e cativos, vinculados não só à navegação das águas internas da província, mas também a cabotagem (navegação costeira nacional) e a navegação internacional atlântica.

Dados sobre os marinheiros empregados nos diferentes ramos da navegação mercante no Rio Grande do Sul permitem uma aproximação com o perfil destes trabalhadores, como exemplificado abaixo:

29 BPP. CEDOV. Jornal O Noticiador. Dia 15 de março de 1848.

**TABELA 1 - PESSOAL EMPREGADO NOS DIFERENTES RAMOS DA NA-
VEGAÇÃO DO RS EM 1857³⁰**

Condição dos tripulantes	Longo Curso		Cabotagem		Navegação interna	
	Nº indivíduos	Percentual	Nº indivíduos	Percentual	Nº indivíduos	Percentual
Nacionais livres	29	39,19%	571	33,85	660	65,21%
Escravos	22	29,73%	824	48,85%	271	26,77%
Estrangeiros	23	31,08%	292	17,30%	81	8%
Total	74	100%	1687	100%	1012	100%

Ainda que a presença de escravizados marujos fosse maior na navegação de cabotagem, o percentual destes trabalhadores na navegação interna sulina era significativo, chegando a ser percentualmente superior ao verificado, por exemplo, entre a população escravizada residente na cidade portuária e vizinha de Rio Grande, que para o ano de 1858 era de 21,98% (4.369 escravizados).³¹ Analisando a composição das tripulações da navegação interna nos anos subsequentes, revela-se o aumento do percentual de trabalhadores escravizados: eram 36,95% em 1860, e 35,9% em 1863.³²

Os levantamentos estatais sobre o universo marinho, ao se restringirem apenas às categorias nacional livre, escravizado e estrangeiro, acabaram por homogeneizar um universo social portador de uma diversidade difícil de mensurar. Efetuando um levantamento de todos os inventários registrados na cidade de Rio Grande entre

30 Fonte: Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, 1858. Extraído de: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial>.

31 Fonte: “Resumo statistico do mappo da população da Província do RS relativo ao ano de 1857 para 1858”, que compõe o *Relatório do Presidente da Província do RS, Joaquim Antão Fernandes Leão, ano de 1859*. Extraído de: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial>.

32 Fonte: Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Joaquim Antão Fernandes Leão, 1860, p. 53; e Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Espiridião Eloy de Barros Pimentel, 1863, p. 56. Extraído de: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial>. Para mais informações sobre as estatísticas da marinhagem no Rio Grande do Sul do século XIX, ver: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003..

1834 a 1864 (principal pólo náutico da província), encontra-se 131 escravizados-marinheiros arrolados, dos quais 25 não possuíam atribuição de procedência registrada. Excluindo estes últimos, chega-se a 106 marinheiros-escravizados com origem informada, dentre eles se destacam:³³ Mina, 18,86%; África, 15,09%; Crioulo, 9,43%; Moçambique, 9,43%; Nagô, 8,49%; Benguela, 7,54%; Angola, 5,66%; Nação, 4,71%; Cabinda, 2,83%; Cabo Verde, 2,83%; Congo, 2,83%; dentre outros.³⁴ Como podemos observar, mesmo que os bantos procedentes da região de Angola (Angola, Benguela, Cabinda, Congo) somem maioria, o *guarda-chuva étnico* Mina também se destacava bastante entre os marinheiros escravizados africanos em Rio Grande (Mina, Nagô), informações que se relacionam com o que já foi abordado em diálogo com a bibliografia. Uma característica importante para futuros estudos deste grupo de trabalhadores e suas procedências étnicas.

Estes dados sugerem que o trabalho escravizado na marinha mercante do Rio Grande do Sul era um universo intensamente africano. Apenas 9,43% destes trabalhadores registrados nos inventários eram nascidos no Brasil. E ademais, nos instiga a pensar o papel das culturas africanas e das implicações do trabalho escravizado na elaboração de uma cultura marítima. Esta talvez pudesse ser consequência da destinação das atividades mais indesejadas para os cativos africanos, quem sabe pela indisposição crioula em se vincular ao trabalho marítimo. Mas é possível que tal situação dialogasse com o acúmulo de experiência nas lides marítimas transportados pelos africanos de suas culturas de origem, já que diversos estudos têm demonstrado que os saberes náuticos faziam parte das experiências de diversos povos africanos. Resta saber em que medida tais navegantes negros foram inseridos em massa no ambiente embarcado brasileiro por vontade senhorial ou se tal situação em

33 É bem provável que muitos outros escravizados executassem a atividade de marinheiros, ainda que não tenham sido assim listados nos inventários. OLIVEIRA, Vinicius. Op. Cit, 2013 localizou, para Rio Grande, alguns casos em que os escravizados-marinheiros eram identificados também como possuidores de outras especializações profissionais como roceiro, serviços domésticos, salgador e campeiro (estas duas últimas presentes nas charqueadas), o que sugere que as fronteiras entre diferentes atividades não eram tão rígidas e que os registros nos documentos estatais nem sempre davam conta de explicitá-las.

34 OLIVEIRA, Vinicius. Op. Cit, 2013, p. 95.

alguma medida era fruto da agência destes trabalhadores em permanecer vinculados ao setor.³⁵

Ser marinheiro implicava um cotidiano marcado por peculiaridades em relação a outros trabalhadores. O cerne da atividade girava em torno do carregamento de mercadorias em um determinado porto, seu transporte e por fim a sua descarga. Neste processo, a viagem era a etapa a exigir maiores doses de especialização. O manuseio do aparelho náutico, com seu diversificado conjunto de operações de velame e cordame, o domínio de códigos e gírias típicas, a necessidade de preparo físico e psicológico a altura, a capacidade de trabalho coletivo e cooperação como forma de superar adversidades exigiam trabalhadores detentores de saberes específicos.

Ao mesmo tempo, essa faina os expunha a consideráveis restrições e dificuldades relacionadas com o rígido cotidiano de trabalho, com a carência de pessoal e materiais, com as frequentes proibições de “ir a terra” (desembarques não vinculados ao trabalho), com a constante mobilidade espacial e afastamento das relações sociais de origem e com uma alimentação deficitária e muitas vezes em más condições. Além da sujeição a riscos advindos do confronto cotidiano com as forças da natureza, com doenças (tais como o reumatismo, a tifo, doenças de pele, a febre amarela, o escorbuto e as úlceras), com condições sanitárias precárias e a possibilidade de não raros acidentes de trabalho.

Ademais, ocorria sob rígidos e violentos sistemas hierárquicos e disciplinares, que conferiam às autoridades embarcadas um poder quase absoluto, inclusive sobre escravizados de aluguel que estivessem a bordo. A lei brasileira era evidente sobre a autoridade do capitão em reprimir um leque amplo de situações, tais como embriaguez, desordem, indisciplina, falta no cumprimento de deveres, idas à terra ou pernoite nesta sem

35 Ainda que no período anterior à presença colonial europeia na África seus habitantes, ao que parece, não se vinculassem à navegação de longo curso ou em grandes embarcações, estudos têm apontado a importância da atividade da pesca e da navegação costeira e fluvial para diversos povos africanos desde períodos mais remotos. Igualmente ocorreu o envolvimento de povos africanos na navegação de longo curso e nos circuitos náuticos europeus a partir da sua presença colonial no continente, e diversos povos ficaram conhecidos por seus conhecimentos de marinhagem e pesca, sendo empregados em navios negreiros e de cabotagem coloniais. Ver: RODRIGUES, Jaime. Para uma história da experiência africana no mundo do trabalho atlântico (séculos XVIII e XIX). In: SANTOS, Flávio Gonçalves dos (org.). *Portos e cidades: movimentos portuários, atlânticos e diáspora africana*. Ilhéus: Editus, 2011.

autorização. Porém, a ausência de melhor definição para o que seria “impor penas correcionais” abria uma margem ampla de arbitrariedade ao capitão. De forma que a fama negativa da atividade a tornou pouco atrativa para os homens livres nacionais, explicando em grande medida o recurso aos escravizados como marujos. Enquanto para os homens livres nacionais e estrangeiros o engajamento na vida do mar poderia ser opcional, para os escravizados não existia margem de escolha. Sua iniciação no trabalho náutico poderia ocorrer em distintos momentos da sua vida, porém sempre “sob o arbítrio do senhor ou de quem os tomava em aluguel”.³⁶

Os marinheiros enquanto categoria de trabalho conformavam um grupo marcado por um forte estigma que os atribuía a fama pejorativa de transgressores, desordeiros, indisciplinados, gatunos, ébrios, brigões. Os que realizavam este trabalho enquanto escravizados, acabavam agregando ainda o estereótipo da escravidão. São diversos os registros de conflitos com estas pessoas, que na maioria das vezes reagiam a maus tratos e terríveis condições de sobrevivência na lida fluvial. Como o que ocorreu em março de 1853, em que um homem chamado “[...] preto José, marinheiro do iate Vinte e Dois de Agosto”, foi preso por ter ameaçado com um machado o patrão do barco.³⁷ Outras vezes, alguns escravizados buscavam utilizar-se da lida com mais mobilidade para buscar a sorte em liberdade em territórios mais longínquos. O que não deu certo no caso do *crioulo* Manoel em outubro de 1876, que embarcado na chalupa *Panorama*, ao adentrar à barra de Pelotas, esfaqueou o patrão do barco por ter sido repreendido. Ao ser preso e remetido à capitania do porto do Rio Grande, foi revelada a sua condição de escravizado, pois por não carregar consigo a “papeleta de marinheiro”.³⁸

Estão consolidadas na história social da escravidão análises das estratégias de fugas e busca da liberdade enquanto embarcados. Segundo Paulo Moreira, o transporte fluvial era uma das rotas de fuga mais eficazes para os escravizados, e entre os seus melhores aliados estavam

36 RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p 190.

37 Bibliotheca Rio-Grandense (BRG). Jornal *O Pelotense*, Dia 5 de março de 1853.

38 BPP. CEDOV. Diário de Pelotas. Dia 6 de outubro de 1876.

“[...] os trabalhadores da zona portuária que constituíam uma população parcialmente anônima e em trânsito, características que forneciam chances de impunidade”.³⁹ A atividade de marinheiro ocupava um nicho particular entre os escravizados fugitivos.⁴⁰ Da mesma forma, as fileiras do Exército e da Armada Imperial eram não raras vezes procuradas por escravizados fugidos como esconderijo e rota de fuga, onde se alistavam voluntariamente e se faziam passar por homens livres, em uma estratégia de reconstrução de suas vidas, denominada por H. Kraay como “o abrigo da farda”.⁴¹ Quando buscamos o único livro que restou de registros de prisões de escravizados da cadeia de Pelotas, encontramos poucos relacionados aos marinheiros, mas observamos um padrão, que evidencia serem homens presos por furto, pontualmente por assassinato (até porque nesta condição eram remetidos a Casa de Correção da capital Porto Alegre), estatura alta, barba serrada (o que pode indicar uma característica cultural da atividade), com média de 40 anos, naturalidade Moçambique e Mina.⁴²

Os marinheiros-escravizados estavam particularmente sujeitos a doses maiores de punições físicas, ao menos é o que fazem supor os processos crimes em que se evidenciam conflitos envolvendo marujos e seus superiores. Ainda que pela legislação naval mercante a punição correcional mediante imposição de castigo físico fosse estendida também aos homens livres, a condição jurídica cativa legitimava o seu uso mais frequente e intenso. Afinal, tratava-se de uma forma de tratamento frequentemente acionada na correção a trabalhadores escravizados na vida não embarcada, sendo assim vista como natural e legítima também no trabalho sobre o convés. Noção que inclusive parecia ser partilhada pela baixa marinhagem livre, ao menos é o que pode se desprender das palavras de Pedro Francisco Dassary (31 anos, cozinheiro do navio, solteiro, morador em Rio Grande, natural de Gibraltar), marujo livre que,

39 MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Op. Cit., 2003, p.69.

40 GOMES, Flávio dos Santos; FARIAS, Juliana Barreto; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; MOREIRA, Carlos Eduardo de Araújo (Orgs.). *Cidades Negras*. Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista - Século XIX. Rio de Janeiro: Editora Alameda, 2006, p. 45

41 KRAAY, Hendrik. “O abrigo da farda”: o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1881. *Afro-Ásia*, n. 17, 1996, pp. 29-56.

42 BPP. CEDOV. Livro de Entrada e Saída de presos escravos da Cadeia de Pelotas. 1862-1878.

ao retornar de Liverpool para o porto de Rio Grande em 1859, recorreu à Justiça para reclamar estar sendo “atrozmente maltratado” por seu capitão e pelo contramestre da barca *Real Pedro* como se fosse “escravo e não assalariado”.⁴³ O revés desta difundida prática era o risco do protesto marujo, o qual podia se constituir de pequenos atos de contestação como o “corpo mole”, a insolência e as fugas, mas também poderia evoluir para a contestação da autoridade e da arbitrariedade do comando mediante reações físicas individuais, podendo mesmo culminar na situação mais temida pelos comandos das embarcações, os motins coletivos.

No dia 8 de novembro de 1832, na Ponta da Macega, próximo à área central de Rio Grande, o marinheiro congo Agostinho (escravizado do charqueador Boaventura Rodrigues Barcellos), tripulante do iate *São João Brasileiro* (também de propriedade de Boaventura) fere ao patrão da mesma embarcação com uma facada. Ao ser inquirido sobre o ocorrido, Agostinho respondeu:

[...] que era verdade ter dado facadas no patrão do iate [...] por detrás e a traição, por lhe ter este dado antes disso com um pau por ele interrogado não ter feito o serviço como queria aquele, e que foi com tenção [sic] de o matar pela raiva que tinha naquela ocasião e que se o não matou foi por ter a mulher do mesmo patrão acudido e segurou-lhe no braço.⁴⁴

Mas um conflito aparentemente decorrente apenas da inconformidade maruja contra alguma punição recebida por uma tarefa mal efetuada poderia, na realidade, guardar significados mais profundos para além de um mero descuido ou desleixo marujo. Em 12 de março de 1853, o marinheiro nagô Nicolau (representando ter mais de trinta anos, não sabia ler nem escrever), escravizado do charqueador Joaquim José de Assumpção,⁴⁵ foi preso por ter assassinado a Francisco José de Faria, patrão do iate *Flor do Arroio*, do qual compunha a tripulação. O

43 APERS, Processo Crime, Rio Grande, Júri, Caixa 005-409, Auto 876.

44 APERS, Processo Crime, Rio Grande, Júri, Caixa 005-422, Auto 121.

45 Joaquim José de Assumpção (1829-1898), foi charqueador, criador de gado e gráúdo comerciante. Foi casado com Cândida Clara da Fontoura, irmã do Visconde da Graça, o que evidenciava importante rede familiar. Em 1888 foi reconhecido com o título de Barão do Jarau. Segundo VARGAS, Jonas Moreira. Op. Cit., 2013, p. 372, este foi o charqueador mais rico de Pelotas durante o século XIX: “[...] também fez fortuna atuando como capitalista e banqueiro, tendo sido presidente da Companhia de Gás e da Companhia de Seguros Pelotense. Influente no

crime ocorreu a bordo, quando a embarcação estava atracada perto da Praia do Peixe, área central de Rio Grande. Nicolau ainda teve tempo de fugir, porém foi capturado e em seu interrogatório apontou que o motivo que o conduziu a matar o Francisco foi por este castigá-lo “sem razão alguma muito a miúdo”. Afirmar também que naquele mesmo dia havia sido castigado por “não saber cantar quando içava as cordas”, e que este não havia sido um ato isolado já que frequentemente era alvo da ira de Francisco Farias. Nicolau fez questão de ressaltar que já havia tripulado outro iate anteriormente, sem nunca ter medo do serviço, mas que após passar para o *Flor do Arroio* o seu patrão começou a “ter zanga” dele.

Parece pouco provável que a postura de não cantar ao içar as cordas fosse realmente fruto do desconhecimento de Nicolau com as canções de trabalho,⁴⁶ e sua afirmação de que estava insatisfeito com o ambiente laboral no iate *Flor do Arroio* reforça a possibilidade de que tal ato se constituísse numa postura deliberada de afronta ao patrão. O africano nagô não era marinheiro novo. Já havia trabalhado em outro iate e era marujo pelo menos desde 1845, quando tinha 24 anos e pertencia a Maria Augusta da Fontoura, proprietária da próspera *Charqueada da Costa* em Pelotas, e mãe de seu posterior senhor Joaquim José de Assumpção. Sua senhora nesta data possuía três iates e era sócia da metade de dois patachos, bem como possuía um total de 125 cativos, dentre os quais treze marinheiros africanos escravizados dos quais Nicolau fora camarada. De forma que sua postura estava alicerçada em sua sólida experiência embarcada, representando um silencioso ato de contestação, uma postura deliberada de afronta à autoridade que se lhe apresentava excessivamente rigorosa e por isso ilegítima.

No jornal *O Pelotense* de 17 de março de 1853, encontramos outra informação do caso. A reportagem alegava que Nicolau havia matado o

alto comércio da cidade, também foi o primeiro presidente da Associação Comercial de Pelotas, em 1873”.

46 As canções de trabalho são fundamentais para entendermos as formas como os diferentes grupos étnicos que labutavam embarcados trocavam influências culturais, que eram incorporadas nas cantorias. As “salomas” ou “celeumas”, eram registros fundamentais das diferentes conexões no mundo atlântico, para além do que simplesmente canções para impor o ritmo de trabalho. Ver: RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 205.

patrão do iate, pois este havia castigado a companheira do marinheiro.⁴⁷ Interessante que o processo crime não apresentou esta evidência, sendo provável que não tenha sido levada em conta pelas autoridades, pois seria difícil o escravizado omitir importante motivação. Retrato factível da violência da escravidão e das suas imposições coercitivas. Este fragmento de informação remete à importância do estabelecimento de laços afetivos pela marujada, e que como podemos imaginar, impactavam suas vidas no vai e vem das águas.

Já para a posição de autoridade da embarcação, ocupada pelo patrão Francisco José de Faria, o silêncio de Nicolau em meio à faina com as velas configurou um ato de insubordinação ou no mínimo desleixo, exigindo imediata “correção”. Em um ambiente de rígida disciplina, a expectativa do comando era de pronta obediência às ordens emanadas, e a tolerância com um ato contrário poderia servir de mau exemplo ao restante dos marinheiros e de fermento para futuros atos mais graves de contestação.

Salienta-se ainda que este episódio ocorreu em meio a “safra” do charque, período situado entre novembro e maio quando se dava a maior intensidade de trabalho nas charqueadas. Esta era a época em que o gado havia ganhado peso devido o fim do inverno e a recuperação das pastagens, quando então ocorria a matança dos rebanhos e processamento de seus derivados. No final de uma ampla cadeia de trabalho que incluía o abate do animal, seu descarte, separação de ossos, cascos e chifres, a salga da carne e o tratamento dos couros, entrava em cena o transporte náutico de seus subprodutos nos iates, e neles os muitos marinheiros-escravizados como o africano Nicolau.

A experiência de anos de trabalho como marinheiro de charqueada e como camarada de outros treze africanos de mesma profissão e realidade de escravidão, certamente legou a Nicolau parâmetros sobre as relações de poder e disciplina embarcadas, de forma a poder comparar os ambientes de trabalho e conformar uma opinião sobre seu novo patrão: alguém excessivamente rigoroso e responsável por um contexto de trabalho que lhe imputava medo, e que ademais o perseguia com sua “zanga”. Nicolau possuía suas próprias noções sobre o mundo do trabalho embarcado e parecia saber separar o que considerava uma *autoridade legítima* daquela

47 BRG. Jornal *O Pelotense*. 17 de março de 1853.

inaceitável. Talvez seu questionamento quanto a autoridade do patrão passasse ainda pelo fato deste não ser o seu senhor e assim alguém menos *legítimo* para lhe aplicar castigos. Ao Estado Brasileiro, porém, sua atitude constituía fator que exigia ação imediata e exemplar: Nicolau foi condenado à morte, com base na Lei de 10 de junho de 1835.

Não encontramos as atas da execução do escravizado Nicolau, sua sentença pode ter sido comutada para galés perpétuas a partir dos chamados *Recursos de Graça do Imperador*, que na década de 1850 em diante ficariam usuais.⁴⁸ Mas a citada lei foi o destino dos escravizados dos iates *Quibebe* e *Belizário* condenados em 1847, com os quais iniciamos este texto. As elites senhoriais modificaram o Código Criminal de 1830, facilitando a condenação à pena de morte de escravizados envolvidos em atentados à vida de senhores, capatazes e suas famílias. Era uma reação às revoltas e tumultos causados pelas pessoas que viviam em situação de escravidão, como nos casos da Revolta dos Malês (1835) e de Carrancas (1833). Era um recado contundente de clamor pela ordem escravista.

Salvador, Bento e João Pernambuco foram enforcados na cidade de Pelotas, sem piedade, em 22 julho de 1847, em um ritual que chamava muita atenção na localidade e na Província. André Mina foi executado em 1º de junho de 1849, e os outros dois envolvidos, Manoel e Brás, morreram na prisão, vitimados pelas consequências da violência e realidade prisional.⁴⁹ A pena horrenda fazia-se com muita contundência por parte das elites senhoriais de Pelotas, um recado radical, intenso, e extremamente relacionado aos trabalhadores embarcados. O que evidencia também a preocupação que charqueadores e comerciantes tinham com a manutenção da ordem escravista neste tipo de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhadores marinhos escravizados foram fundamentais no contexto de Pelotas durante o século XIX. Eram eles que conduziam a importante missão de enviar e trazer tudo aquilo que estava relacionado

48 Sobre os Recursos de Graça e a lei de 10 de junho de 1835, ver: RIBEIRO, João Luiz. *No meio das galinhas as baratas não têm razão: a Lei de 10 de junho de 1835: os escravos e a pena de morte no Império do Brasil: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

49 Ver: AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A negra força da princesa: Polícia, Pena de morte e Correção em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: Edição do Autor, Sebo Icária 2008.

com o sistema produtivo das charqueadas. Eram trabalhadores especializados no que faziam, deveriam conhecer a lida, os lugares por onde passavam, os indivíduos a serem relacionados no trabalho, e principalmente deveriam ter confiança agregada por parte de seus senhores. Se este último elemento não fosse respeitado, as elites senhoriais não titubeavam nas reações, utilizando de forma contundente, inclusive, a pena de morte.

Os casos de conflitos sociais acima analisados, como revoltas e assassinatos, ainda que possam ser vistos como situações ocasionais e decorrentes de momentos extremos, devem ser apropriados como uma possibilidade de acessar aspectos constituintes das relações cotidianas nas embarcações, resultantes de tensões advindas dos lugares estruturais antagônicos ocupados no mundo do trabalho e de diferentes projetos de vida em disputa. A bibliografia especializada tem demonstrado que estes trabalhadores, mediante uma série de ações individuais e coletivas, estiveram longe de aceitar passivamente os desmandos e a violência que lhes era ministrada, bem como a imposição unilateral de ritmos de vida e valores de trabalho. São estudos que, ademais, têm contribuído para pensarmos a constituição de uma cultura marítima em escala atlântica, que envolvia marujos militares e mercantes, livres e escravizados de diversas origens, bem como os grupos populares não embarcados que viviam nos portos por onde ancoravam.⁵⁰ No caso dos trabalhadores escravizados, muitos traziam seus saberes náuticos do próprio continente africano, conhecimentos aproveitados pelos senhores. E não temos dúvidas de que a efetividade do deslizar de canoas e iates deveu muito a estes trabalhadores. Uma categoria singular do mundo do trabalho, que envolvia mediação entre saberes, resistências e relações de confiança, e que forjou o sucesso da economia do charque e seus derivados na Província. Mas que até hoje se dissemina pela sabedoria do povo negro do lugar, nos conhecimentos das travessias dos canais, arroios e lagoas, celebrada nos ritos cotidianos e nos dias santos vinculados às divindades das águas de Pelotas.

50 Ver: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001; LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A negra força da princesa: Polícia, Pena de morte e Correção em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: Edição do Autor, Sebo Icária 2008.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. Canal São Gonçalo. In: LONER, Beatriz; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mario Osório (Orgs.). *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2010. P.41.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; PINTO, Natália. *Os calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835)*. São Leopoldo: Oikos, 2013.

ARAÚJO, Thiago Leitão. Novos Dados sobre a Escravidão na Província de São Pedro. *Anais do 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. P.1-20.

BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825*. Dissertação (Mestrado em História) Porto Alegre: UFRGS, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos; FARIAS, Juliana Barreto; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; MOREIRA, Carlos Eduardo de Araújo (Orgs.). *Cidades Negras. Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista - Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Alameda, 2006.

GUTIERREZ, Ester. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Universitária UFPEl, 2001.

GUTIERREZ, Ester. *Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*. Pelotas: Universitária UFPEl, 2004.

KRAAY, Hendrik. “O abrigo da farda”: o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1881. *Afro-Ásia*, n. 17, 1996, pp. 29-56.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; AL-ALAM, Caiuá Cardoso. Já que a desgraça assim queria um feiticeiro foi sacrificado: Curandeirismo, etnicidade e hierarquias sociais. (Pelotas / RS 1879). *Afro-Ásia*, UFBA, 2013.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais*. Porto Alegre: EST Edições, 2006.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835 a 1864)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2013.

PESSI, Bruno. *Entre o fim do tráfico e a abolição: a manutenção da escravidão em Pelotas, RS, na segunda metade do século XIX (1850-1884)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: USP, 2012.

PINTO, Natália Garcia. *A benção compadre: experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas (1830-1850)*. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Unisinos, 2012.

REIS, João José; GOMES, Flavio dos Santos; CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RIBEIRO, João Luiz. *No meio das galinhas as baratas não têm razão: a Lei de 10 de junho de 1835: os escravos e a pena de morte no Império do Brasil: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RODRIGUES, Jaime.. Para uma história da experiência africana no mundo do trabalho atlântico (séculos XVIII e XIX). In: SANTOS, Flávio Gonçalves dos (org.). *Portos e cidades: movimentos portuários, atlânticos e diáspora africana*. Ilhéus: Editus, 2011.

SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX*. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Unisinos, 2008.

SILVA, Luiz Geraldo. *A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX)*. Campinas: Papyrus, 2001.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano Soares; GOMES, Flávio dos Santos. Revoltas, marinheiros e sistema prisional no Arsenal de Marinha: notas sobre o trabalho compulsório e cultura política num Rio de Janeiro Atlântico (1820– 1840). *História Social*, (12), 11-33.

VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas Margens do Atlântico*: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas/Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

OS PROCESSOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE PELOTAS, NO MEMORIAL TRT4, E AS POSSIBILIDADES DE SE PENSAR SOBRE A HISTÓRIA DAS MULHERES¹

LORENA ALMEIDA GILL

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 2005, o Núcleo de Documentação Histórica da UFPel fez um acordo com o Memorial da Justiça do Trabalho de Porto Alegre, da 4ª região, visando o recebimento de processos da Justiça do Trabalho (JT) da cidade, com a perspectiva de salvuardá-los e de, a partir do material, realizar pesquisas. Naquele momento, em algumas cidades, já tinham sido eliminados, por incineração ou destruição mecânica, os chamados autos findos, a partir da Lei 7. 627, de 10 de novembro de 1987 e, por isso, era ainda mais urgente buscar um local adequado para acondicionar aquele grande volume documental em boas condições.

Desde esse ano, uma série de investigações têm sido feitas, sobretudo, a partir de um projeto de pesquisa cadastrado junto à UFPel, o qual trata sobre ofícios e profissões em vias de extinção ou então bastante transformados, tendo em vista, principalmente, as mudanças tecnológicas advindas com o desenvolvimento do capitalismo. O

¹ Para a construção deste capítulo, agradeço o auxílio das bolsistas de iniciação científica: Ariane Bueno da Cunha e Gabrielle Gotuzzo, na coleta de dados.

projeto² intitula-se “À beira da extinção: memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer” e trabalha com duas metodologias principais: a análise documental, proposta por Cellard³ e a história oral⁴, especialmente em sua vertente temática, pois interessa a construção de narrativas com trabalhadores e trabalhadoras que tiveram suas vidas laborais transformadas com o passar do tempo, tendo em vista, muitas vezes, seus afazeres terem se tornado obsoletos, em um mundo em que as pessoas não costumam mais consertar pequenos objetos, como relógios, por exemplo, mas descartá-los e comprar novos.

Para estas abordagens, alguns estudos anteriores têm dado suporte, como Biavaschi;⁵ Lübbe;⁶ Silva;⁷ Schmidt⁸ e Speranza.⁹ Atualmente, está sendo feita, também, uma pesquisa sobre a trajetória laboral das mulheres na fábrica Fiação e Tecidos, a partir dos processos da JT, desenvolvida pela Doutoranda Taiane Mendes.

O acervo, portanto, já foi analisado e fundamentado em diferentes ofícios e profissões. Um dos primeiros temas abordados pelo grupo

2 No ano de 2015, um livro foi organizado por mim e pela Micaele Scheer tendo o mesmo nome do título do projeto. O material reuniu vários trabalhos que já tinham sido desenvolvidos sobre a temática até aquele momento.

3 CELLARD, André. Análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 295-316.

4 MEIHY, José e HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007. ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

5 BIAVASCHI, Magda. *O Direito do Trabalho no Brasil – 1930/1942: A construção do sujeito de direitos trabalhistas*. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Campinas UNICAMP, 2005. <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286488> Acesso em 8 de outubro de 2020.

6 LÜBBE, Anita. A preservação dos documentos da Justiça do Trabalho. TST, Brasília. In: *Reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais da Justiça do Trabalho*, Aracajú, 2006. Disponível em: <http://www.trt4.gov.br/portal/portal/memorial/textos> Acesso em 8 de outubro de 2020.

7 SILVA, Fernando. Nem crematório de fontes, nem museu de curiosidades: por que preservar os documentos da Justiça do Trabalho. In: BIAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita; MIRANDA, Maria Guilhermina. *Memória e preservação documental: direito do cidadão*. São Paulo, LTr, 2007, p. 31-51.

8 SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

9 SPERANZA, Clarice. *Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954)*. Porto Alegre: ANPUH, Oikos, 2014.

relacionou-se às benzedadeiras e aos benzedores. Do total de entrevistas realizadas no projeto, mais de setenta, vinte versaram sobre pessoas que cuidam e rezam pelos outros¹⁰, mas relojoeiros, estivadores, motorneiros, parteiras, tecelãs, sapateiros, alfaiates, operadores do Direito foram observados, alguns, apenas por meio da farta documentação e, outros, alicerçados na chamada história oral híbrida, ou seja, na construção de narrativas e na análise dos processos.

A documentação recentemente foi alvo de uma observação pormenorizada, a qual resultou na escrita de um guia,¹¹ que pretendeu apresentar a história da Justiça do Trabalho no Brasil, o avanço nas legislações, além de alguns dados sobre a JT em Pelotas, visando facilitar a pesquisa de amplo material. Segundo o autor, são 93.845 processos, que compõem o acervo, datando entre os anos de 1936 e 1998. Note-se que os primeiros são anteriores, inclusive, à própria constituição da Justiça do Trabalho no Brasil, que iniciou em 1941. Esses processos dizem respeito às Comissões Mistas de Conciliação e às Juntas de Conciliação e Julgamento.

As informações agrupadas pelo autor¹² apresentam vários dados: entre 1936 a 1965 tem-se em torno de 13.421 processos; já entre 1966 e 1998 o número de demandas aumentou consideravelmente, chegando a mais de 80.500 processos. As dez empresas mais reclamadas, segundo o mesmo autor¹³, foram: Rede Ferroviária Federal, Prefeitura Municipal de Pelotas, Companhia Fiação e Tecidos, Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPREC), Companhia Estadual Linheiras, Fábrica de Conservas Cicasul, Frigorífico Anglo, Fábrica de Conservas J. Alves Veríssimo, Universidade Federal de Pelotas e Cerâmica Pelotense.

10 GILL, Lorena e SILVA, Eduarda. O cuidado com os outros a benzedura no sul do Brasil. *Tempos Históricos*, Volume 23, 1º Semestre de 2019, p. 663-689. <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/20547> Acesso em 03 de outubro de 2020.

11 KOSCHIER, Paulo. Guia do Arquivo da Justiça do Trabalho de Pelotas. Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Professora Beatriz Loner. *Revista Mundos do Trabalho*. Florianópolis, vol. 11, 2019, p. 1-20. http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/6221/1/Guia_do_Arquivo_da_Justica_do_Trabalho_de_Pelotas.pdf Acesso em 03 de outubro de 2020.

12 Ibid, p. 11.

13 Ibid, p. 15.

Ainda, no que diz respeito ao gênero¹⁴, 76% dos processos eram de homens, 23% de mulheres e, em 1%, não foi possível a identificação feita apenas pelo nome, já que não era exequível checar todos os processos em sua integralidade. Nesse item, há que se observar que o número de demandas de mulheres, com o passar do tempo, aumentou, justamente porque também houve acréscimo na participação delas no mercado de trabalho formal. Nos primeiros anos da JT, já analisados, a improcedência é maior no caso de demandas de mulheres, pois a ideia de complementariedade de seus salários é bastante presente. Para Perrot:¹⁵ “[...] a noção de ‘profissão de mulher’ é uma construção social ligada à relação entre os sexos. Ela mostra as armadilhas da diferença, inocentada pela natureza, e erigida em princípio organizador, em uma relação desigual”.

Sobre o acervo, atualmente se tem, além de uma tabela Excel com informações sobre os demandantes e demandados, também um banco de dados,¹⁶ a partir do qual os processos são resumidos constando nome do reclamante, da reclamada, tipo de ação, se individual ou plúrima, data de início e término e resultado obtido. O banco de dados está disponível, sem restrição, de forma *online*, mas até o momento só foi possível chegar até o ano de 1956, uma vez que se tem poucas pessoas para atualizar e disponibilizar os dados.

Para este trabalho, não será enfocado o acervo físico existente no NDH, tendo em vista a impossibilidade de consultá-lo durante o período de isolamento — uma vez se estar vivendo a pandemia da covid-19. Assim, optou-se por apresentar alguns processos de Pelotas relacionados às mulheres, os quais fazem parte do acervo do Memorial da Justiça do Trabalho TRT4.¹⁷

Foi feita uma consulta para saber por que estes processos ficaram de posse do Memorial e a informação obtida aponta para o fato de que

14 Ibid, p. 12.

15 PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 258. (grifos da autora).

16 <http://bancodedadosndh.com.br/> Acesso em 2 de outubro de 2020.

17 <https://www.trt4.jus.br/atom/index.php/informationobject/browse?genres=503&topLod=0&query=+Pelotas+&sq0=+Pelotas+&sort=relevance> Acesso em 2 de outubro de 2020.

os documentos haviam sido alvo de pesquisas acadêmicas anteriores ao estabelecimento do convênio TRT4/UFPe, e, após, passaram a fazer parte da Coleção Acervos, que apresenta documentos digitalizados.

Antes que se inicie uma análise do material, é importante mencionar que o título do trabalho remete à necessidade de uma história das mulheres, seguindo a perspectiva abordada por Perrot¹⁸ de que “[...] elas aparecem menos no espaço público, objeto maior da observação e da narrativa. [...] As mulheres de agricultores ou de artesãos, cujo papel econômico é considerável, não são recenseadas, e seu trabalho, confundido com as tarefas domésticas e auxiliares, torna-se, assim, invisível. Em suma, as mulheres não ‘contam’”. Dessa forma, escrever as suas histórias é ainda mais urgente, uma vez que aqueles que costumavam organizar obras historiográficas, os homens, muitas vezes, as colocavam apenas nas entrelinhas ou em notas de rodapé. Não se exclui, por isso, a abordagem a partir de perspectiva de gênero, pois tem-se claro a necessidade de se pensar nas experiências relacionais de poder, entre homens e mulheres.¹⁹ De outro modo, para este texto, as mulheres serão pensadas também tendo em vista a sua classe, uma vez que todas eram pobres e viviam a experiência da exploração²⁰ e seu gênero, conforme já dito, mas não sua raça, pois esta informação não consta nos processos. Assim, para que se saiba se as trabalhadoras e os trabalhadores eram brancos, pretos ou pardos, por exemplo, só se houver um cruzamento com outras fontes, como o acervo da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), formado com auxílio das fichas de qualificação preenchidas no momento em que era solicitada a carteira de trabalho.

OS DOCUMENTOS RELACIONADOS À JUSTIÇA DO TRABALHO DE PELOTAS JUNTO AO MEMORIAL TRT4

Quando se verifica a aba acervos relacionada à cidade de Pelotas junto ao *site* do Memorial, constam 251 processos digitalizados. Ao se

18 PERROT, Michelle. Op. Cit., 2005, p. 11. (grifos da autora).

19 SCOTT, Joan. A mulher trabalhadora. In: FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michele (Orgs.). *História das Mulheres no Ocidente*. V. 4, Porto, Afrontamento, 1991, p. 443- 476.

20 THOMPSON, Edward. *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

abrir, um a um, os processos, têm-se que o número chega a 280, pois, em alguns casos, há mais de um processo vinculado ao mesmo autor ou autora. Destes 280, 209 são individuais e 71 são plúrimos, envolvendo mais de um demandante.

Já o período temporal concentra os anos de 1937 a 1958 e abarca 577 homens e 116 mulheres, demonstrando uma ampla maioria dos primeiros no mercado de trabalho formal da cidade, conforme já observado. Para Perrot:

As mulheres sempre trabalharam. Elas nem sempre exerceram “profissões”. [...] As “profissões de mulheres”, aquelas que se afirma serem “boas para uma mulher”, obedecem a certo número de critérios que também determinam limites. Consideradas como pouco mobilizadoras, elas devem permitir que uma mulher realize bem a sua tarefa profissional (menor) e doméstica (primordial).²¹

No que diz respeito às empresas, diversas aparecem como reclamantes, mas os números mais expressivos se relacionam à *Light and Power* (5 processos); Sindicato dos trabalhadores nas indústrias de carnes e derivados de Pelotas (2 processos); Joaquim Oliveira & Cia (2 processos); Fetter & Cia (2 processos) e Companhia Fiação e Tecidos (2 processos). Já como reclamada, uma empresa desponta como a mais demandada: Frigorífico Anglo (49 processos), vindo depois a Cia. Indústrias Linheiras S/A (14 processos), Joaquim Oliveira & Cia. Ltda. (13 processos), *Light and Power* (7 processos). Pode-se perceber que algumas empresas se repetem nos papéis de reclamantes e reclamadas, pois além de se defenderem das ações promovidas, também construíam processos com a perspectiva de demitir seus trabalhadores e trabalhadoras, a partir da imputação de alguma falta grave.

Tendo em vista este levantamento inicial, há um dado interessante e que se vincula ao advogado que esteve relacionado ao maior número de demandas vinculadas aos trabalhadores e às trabalhadoras. Seu nome era Antonio Ferreira Martins e ele foi o operador do Direito em 120 processos daqueles constantes no Memorial em que os trabalhadores e

21 PERROT, Michelle. Op. Cit., 2005, p. 251. (grifos da autora).

trabalhadoras eram reclamantes. Braga²² escreveu uma dissertação sobre a atuação do advogado na qual buscou compreender “[...] como a atuação de Martins contribuiu para a luta da classe operária de Pelotas (RS) contra o patronato no momento de implantação da Justiça do Trabalho a partir de sua inserção no campo jurídico”.

Como representantes das empresas, os nomes dos advogados que mais apareceram foram: Alcides de Mendonça Lima (31 processos); Tancredo do Amaral Braga (29 processos); Rubens de Oliveira Martins (25 processos), Bruno de Mendonça Lima (23 processos); Vicente Martins Gervini (20 processos) e Osvaldo Bender (19 processos). Note-se que algumas das empresas de maior porte, como o Frigorífico Anglo, já se defendia com o apoio de uma banca de advogados.

Dentre as demandas, em todos os processos, a maior parte dos pedidos se vinculou às indenizações (255); aviso prévio (209); pagamento de férias devidas (156) e pagamento de salários (134). Dois itens, além de outros, aparecem em menor número: pagamento de horas extras (54) descanso semanal remunerado (47) e rescisão sem justa causa (42). É preciso ressaltar que, em um mesmo processo, poderia haver mais de uma demanda.

No que tange aos resultados, tem-se que as ações foram procedentes para 195 pessoas (160 homens, 35 mulheres) + 10 empresas; procedentes em parte para 160 pessoas (130 homens, 30 mulheres) + 1 empresa; improcedentes para 264 pessoas (227 homens, 37 mulheres) + 8 empresas. Ainda, foi feito acordo para processos que envolveram 47 pessoas (40 homens, 7 mulheres) + 1 empresa; foram cancelados para 24 pessoas (20 homens, 4 mulheres) + 3 empresas, havendo ainda 3 processos em que não é possível se verificar os resultados, já que faltam folhas no arquivo digitalizado. Apesar do escopo da JT ser o acordo, relacionado a estes documentos, a improcedência apareceu na maior das vezes.

22 BRAGA, Camila. *“Os operários não mentem perante a Justiça”*: Análise do exercício da advocacia de Antonio Ferreira Martins em Pelotas (RS) de 1941 a 1945. Dissertação (Mestrado em História). Pelotas, UFPel, 2016, p.15. <https://wp.ufpel.edu.br/ppgh/files/2017/03/DISSERTA%C3%87%C3%83O-PDF.pdf> Acesso em 1º de outubro de 2020.

HISTÓRIAS DE MULHERES ATRAVÉS DOS PROCESSOS

Os processos do Memorial, conforme já visto, envolveram 116 mulheres e suas demandas principais foram: pedido de pagamento de férias (34); aviso prévio (34); indenizações (32); salários devidos (28), além de outros pedidos, em menor número, como licença maternidade (5) e horas extras (3).

Ainda que os processos permitam abordar as experiências de homens e mulheres, com relação às últimas os documentos são ainda mais importantes, pois suas histórias não costumam estar presentes em muitas fontes. Segundo Perrot:

Os arquivos policiais e judiciários são os mais ricos no que concerne às mulheres. [...] Ora, as mulheres perturbam a ordem com mais frequência. [...] Comerciantes determinadas, domésticas hábeis, esposas em fúria, moças casadoiras “seduzidas e abandonadas” ocupam o lugar central de histórias do cotidiano que expressam conflitos, situações familiares difíceis, mas também a solidariedade, a vitalidade de pessoas humildes que tentam de tudo para sobreviver no emaranhado da cidade.²³

Para compor, portanto, essa primeira análise sobre os processos do Memorial relacionados às mulheres serão apresentados, como exemplos, cinco processos, que mostram as dificuldades que as mulheres tinham, não só em suas vidas pessoais, como em espaços laborais. Os processos serão analisados pela ordem em que aparecem no *site* do Memorial.²⁴

O primeiro deles (141/1943) conta a história de Helena Rodrigues, 27 anos, operária da Padaria e Fábrica de Massas Moderna, que reivindicava o pagamento de diferenças salariais, tendo em vista que teria sido contratada para ganhar CR\$ 160 por mês²⁵ (o salário mínimo), mas

23 PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007, p.26. (grifos da autora).

24 <https://www.trt4.jus.br/atom/index.php/informationobject/browse?genres=503&topLod=0&query=+Pelotas+&sq0=+Pelotas+&sort=relevance> Acesso em 11 de outubro de 2020.

25 Este valor corresponde, atualmente, a R\$ 661,42, conforme um site de conversão de moedas, que será utilizado em todo o capítulo para a atualização de valores recebidos, a partir de demandas da JT. <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores> Acesso em 16 de outubro de 2020.

recebera apenas CR\$ 100.²⁶ A demanda iniciou após ter sido demitida sem justa causa, a partir da declaração do proprietário de que não podia pagar o ordenado, mas, logo após a sua demissão, foi contratada outra pessoa para a qual foi prometido o combinado com ela anteriormente.

O processo é interessante, pois o ato inicial é escrito à mão por Helena, que, no próprio documento, solicitou a designação de um defensor público por ser pobre. Mas ela deixou claro que não queria, em especial, a assistência de três advogados, cujos nomes foram listados: Bruno de Mendonça Lima, Joliné Siqueira e Osvaldo Bender. Os três bacharéis em Direito eram bastante conhecidos e respeitados no meio jurídico, mas talvez Helena não confiasse no trabalho deles já que Bruno e Osvaldo, por exemplo, costumavam defender mais os empregadores do que os trabalhadores.

No decorrer do processo foi designado a ela um acadêmico, Álvaro de Moraes, que construiu alguns argumentos que foram refutados pela jovem, por serem considerados injustos e lhe causarem prejuízos. Dessa forma, Helena compareceu à sessão sem advogado e disse, durante a audiência, que não necessitava de um.

Ora, quem já participou de um encontro desse tipo, em qualquer esfera, sabe como se trata de um ambiente hostil, especialmente para aqueles que pouco conhecem determinadas expressões, além de seus ritos, bastante marcados pela autoridade. Helena, no entanto, não parecia ter receio de buscar provar seus argumentos na luta pelo pagamento de diferenças salariais a que tinha direito. Infelizmente, não consta o fechamento do processo com o resultado obtido.

O segundo processo (475/1948) permite pensar sobre os padrões de comportamento esperado para as mulheres à época. Alice Jorge Pinheiro era viúva, atuava como guardadora de *toilete* no Teatro Guarany Cinematográfica Ltda. e, segundo ela, no momento em que o salário mínimo era de 1.30 a hora,²⁷ recebia apenas 0.70.²⁸ Ela teria faltado um dia, momento em que solicitou que a filha a substituísse, razão pela qual teria sido despedida. Na demanda, ela solicitava diferenças salariais e pagamento de aviso prévio, mas o empregador alegou que ela não possuía

26 Valores atualizados correspondem a R\$ 413.41.

27 Valores atualizados correspondem a R\$ 2.52.

28 Valores atualizados correspondem a R\$ 1.16.

vínculo, realizando trabalhos eventuais e que a ela era permitida apenas assistir aos filmes, de mero favor.

No momento da realização da audiência, Alice foi expulsa pelo juiz Mozart Victor Russomano que assim afirmou, à página 6:

A reclamante, desde o início da audiência, se portou de modo inconveniente, interrompendo a parte contrária e, por fim, culminando em interromper até mesmo essa Presidência. Tornou ela, por sua insólita conduta, imperdoável mesmo numa simples mulher do povo, impossível o prosseguimento da audiência, recusando-se a permitir o seu desdobramento processual. Em face disso, da recusa da Reclamante em que o feito prosseguisse, antes que ela se retirasse da sala de audiência, foi ela da mesma expulsa, por minha determinação. Assim, tendo ampla direção do feito, em face do exposto e da impossibilidade, gerada pela Reclamante, de continuação do processo, aplicando, por analogia, o artigo 844, da Consolidação, determino o arquivamento do processo, concedendo à Reclamante, o benefício da Justiça Gratuita, por ganhar ela menos do dobro do mínimo legal.

Certamente, Alice pouco conhecia sobre os ritos da Justiça e talvez por isso tenha se manifestado em momentos que não foram considerados próprios. Apesar de no processo dizer que estava acompanhada de um procurador não consta seu nome, nem alguma fala por ele proferida, em sua defesa.

Mesmo que sua demanda pudesse ser considerada justa, não lhe foi dado tempo para provar, uma vez que sua narrativa foi pensada como inadequada em um ambiente majoritariamente masculino, com senhores que talvez não pudessem compreender como alguns centavos por hora poderiam fazer tanta diferença na vida de uma mulher pobre e viúva que, ao que parece, não pretendia se condicionar aos preceitos esperados às mulheres como a docilidade, a abnegação e o sacrifício.

O processo de Alice faz com que se possa pensar também no conceito de campo, especialmente o jurídico, proposto por Bourdieu. Para o autor, em um campo há “um estado de relações de força entre os agentes ou as instituições envolvidas na luta”²⁹ relacionado à autoridade, a processos de diferenciações sociais e de conhecimento do mundo. O juiz, quando não permite que o processo siga seu curso, pelo que

29 BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Lisboa: Edições, Sociedade Unipessoal, 2003, p.120.

considera o seu saber sobre os ritos, demonstra quem detinha o poder de arbítrio diante da situação.

Já o terceiro processo (22/1947) revelou a sobrecarga do trabalho de Eurídice Balladares Mello. Segundo consta nos documentos, Eurídice, que tinha 54 anos à época, sendo por isso considerada uma mulher idosa,³⁰ trabalhava entre às 6 e 22 horas há dezenove anos, atendendo 32 aparelhos de telefone e não tendo nem, ao menos, tempo para as refeições. Tendo em vista sua função, teve de morar na zona rural e quando, por qualquer motivo, não pudesse atender às chamadas eram suas filhas que a cobriam no trabalho. Quando necessitou, por exemplo, realizar um procedimento cirúrgico a Companhia Melhoramentos e Resistência não chegou, nem mesmo, a colocar um substituto em seu lugar, cabendo novamente às suas filhas, sem pagamento, se ocuparem da tarefa laboral da mãe.

O processo em que Eurídice solicitava o pagamento de horas extras, domingos e feriados, em um total de CR\$ 12.600,00,³¹ é significativo, pois mostra a tentativa da justiça de estabelecer a subjugação da mulher até mesmo em um pleito judicial, quando o advogado da reclamada, Bruno de Mendonça Lima, afirmou que sua demanda não teria sido feita de forma espontânea, mas era “mero reflexo da atitude assumida por seu marido” (p. 5), que anteriormente também era empregado da Companhia, tendo abandonado o emprego, acionado a JT e perdido a ação proposta em primeira instância.

No processo em que o advogado de Eurídice era Antonio Ferreira Martins constam algumas falas de assinantes de telefonia, as quais atestam para o fato de que “a reclamante atende a qualquer hora do dia ou da noite tendo ela com a sua presteza se prestigiado e prestigiado a Companhia, o que evidencia que a reclamada tira proveitos e proveitos lucrativos, da abnegação de sua empregada” (p. 9). Como a ação foi julgada procedente, a Companhia entrou com um recurso, mas este não foi acatado pelo Tribunal.

O quarto processo analisado (113/1945) tem como reclamante a senhora Santa Marreira Rodrigues e como reclamado o Frigorífico

30 Na década de 1940, a expectativa de vida dos brasileiros era de 45,5 anos. <https://observatorio3setor.org.br/noticias/anos-40-expectativa-de-vida-dos-brasileiros-era-de-45-anos/> Acesso em 8 de outubro de 2020.

31 Valores corrigidos para o dia de hoje totalizam R\$ 24. 829.60.

Anglo, justamente a empresa mais demandada para os anos iniciais da JT, conforme já dito. Santa era solteira,³² residente à rua General Telles, 257 e foi demitida em estágio avançado de gravidez, já que estava com 6 meses de gestação, conforme demonstra um atestado apenso ao processo.

Sua demanda para que fosse anulado o aviso prévio que havia recebido se baseava no artigo 391³³ da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que assim dizia: “Não constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez” e ainda no preceito contido no artigo 9º que previa: “Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação”.

Dois grandes debates envolveram esse processo: o primeiro foi sobre a validade do atestado.³⁴ Havia legislação à época que indicava uma espécie de valoração para este tipo de documento. Desse modo, o atestado deveria ser, prioritariamente, de médico de instituição de previdência social para que fosse considerado verdadeiro; se não fosse possível, de médico indicado pelo patrão; de médico do sindicato patronal; de médico do sindicato do trabalhador e, por último, de médico de repartição federal, estadual ou municipal encarregado de saúde e higiene. Ocorre que o atestado apresentado por Santa era, segundo seu advogado, do médico do sindicato, mas para a empresa tratava-se de documento de um médico particular, H. Petterle, que se apresentava como cirurgião, realizando intervenções no abdômen, com especialização em moléstias de

32 Na inicial do processo de Santa, datada de janeiro de 1945, ela se apresenta como casada, mas em sua ficha funcional, que consta à folha 10, ela aparece como solteira, situação que foi reforçada em todos os demais documentos.

33 O artigo 391 da CLT foi modificado, pela Lei n. 12.812, de 2013, e hoje consta da seguinte maneira: “A confirmação do estado de gravidez advindo no curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10721903/artigo-391-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943> Acesso em 7 de outubro de 2020.

34 Eu já havia trabalhado com a temática da validade ou não de atestado no seguinte artigo: GILL, Lorena. A luta de Olga por seus direitos: imigração, saúde e trabalho de mulheres em Pelotas, RS (década de 1940). *História* (São Paulo), vol. 28, 2019, p. 1-20. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-90742019000100403&lng=p&t&nrm=iso Acesso em 11 de outubro de 2020.

senhoras. Os médicos particulares nem constavam na lista daqueles que poderiam oferecer atestados considerados válidos. Sobre o atestado, os representantes da empresa, baseados no artigo 392 da CLT, que abordava os direitos das gestantes, afirmavam que o documento deveria ser visado pela empresa, o que não aconteceu.

A questão mais relevante, nesse caso, no entanto, vinculava-se à uma questão moral. Ocorre que Santa era uma mulher solteira e estava grávida. Algumas falas constantes nos documentos demonstram esse incômodo, como as do procurador da empresa, Alcides de Mendonça Lima, que assim diz:

[...] a reclamante era solteira quando entrou para o serviço da reclamada. Nunca fez prova de que fosse casada. Assim sendo, se ela era ainda solteira em dezembro de 1944, a reclamada não podia adivinhar que ela estivesse grávida. Se a reclamante era casada, quando ingressou na empresa, ela usou de má fé declarando-se solteira. Se fosse solteira, conforme declarou, não há dúvida de que, por circunstâncias evidentes, ela tinha interesse em ocultar a gravidez (p. 7).

Não se pode esquecer de que o Código Civil de 1916 definia a mulher como um ser incapaz de realizar alguns atos, necessitando de uma figura masculina para representá-la. Diante desse contexto, como admitir que uma mulher solteira tivesse engravidado? Essa era a pergunta que estava colocada nas entrelinhas do processo que rotulou Santa como, no mínimo, uma falsária.

Tal situação de subalternidade da mulher será atenuada a partir do ano de 1962, com a lei 4.121, conhecida como o Estatuto da Mulher Casada, que trará alguns avanços no campo dos direitos relacionados a elas, como a não necessidade de autorização do marido para trabalhar, o compartilhamento do direito sobre os filhos, dentre outros.

Retornando ao processo, em sua defesa, o Anglo usou ainda o fato de ter creche para os filhos das empregadas; de ter demitido mais 65 mulheres juntamente com Santa, pois havia acontecido um refluxo nas exportações e, também, de que seria injurioso proceder um exame no corpo de uma mulher que se declarava solteira.

O resultado do pleito foi pela improcedência, de forma unânime, a partir dos seguintes pressupostos: a empresa desconhecia a gravidez da reclamante; a lei não proibía de demissão de gestantes, só se excluindo

a hipótese de justa causa e, ainda, a situação laboral apontava menos de um ano de trabalho de Santa, na empresa, ou seja, ela ainda estava no período de experiência.

Santa recorreu e, nesse momento, apresentou declarações de duas ex-operárias do frigorífico que afirmaram que ela revelou ao capataz sobre o seu estado gestacional reivindicando, inclusive, não efetuar algumas tarefas mais pesadas. Uma das declarantes, Leontina Matos, disse ainda que Santa havia sido examinada na Enfermaria para que fosse comprovado o seu estado de saúde (p. 19). Embora com as declarações de duas mulheres que a acompanhavam no seu cotidiano laboral, a decisão inicial foi mantida, a partir da ideia principal de que nenhuma indenização é devida a um empregado despedido dentro do período de experiência (artigo 478, parágrafo 1º, da CLT).

Por fim, o quinto processo abordou a história de Tercília dos Santos Papaléo (218/1950), viúva, com setenta e seis anos, moradora em uma casa de cômodos, à rua Almirante Barroso, 167, que declarou que trabalhava em domicílio para a empresa Sociedade de Tecidos Walter Motta Ltda, recebendo por dúzias de calças e bombachas produzidas, em um montante de CR\$24.00³⁵ pela demanda. Ocorre que, segundo ela, havia algum tempo que a empresa não enviava mais serviço, sem lhe comunicar o motivo e que, tendo em vista o fato, ficou sem renda alguma. Pede, portanto, o pagamento de uma série de direitos já que teria sido despedida de forma injusta, não tendo recebido, dentre outros, o pagamento de férias, domingos e feriados.

O processo é expressivo, pois discute um tema que era relevante para o período e ainda o é, ou seja, os direitos para o trabalho domiciliar. O advogado de Tercília, Antonio Ferreira Martins, procurou provar o vínculo existente entre a empregada e o empregador; já Osvaldo Bender, que defendia a reclamada, buscou demonstrar a eventualidade do serviço prestado ao afirmar que o dono da empresa nem conhecia Tercília e quem a concedia o trabalho era um prestador de serviço.

Sabe-se que o trabalho em domicílio continuou fortemente mesmo após a Revolução Industrial tendo como grande suporte a mão de obra feminina, que além dos cuidados com a casa também buscava alguma renda para contribuir com o combalido orçamento familiar. Desse

35 Valores atualizados para o dia de hoje R\$ 38.32.

modo, Tercília, uma mulher viúva e idosa, a quem não cabia apenas a complementariedade de renda, mas o seu sustento, viu na produção de peças de vestuário uma possibilidade de manutenção, o que foi impedido pelo empregador, sem que ela conhecesse o motivo para tal retaliação.

A decisão do juiz, Mozart Russomano, baseada em correntes doutrinárias de outros países e a partir de textos de vários juristas, assim reflete:

[...] ao menos no Brasil, o trabalhador a domicílio é a última esfera do proletariado. Em geral, as pessoas doentes, muitas vezes inválidas, inaptas para o trabalho continuado nas oficinas, se recolhem ao “trabalho a domicílio”, quando podem trabalhar no momento em que é mais conveniente e quando seus males o permitem (p. 26, grifos do autor).

Russomano, durante a longa sentença proferida, refere-se aos inúmeros percalços existentes para este tipo de trabalho, como a aquisição de equipamentos e a adaptação da casa às atividades e afirma que não bastava a recusa do patrão em perceber o vínculo existente para isentá-lo de ônus. Dessa forma, julgou procedente a ação e estabeleceu o valor a ser pago.

A empresa, inconformada com a decisão, recorreu, em um primeiro momento, ao Tribunal em Porto Alegre, que confirmou a decisão, ao verificar caracterizada a relação de emprego. O advogado da reclamada assim afirmou: “Se pelo brilho de uma sentença se pudesse medir o direito que nela se contém e se pela riqueza de conhecimentos doutrinários manifestada por quem a prolatou fosse possível dosar a verdade jurídica, a respeitável decisão ora recorrida seria um estalão de justiça” (p. 34), mas diz que o ato foi de mera caridade, tendo em vista Tercília ser uma pessoa idosa. Osvaldo Bender ainda recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho, no Rio de Janeiro, mas não obteve êxito. Por fim, como Tercília recebera apenas CR\$ 3.314.20³⁶ e lhe era devido CR\$ 4.800.00,³⁷ ela solicitou, em juízo, o pagamento dos CR\$ 1.485. 80³⁸ faltantes, o que foi feito.

36 Valores corrigidos para o dia de hoje: R\$ 5.291.08.

37 Valores corrigidos para o dia de hoje: R\$ 7.663.14.

38 Valores corrigidos para o dia de hoje: R\$ 2.372.06.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma grande riqueza nos documentos da Justiça do Trabalho. Especialmente o cotidiano da vida laboral de homens e mulheres conseguem ser observados, tanto a partir da construção de narrativas no processo, como nos anexos constantes como jornais da época, fotografias, atestados, exames, dentre outros.

Ainda que o nosso olhar venha incidindo, mais fortemente, sobre a farta documentação física existente junto ao NDH, durante a pandemia, até mesmo para proporcionar um treinamento aos novos bolsistas que começaram a fazer parte da equipe, optou-se por observar os processos que já estavam digitalizados pelo Memorial.

Desse modo, neste capítulo, a pretensão foi a de explorar possibilidades de escritas vinculadas à história das mulheres. Para isso, foram utilizados, como exemplo, cinco processos, a partir da construção de uma espécie de resumo apontando para as dificuldades que acompanharam o julgamento, além do resultado das demandas.

Sobre Helena Rodrigues, que desafiou a Justiça ao indicar os nomes dos defensores que não pretendia que a acompanhasse; que desautorizou o estagiário indicado, pois, segundo ela, escrevera fatos desabonadores à sua conduta e que revelou, por fim, não necessitar de um advogado para provar seus direitos, pouco se sabe com relação aos resultados finais, pois estes não constam no processo.

Já Alice, que foi tratada de forma preconceituosa, pelo juiz, tendo em vista seus “modos de mulher do povo”, esta não teve nem tempo de provar seu vínculo empregatício e seus direitos trabalhistas, pois, segundo os doutos, falou em momento impróprio e de maneira exacerbada, o que não era esperado para as mulheres nem à época nem mesmo atualmente, já que continuamos com dificuldades de nos colocarmos nos espaços públicos.

Eurídice foi uma das que conseguiu provar a necessidade do pagamento de seu pleito, talvez porque a jornada de trabalho dela fosse tão abusiva, sem tempo para refeições, descanso nos finais de semana, cirurgias e consultas médicas, que a empresa não obteve êxito em demonstrar momentos de folga, mesmo que atendesse, todos os dias, mais de 32 assinantes de telefonia. A outra foi Tercília, que pela idade avançada, a situação de viuvez e o duro trabalho de produzir peças a um

preço reduzido, obteve êxito em provar sua relação de trabalho com a empresa de tecidos, que a via apenas como uma prestadora de serviços eventual e, por isso, sem direito algum.

Mas talvez seja o último processo aquele que se vincule, mais fortemente, à palavra injustiça, pois ainda que a lei possa ter sido utilizada para oferecer um embasamento ao processo, isto é, Santa não tinha ainda um ano na empresa, o resultado não foi o merecido, já que ela estava grávida e era uma mulher solteira, ou seja, suas dificuldades de vida eram ainda mais dramáticas, mas mesmo diante desse cenário adverso houve a improcedência de sua ação, de forma unânime. Ser uma mulher solteira, grávida, desempregada, em uma sociedade da década de 1940, era viver uma situação de extremo preconceito e penúria.

Por estes motivos apresentados, apesar de ser apenas um texto introdutório sobre o assunto, em se tratando do acervo do Memorial, é preciso ressaltar que as fontes da Justiça do Trabalho se constituem como essenciais para se pensar a história de todos trabalhadores, mas especialmente das mulheres, no tocante às suas lutas cotidianas para a garantia de direitos, muitos dos quais têm sido reiteradamente negados a elas, conforme demonstra a História.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

BIAVASCHI, Magda. *O Direito do Trabalho no Brasil – 1930/1942: A construção do sujeito de direitos trabalhistas*. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Campinas UNICAMP, 2005. <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286488> Acesso em 8 de outubro de 2020.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Lisboa: Edições, Sociedade Unipessoal, 2003.

BRAGA, Camila. “Os operários não mentem perante a Justiça”: Análise do exercício da advocacia de Antonio Ferreira Martins em Pelotas (RS) de 1941 a 1945. Dissertação (Mestrado em História). Pelotas, UFPel, 2016. <https://wp.ufpel.edu.br/ppgh/files/2017/03/DISSERTA%C3%87%C3%83O-PDF.pdf> Acesso em 1º de outubro de 2020.

CELLARD, André. Análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 295-316.

GILL, Lorena. A luta de Olga por seus direitos: imigração, saúde e trabalho de mulheres em Pelotas, RS (década de 1940). *História (São Paulo)*, vol. 28, 2019, p. 1-20. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-90742019000100403&lng=pt&nrm=iso Acesso em 11 de outubro de 2020.

GILL, Lorena e SCHEER, Micaele (Org.). *À beira da extinção: memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer*. 1. ed. Pelotas: Editora UFPel, 2015.

GILL, Lorena e SILVA, Eduarda. O cuidado com os outros a benzedura no sul do Brasil. *Tempos Históricos*, Volume 23, 1º Semestre de 2019, p. 663-689. <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/20547> Acesso em 03 de outubro de 2020.

KOSCHIER, Paulo. Guia do Arquivo da Justiça do Trabalho de Pelotas. Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Professora Beatriz Loner. *Revista Mundos do Trabalho*. Florianópolis, vol. 11, 2019, p. 1-20. http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/6221/1/Guia_do_Arquivo_da_Justica_do_Trabalho_de_Pelotas.pdf Acesso em 03 de outubro de 2020.

LÜBBE, Anita. A preservação dos documentos da Justiça do Trabalho. TST, Brasília. In: *Reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais da Justiça do Trabalho*, Aracajú, 2006. Disponível em: <http://www.trt4.gov.br/portal/portal/memorial/textos> Acesso em 8 de outubro de 2020.

MEIHY, José e HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PROCESSOS: 141/1943; 475/1948; 22/1947; 113/1945 e 218/1950.

SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

SCOTT, Joan. A mulher trabalhadora. In: FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michele (Orgs.). *História das Mulheres no Ocidente*. V. 4, Porto, Afrontamento, 1991, p. 443-476.

SILVA, Fernando. Nem crematório de fontes, nem museu de curiosidades: por que preservar os documentos da Justiça do Trabalho. In. BIAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita; MIRANDA, Maria Guilhermina. *Memória e preservação documental: direito do cidadão*. São Paulo, LTtr, 2007, p. 31-51.

SPERANZA, Clarice. *Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954)*. Porto Alegre: ANPUH, Oikos, 2014.

THOMPSON, Edward. *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

A II GUERRA MUNDIAL SENTIDA DE PERTO: NOTAS SOBRE ALGUMAS IMPLICAÇÕES PROVADAS PELA CONJUNTURA BÉLICA AOS TRABALHADORES DE PELOTAS

TAMIRES XAVIER SOARES

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Segunda Guerra Mundial eclodiu em setembro de 1939, e o Brasil, nessa ocasião, manteve-se neutro, rompendo com essa política somente em agosto de 1942. O mundo estava envolvido em um conflito e não podemos analisar o contexto histórico do período sem levar em conta as implicações da guerra. O celebre historiador inglês Eric Hobsbawm defende que a Segunda Guerra “ampliou a guerra maciça em guerra geral”. De acordo com esse autor, a guerra moderna envolve “todos os cidadãos e mobiliza a economia para a sua produção, e são usados em quantidade inimagináveis; produz indizível destruição e domina e transforma absolutamente a vida dos países nela envolvidos.”¹

A guerra de massa, como Hobsbawm denominou os conflitos do século XX, necessitava da mobilização em massa, a qual, mesmo em sociedades industrializadas, acabava impondo “enormes tensões à força de trabalho, motivo pelo qual as guerras de massa fortaleceram o poder do trabalhismo organizado.”²

1 HOBBSBAWM. Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Cia. das Letas, 2003, p. 50.

2 HOBBSBAWM. Eric. op. cit., p. 51.

No caso brasileiro, embora fosse um país em processo de industrialização, as tensões existiam, porém, diante da conjuntura da ditadura estadonovista, eram abafadas, de modo que não fossem notadas. Roney Cytrynowicz afirma que as fronteiras entre “Estado e sociedade, entre cultura oficial e popular, entre classe média e operários, entre homens e mulheres, foram rompidas, acionadas e mobilizadas pelo governo.”³

A Segunda Guerra Mundial é um tema muito atraente, existem muitas produções cinematográficas, revistas, coleções acerca dela. Entretanto, tudo parece muito distante da realidade vivenciada pela população brasileira na época. Concordamos com Cytrynowicz a respeito da necessidade de construir “o tema no Brasil”, sem tratar do assunto como uma extensão do conflito vivenciado pelos estadunidenses e europeus.

Precisamos analisar a guerra com uma lente brasileira que envolva a política, o discurso e as práticas da época. Existem questões próprias a serem consideradas, uma vez que as circunstâncias promovidas pelo conflito atingiram vários setores. Além disso, o país estava em meio a uma ditadura instituída por Vargas, o qual se valeu das circunstâncias para permanecer no poder até 1945.

Getúlio Vargas governou o Brasil por mais de 18 anos, assumindo, primeiramente, a cadeira da presidência no “Governo Provisório” (1930-1934). Depois, foi eleito indiretamente, pela Câmara dos Deputados, como presidente do “Governo Constitucional” (1934-1937), deu um golpe de Estado em 1937, tornando-se um ditador e, por fim, voltou ao poder, eleito pelo povo, em 1951.

A GUERRA SE AVIZINHA

O período entre 1930 a 1937 tem sido muito explorado pelos especialistas, tendo em vista a grande mobilização da classe trabalhadora. Porém, o chamado Estado Novo (1937-1945), implantado a partir de uma mentira de ameaça comunista, foi considerado, por muitos anos, um momento de desmobilização da luta de classe. Todavia, a partir da tradução de livros de autores como Edward Thompson e Eric Hobsbawm

3 CYTRYNOWICZ. Roney. *Guerra sem guerra*. São Paulo, Geração Editorial, 2002, p. 19.

novas pesquisas começaram a surgir, considerando as múltiplas formas de manifestações da classe laboral durante esse período, transformando o campo da história social e proporcionando novas discussões a respeito dos mundos do trabalho.⁴

No entanto, poucos estudos avançaram a respeito das implicações causadas pela Segunda Guerra Mundial ao Estado Novo, principalmente em relação às questões trabalhistas.⁵ Conforme Alexandre Fortes, isso ocorre porque “fatores domésticos continuam a preponderar nas explicações sobre os processos inovadores ocorridos naquela primeira metade dos anos 1940”. Desta forma, “a análise dos efeitos da Guerra sobre as relações de trabalho no país tende a ficar diluída num debate mais geral sobre o legado de Getúlio Vargas.”⁶

Considerando que o Brasil dependia de relações comerciais com os países beligerantes, que boa parte dos produtos manufaturados eram

4 SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa: os operários das docas de Santos, direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992; FORTES, Alexandre. Revendo a legislação dos sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945). In: FORTES, Alexandre et al. *Na luta por direitos*. Estudos recentes em história social do trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; COSTA, Hélio. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicalismo no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995; KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. *Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006; PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José S. L. *Cultura & Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: PROED; Marco Zero; Museu Nacional, 1987; SPERANZA, Clarice Gontarski. *Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1950)*. São Leopoldo-RS: Oikos, 2014.

5 FORTES, Alexandre. Os impactos da Segunda Guerra Mundial e a regulação das relações de trabalho no Brasil. *Nuevos Mundos*, 2014; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1942 estado e sociedade contra o reich. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 89-109, jul./dez. 2017 SECRETO, María Verónica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007; LIRA, Clarice. *O Piauí em tempos de Segunda Guerra: mobilização local e as experiências do contingente piauiense da FEB*. Jundiá, SP: Paco, 2017; ALCANTARA, Patrícia. *Os conflitos de um conflito: processos trabalhistas ajuizados nas Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)*. 2018. 155 f. (Dissertação) Mestrado em História- Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2018.

6 FORTES, Alexandre. 2014, Os impactos da Segunda Guerra Mundial e a regulação das relações de trabalho no Brasil. *Nuevos Mundos*, 2014, p. 1.

importados do Velho Continente e que, por sua vez, esses eram clientes de nossa produção agropastoril, entendemos que os estudos a respeito do Estado Novo devem levar em consideração, também, os fatores externos.

No âmbito das relações de trabalho, por exemplo, embora em 1943 Getúlio Vargas tivesse assinado o decreto-lei n. 5.452, que instituía a Consolidação das Leis do Trabalho, alguns dos seus artigos foram flexibilizados por leis criadas em nome da mobilização de guerra. A exemplo disso, podemos citar a jornada laboral de 8 horas, a qual, por meio do decreto n. 4.639 de 1942, poderia ser de até 10 horas, mediante autorização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC).

A estabilidade adquirida após 10 anos de serviços prestados para uma empregadora ganhou uma exceção, pois os contratos de trabalho de alemães, italianos e japoneses poderiam ser rompidos.⁷ Os operários das fábricas consideradas de interesse nacional ou bélico que faltassem por mais de oito dias sem justificativa eram considerados desertores e julgados pela Justiça Militar.⁸

Os sindicatos sofreram maior interferência estatal a partir do decreto 4.637, de 31 de agosto de 1942, que os colocavam sob colaboração permanente enquanto perdurasse o contexto beligerante. Os homens convocados para o serviço militar tinham a garantia do recebimento de 50% de seus ordenados.⁹ Essa medida ocasionou muitas demissões de trabalhadores do sexo masculino em idade de convocação militar. Diante disso, o governo criou outra lei, a qual proibia a rescisão do contrato de trabalho para esse tipo de operário¹⁰.

A falta de matéria-prima e de serviços, em decorrência da dificuldade nas importações, provocou, desde o início do conflito, demissões e suspensões de trabalhadores. O transporte, tanto de carga quando de passageiros, foi afetado pela falta de combustíveis; nas cidades, ocorreram reduções de horários dos bondes e dos ônibus, bem como a proibição da circulação de carros particulares. No campo e nos portos, os alimentos pereciam à espera de vagões de trem ou de navios para transportá-los. Ademais, o custo de vida sofreu grande elevação durante o período, fazendo com que o salário mínimo, instituído em 1940, fosse insuficiente para o sustento da maior parte das famílias operárias.

Diante desse cenário, questionamo-nos quais foram os impactos que a conflagração mundial causou na vida dos trabalhadores no Rio Grande do Sul, analisando as dificuldades encontradas pelos operários diante

da escassez de produtos e do alto valor alcançado pelos alimentos, bem como os conflitos trabalhistas criados a partir da conflagração mundial e, posteriormente, a declaração de estado de guerra. Com o andamento do conflito mundial, diversos decretos-lei foram criados, flexibilizando direitos já conquistados pelos trabalhadores, transformando as fábricas em “campos de batalha”, e os operários em “soldados da produção”, com isso criando novas tensões.

O Brasil, em 1939, ainda era um país agrário. Embora estivesse em um processo de industrialização, boa parte de sua receita vinha das exportações de determinados produtos agrícolas, como café, algodão e fumo. Os produtos manufaturados, como ferro, aço e máquinas, eram trazidos da Europa e da América do Norte. Entretanto, a eclosão da Segunda Guerra Mundial prejudicou as importações.

Os oceanos, antes utilizados como rota de comércio, foram tomados por submarinos e navios de guerra, e as travessias de embarcações com mercadorias tornaram-se arriscadas. Desse modo, os produtos que normalmente eram adquiridos em outros países deixaram de chegar ao país, que acabou impactando também a vida do trabalhador.

Diante disso, apresentaremos aqui um recorte espacial da tese de doutorado recentemente defendida intitulada “Nas trincheiras da sobrevivência: a Segunda Guerra Mundial e suas implicações para os trabalhadores no Rio Grande do Sul”, onde analisaremos a situação dos trabalhadores de Pelotas.

Como já frisado, a guerra ocasionou escassez, e até mesmo, a inexistência de ferro, cimento e madeira levaram várias empresas do ramo da construção civil a diminuir ou a pararem suas atividades. Em muitos casos, a saída encontrada, pelos empresários, era a demissão ou a suspensão dos funcionários sem pagamentos de seus direitos, pois, só assim, podiam garantir que seus lucros não seriam afetados.

Existem diversos registros de denúncias dos trabalhadores da construção civil e alguns setores da indústria sobre as demissões e afastamentos indevidos, justificados pela falta de material ou de serviço provocados pela situação beligerante. A exemplo disso, podemos analisar o caso do operário Euclides Gonçalves de Medeiros trabalhava na Cerâmica Pelotense Ltda., na cidade de Pelotas, e foi, em 1944, “desligado” por oito dias de sua função. A empresa alegou que o motivo do afastamento teria sido a falta de cimento branco, porém, tão logo chegou o produto,

a reclamada chamou os empregados para que voltassem ao serviço. Nesse caso, Euclides não só não voltou como ajuizou uma reclamação na JCJ de Pelotas.

Após a tentativa de conciliação não ter tido êxito, a 1ª instância julgou procedente, em parte, a reclamação. A decisão não previa pagamento dos dias em que o trabalhador esteve parado, nem mesmo indenização por demissão por justa causa. Ao contrário, foi deliberado que a empregadora deveria readmitir Euclides. Descontente com a conclusão do processo, o representante da Cerâmica Pelotense Ltda. recorreu da decisão, mas o CRT manteve o julgamento.¹¹

As demissões geralmente traziam como argumento o motivo de “força maior” previsto na lei, conforme Art. 5, alínea J da Lei 62 de 1935. No entanto, o patrão que desejasse romper os contratos de trabalho de seus funcionários deveria comprovar a falta de matéria-prima ou de serviço. Esse era o ponto-chave da maior parte das discussões no decorrer das ações trabalhistas. Em muitos casos, havia diferença de entendimento entre a primeira e a segunda instâncias. Isso pode ser observado na reclamação promovida pelos choferes Luiz Marques Dia, Luiz Gonçalves Souza, Pedro Margino Ribeiro, Plínio Alves Lisboa, Angelo da Costa e Silva Filho, os quais foram demitidos em novembro de 1942. Para tanto, o proprietário da firma, Osvaldo de Sousa Ramalho, justificou que os rompimentos dos contratos de trabalho haviam sido motivados em função de força maior, tendo em vista o racionamento de gasolina. Os membros da JCJ de Pelotas, por meio da Lei 62, julgaram procedente a reclamação, tendo os reclamantes direito a receber indenização e aviso prévio.

Essa ação foi levada à segunda instância, que acolheu o recurso interposto pela viúva de Osvaldo. Segundo o novo julgamento, os herdeiros deveriam pagar 50% da soma aos choferes.¹²

Infelizmente, não temos muitos detalhes sobre os motivos que corroboraram para a decisão do CRT, pois, embora a ação esteja salvaguardada no acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas, não estão

11 Euclides Gonçalves de Medeiros (requerente), Pelotas, agosto de 1944. Ação salvaguardada no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

12 Luiz Marques Dia; Luiz Gonçalves Souza; Pedro Margino Ribeiro; Plínio Alves Lisboa; Ângelo da Costa e Silva Filho (requerentes), Pelotas, novembro de 1942. Ação salvaguardada no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

anexados os documentos referentes ao julgamento da 2ª instância. Encontramos o resultado desse em um livro de acórdãos acondicionado no Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, que integra a cópia da última página do julgamento de processos analisados pelo CRT da região. No entanto, existem outros casos de divergência de julgamento, de interpretação e do emprego de certas leis entre as instâncias que podemos analisar.

A análise das ações demonstra a tentativa insistente de burla dos direitos, por parte dos empresários, bem como a diferença de interpretação entre as instâncias em alguns casos. Acreditamos que isso tenha ocorrido devido à conjuntura da recente estrutura da JT. No interior, a maioria dos juízes responsáveis pelas ações não eram magistrados do trabalho, porém sim juízes cíveis, os quais atuavam também nesses casos.

Além disso, as leis ainda estavam em processo de elaboração e de instauração, diante disso, podemos imaginar o quanto eram comuns as divergências de interpretações e as confusões feitas na hora de escolher qual legislação deveria ser utilizada.

Contudo, ainda que a estrutura da Justiça do Trabalho fosse recente, aconteciam variações na interpretação das leis e com jurisprudências recém sendo criadas, e os trabalhadores não se dobravam frente à exploração. Eles ajuizavam as ações e denunciavam manobras empreendidas pelos patrões na tentativa de não cumprirem com os direitos.

Notamos que com o decorrer dos anos e, principalmente, após o rompimento da política de neutralidade brasileira as implicações se tornaram mais aparentes. Após a declaração de guerra, em setembro de 1942, o governo estadonovista passou a angariar esforços para construção dos fronts interno e externo.

O externo seria composto pelos soldados em enfermeiras enviados para o campo de batalha e, o interno seria formado pelos trabalhadores e trabalhadoras que deveriam produzir para manter o abastecimento do país e das tropas. A mobilização para a guerra transformou-se na tônica do momento, diversos decretos-lei que flexibilizavam e retiravam direitos sociais e trabalhistas a priori adquiridos foram criados para garantir a produção, como podemos notar nos casos acima, em que a questão de força maior ganhou novas interpretações.

No entanto, além de alterar legislações anteriores, alguns decretos-leis apresentavam novidades, dentre esses havia um bastante específico

que proibia demissão de homens em idade militar. O decreto-lei 5.689 de 22 de julho de 1943 foi criado com a finalidade de coibir a burla a legislação anterior¹³ que garantia aos trabalhadores convocados pelo exército brasileiro o pagamento de 50% de seus ordenados. Como podemos ver no trecho de sua introdução, “considerando que, para atender às necessidades do momento, é necessário acautelar a proteção contra a prática de atos prejudiciais ao interesse coletivo, que procuram burlar a inteira eficácia do decreto-lei nº. 4.902, de 31 de outubro de 1942.”¹⁴

De acordo com o artigo primeiro da “lei dos reservistas”, com ficou conhecido, enquanto perdurasse o estado de guerra não seria permitido aos empregadores “rescindir contratos de trabalho com empregados reservistas, em idade de convocação militar, se não mediante manifestação expressa da vontade destes ou quando os mesmos derem causa à rescisão nos termos do art. 5º da lei n. 62, de 5 de junho de 1935.”¹⁵

No entanto, o artigo 5º da lei 62 era bastante vago em suas definições, como podemos ver a seguir.

Art. 5º São causas justas para despedida:

- a) qualquer ato de improbidade ou incontinência de conduta, que torne o empregado incompatível com o serviço;
- b) negociação habitual por conta própria ou alheia, sem permissão do empregador;
- c) mau procedimento, ou ato de desídia no desempenho das respectivas funções;
- d) embriaguez habitual ou em serviço;
- e) violação de segredo de que o empregado tenha conhecimento;
- f) ato de indisciplina ou insubordinação;
- g) abandono de serviço sem causa justificada;
- h) ato lesivo da honra e boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- i) prática constante de jogos de azar;
- j) força maior que impossibilite o empregador de manter o contrato de trabalho.¹⁶

13 BRASIL. Decreto-lei 4.637, de 31 de agosto de 1942.

14 BRASIL. Decreto-lei 5.689, de 22 de julho de 1943.

15 BRASIL. Decreto-lei 5.689, op. cit.

16 BRASIL. Lei n. 62, de 5 de junho de 1935.

O que configurava força maior, indisciplina, insubordinação ou improbabilidade de conduta? Essa imprecisão nas definições abriu brechas para que a legislação fosse interpretada de diversas formas sendo frequentemente requerida na Justiça do Trabalho.

Um dos casos encontrados nesse acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas foi o do operário Pedro Afonso que trabalhava na Sociedade Anônima Frigorífico Anglo, mas acabou sendo demitido, sem justo motivo, em 1944.¹⁷ A empresa alegou que o requerente abandonou o serviço, caracterizando, portanto, justa causa para sua demissão. Além disso, afirmou que o contrato de trabalho do funcionário era por prazo determinado, o que não lhe dava direito à estabilidade prevista na lei dos reservistas. Pedro anexou, ao processo, um atestado médico que justificava o tempo em que esteve afastado do serviço.

O abandono do serviço era um motivo justo para rescisão de contratos, conforme o decreto. Entretanto, o atestado acabou comprovando que não houve abandono, que o trabalhador se afastou por motivos de saúde. Com isso, a JCJ de Pelotas julgou procedente a reclamação de Pedro. Porém, a empresa recorreu da decisão, de modo que a 2ª instância reformou a conclusão, absolvendo o frigorífico do pagamento de indenização por demissão sem justa causa e aviso prévio.¹⁸

A análise de casos semelhantes em diversas localidades do estado indica que a prática de alegar que os contratos eram por tempo determinado para livrar-se do cumprimento da lei era usual. Os empregados de Seguros Privados e Capitalização, bem como da Cia. Aliança Rio-Grandense de Seguros Gerais também solicitaram, em 1943, a abertura de um dissídio coletivo.¹⁹ Eles alegaram que seus patrões, a fim de não pagarem indenizações, férias e outros direitos, procuravam “iludir o empregado e mascarar o contrato de trabalho.”²⁰

17 Pedro Afonso (requerente), Pelotas, 24 de outubro de 1944. Ação salvaguardada no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

18 O conselho Regional do Trabalho julgou o processo em 1946, quando a guerra já havia acabado. Desse modo, esse tipo de reclamação não mais seria considerável passível de reintegração do funcionário, mas sim de pagamento de indenização e aviso prévio.

19 O CRT não considerou o pedido, alegando não configurar caso de dissídio coletivo porque não comportava espécie e generalidade característica dessa modalidade jurídico-trabalhista.

20 O ORIENTADOR: Trabalho, Indústria e Comércio, n. 1, Porto Alegre, 11 de janeiro de 1943, p. 18.

Desse modo, podemos concluir que mascarar contratos não só era uma prática difundida entre os empregadores, como também fora criada como dispositivo legal, já que contratos por tempo determinados eram permitidos por lei. Esse tipo de conduta visava subverter a ordem, burlar a lei que previa pagamento de indenização e aviso prévio para rompimentos de contratos de trabalho sem motivo justificado. Com a criação do decreto-lei 5.689, em julho de 1943, esse “método” passou a ser utilizado para absolver as empresas das obrigações com os reservistas.

Motivos como indisciplina, insubordinação e abandono também eram utilizados, de forma frequente, como justificativas para demissões de operários. De acordo com o decreto lei em questão, a prática de atos de indisciplina, insubordinação, embriaguez, abandono do emprego e conduta inadequada podiam ser consideradas razões para demissão por justa causa.

Reclamações contendo esse tipo de demanda igualmente foram frequentes nas fontes por nós analisadas. Entre essas, estavam os casos do pintor João Mello de Almeida²¹ e do ajudante de eletricista Olavo Machado,²² ambos funcionários da The Rio-grandense Light and Power, na cidade de Pelotas.

Conforme consta na ação, João Mello de Almeida exercia a função de pintor quando foi avisado, pelo seu superior, de que teria sido promovido à aprendiz de motorneiro. De imediato, João questionou a mudança, declarando que não estava de acordo. Contudo, não houve espaço para argumentação, pois o Sr. Scott lhe respondeu que escolhesse entre trabalhar na linha do bonde ou ser demitido.

Entendendo que estava demitido, João procurou o sindicato para rever seus direitos, já que estava em idade de convocação militar. Já o caso de Olavo Machado foi diferente, ele foi demitido por ter agredido verbalmente seu superior, Carlos Vach. Consoante as informações do processo, Olavo estava de serviço quando recebeu uma chamada para consertar a “linha do Frigorífico,” ou seja, os fios que levavam eletricidade para o Frigorífico Anglo, na região portuária da cidade. Considerando sua diminuta experiência com alta tensão, procurou o colega Argemiro

21 João Mello de Almeida (requerente), Pelotas, 31 de outubro de 1944. Ação salvaguardada no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

22 Olavo Machado (requerente), Pelotas, 19 de junho de 1944. Ação salvaguardada no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

e seu chefe Vach para ajudá-lo. No dia seguinte, Argemiro abordou João para saber qual motivo levou o colega a mentir, ao Sr. Vach, que ele havia dito que iria tomar café e depois ajudaria no caso da linha do frigorífico. Indignado com o ocorrido, Olavo foi atrás de Vach e brandou: “O senhor é um mentiroso, Sr. não, pois não merece ser chamado de Sr. e sim de você, você devia estar dormindo ou sonhando para dizer que eu disse que o Argemiro ia tomar café primeiro para depois ir a Usina.”²³

O chefe retrucou dizendo que não estava nem dormindo nem sonhando, mas que, provavelmente, para não se recordar, Olavo deveria estar embriagado, uma vez que era um “bêbado sem vergonha.” O trabalhador retrucou as ofensas e acabou sendo demitido por indisciplina.

Os autos analisados, neste capítulo, apresentam duas constantes no tocante às relações trabalhistas do período, as quais também foram apontadas na pesquisa de Negro e Souza. A primeira é em relação ao autoritarismo patronal, e a segunda, “uma demanda por justiça nos mundos do trabalho.”²⁴

Os trabalhadores recorriam à JT para que seus direitos fossem cumpridos, mas esbarraram no problema da inexistência de jurisprudência sobre ações que envolviam indisciplina ou insubordinação. A linha que marcava o limite do exercício da autoridade patronal era instável. Retrucar uma agressão do superior hierárquico seria considerado indisciplina? Rejeitar realizar um serviço que não era da natureza de sua função seria um ato de insubordinação?

Os casos de Olavo Machado e João Mello de Almeida foram considerados improcedentes para JCJ de Pelotas. No entendimento dessa, Olavo claramente foi indisciplinado, e João abandonou o emprego, pois não recebeu nenhuma ordem de demissão. Os trabalhadores levaram o processo à segunda instância, sendo as reclamações acolhidas e reformadas.

Notamos que as questões disciplinares se tornaram uma chave para se livrarem de operários indesejáveis, visto que, com a falta de uma jurisprudência e a imprecisão da legislação, levava os julgamentos a dependerem da interpretação da ambígua lei, ficava mais fácil

23 Olavo Machado (requerente), op. cit., p. 14.

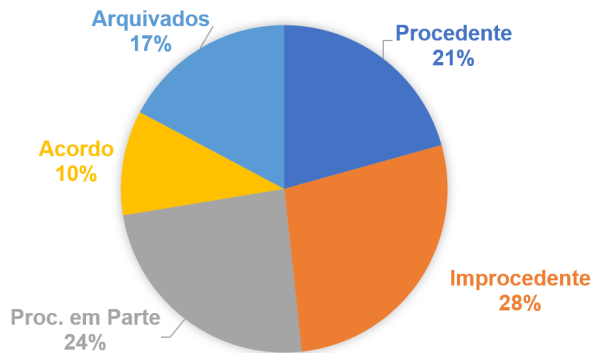
24 NEGRO; SOUZA; op. cit., p. 128.

romper contratos de trabalho e demitir funcionários indesejáveis pelas empregadoras.

Assim, em um contexto de desavenças, como os vivenciados João e Olavo, os superiores foram tão quanto ou até mais agressivos que seus subordinados, mas coube somente aos trabalhadores o ônus da demissão por justa causa. Por outro lado, a imprecisão da lei, ao definir o que era indisciplina e insubordinação, acabava abrindo brechas para os trabalhadores resistirem aos abusos patronais, como o caso de Olavo. Enfim, após essa análise, teremos que concordar com a conclusão a que chegaram Negro e Souza, após suas pesquisas sobre insubordinação operária na Bahia. Segundo os autores, “a intervenção judicial, na disciplina do trabalho, respondeu a finalidades contraditórias e produzido efeitos ambíguos.”²⁵

Todavia, tais entraves não foram o suficiente para suprimir as demandas por justiça. Conforme levantamento que realizamos no acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas, existem 58 processos trabalhistas envolvendo o decreto-lei 5.689. O gráfico que segue apresenta a proporção das conclusões.

GRÁFICO 5 – CONCLUSÕES - AÇÕES TRABALHISTAS / JUSTIÇA DO TRABALHO DE PELOTAS



Fonte: Acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas

25 NEGRO; SOUZA. op. cit., p. 145.

A grosso modo, podemos afirmar que houve mais resultados improcedentes. No entanto, precisamos fazer um exame mais complexo da situação, já que, se nos furtamos disso, os números nos levarão a ter falsas percepções. A primeira observação que devemos fazer é que 29% das ações eram plúrimas, ou seja, dois ou mais trabalhadores ingressavam conjuntamente com uma reclamação contra o empregador. Essas, em sua maioria, eram julgadas procedentes em parte, haja vista a diferença de conclusão para cada caso. Precisamos também analisar a diferença de interpretação entre as instâncias. Do total de 58 processos, 10 tiveram suas conclusões modificadas pelas instâncias superiores, demonstrando que, em algumas circunstâncias, não havia consenso.

Por fim, devemos atentar ao grande número de arquivamentos: ao total, foram 17%, todos por falta de comparecimento dos reclamantes no dia da audiência. Essa alta porcentagem, que ultrapassa as cifras de acordo, pode ter duas explicações: ou os trabalhadores haviam conseguido um acordo extraoficial com a empresa ou tinham desistido da reclamação.

Apesar de as porcentagens do gráfico anterior nos parecerem desvantajosas aos trabalhadores, a soma dos processos que tiveram conclusões procedentes, em parte ou em acordos, representou algum tipo de ganho aos impetrantes, um total de 55% dos casos. Esses prováveis ganhos também podem ser compreendidos por meio de uma leitura de entrelinhas, pois se considerarmos que as notícias referentes aos julgamentos e às leis circulavam entre os membros da classe laboral, deduzimos que as reclamações pleiteando reintegração, conforme o decreto, atingiram, de alguma forma, respostas positivas aos trabalhadores, visto que, se isso não ocorresse, o cumprimento desse não seria frequentemente requisitado nas ações. Antônio L. Negro e Edinaldo Souza, também chegaram a essa conclusão, os autores afirmaram que a “circulação de informações sobre questões judiciais, com algum efeito multiplicador entre os trabalhadores” sinalizando para um “processo de judicialização das questões trabalhistas na perspectiva dos empregados.”²⁶

O historiador Edward Thompson, em seu clássico livro *Los Orígenes de la ley negra: un episodio de la história criminal inglesa*²⁷ problematiza

26 NEGRO; Antônio L.; SOUZA, Edinaldo. op. cit., p. 129.

27 THOMPSON, Edward. *Los orígenes de la ley negra: un episodio de la historia criminal inglesa*. Espanha: Siglo Veinteuno, 2010.

A versão em português deste livro se chama *Senhores e Caçadores*.

o fato da legislação representar apenas os interesses da classe dominante, pois, de acordo com o autor, existe uma precondição essencial para que essa seja reconhecida, sua função ideológica. Logo, a lei deve demonstrar “su independencia frente a la manipulación flagrante y perezca ser justa.”²⁸

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das premissas thompsonianas, analisamos os casos que envolviam as implicações da guerra nas relações trabalhistas buscando ultrapassar a dicotomia opressor/oprimido, de modo a observar e compreender as brechas e as possibilidades de ganhos da classe trabalhadora através da Justiça do Trabalho. Deste modo, podemos concluir que, embora a conjuntura bélica tenha sido utilizada como álibi pelo governo estadonovista para retirada e flexibilização dos direitos garantidos, bem como para mobilizar os trabalhadores, tornando-os através dos discursos oficiais soldados da produção, que deviam atuar nos campos de batalhas fabril, esses não deixaram de acessar as brechas e denunciar os abusos patronais, demonstrando que a retórica de mobilização encontrava limites no chão de fábrica.

REFERÊNCIAS

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra Sem Guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial, 2002
Euclides Gonçalves de Medeiros (requerente), Pelotas, agosto de 1944. Ação salvaguardada no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

FORTES, Alexandre. 2014, Os impactos da Segunda Guerra Mundial e a regulação das relações de trabalho no Brasil. *Nuevos Mundos*, 2014.

HOBSBAWM. Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Cia. das Letas, 2003.

João Mello de Almeida (requerente), Pelotas, 31 de outubro de 1944. Ação salvaguardada no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

28 “Sua independência frente à manipulação flagrante e pareça ser justa” THOMPSON. op.cit., 2010, p. 284.

Luiz Marques Dia; Luiz Gonçalves Souza; Pedro Margino Ribeiro; Plinio Alves Lisboa; Ângelo da Costa e Silva Filho (requerentes), Pelotas, novembro de 1942. Ação salvaguardada no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

NEGRO, Antônio Luigi; SOUZA, Edinaldo Antônio Oliveira. Que “fosse procurar os seus direitos” – Justiça do Trabalho e poder disciplinar na Bahia: Insubordinação operária, autoridade patronal e mediação judicial (1943-1948). In: GOMES, Angela de Castro. SILVA, Fernando Teixeira da. *A Justiça do Trabalho e sua história*. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

O ORIENTADOR: Trabalho, Indústria e Comércio, n. 1, Porto Alegre, 11 de janeiro de 1943, p. 18.

Olavo Machado (requerente), Pelotas, 19 de junho de 1944. Ação salvaguardada no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

Pedro Afonso (requerente), Pelotas, 24 de outubro de 1944. Ação salvaguardada no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

THOMPSON. Edward. *Los orígenes de la ley negra*: un episodio de la historia criminal inglesa. Espanha: Siglo Veinteuno, 2010.

O PELOTENSE.

O *Pelotense*, periodico commercial, politico e de noticias, publica-se em meias folhas as segundas, quartas, sextas feiras, na typographia *Imparcial* de Candido Augusto de Mello, rua do Commercio n. 19. Recebe correspondencias pelo preço que se convencionar, e insere artigos scientificos ou de litteratura.

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA. —
Por um anno, ou 120 numeros. . . 80000.
Por seis mezes, ou 60 numeros. . . 45000.
Numero avulso 50.
A assignatura e FACA ADIANTADA, sem o que ninguém tera direito ao recebimento da folha.

ANNUNCIOS.
Os Srs. assignantes pagarão por cada linha
Os não assignantes 80 rs.
Os annuncios repetidos, dos Srs. assignantes 40 rs.
Os annuncios repetidos de não assignante. 40 rs.

ANNO II.

QUARTA FEIRA 30 DE JUNHO DE 1852.

NUMERO 98.

PARTE III

IMPRENSA



TRAÇOS DA SOCIABILIDADE NA IMPRENSA: AS SOCIEDADES DE BAILE EM PELOTAS-RS NO SÉCULO XIX (1850-1870)

DALILA MÜLLER

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este texto objetiva analisar a trajetória das primeiras sociedades recreativas abertas na cidade de Pelotas nas décadas de 1850 e 1860.¹ Essas associações se caracterizavam como bailantes, ou seja, ofereciam regularmente bailes para seus sócios e convidados. Estudar a trajetória dessas primeiras sociedades contribui para o entendimento da Pelotas do início da segunda metade do século XIX.

Os traços da sociabilidade e, especificamente, das sociedades de baile estão presentes na imprensa do oitocentos, seja pelotense ou rio-grandina, que também circulava pela cidade e que dedicava um espaço para divulgar os últimos acontecimentos de Pelotas.

A sociabilidade é entendida como a qualidade do ser sociável, se refere às inter-relações que ocorrem em grupos em um contexto determinado, provocando a vinculação e a gestação de sentimentos de pertencimento e solidariedade entre os integrantes.²

1 Uma versão inicial sobre as sociedades de baile em Pelotas foi publicada na tese: MÜLLER, Dalila. “Feliz a população que tantas diversões e comodidades goza”: espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870). *Tese* (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

2 AGULHON, Maurice. *El Círculo Burgués*. La sociabilidad en Francia, 1810-1848. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 2009.

No momento em que as associações de baile são organizadas, Pelotas era uma cidade que retomava seu crescimento após ter ficado “paralisada” pelos dez anos da Revolução Farroupilha (1835-1845).³ Freguesia em 1812, vila de Rio Grande em 1832 e cidade de Pelotas em 1835, foi a partir da segunda metade da década de 1840, que retomou seu desenvolvimento socioeconômico, político e cultural. A Câmara Municipal reiniciou suas atividades administrativas e o Teatro Sete de Abril reabriu como casa de espetáculos.

Nas décadas seguintes houve um aumento populacional ocasionado pelo retorno da população e pela chegada de novos imigrantes. Em 1846, Pelotas contava com aproximadamente 6.248 moradores, aumentando para 10.757 em 1858, atingindo um total de 15.384 moradores em 1865⁴ e mais de 21.000 moradores em 1872.⁵ No censo imperial de 1872 a paróquia de São Francisco de Paula, que concentrava todos os habitantes da cidade e seus subúrbios, possuía 14.762 almas, demonstrando que grande parte da população estava presente no espaço urbano da cidade.

É também nesse período que as charqueadas⁶ e novos estabelecimentos industriais e comerciais intensificaram suas atividades. A partir da instalação de fábricas e casas comerciais, da reativação das charqueadas e do aumento da população, houve uma maior preocupação com a melhoria do espaço urbano através dos serviços de infraestrutura, como abertura e melhoria de ruas, iluminação, escoamento das águas, que visavam transformar a cidade em um espaço mais aprazível para se viver.

3 Conde D’Eu destacou que “[...] os dez anos da guerra civil, 1835-1845, foram especialmente para Pelotas um período de misérias e de estacionamento”. CONDE D’EU. *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*. (agosto a novembro de 1865). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p. 213.

4 ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2000, p. 46.

5 VARGAS, Jonas. “*Os barões do charque e suas fortunas*”. Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 72.

6 A atividade charqueadora se intensificou, com o funcionamento de 21 charqueadas na safra de 1859-60, chegando a 35 charqueadas em funcionamento no ano de 1873. MÜLLER, Dalila. *A Hotelaria em Pelotas e sua Relação com o Desenvolvimento da Região: 1843 a 1928*. 2004. 158 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, 2004.

As atividades intelectuais ganharam força com a fundação de jornais, a publicação de livros e a abertura de espaços para seu consumo, como o Gabinete de Leitura em 1853 e a Sociedade Literária em 1857.⁷ *O Pelotense*, fundado em novembro de 1851, foi o primeiro jornal de Pelotas. Nas décadas seguintes, outros jornais são fundados.

É nessa imprensa que a sociabilidade vai deixar seus rastros e, levando em conta que se preservou até os dias atuais, mostrou-se a única fonte disponível⁸ para entender a participação das sociedades recreativas no contexto pelotense do pós Revolução Farroupilha. Os jornais da cidade vizinha, Rio Grande, circulavam por Pelotas e, diariamente, traziam informações sobre a cidade, incluindo suas atividades recreativas. Zicman destaca que, para alguns períodos, a imprensa é a única fonte disponível e que permite “um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas”.⁹

A imprensa dava destaque para as sociedades recreativas a partir das notícias e dos anúncios das partidas mensais ou das assembleias e também dos comentários críticos e reflexivos em crônicas sobre as atividades ocorridas nessas sociedades.

A notícia e os anúncios “funcionam, preferencialmente, como registro de ocorrências”, levando a “uma leitura sedimentar da realidade, mediante a qual regularidades e omissões adquirem inteligibilidade ao nível das práticas”.¹⁰ Já os comentários críticos e reflexivos constituem “uma elaboração intelectual sobre a realidade em análise, reflectida na carga valorativa que o acompanha”¹¹, comportando a marca do seu autor, que busca ou tenta impor “a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.”¹²

7 MÜLLER, Dalila, op. cit.

8 Foram localizados os estatutos somente de duas sociedades de baile e, um deles, a partir da sua reprodução na íntegra no jornal *O Pelotense*.

9 ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História – PUCSP, São Paulo, n. 4, p. 89-102, junho de 1985, p. 89.

10 BERNARDO, Maria Ana. *Sociabilidade e Distinção em Évora no Século XIX*. O Círculo Eborense. Lisboa: Cosmos, 2001, p. 28.

11 BERNARDO, Maria Ana. Idem, p. 28.

12 CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Entre práticas e representações. (Tradução de Maria Manuela Galhardo). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. (Coleção Memória e Sociedade), p. 17.

O jornal foi um espectador, um participante e um beneficiário das transformações urbanas ocorridas em Pelotas durante esse período, pois, de acordo com Capelato, “a imprensa registra, comenta e participa da história”.¹³

Seguindo os traços da sociabilidade presentes na imprensa das décadas de 1850 e 1860¹⁴ é possível entender a trajetória das primeiras sociedades de baile em Pelotas, mesmo que com algumas lacunas.

Não se almeja, neste texto, trazer todas as possibilidades de análise da sociabilidade a partir da imprensa. Trata-se de privilegiar a análise da trajetória das sociedades de baile, primeiras formas associativas recreativas encontradas na sociedade pelotense no pós Revolução Farroupilha.

AS PRIMEIRAS SOCIEDADES DE BAILE EM PELOTAS

No final do ano de 1851, um pouco mais de 15 anos após tornar-se cidade e seis anos depois do término da Revolução Farroupilha, a cidade de Pelotas possuía uma urbanização incipiente, cujos limites entre o urbano e o rural não eram muito claros, porém, o “índice de moradores na cidade era alto para o contexto rio-grandense da época”.¹⁵ São esses moradores urbanos que vão fundar suas sociedades recreativas, umas mais aristocráticas, outras mais democráticas e outras, ainda, mais plebeias.

O desenvolvimento da sociabilidade no século XIX, principalmente das elites, ocorria no espaço urbano e estava ligada a um modo de vida moderno, civilizado. Agulhon¹⁶ considera que “la sociabilidad, rasgo de temperamento colectivo” é resultado “de relaciones sociales, económicas e históricas objetivas”. Para o autor, existe uma vida social mais rica, mais

13 CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988, p. 13.

14 Foram pesquisados os seguintes jornais: *O Pelotense*, *O Brado do Sul*, *Noticiador*, *Diário de Pelotas*, todos de Pelotas e *O Diário do Rio Grande* e o *Comercial* de Rio Grande. A pesquisa foi realizada na Biblioteca Pública Pelotense, na Biblioteca Rio-Grandense de Rio Grande, no Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa e no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

15 VARGAS, Jonas, op. cit., p. 62.

16 AGULHON, Maurice. *El Círculo...*, op. cit., p. 35.

intensa e mais diversificada, “más sociabilidad en definitiva”, nos espaços urbanos.

No período analisado neste trabalho duas sociedades são caracterizadas pela imprensa como “aristocráticas”. Uma delas, a Sociedade Harmonia Pelotense, foi uma das duas primeiras sociedades de baile abertas na cidade. Enquanto que a Phenix Pelotense, foi aberta na segunda metade da década de 1860.

Em dezembro de 1851 teve lugar o primeiro baile da Sociedade Harmonia Pelotense, que foi “concorrido por perto de 100 senhoras e 200 cavalheiros”.¹⁷ A Sociedade Harmonia Pelotense foi a segunda sociedade fundada na cidade, sendo antecedida pela Recreação Pelotense em apenas um mês. A abertura de duas associações com o mesmo objetivo foi alvo de críticas pelo comentarista do *O Pelotense*. Segundo ele:

É para lastimar que existindo já uma sociedade de baile, não procurasse a nova sociedade fazer junção com aquela. Em lugares onde a população é escassa, não julgamos muito acertada essa divisão de famílias. Mas Pelotas tem um defeito imperdoável – ou tudo ou nada. Há 4 meses não havia nenhuma sociedade de baile, hoje há duas!¹⁸

O comentarista lastima que as famílias não tenham se unido para formar uma única associação na cidade. A abertura das duas sociedades de baile pode refletir a heterogeneidade das famílias pelotenses no período, que procuravam se diferenciar. Essa divisão pode estar relacionada à situação econômica das famílias, uma vez que, mesmo em grupos de elite, como o dos charqueadores, havia uma diferenciação entre seus membros.¹⁹

Mesmo sendo considerada a sociedade mais aristocrática do início da década de 1850, a trajetória da Harmonia Pelotense foi caracterizada por dificuldades para manter-se aberta. Durante toda essa década, por várias vezes sua dissolução foi prognosticada.²⁰ No início de 1860 passou por reformulações nos seus estatutos, com o objetivo de renovar a sociedade e mantê-la por mais tempo. Para o comentarista

17 *O Pelotense*, 11.12.1851, p. 1, n. 12, ano I, Pelotas.

18 *O Pelotense*. Idem.

19 VARGAS, Jonas, op. cit.

20 *Diário do Rio Grande*, 27.01.1858, p. 2, n. 2718, ano XI, Rio Grande.

do *Brado do Sul*, os novos estatutos, menos restritivos, em que “todas as disposições foram tomadas para com estrita economia garantir uma longa estabilidade á esta sociedade, que tão necessária é para as nossas famílias”,²¹ possibilitariam que a sociedade revivesse “sobre tais bases”.

Porém, somente permaneceu aberta até dezembro de 1860 ou até o início de 1861. A partir dessa data, a imprensa não traz mais informações sobre ela e o fato de que seus últimos bailes foram pouco concorridos, como a partida mensal de novembro, quando não comparecem mais do que 15 senhoras,²² me leva a concluir que foi dissolvida, mantendo-se, assim, por quase dez anos em funcionamento. A Sociedade Harmonia Pelotense se manteve por mais tempo em funcionamento, comparativamente à Recreação Pelotense e à Distração e Beneficência, todas abertas no mesmo período.

A Sociedade Phenix Pelotense, também considerada a mais aristocrática das duas sociedades abertas em 1867, foi fundada em 20 de outubro de 1867,²³ sendo que seu primeiro baile foi realizado em dezembro desse mesmo ano, estando “bastante concorrido em relação à improbidade da estação e da[va] esperança de se manter por longos anos”.²⁴ Os comentaristas destacam a importância da manutenção das sociedades mais aristocráticas por um longo tempo.

Augusto de Pinho, que esteve em Pelotas em 1869 e participou de um baile da sociedade, destacou o aspecto aristocrático da sociedade Phenix:

[...] uma denominada *Phenix Pelotense*, outra *Terpsychore*; a primeira tem um salão vasto e ornamentado com todo o luxo, é frequentada pela flor da sociedade de Pelotas; na época em que aí estive faziam parte da diretoria dois distintos cavalheiros, os senhores Antônio Rafael dos Anjos e Manoel de

21 *O Brado do Sul*, 20.03.1860, p. 1, n. 5, ano III, Pelotas.

22 *O Brado do Sul*, 19.11.1860, p. 2, n. 176, ano III, Pelotas.

23 Conforme os estatutos da sociedade. ESTATUTOS DA SOCIEDADE FÊNIX PELOTENSE. Pelotas: Typ. de Joaquim Ferreira Nunes, 1868. (Arquivo Histórico ENT – 034 – BPP. Pelotas).

24 *Diário do Rio Grande*, 05.01.1868, p. 1, n. 5707, ano XXI, Rio Grande.

Castro e Silva, [...] as *soirées* em que tomei parte rivalizavam com as melhores da Corte.²⁵

O último baile da Phenix Pelotense anunciado pelos jornais foi em outubro de 1871.²⁶ Após essa data, não foi encontrada mais nenhuma informação dessa sociedade, supondo-se que a mesma encerrou suas atividades. Outras informações trazidas pela imprensa revelam que a Phenix havia encerrado suas atividades: em julho de 1874 a Sociedade Terpsychore foi considerada pelo correspondente do *Diário do Rio Grande* em Pelotas uma “útil sociedade” sendo a “única que em Pelotas se tem sustentado com mais honra e coragem através de todos os obstáculos.”,²⁷ e, em 1875, a sociedade Terpsychore transferiu-se para os salões do Asilo N. S. da Conceição, local onde funcionou a Phenix.

Nas sociedades Harmonia Pelotense e Phenix Pelotense, consideradas as mais aristocráticas, se ofereciam bailes para as figuras mais ilustres que visitavam a cidade. A Harmonia ofereceu um baile ao Sr. Dr. João Jacintho de Mendonça²⁸ em dezembro de 1851. A família Jachinto de Mendonça estava entre as famílias charqueadoras com mais prestígio na primeira metade do século XIX.²⁹ Os “cavalheiros da nossa primeira sociedade”, a Phenix Pelotense, ofereceram um baile para o “Exm. Sr. conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima, muito digno presidente desta província”.³⁰

As sociedades de baile eram espaços onde a sociedade pelotense se relacionava entre si e com personalidades políticas e econômicas da região, da província e também do país, reforçando sua participação em determinados grupos. Os espaços das sociedades, mais do que

25 PINHO, Augusto de. *Uma Viagem ao Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. De F. A. de Souza, 1872, p. 54-5.

26 *Diário do Rio Grande*, 16 e 17.10.1871, p. 1, n. 6822, ano XXIV, Rio Grande.

27 *Diário do Rio Grande*, 22.07.1874, p. 1, n. 7645, ano XXVII, Rio Grande.

28 *O Pelotense*, 13.12.1851, p. 1, n. 13, ano I, Pelotas.

29 VARGAS, Jonas, op. cit.

30 *O Comercial*, 19.01.1871, p. 1, n. 15, ano XIV, Rio Grande; *O Comercial*, 21.01.1871, p. 1, n. 17, ano XIV, Rio Grande.

proporcionar o baile, proporcionavam “relaciones horizontales o igualitárias”.³¹

Simultaneamente às sociedades aristocráticas, associações mais democráticas são abertas. A primeira sociedade aberta em Pelotas foi a Sociedade Recreação Pelotense na segunda metade do ano de 1851. Na noite do dia 15 de novembro “teve lugar o baile [mensal] da sociedade Recreação Pelotense. A reunião compunha-se de mais de 150 pessoas”, o que tornou o baile “o mais interessante dos que até ao presente a sociedade tem dado”.³² Desde o início do mês os estatutos desta sociedade já haviam sido aprovados e divulgados na íntegra no jornal *O Pelotense*.³³ Isso demonstra que a sociedade já dava suas partidas mensais nos meses anteriores, talvez desde setembro.³⁴

A Sociedade Recreação Pelotense, “convenientemente democrática” em comparação à Harmonia Pelotense, mais “aristocrática”, não aspirava aos aristocráticos foros, mas, mesmo assim, recebia elogios dos comentaristas dos jornais. O correspondente do *Diário do Rio Grande* ressaltou que:

[...] é a bailante onde mais belezas se desfrutam (com os olhos, já se sabe), onde reina a liberdade (em termos, Loureiro), fraternidade e tagarelidade. [...] é sem duvida uma sociedade que nada deixa a desejar pela boa ordem e harmonia de suas reuniões, pela liberdade no trajar que muito bem concilia o divertimento com a economia, e ainda pela profusão e regularidade do serviço; [...].³⁵

Da mesma forma, o comentarista do *O Pelotense* destacava a sociedade por “haver sido a primeira que compreendeu e pôs em prática uma associação para recreação das famílias” e “pela simplicidade de seus

31 QUEVEDO, Willian A. C. El concepto de sociabilidad como referente del análisis histórico. *Investigación & Desarrollo*, Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales y Desarrollo Humano, Fundación Universidad del Norte – Colombia, v. 23, n. 1, 2015, p. 1-37, p. 17.

32 *O Pelotense*, 18.11.1851, p. 1, n. 4, ano I, Pelotas.

33 *O Pelotense*, 26.04.1852, p. 1-2, n. 73, ano II, Pelotas; e, *O Pelotense*, 27.04.1852, p. 1, n. 74, ano II, Pelotas.

34 Em dezembro deste ano a Sociedade deu a sua quarta partida mensal. *O Pelotense*, 16.12.1851, p. 1, n. 14, ano I, Pelotas.

35 *Diário do Rio Grande*, 21.11.1852, p. 2, n. 1196, Ano V, Rio Grande.

ornamentos, morigeração de seus sócios, com completa exclusão dos que a não tem”.³⁶

A trajetória da sociedade Recreação Pelotense não foi muito diferente de outras associações abertas no mesmo período, como a Distração e Beneficência, que será abordada posteriormente. Aberta no final do ano de 1851, em 1853 já passava por problemas financeiros, destacados pelo jornal *O Pelotense*: “A *Recreação* expirou sem dúvida; nem um só indício de vitalidade! Pobre! Coitada!”, mas o comentarista tinha esperanças “que ela, como a *Phenix*, [renascesse] de suas próprias cinzas”.³⁷

Como o comentarista profetizou, a Recreação renasceu de suas próprias cinzas e deu seus “costumados bailes” até, pelo menos junho de 1854.³⁸ Muitos deles foram destacados pela imprensa local como “esplêndidos e assas concorridos”, levando o cronista a concluir que esta sociedade “progre[dia] maravilhosamente”.³⁹ Porém, em 1855 não estava mais realizando suas partidas mensais,⁴⁰ não se mantendo por muito tempo em funcionamento.

A outra sociedade mais democrática só foi aberta no início da década seguinte. Inicialmente denominada Cassino Pelotense em pouco tempo foi substituída pela Sociedade Recreio Pelotense. Em abril de 1861 foi realizado um baile para a despedida do Cassino Pelotense⁴¹ e, no mesmo mês, houve a transferência para a Sociedade Recreio Pelotense.

Porém, essa substituição “trouxe consigo grande desgosto” que “já no nascedouro se há pronunciado contra esta sociedade”, pois, os “fundadores do recreio” excluíram “alguns sócios da extinta bailante” por “não pertencem a certa política, mas que tem posição social”.⁴² O fato foi reprovado e censurado pelo correspondente do *Diário do Rio Grande*.

36 *O Pelotense*, 16.12.1851, p. 1, n. 14, ano I, Pelotas.

37 *O Pelotense*, 12.07.1853, p. 1, n. 232, ano III, Pelotas.

38 *Diário do Rio Grande*, 12.07.1855, p. 2-3, n. 1963, ano VIII, Rio Grande.

39 *Diário do Rio Grande*, 04.05.1854, p. 3, n. 1615, ano VII. Interior. Rio Grande.

40 *Diário do Rio Grande*, 12.07.1855, p. 2-3, n. 1963, ano VIII, Rio Grande.

41 *Diário do Rio Grande*, 17.04.1861, p. 1, n. 3705, ano XIV. Rio Grande.

42 *Diário do Rio Grande*, 24.04.1861, p. 1, n. 3711, ano XIV. Rio Grande.

Aqui, é possível perceber que as sociedades recreativas fundadas no período eram espaços seletivos, dos quais participavam apenas aqueles de um mesmo grupo econômico e/ou político, parentes e amigos, sendo este um espaço de sociabilidade restrito aos considerados “iguais”.

Já em 1862 os bailes tinham pouca concorrência, a exemplo do baile dado em fevereiro, em que o presidente da sociedade “só viu três ou quatro famílias, todas de membros da diretoria, com as quais, entre moças e meninas, faziam o numero de 15 a 16 pares!”.⁴³

No ano seguinte os bailes continuaram desanimados e com poucas senhoras, “creio até que não chegaram a uma dúzia e meia”.⁴⁴ A situação culminou com o fim da sociedade em 1863 divulgado pela diretoria no jornal *Noticiador*, ocasionado por problemas financeiros: “A sociedade bailante Recreio Pelotense terminou sua existência, depois de uma breve e penosa vida. [...]”⁴⁵ e seus pertences foram leiloados em dezembro do mesmo ano.⁴⁶

Entre 1863 e 1867 não foi fundada nenhuma sociedade de baile, estando a cidade carente de divertimentos. Neste último ano, duas sociedades são abertas na cidade, uma mais aristocrática, já citada, a Sociedade Phenix Pelotense e outra mais democrática, a Sociedade Terpsychore. A abertura dessas duas sociedades mostrou que “o espírito da sociabilidade não est[ava] morto, e apenas o que carecemos é que os cavalheiros mais altamente colocados o procurem bem dirigir e aproveitar”.⁴⁷

A Sociedade Terpsychore foi organizada em julho de 1867⁴⁸ e manteve-se em funcionamento durante todo o século XIX, fechando nos primeiros anos do século seguinte, ou seja, permaneceu por quase 40 anos em funcionamento na cidade. Por ser uma sociedade “democrática”, “as salas achavam-se modestamente enfeitadas” e as “damas e cavalheiros,

43 *Diário do Rio Grande*, 19.02.1862, p. 1, n. 3958, ano XV, Rio Grande.

44 *Diário do Rio Grande*, 09.07.1863, p. 1-2, n. 4369, ano XVI, Rio Grande.

45 *Diário do Rio Grande*, 08.10.1863, p. 2, n. 4444, ano XVI, Rio Grande.

46 *Noticiador*, 05.12.1863, p. 4, n. 990, ano X, Pelotas.

47 *Diário do Rio Grande*, 23.08.1867, p. 1, n. 5596, ano XX, Rio Grande.

48 *Diário de Pelotas*, 20 e 21.07.1868, p. 2, n. 18, ano I, Pelotas.

trajavam decentemente, e livres do luxo que quase sempre infesta as nossas sociedades”.⁴⁹

Augusto de Pinho também participou de um baile na Sociedade Terspsychore, destacando que “A segunda sociedade possui um salão menos aparatoso, porém as pessoas que o frequentam, se não são as mais opulentas da cidade não deixam por isso de serem menos amáveis.”⁵⁰ Essa foi a sociedade que mais tempo se manteve em funcionamento em Pelotas.

As sociedades adjetivadas pela imprensa como “plebeias” são abertas na cidade em dois momentos. A primeira, alguns meses após a abertura das sociedades Recreação e Harmonia Pelotense, no primeiro semestre do ano de 1852 e, da mesma forma, a segunda é aberta logo após o Cassino Pelotense/Recreio Pelotense, em 1861. Pilar González afirma que as “nuevas prácticas relacionales se extienden, asimismo, hacia otros sectores de la población urbana”.⁵¹

Os traços deixados na imprensa demonstram que a trajetória dessas sociedades também foi caracterizada por dificuldades, resultando em uma vida efêmera. Nos primeiros tempos de funcionamento, a Sociedade Distração e Beneficência, “que por seus princípios democráticos, é considerada como em terceiro lugar d’aquelas de Pelotas”,⁵² precisou reorganizar-se.⁵³ Porém, não chega a completar dois anos de atividade, sendo sua última notícia em maio de 1854,⁵⁴ considerando-se extinta neste ano.

A trajetória da Sociedade Recreio da Mocidade fundada em 1861, “composta exclusivamente por jovens do comércio”⁵⁵, não foi diferente. Iniciando suas atividades no primeiro semestre de 1861, deu sua segunda

49 *Diário de Pelotas*, 20 e 21.07.1868, p. 2, n. 18, ano I, Pelotas.

50 PINHO, Augusto de, op. cit., p. 54-5.

51 GONZÁLEZ Bernaldo de Quirós, Pilar. *Civilidad y Política en los Orígenes de La Nación Argentina: las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862*. 2.ed., Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008, p. 104.

52 *O Pelotense*, 28.02.1854, p. 3, n. 321, Ano IV, Pelotas.

53 *O Pelotense*, 31.08.1852, p. 1, n. 114 e 115, Ano II, Pelotas.

54 *Diário do Rio Grande*, 26 e 27.05.1854, p. 1, n. 1634, Ano VII, Rio Grande.

55 *Diário do Rio Grande*, 10 e 11.05.1861, p. 1, n. 3725, ano XIV. Rio Grande.

partida somente em cinco de janeiro de 1863,⁵⁶ demonstrando que a atuação da associação não foi muito intensa na cidade. A partir daí, a imprensa não divulga mais nenhuma informação dessa associação e, levando em conta que não tinha nenhuma sociedade em funcionamento na cidade, considera-se que a mesma encerrou suas atividades no início desse ano.

Essas duas sociedades acrescentaram outras funções à sua associação, seja de ajuda mútua ou de instrução. A Sociedade Distração e Beneficência objetivava, além de oferecer os bailes mensais, que certa quantia das joias e mensalidades fosse utilizada como “uma espécie de monte pio para os sócios que por ventura venham dele a necessitar”.⁵⁷

Já a Sociedade Recreio da Mocidade tinha por objetivo “a distração de seus sócios na atualidade, e à proporção que os fundos permitirem, acrescentará algumas matérias de instrução”.⁵⁸ Não é possível afirmar se os objetivos almejados foram concretizados, mas a intenção era uma sociedade com mais uma função, além da distração a partir dos bailes. Agulhon⁵⁹ já observava, para o contexto francês dos séculos XVIII e XIX, algumas associações com uma pluralidade de funções.

É possível perceber que essas sociedades buscavam se igualar às outras sociedades de baile, mais aristocráticas e burguesas, mas também buscavam se diferenciar das demais incluindo outras funções. Porém, este pode ser mais um indício de que eram associações mais populares.

A partir da trajetória das sociedades de baile em Pelotas nas décadas de 1850 e 1860 é possível verificar que a sociabilidade em Pelotas era seletiva, agregando, em diferentes sociedades, grupos específicos e rigorosos na seleção de seus participantes, seja como sócios ou como convidados. Maria Ana Bernardo reforça que o associativismo voluntário de vertente cultural e recreativa proporciona:

[...] práticas de sociabilidade selectivas, especialmente na sua configuração aristocrática e burguesa, dados que os critérios de admissão prescritos nos estatutos estabeleciam filtragens de ordem sociológica e financeira, excluindo

56 *Diário do Rio Grande*, 29 e 30.12.1862, p. 3, n. 4215, Ano XV, Rio Grande.

57 *O Pelotense*, 31.08.1852, p. 1, n. 114 e 115, ano II, Pelotas.

58 *Diário do Rio Grande*, 10 e 11.05.1861, p. 1, n. 3725, ano XIV, Rio Grande.

59 AGULHON, Maurice. *El círculo burgués...*, op. cit.

os indivíduos que não correspondiam ao perfil traçado; [...], traduzindo todo um conjunto de alterações econômicas, políticas e até mentais, [...].⁶⁰

A presença de sociedades de baile funcionando simultaneamente revela que a população pelotense da segunda metade do século XIX era formada por uma “pluralidade de pessoas e grupos sociais”, demonstrando “uma estratificação social com certo nível de complexidade que não deve ser desprezada”,⁶¹ ou seja, que os diferentes grupos da população se divertiam em espaços específicos e distintivos.

A presença de diferentes sociedades de baile dá uma “sensación de renacimiento social”, que se define “ante todo como fenómeno urbano”, revelando “el deseo de encontrarse”.⁶²

Porém, durante esse período é possível verificar alguns momentos de apatia, de total “insociabilidade” da população pelotense. Agulhon⁶³ afirma que a sociabilidade está relacionada às condições socioeconômicas e políticas do cenário onde elas estão inseridas, sendo explicada pelo resultado das relações sociais, econômicas e históricas objetivas.

Entre 1853 e 1860 e entre 1863 e 1867 os jornais criticavam a pequena quantidade ou a falta de divertimentos em Pelotas, a “péssima época” que a cidade atravessava, a sua “habitual monotonia”, a pouca vida que se notava. É também nesses períodos que a cidade enfrentava problemas, destacados pelos jornais, como a epidemia da cólera, em 1855,⁶⁴ a “completa paralisia” do comércio e da indústria,⁶⁵ a Guerra do Paraguai, entre outros.

O comentarista do *Diário do Rio Grande* destacou também que não havia mais o “espírito de sociabilidade”, o “gosto pelos divertimentos públicos entre as nossas famílias abastadas”, que buscavam “acumular fortuna, só pelo prazer de tê-la, não para gozá-la”. Quando este espírito “esteve de pé”, Pelotas possuía uma “proverbial sociabilidade”.⁶⁶

60 BERNARDO, Maria Ana, op. cit., p. 50.

61 VARGAS, Jonas, op. cit., p. 58.

62 GONZÁLEZ B. de Q., Pilar, op. cit., p. 251.

63 AGULHON, Maurice. *El círculo burgués...*, op. cit.

64 *Diário do Rio Grande*, 08.03.1856, p. 2, n. 2159, ano IX, Rio Grande.

65 *O Brado do Sul*, 13.12.1859, p. 1, n. 202, ano II, Pelotas.

66 *Diário do Rio Grande*, 19 e 20.03.1866, p. 1, n. 5171, ano XIX. Rio Grande.

Pelotas se apresentava “numa monotonia insofrível, que a fez perder tanto do seu próprio merecimento”. O correspondente do *Diário do Rio Grande* destacava que Pelotas “teve tempos mais felizes”, em que “merecia de tanta gente o apreço, que os fazia vir de outros pontos aqui buscar dias de prazeres íntimos, no meio da nossa cordial e hospitaleira sociedade”.⁶⁷

Os comentaristas dos jornais que circulavam em Pelotas consideravam as épocas sociáveis melhores que as que são menos ou não o são, pois tecem críticas à inexistência do “espírito da sociabilidade” e buscam incentivar a criação de novas sociedades. Agulhon verifica que na linguagem comum estão presentes juízos de valor, destacando que “Los pueblos o épocas ‘sociables’ son considerados mejores que aquéllos que no lo son o que lo son menos.”⁶⁸

Nessa visão, a sociabilidade está relacionada ao melhor viver, a uma virtude pública a ser cultivada, como um valor do progresso.⁶⁹ Verifica-se o “caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público [que] caracterizaram a imprensa brasileira de grande parte do século XIX”.⁷⁰

O discurso jornalístico também fala da importância da sociabilidade para o progresso da sociedade, demonstrando que os comentaristas estavam ligados aos ideais do século XIX no que se refere à sociabilidade. Para o correspondente do *Diário do Rio Grande*, uma população com um “espírito de sociabilidade” era importante por que “da sociedade é que nasce o discernimento na conversação”, “que nasce até certo ponto o esclarecimento do espírito” e “é finalmente da sociedade que tantas vezes pelo casamento de muitas opiniões nascem grandes empresas e muitos melhoramentos para o lugar e, por conseguinte, para o país.”⁷¹

67 *Diário do Rio Grande*, 15.08.1867, p. 1, n. 5590, ano XX, Rio Grande.

68 AGULHON, Maurice. La Sociabilidad como Categoría Histórica. In: FUNDACION MARIO GONGORA. *Formas de Sociabilidad em Chile 1840-1940*. Santiago do Chile: Vivaria, 1992, p. 4.

69 AGULHON, Maurice. Introduction: La sociabilité est-elle objet d'histoire? In: FRANÇOIS, Étienne (Org.). *Sociabilité et Société Bourgeoise en France, en Allemagne et en Suisse, 1750-1850*. Paris: Editions Recherche sur les Civilisations, 1986, p. 13-23.

70 DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Orais*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153, p. 133.

71 *Diário do Rio Grande*, 15.08.1867, p. 1, n. 5590, ano XX, Rio Grande.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista cronológico, destaco três períodos na fundação de sociedades de baile em Pelotas nas duas décadas estudadas: os anos iniciais da década de 1850, caracterizados pela aparição de novos espaços de sociabilidade, entre elas três sociedades de baile; o início da década de 1860, com a instalação de duas sociedades; e, o final da década de 1860 com a criação de outras duas sociedades.

Tais períodos foram intercalados por períodos de inexistência de espaços de sociabilidade, com o fechamento das sociedades de baile e a não abertura de novas associações. Os períodos de total apatia das sociedades recreativas também coincidiram com períodos de crise econômica na cidade, demonstrando a relação entre as mudanças experimentadas na vida coletiva e as transformações socioeconômicas da cidade, ou seja, as numerosas e profundas conexões com outros aspectos da realidade social.

A criação de mais de uma sociedade em um mesmo período demonstra a presença de diferentes grupos em Pelotas, seja separados economicamente ou politicamente. São esses espaços de sociabilidade que propiciam o contato social, o estabelecimento e o desenvolvimento de relações interpessoais, que são voluntárias e seletivas, contribuindo para o sentimento de pertencimento e solidariedade entre os integrantes.

Por meio dos espaços de sociabilidade foi-se construindo um novo modo de vida em Pelotas, onde foram formados diferentes espaços para a relação entre as famílias pelotenses, entre estas e diferentes personalidades políticas e religiosas locais, mas também regionais e nacionais, servindo como meios de obtenção de prestígio, influência ou liderança social. Esses espaços também serviram de apoio para o desenvolvimento de atividades políticas, cívicas ou reivindicatórias.

A imprensa, a partir dos traços deixados pela sociabilidade nas suas páginas, se mostrou uma importante fonte para acompanhar a trajetória das primeiras sociedades recreativas abertas em Pelotas, bem como a sua relação com o contexto socioeconômico da época. Há um discurso muito próximo entre os jornais do período, sejam eles pelotenses ou rio-grandinos, no que se refere à sociabilidade. Além de informar, os jornais se posicionavam frente à sociabilidade ou à insociabilidade da população pelotense, considerando os períodos sociáveis melhores que os

não sociáveis, demonstrando o caráter opinativo da imprensa da época, visando sua intervenção na vida social pelotense.

REFERÊNCIAS

AGULHON, Maurice. *El Círculo Burgués*. La sociabilidad en Francia, 1810-1848. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 2009.

AGULHON, Maurice. Introduction: La sociabilité est-elle objet d'histoire? In: FRANÇOIS, Étienne (Org.). *Sociabilité et Société Bourgeoise en France, en Allemagne et en Suisse, 1750-1850*. Paris: Editions Recherche sur les Civilisations, 1986.

AGULHON, Maurice. La Sociabilidad como Categoría Histórica. In: FUNDACION MARIO GONGORA. *Formas de Sociabilidad em Chile 1840-1940*. Santiago do Chile: Vivaria, 1992.

ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2000.

BERNARDO, Maria Ana. *Sociabilidade e Distinção em Évora no Século XIX*. O Círculo Eborense. Lisboa: Cosmos, 2001.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Entre práticas e representações. (Tradução de Maria Manuela Galhardo). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. (Coleção Memória e Sociedade).

CONDE D'EU. *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*. (agosto a novembro de 1865). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Orais*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

Diário de Pelotas, 20 e 21.07.1868, p. 2, n. 18, ano I, Pelotas.

Diário de Pelotas, 20 e 21.07.1868, p. 2, n. 18, ano I, Pelotas.

Diário do Rio Grande, 05.01.1868, p. 1, n. 5707, ano XXI, Rio Grande.

Diário do Rio Grande, 21.11.1852, p. 2, n. 1196, Ano V, Rio Grande.

Diário do Rio Grande, 17.04.1861, p. 1, n. 3705, ano XIV. Rio Grande.

Diário do Rio Grande, 19.02.1862, p. 1, n. 3958, ano XV, Rio Grande.

Diário do Rio Grande, 22.07.1874, p. 1, n. 7645, ano XXVII, Rio Grande.

Diário do Rio Grande, 24.04.1861, p. 1, n. 3711, ano XIV. Rio Grande.

Diário do Rio Grande, 27.01.1858, p. 2, n. 2718, ano XI, Rio Grande.

Diário do Rio Grande, 04.05.1854, p. 3, n. 1615, ano VII. Interior. Rio Grande.

Diário do Rio Grande, 08.10.1863, p. 2, n. 4444, ano XVI, Rio Grande.

Diário do Rio Grande, 09.07.1863, p. 1-2, n. 4369, ano XVI, Rio Grande.

Diário do Rio Grande, 12.07.1855, p. 2-3, n. 1963, ano VIII, Rio Grande.

Diário do Rio Grande, 15.08.1867, p. 1, n. 5590, ano XX, Rio Grande.

Diário do Rio Grande, 08.03.1856, p. 2, n. 2159, ano IX, Rio Grande.

Diário do Rio Grande, 16 e 17.10.1871, p. 1, n. 6822, ano XXIV, Rio Grande.

Diário do Rio Grande, 19 e 20.03.1866, p. 1, n. 5171, ano XIX. Rio Grande.

Diário do Rio Grande, 29 e 30.12.1862, p. 3, n. 4215, Ano XV, Rio Grande.

Diário do Rio Grande, 10 e 11.05.1861, p. 1, n. 3725, ano XIV. Rio Grande.

Diário do Rio Grande, 23.08.1867, p. 1, n. 5596, ano XX. Rio Grande.

Diário do Rio Grande, 26 e 27.05.1854, p. 1, n. 1634, Ano VII, Rio Grande.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE FÊNIX PELOTENSE. Pelotas: Typ. de Joaquim Ferreira Nunes, 1868. (Arquivo Histórico ENT – 034 – BPP. Pelotas).

GONZÁLEZ Bernaldo de Quirós, Pilar. *Civilidad y Política en los Orígenes de La Nación Argentina*: las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862. 2.ed., Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

MÜLLER, Dalila. *“Feliz a população que tantas diversões e comodidades goza”*: espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870). Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

MÜLLER, Dalila. A Hotelaria em Pelotas e sua Relação com o Desenvolvimento da Região: 1843 a 1928. 2004. 158 f. *Dissertação* (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, 2004.

Noticiador, 05.12.1863, p. 4, n. 990, ano X, Pelotas.

O Brado do Sul, 19.11.1860, p. 2, n. 176, ano III, Pelotas.

O Brado do Sul, 13.12.1859, p. 1, n. 202, ano II, Pelotas.

O Brado do Sul, 20.03.1860, p. 1, n. 5, ano III, Pelotas.

O Comercial, 19.01.1871, p. 1, n. 15, ano XIV, Rio Grande.

O Comercial, 21.01.1871, p. 1, n. 17, ano XIV, Rio Grande.

O Pelotense, 11.12.1851, p. 1, n. 12, ano I, Pelotas.

O Pelotense, 13.12.1851, p. 1, n. 13, ano I, Pelotas.

O Pelotense, 26.04.1852, p. 1-2, n. 73, ano II, Pelotas.

O Pelotense, 12.07.1853, p. 1, n. 232, ano III, Pelotas.

O Pelotense, 16.12.1851, p. 1, n. 14, ano I, Pelotas.

O Pelotense, 18.11.1851, p. 1, n. 4, ano I, Pelotas.

O Pelotense, 27.04.1852, p. 1, n. 74, ano II, Pelotas.

O Pelotense, 28.02.1854, p. 3, n. 321, Ano IV, Pelotas.

O Pelotense, 31.08.1852, p. 1, n. 114 e 115, ano II, Pelotas.

PINHO, A. Augusto de. *Uma Viagem ao Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. De F. A. de Souza, 1872.

QUEVEDO, Willian A. C. El concepto de sociabilidad como referente del análisis histórico. *Investigación & Desarrollo*, Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales y Desarrollo Humano, Fundación Universidad del Norte – Colombia, v. 23, n. 1, 2015, p. 1-37.

VARGAS, Jonas. *“Os barões do charque e suas fortunas”*. Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História – PUCSP, São Paulo, n. 4, p. 89-102, junho de 1985.

A CIDADE DE PELOTAS ATRAVÉS DO OLHAR DE RODOLFO XAVIER

ÂNGELA PEREIRA OLIVEIRA BALLADARES

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Há diferentes maneiras de perceber o espaço em que estamos inseridos. Cada indivíduo recebe de um modo particular a influência de aspectos referentes à classe social, à raça, também, ao gênero e a sexualidade, cuja correlação compõe as suas experiências. Através deste breve capítulo, tenho por objetivo explorar a potencialidade dos escritos de Rodolfo Xavier enquanto ferramenta de acesso ao conhecimento sobre a história da cidade de Pelotas. Nesse sentido, a temática proposta consiste em refletir sobre o olhar lançado por Rodolfo em relação ao espaço urbano pelotense, sobretudo, aos lugares de sua circularidade e/ou por ele frequentados. Ao tomar por base as vivências de um sujeito comum, busco proporcionar outras versões narrativas sobre Pelotas, que perpassam a compreensão a respeito de quem eram seus moradores e como se relacionavam com a cidade.

A partir da iniciativa de Antônio Baobab, Rodolfo Xavier, Juvenal Penny e Durval Penny, em 05 de maio de 1907 propagava-se pelas ruas de Pelotas o primeiro número do jornal *A Alvorada*. Aos interessados em adquiri-lo bastava dirigir-se às bancas de jornal, às barbearias ou ao Mercado Central, também podendo escolher a modalidade de assinante.

Juvenal e Durval eram irmãos, assim como Antônio e Rodolfo. Antônio era o mais velho do grupo e acabou falecendo, em decorrência

da tuberculose,¹ no mesmo ano de estreia do *A Alvorada* (1907). Juvenal e Durval eram os proprietários do semanário que tinha seus números publicados aos domingos. Juvenal era também dono de uma fábrica de fogos de artifícios, a São Veríssimo. Durval logo se afastou da diretoria de *A Alvorada* para estudar medicina, tendo se formado no ano de 1914. Mais tarde, tornou-se proprietário de uma farmácia, no atual Capão do Leão, onde também dava suas consultas.

Esses quatro homens citados foram frequentadores no mesmo ensino primário. Desde 1877, a Bibliotheca Pública Pelotense – uma associação civil de direito privado, inaugurada em 1875 – oferecia o curso de alfabetização noturno voltado a instrução da classe trabalhadora.² Ainda que tenham passado pela mesma instituição, não significa que foi ali o primeiro contato entre eles. Mas, certamente, a partir dali houve um estreitamento de relação entre o referido grupo.

A Alvorada teve uma longa trajetória, ainda que com diversas interrupções. Em 1946, Juvenal vendeu-a a Rubens Lima, Carlos Torres e Armando Vargas, que juntos mantiveram a publicação do jornal até o ano de 1965. Ambos estavam presentes quando *A Alvorada* deu seus primeiros passos. Armando Vargas foi um dos diretores do jornal e um desafeto político de Rodolfo, mas, isto é uma outra história.

Em termos de classificação, *A Alvorada* se enquadra na denominada imprensa negra, pois possui entre suas principais características:

Primeiro, os periódicos eram fundados, escritos e mantidos por pessoas que se autodenominavam como negras ou que se colocavam como muito próximas deste meio; Segundo, tinham como leitores e alvos prioritários das publicações, embora muitas vezes não fossem os únicos, a população negra; Terceiro, os jornais divulgavam assuntos de interesses dos negros e eram reconhecidos pelos leitores como defensores das suas questões; Quarto, alguns redatores dos jornais mantinham contatos próximos entre si, trocavam exemplares e autorreferenciavam-se como “coirmãos” (...); Quinto,

1 LONER, Beatriz. Antônio: de Oliveira a Baobad. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (orgs.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011, pp. 109-136.

2 A respeito do tema ver: PERES, Eliane. “*Templo de Luz*”: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875 – 1915). Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

todos esses aspectos eram, de forma recorrente, divulgados pelos jornais de maior circulação(...).³

A Alvorada não ficou restrita ao território pelotense. A sua circularidade se estendeu no Rio Grande do Sul, por cidades como Jaguarão, Pedras Altas, Cacimbinhas (atual Pinheiro Machado), Cerrito (atual Canguçu), Rio Grande, Capão do Leão, Bagé, Porto Alegre e Alegrete. Tendo alcançado também outros estados. A divulgação desse impresso perpassava uma rede de relações constituídas pela população negra de diferentes localidades. Além das correspondências, as viagens de membros e colaboradores contribuíram para a difusão dessa modalidade de imprensa existente em Pelotas e para a troca de informações.

Rodolfo, um dos mais assíduos colaboradores do jornal, era um nascido de ventre livre cuja trajetória foi marcada pela auto afirmação racial e busca por melhores condições de subsistência. De modo interseccional, Rodolfo não desvinculava sua identificação como homem, negro e obreiro. Ele era pedreiro, mestre em escaiola, tendo atuado em diferentes construções e reformas, em áreas periféricas e centrais. Engajado, a militância lhe proporcionou muita respeitabilidade no meio operário.⁴ Trata-se de um indivíduo de trajetória bastante instigante, que deixou uma vasta produção textual possibilitando adentrar ao seu pensamento que abarca o universo popular de sua época.⁵ Para além de ser um sujeito alfabetizado, ele era um erudito, com vasto conhecimento e, também, pensador e formador de opinião.

3 SANTOS, José Antônio dos. *Prisioneiros da História: trajetórias de intelectuais na imprensa negra Meridional*. Tese (Doutorado em História) - Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 108.

4 Em estudo pioneiro sobre o trabalhador comum da cidade de Pelotas, Beatriz Loner apresentou Rodolfo Xavier a historiografia, ao tratar da formação da classe operária e sua participação na vida urbana local. LONER, Beatriz. *Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande*. 2 ed. Pelotas, Ed. UFPel: 2016. Originalmente publicado como tese: LONER, Beatriz. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas (1888-1937)*. V. 1 e 2. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

5 A escrita de Rodolfo Xavier foi tema de pesquisa de: ALVES, Lúcio Xavier. *Rodolpho Xavier: uma intelectualidade na organização sindical e na luta dos negros em Pelotas (1931-1935)*. Monografia (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005.

A Alvorada e seus diversos membros não são desconhecidos pela historiografia.⁶ Além de uma fonte consolidada, o jornal tem sido recorrentemente objeto de pesquisa. Ainda assim, as possibilidades de pesquisa neste material estão longe de se esgotarem. Neste estudo utilizo as crônicas de autoria de Rodolfo publicadas em *A Alvorada*, entre 1947 e 1957, consultadas no centro de obras valiosas, da Bibliotheca Pública Pelotense.⁷

UMA PELOTAS, PRETA E POPULAR

A formação da cidade de Pelotas se deu entre o arroio Pelotas, o arroio Santa Bárbara e o canal São Gonçalo. Assim, esses espaços são referências importantes tanto para a história da cidade como para seus moradores. Através dessas correntes de águas foi possibilitado: transporte, banhos, agricultura e, principalmente, água para seus habitantes.

As margens do arroio Santa Bárbara havia uma região denominada de praça das carretas. Esse local, que era uma área de divisa da cidade, presenciou açoites e enforcamentos de escravizados,⁸ o trabalho das

6 SANTOS, José Antônio dos. *Raiou a Alvorada*: Intelectuais negros e imprensa – Pelotas (1907-1957). V. 7. Pelotas: Ed. Universitária, 2003. TAVARES, Viviani dos Santos. DR. Pescadinha em cena. *Monografia* (Especialização em História do Brasil) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007. SILVA, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços*: associações e identidades negras em Pelotas (1820- 1943). Dissertação (Mestrado em História) - Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2011. SILVA, Fernanda Oliveira da. *As lutas políticas nos clubes negros*: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960). Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. MACKEDANZ, Christian Ferreira. *Racismo “nas quatro linhas”*: os negros e as ligas de futebol em Pelotas (1901-1930). Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016. OLIVEIRA, Ângela Pereira. *A racialização nas entrelinhas da imprensa negra*: o caso *O Exemplo* e *A Alvorada* - 1920- 1935. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

7 No centro de obras valiosas da BPP é possível consultar os exemplares referentes ao período de 1931 a 1964. No entanto, não sei informar se o acervo está completo, ou seja, com todos os números elaborados neste período. Os números anteriores podem ser consultados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ, ou através do site dessa instituição. Também, alguns números de *A Alvorada* constam na Biblioteca Pública Rio-Grandense, em Rio Grande-RS, e no Clube Cultural *Fica ahí pra ir dizendo*, em Pelotas-RS.

8 AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A negra força da princesa*: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857). Pelotas: edição do autor, Sebo Icária, 2008.

lavadeiras⁹ e serviu à sociabilidade popular, sobretudo da população negra. Rodolfo relatou que sua mãe era uma das lavadeiras que faziam uso dessas águas. Rodolfo expôs que nos fundos da Santa Casa, no verão, as lavadeiras soltavam seus vozerios em cantos,¹⁰ fato que remete a presença, sobretudo, de mulheres negras, mão de obra outrora predominante nos serviços domésticos/de cuidado.

Ele nos deu indícios de que no local eram praticados rituais religiosos de matriz afro-brasileira, ao narrar tanto a presença de velas como dos despachos às margens do arroio.¹¹ Esse cenário também era palco para o entretenimento das crianças. Rodolfo recordou que ele mesmo enquanto pequeno brincava nas margens do Santa Bárbara.¹² E que era ali o lugar onde surgia o “palhaço do Circo de Touros, situado na Praça das Carretas (onde está a Usina), montado num petiço, sarapintado e gritando”.¹³ Por fim, ali Rodolfo igualmente nadava e pescava. Segundo apontou em seus escritos: “jundiás e traíras saborosas, e quando as águas represavam do [canal] São Gonçalo havia pintados, corvinas e as tainhas davam saltos caindo dentro do batelão que remávamos”,¹⁴ o que poderia ser tipificada como uma história de pescador.

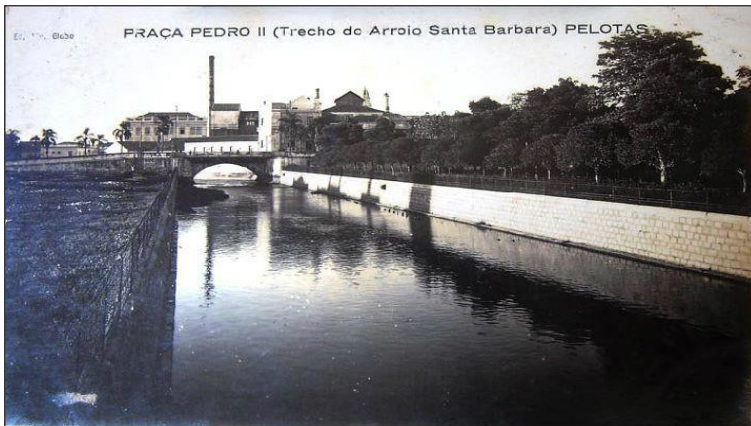


Figura 1. Arroio Santa Bárbara e a ponte inaugurada em 1867.¹⁵

Neste extremo, o acesso à cidade se dava por pontilhões existentes ao longo do arroio, posteriormente, foram construídas pontes, como consta na Figura 1. Outro local de passagem foi descrito por Rodolfo em uma de suas crônicas que igualmente nos forneceu informações sobre a importância da atividade efetuada pelos carreteiros:

As carretas de bois passavam por ti com lenha e carvão para abastecer a população e ainda iam encher os iates que fundeavam de frente a ponte do moinho, entre as ruas Marechal Deodoro antiga Santa Bárbara e a Santo Inácio, depois, Gomes Carneiro, isto é, por volta de [18]80 ou [18]81.¹⁶

Ainda sobre o uso deste espaço pelos trabalhadores, narrou Rodolfo: “Quando vinham as noites, quando tudo estava em calmarias, costumavam os carreteiros ‘pousarem’ por aqui aguentando-se ao fogo e tomando mate, contando histórias (...).”¹⁷

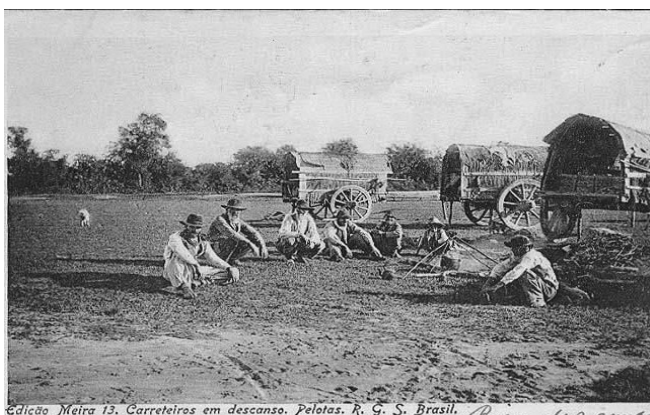


Figura 2: Carreteiros em Pelotas.¹⁸

Com a expansão do processo de industrialização e o aumento populacional ocorreu um alargamento do centro urbano, com isso o arroio Santa Bárbara passou a estar em uma região considerada central, durante o século XX. Enquanto um escoadouro das águas pluviais, a intensidade das chuvas castigava os habitantes que residiam nas proximidades do Santa Bárbara, ou seja, moradores das diferentes vilas do entorno.

A situação de vulnerabilidade desses sujeitos foi salientada por Rodolfo, morador na Vila Silva, uma das que beiravam o arroio. Disse ele: “todos os que habitam as vizinhanças do arroio não podem ficar por

16 Idem.

17 *A Alvorada*, 27.05.1950, p. 01 e 05.

18 Disponível em: <https://www.facebook.com/Olhareossobrepelotas/photos/minha-terra-1%C3%A1-na-minha-terra-quandoo-luar-banha-o-potreiopassa-cantando-o-trop/318713614902517/> acesso em 10.10.2020.

tempo indefinido, expostos às inúmeras inundações, acarretando-lhes a perda de bens e de vidas”.¹⁹ Sobre as condições de vivência nesses locais, contou Rodolfo:

Pela grande umidade existente nela, os terrenos baixos e alagadiços e sem escoamento desde os fundos à frente de algumas casas e, quando chove, transformados em lagos e pantanais converteu-se num ambiente próprio para a tuberculose.²⁰

Na visão de Rodolfo eram “os moradores do banhado da Vila Castilhos”,²¹ os que mais sofriam, pois, repetidamente, se deparavam com esse cenário. Em vista disso, ele defendeu que: “os moradores da Vila Castilhos deveriam ser reconduzidos pela municipalidade para moradias mais humanas e confortáveis”.²²

Após duas grandes enchentes, decorrentes do transbordamento das águas do canal Santa Bárbara, a primeira em 1941 e a segunda, em 1956, o governo iniciou a canalização de suas águas, no intuito de que este espaço não sofresse com futuros alagamentos.²³ Com o desvio de suas águas, as pontes foram demolidas quando da reconfiguração do espaço urbano, com exceção daquela apresentada na figura 1, que segue existindo até hoje. Rodolfo lembrou da existência de uma outra ponte na “rua Urbano Garcia antiga [rua] Riachuelo”.²⁴

19 *A Alvorada*, 26.05.1956, p. 01 e 06.

20 *A Alvorada*, 05.03.1955, p. 01, 02 e 06.

21 *A Alvorada*, 26.05.1956, p. 01 e 06.

22 *Idem*.

23 Para informações sobre as maiores enchentes e as áreas atingidas, registradas no município, sugiro verificar a tabela no estudo de: HANSMANN, Henrique Zanotta. *Descrição e caracterização das principais enchentes e alagamentos de Pelotas-RS*. Monografia (Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária) - Centro de Engenharias, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013, p. 39 e 40. Nesta pesquisa também é possível observar novas ocorrências de enchentes na periferia.

24 *A Alvorada*, 27.09.1947, p. 01.

Figura 3. Alfândega - Rua Xavier Ferreira²⁵.Figura 4. D. Pedro II com Man duca Rodrigues²⁶.

Por volta do ano de 1950, o canal começou a ser desviado e iniciou-se as obras de construção de uma barragem. Rodolfo deixou diversos relatos sobre as condições precárias em que foi deixado o canal e as obras de modificação que se realizaram nele.

Após um longo período no poder, conhecido como Era Vargas, em 1956, assumiu a presidência da República, Juscelino Kubistchek, com uma política desenvolvimentista de modernização do espaço urbano, custeando diversas obras monumentais pelo país. Em Pelotas, a principal transformação na paisagem foi a do canal Santa Bárbara. A barragem Santa Bárbara (inaugurada em 1968) é um dos quatro pontos de coleta de água que abastecem a cidade e sua zona industrial ainda nos dias atuais.

Ainda que fosse uma área importante na cidade, ela foi apropriada pelos populares, sobretudo pelas pessoas negras, que utilizavam-se dali por diversas razões. Tal aspecto remete a uma justificativa para o abandono e descaso denunciado por Rodolfo, para com este espaço.

Em se tratando de uma zona de periferia, sua proximidade com o centro fez com que se tornasse morada para muitos/as trabalhadores/as. Durante o século XIX se deu o processo de ocupação desse espaço que passou a ser loteado. A intendência municipal (antiga Prefeitura)

25 Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/Olhassobrepelotas/photos/-enchentes-um-problema-cr%C3%B4nico-pelotas-%C3%A9-marcada-por-grandes-enchentes-a-primeir/374538972653314/> acesso em 10.10.2020.

26 Disponível em: <https://www.facebook.com/Olhassobrepelotas/photos/-enchentes-um-problema-cr%C3%B4nico-pelotas-%C3%A9-marcada-por-grandes-enchentes-a-primeir/275923879181491> acesso em 10.10.2020.

teve que abrir valas e depois sangas para conter as águas da chuva que se acumulavam no local, o que segundo Rodolfo acabou “obrigando os moradores a colocar pontes defronte às suas casas com a cantilena dos mosquitos nos verões e a orquestra da saparia nos invernos”.²⁷ Sendo a localização dessas vilas em regiões de banhado, sua área se tornava atrativa a esses animais, novamente incluídos nas queixas de Rodolfo: “legiões e legiões de mosquitos que até parecem uma verdadeira orquestra do inferno”.²⁸

Na percepção de Rodolfo, “do conjunto de vilas que margeiam a Viação Férrea – Canela, Silva e Barros – a Vila Silva está em piores condições de salubridade”.²⁹ O vizinho era o canal Santa Bárbara, para ter uma pequena noção do que era o cotidiano daqueles que residiam nesse local, temos a declaração de Rodolfo aludindo que “as águas podres, pelas imundícies depositadas, tornando-se horrível [o cheiro] quando o vento sopra do nordeste”.³⁰ Assim, ele ansiava em “livrar as gerações futuras das náuseas que nos acometem, ao passar por cima das pontes vendo tanta podridão”.³¹

A negligência do poder público pode ser observada nas denúncias de Rodolfo quanto a utilização do canal como depósito de lixos, não apenas de moradores, mas principalmente, das indústrias de seu entorno.

Velho escoadouro de águas pluviais da cidade e das enchentes em períodos indeterminados, transformado nos verões em viveiros de mosquitos e numa cloaca acumuladora de quantas imundícies se despejam nela a espalhar pela sua vizinhança uma fedentina insuportável de suas águas lodosas, estagnados e barrentas, podres e pestíferas há espera, talvez de um surto de epidemia obrigando o Governo a retirá-lo do esquecimento.³²

27 *A Alvorada*, 05.03.1955, p. 01, 02 e 06.

28 *A Alvorada*, 27.05.1950, p. 01 e 05.

29 *A Alvorada*, 05.03.1955, p. 01, 02 e 06.

30 *Idem*.

31 *A Alvorada*, 26.05.1956, p. 01 e 06.

32 *Idem*.

Em 1947 ele escreveu: “servindo de escoadouro de Usinas, Fábricas e Curtumes (...) as águas oleosas que em ti despejam”³³ e, novamente em 1955, Rodolfo reafirmou: “vão depositando em tuas margens casca de arroz queimadas, resíduos de curtumes de águas oleosas da Usina”.³⁴ Em contraste, ele lembrou que: “quando não havia centros de saúde era proibido os curtumes depositar resíduos líquidos em suas águas, hoje até as garras, pelancas e cascas envenenadas servem de amparo nas suas margens”.³⁵

Provavelmente essa finalidade destinada ao arroio desencadeou o sentimento expresso por Rodolfo: “Antigamente, a Princesa do Sul se orgulhava do Santa Bárbara, hoje ela se enoja do arroio”.³⁶ E isso em função do Santa Bárbara estar “despedindo um cheiro insuportável e nauseabundo pior do que o zorrilho acochado pelos cachorros”.³⁷

Rodolfo expressou um descontentamento com o modo como a gestão municipal vinha conduzindo as prioridades da cidade. “As administrações passadas, em diversos períodos, cuidaram de Praças e jardins, mas não se lembraram de ti que foste o bode expiatório dos aterros na Praça do Pavão”,³⁸ escreveu ele no jornal em uma carta destinada ao Santa Bárbara.

Ao ler os textos de autoria de Rodolfo vemos várias referências às praças da cidade, tais como: “a Praça da ponte de pau - Henrique d’Ávila, hoje Floriano Peixoto, anos depois Praça do Pavão, dos Enforcados, na gíria popular”³⁹ e, “da Praça Júlio de Castilhos, as proximidades da Tablada [que] chamavam de - Praça das Cavalhadas”,⁴⁰ por exemplo.

Pelas lembranças projetadas por Rodolfo em *A Alvorada* temos uma marcação da sua presença em outros espaços da cidade, para além

33 *A Alvorada*, 21.05.1947, p. 01.

34 *A Alvorada*, 26.03.1955, p. 01.

35 *A Alvorada*, 05.03.1955, p. 01, 02 e 06.

36 *A Alvorada*, 26.03.1955, p. 01.

37 *A Alvorada*, 05.03.1955, p. 01, 02 e 06.

38 Ainda hoje popularmente chamamos Praça dos enforcados, mas seu nome é Praça Cipriano Barcelos.

39 *A Alvorada*, 19.03.1944, p. 01.

40 *A Alvorada*, 12.02.1949, p. 01.

daquele de sua morada. Em um breve roteiro narrado por ele, somos guiados em um passeio pelas ruas de outrora:⁴¹

Pela rua S. Jerônimo “Marechal Floriano”, desde a ponte de pedra até a Praça Pedro II eram casas de comércio de primeira ordem: a Livraria Americana, pela Rua Andrade Neves, e na esquina (Bazar da moda) grande depósito de louças; as farmácias: da Caridade (Araújo Góis) e nos fundos pela rua Santa Bárbara (Marechal Deodoro) a do Souza Soares; a Confeitaria Cardoso, a padaria Maneca Leite e defronte ao Colégio Sul-americano; o armazém do Burlamaque; a ferragem do Castro Silva; a venda do Júlio Teixeira pela rua Paissandu e mais tarde o armazém do Granja.⁴²

Muito além de Rodolfo, havia uma circularidade de pessoas negras pelos espaços públicos de Pelotas. Tanto que em outro momento Rodolfo se referiu ao incômodo causado por este fato e as restrições impostas às pessoas negras de frequentarem determinados locais. Colocou:

Depois veio a emancipação dos escravos, a proclamação da República, a instalação do Café Java, o arrendamento da parte da Praça para o “Jardim Scotto”. No “Java” não era tanto, mas o “Jardim Scotto” celebrizou-se por negar, redondamente, a entrada para gente de cor...⁴³

No contexto de pós-abolição, a sociedade optou pela manutenção dos espaços de poder com base em critérios raciais, para além daqueles de classe e de gênero. Assim, se perpetuou a violência física e também psicológica. O relato de Rodolfo, no trecho acima, exemplifica o tratamento destinado a população negra em Pelotas. E, igualmente, nos permite refletir quanto a necessidade de um impresso negro. O mais longo que se conhece até agora, em toda a América Latina.

Rodolfo deu visibilidade a presença de sujeitos negros em Pelotas, em relato que indicou a manutenção de uma exploração sofrida por esses trabalhadores: “na esquina da rua General Osório (casa Bromberg), costumavam parar pretos minas, velhos e alquebrados, a espera de quem

41 Há estudos historiográficos que abordam especificamente a escolha pelos nomes das ruas, tais como: MAGALHÃES, Mário Osório. *Os passeios da cidade antiga*: guia histórico das ruas de Pelotas. 2ª. ed. Pelotas: Armazém Literário, 2000.

42 *A Alvorada*, 19.03.1949, p. 01.

43 *A Alvorada*, 12.02.1949, p. 01

lhes chamasse para mandaletes ou carretos leves. Foram, inegavelmente, os precursores dos mensageiros de hoje”.⁴⁴

No entanto, estes não eram os únicos percebidos por Rodolfo a ocuparem esse espaço. Rodolfo descreveu a passagem de imigrantes pela cidade: “Alojavam-se por essa época de 1882, 83 e 84, entre as ruas Santa Bárbara e General Osório, num salão, lotes de imigrantes italianos com destino às colônias, hoje cidades”.⁴⁵ Em outro de seus relatos ficou marcada a presença de populares, contou:

A gente do povo “miúdo”, mais velha, quase toda analfabeta, tinha o costume de designar pelos nomes antigos às ruas da cidade.

A Rua General Osório chamavam-na de rua Augusta; a Andrade Neves - de Rua das Flores; a de S. Miguel, 15 de Novembro - de Rua dos Canários; a Rua do Imperador, Félix da Cunha - de Rua do Comércio; a Rua Jatahy Gonçalves Chaves - de Rua dos Coqueiros; escapando a Rua da Igreja por conservar o nome antigo.⁴⁶

Quanto ao processo de formação da cidade de Pelotas, ele referiu-se à presença de diferentes tribos indígenas, da pecuária como fomentadora da economia local e dos atrativos que trouxeram outras pessoas a esse território:

Cruzavam lá de vez em quando, em correrias, *Tapes* e *Minuanos*.

Depois, muito depois, chegaram os civilizados e dividiram as terras tocando cada um deles um *bandão* delas.

A indiada, antes, vivia e andava de cola alçada.

Apareceu por estes “pagos” um cearense que vinha se escapando das secas, e arrumou por aqui um negócio de *carne seca*.

Havia, então, muita boiada pelas vizinhanças.

O negócio era tão bom e rendoso que os outros foram imitando, fabricando carne seca.

Por essa ocasião, moravam nessas bandas - Ilhéus, madeirenses, açorianos, vindos de outros lugares ocupados pelos espanhóis. Já aumentava o povo de São Francisco de Paula. (...).⁴⁷

44 Idem.

45 Idem.

46 *A Alvorada*, 12.02.1949, p. 01.

47 *A Alvorada*, 27.05.1950, p. 01 e 05.

A atividade charqueadora impulsionou o acúmulo de riquezas e uma expressiva presença de mão de obra africana escravizada. Mesmo com a abolição continuou a predominar a exploração da força de trabalho de homens negros e mulheres negras. Embora extinta a escravidão, muitos desses sujeitos, que foram trazidos para cá, optaram por continuar residindo na cidade, por diversos fatores, como os laços de relacionamentos que ali haviam constituído, pela possibilidade de reunir-se com familiares, por interesses e propostas de trabalho, por exemplo. A família de Rodolfo foi uma das que optaram por permanecer ali.

Mesmo que fosse um neto de africanos, Rodolfo nasceu e viveu toda a sua vida em Pelotas. Apesar de ter apresentado diversas críticas, em vista desse ser um espaço que lhe era, muitas vezes, hostil, ele o via como um espaço seu. Por isso, para além de buscar proporcionar uma condição mais digna de vida, especialmente, para os/as moradores/as negros/as, penso que ele buscava reivindicar o reconhecimento da importância das pessoas negras na construção desta localidade. Ainda que esse reconhecimento devesse ser percebido e valorizado, primeiramente, pelos próprios afro-descendentes.

Ao escrever sobre a história de Pelotas, em um periódico que era destinado, sobretudo, à parcela da população composta de pessoas negras, Rodolfo se colocava enquanto um agente, atuante, que pensava o espaço em que vivia e, que também, propagava o seu conhecimento com a coletividade. Conhecimento este que pode ter sido apreendido em suas leituras, por meio da oralidade e/ou por meio de suas vivências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O negro esteve e ainda está muito presente na história da cidade de Pelotas. Rodolfo Xavier não consta entre os ilustres nomes de personalidades pelotenses. Ele não foi homenageado com seu nome em ruas ou praças, nem em instituições de caráter público ou privado. Os relatos deixados por ele, ainda que sejam a sua visão, nos permitem acessar as relações que permeavam o cotidiano da gente comum. Através dos escritos de Rodolfo Xavier busquei acessar experiências populares, sobretudo, deste sujeito negro. Com algumas de suas crônicas procurei tencionar as vivências cotidianas dele em relação ao espaço em que se

inseria. Neste sentido, as vilas estiveram bastante visíveis, sobretudo, as de proximidade da via férrea, uma vez que Rodolfo residia nessa localidade.

A elaboração de uma narrativa histórica ou memorialística é atravessada por escolhas quanto às intenções do que se quer lembrar. Nesse processo se dá a construção dos silenciamentos. Ao privilegiar a escrita memorialística de Rodolfo Xavier, não desconsidero que há outras versões e outras visões que diferem daquelas narradas por ele em suas crônicas.

REFERÊNCIAS

A Alvorada, 05.03.1955, p. 01, 02 e 06.

A Alvorada, 05.03.1955, p. 01, 02 e 06.

A Alvorada, 05.03.1955, p. 01, 02 e 06.

A Alvorada, 05.03.1955, p. 01, 02 e 06.

A Alvorada, 05.03.1955, p. 01, 02 e 06.

A Alvorada, 12.02.1949, p. 01

A Alvorada, 12.02.1949, p. 01.

A Alvorada, 12.02.1949, p. 01.

A Alvorada, 19.03.1944, p. 01.

A Alvorada, 19.03.1949, p. 01.

A Alvorada, 19.03.1949, p. 01.

A Alvorada, 21.05.1947, p. 01.

A Alvorada, 21.05.1947, p. 01.

A Alvorada, 26.03.1955, p. 01.

A Alvorada, 26.03.1955, p. 01.

A Alvorada, 26.03.1955, p. 01.

A Alvorada, 26.03.1955, p. 01.

A Alvorada, 26.05.1956, p. 01 e 06.

A Alvorada, 26.05.1956, p. 01 e 06.

A Alvorada, 26.05.1956, p. 01 e 06.

A Alvorada, 27.05.1950, p. 01 e 05.

A Alvorada, 27.05.1950, p. 01 e 05.

A Alvorada, 27.05.1950, p. 01 e 05.

A Alvorada, 27.09.1947, p. 01.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: edição do autor, Sebo Icária, 2008.

ALVES, Lúcio Xavier. *Rodolpho Xavier: uma intelectualidade na organização sindical e na luta dos negros em Pelotas (1931-1935)*. Monografia (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005.

HANSMANN, Henrique Zanotta. *Descrição e caracterização das principais enchentes e alagamentos de Pelotas-RS*. Monografia (Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária) - Centro de Engenharias, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

LONER, Beatriz. Antônio: de Oliveira a Baobad. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (orgs.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011, pp. 109-136.

LONER, Beatriz. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas (1888-1937)*. V. 1 e 2. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

LONER, Beatriz. *Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande*. 2 ed. Pelotas, Ed. UFPel: 2016.

MACKEDANZ, Christian Ferreira. *Racismo “nas quatro linhas”: os negros e as ligas de futebol em Pelotas (1901-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

MAGALHÃES, Mário Osório. *Os passeios da cidade antiga: guia histórico das ruas de Pelotas*. 2ª. ed. Pelotas: Armazém Literário, 2000.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. *A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada - 1920- 1935*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

PERES, Eliane. *“Templo de Luz”*: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875 – 1915). Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

SANTOS, José Antônio dos. *Prisioneiros da História*: trajetórias de intelectuais na imprensa negra Meridional. Tese (Doutorado em História) - Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SANTOS, José Antônio dos. *Raiou a Alvorada*: Intelectuais negros e imprensa – Pelotas (1907-1957). V. 7. Pelotas: Ed. Universitária, 2003.

SILVA, Fernanda Oliveira da. *As lutas políticas nos clubes negros*: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960). Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SILVA, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços*: associações e identidades negras em Pelotas (1820- 1943). Dissertação (Mestrado em História) - Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2011.

SILVEIRA, Maria Helena. *As filhas das lavadeiras*. Porto Alegre: Grupo Cultural Rainha Ginga, 2002.

TAVARES, Viviani dos Santos. *DR. Pescadinha em cena*. Monografia (Especialização em História do Brasil) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

AS PÁGINAS DA IMPRENSA NEGRA PELOTENSE E OS ESTUDOS HISTÓRICOS SOBRE O PÓS- ABOLIÇÃO (1907-1935)

FERNANDA OLIVEIRA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Existem fatos que não podem ser omitidos para que o negro seja respeitado. Ao contrário, irá parecer que no Sul não existiu a força do negro na colonização e irá evidenciar-se sempre um Rio Grande, totalmente branco, resultando em movimentos cada vez mais discriminatórios. Tudo isto é a força da História e se a História tem este poder, façamo-la sem omissões.¹

O escrito que dá abertura a esse capítulo, não advém da história, ou pelo menos não faz jus a perspectiva da história enquanto ciência. No entanto, a escritora Maria Helena Vargas da Silveira, nos oferece uma emblemática confrontação que em muito nos auxilia nas reflexões sobre a história. Arrisco assumir que ela nos interpela sobre os movimentos da escrita da história. Ao seguir caminhos que foram percorridos por aqueles e aquelas que a antecederam no território sulino nos impele a acompanhar um fio condutor centrado nas experiências de homens e mulheres negros e negras, protagonistas de suas próprias experiências, mas também daquelas que constituem a história da sociedade brasileira.

1 SILVEIRA, Maria Helena Vargas da Silveira. *Negrada*. Porto Alegre: Grupo Editorial Rainha Ginga, 1995. p. 131

Maria Helena Vargas da Silveira era neta de um importante articulista chamado Armando Vargas, e, foi seguindo os passos do avô, escrevendo ora sobre sua vivência, ora sobre a importância da imprensa negra que ela nos brinda com um olhar sobre um sul do Brasil mais plural. É sobre essa fonte histórica, mais especificamente o jornal no qual seu avô fora articulista, *A Alvorada*, que as páginas que seguem se debruçam. Destaco o papel fundamental da imprensa negra para os estudos sobre a temática associativismo e consequente crescimento do campo de estudos do pós-abolição. O diálogo concentra-se na cidade de Pelotas, mas busco não perder de vista as conexões regionais, nacionais e transnacionais.

Advirto desde já que não se trata de um exercício sistemático sobre o jornal, algo que executei em outro momento,² mas o interpreto como condutor para tecer considerações sobre a potência dessa fonte e a enunciação de uma história pública, talvez até mesmo oficial, sobre a população negra sulina. Não raras vezes permitindo que nós historiadoras e historiadores do campo, identifiquemos diálogos dentro da diáspora africana nas Américas sem perder de vista as profundas raízes no continente africano. E, não menos importante, o faço a luz das discussões que permeiam o campo de estudos do pós-abolição.

A ALVORADA (NÃO) É APENAS UMA FONTE?

Uma das definições mais corriqueiras de imprensa informa que ela divulga ideias de um dado momento do passado, seja ele longínquo ou do tempo presente. O passado é o lugar onde se encontram as histórias de seres humanos, substrato do nosso fazer historiográfico. E, desde o presente, historiadoras e historiadores, que assim como eu compartilham a defesa de uma fazer historiográfico antirracista, buscam construir narrativas capazes de não corroborar com os ditos *movimentos cada vez mais discriminatórios*.

A percepção do apagamento do negro na sociedade gaúcha, que fez morada na produção literária especialmente aquela de intelectuais negros

2 SILVA, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

e negras a partir dos anos 1970, não se configurava como inexistente na produção historiográfica desde o ponto de vista da existência, mas sim em termos de uma existência com impacto social, principalmente no que tange à escravidão.³ O que começa a ser alterado a partir dos anos 1980, corroborando a força da escravidão na sociedade sulina, inclusive desde o ponto de vista econômico.⁴ No entanto, o protagonismo negro ainda não era uma questão.

A identificação de um apagamento da presença negra foi transformada em problemática em novos estudos produzidos sobre o sul do Brasil após a escravidão, principalmente aqueles produzidos já nesse século.⁵ Não obstante, houve um diferencial nos estudos no que tange à região de Pelotas e Rio Grande, advindo especialmente do aporte teórico da história social, mais propriamente a contribuição de Beatriz Ana Loner. Sua tese sobre a construção da classe em Pelotas e Rio Grande, entre 1889-1930, publicada em livro no ano de 2001, trazia no 1º parágrafo do capítulo 5 a seguinte descrição:

A análise das associações negras mereceu um estudo à parte. Isso porque, em razão do forte preconceito e discriminação que enfrentavam na sociedade, os negros foram obrigados a desenvolver uma rede associativa completa e diferenciada das demais. Eles formaram, desde entidades recreativas, até entidades de classe, para organizarem-se na luta pelos seus direitos como trabalhadores e de resistência contra o preconceito e a dominação branca. Nesse processo, provaram possuir um alto grau de criatividade e determinação, que a simples enunciação de suas entidades deixa entrever”.⁶

3 Ver a produção relacionada ao Grupo Palmares (Porto Alegre, 1971-1978) e, especialmente, a do literato Oliveira Ferreira da Silveira, que, dentre outras discussões refletiu sobre os afro-gaúchos. ASSUMPÇÃO, Euzébio; MAESTRI FILHO, Mário José; DE MELO FERREIRA, Adoniram. *Nós, os afro-gaúchos*. Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

4 XAVIER, Regina Célia Lima. A escravidão no Brasil Meridional e os desafios historiográficos. *RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 15-31, 2009.

5 Ver ROSA, Marcus Vinicius de Freitas Rosa. *Além da Invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição*. Porto Alegre: EST Edições, 2010.

6 LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande, 1888-1930*. Editora e Gráfica Universitária-UFPel, 2001. p. 239.

Beatriz Ana Loner certamente é nome fundamental para a compreensão do campo de estudos do pós-abolição, embora com presença marcante no sul, sem dúvida o foi no cenário acadêmico nacional, como sua atuação evidenciou por meio das articulações entre o Grupo de Trabalho Mundos do Trabalho e aquele que viria a ser o Emancipações e pós-abolição, criado em 2013. Tal campo de estudos nasce buscando o equilíbrio entre as questões estruturais e o protagonismo negro. Um campo que configura-se como tal já no século XXI, mas cuja base advém por um lado das pesquisas sobre escravidão e por outro dos mundos do trabalho, entremeados pelos diálogos que extrapolaram o ambiente acadêmico, e que tem a nível de Brasil a década de 1980 como um importante encontro de mundos. Assim, tanto o ambiente de reabertura democrática com as discussões sobre a constituinte, quanto as comemorações e atividades em torno do centenário da abolição colocaram em diálogo ativistas sociais e historiadoras e historiadores. Nessa confluência outras questões foram colocadas e formuladas, permitindo observar um elemento fundamental para o nosso ofício – as fontes.

Não é demasiado lembrar que o que converte o documento em uma fonte histórica é justamente a pergunta interposta. Ora, dos novos diálogos, outras perspectivas se abriram e deram início a novas narrativas sobre história. Dentre essas fontes estava a imprensa negra, com muitos dos seus exemplos e exemplares restritas aquelas antigas malas ou arquivos cuidadosamente resguardados por ativistas, aos moldes de Maria Helena, que também mantinha uma coleção que lhe fora legada pelo avô, Armando Vargas, articulista do jornal da imprensa negra de mais ampla circulação nas Américas – *A Alvorada*.

[...] Amadurecida a Campanha Abolicionista, fator indispensável ao progresso econômico e social do Brasil, a Propaganda Republicana colheu os frutos ótimos de sua evangelização.

Fez a libertação do negro e um ano depois, como consequência lógica, preparou a queda do 2º Reinado. Depois de 13 de maio, 15 de novembro.

Falta, agora, outra emancipação a emancipação de preconceitos.

Esta emancipação tem que ser **obra** exclusivamente **obra** dos próprios negros.

[...] Mas, para que tal Campanha [desinteressada... e levada a cabo por elementos brancos] seja mais eficaz e mais coerente torna-se mister que parta do seio da Raça Negra, sincera e conscientemente, pelo próprio negro, aplicando á todos aqueles que o queiram enxovalhar pejorativamente

pela “cor” de sua epiderme, o corretivo necessário por meio da Moral e da Instrução.⁷

A passagem exemplifica parte do que podemos identificar como programa seguido pelos fundadores e mantenedores do jornal *A Alvorada*, a saber, a busca pelo fim dos preconceitos de cor.⁸ Nesse sentido, o artigo intitulado “13 de Maio” apresenta a data magna aos negros do período imediato a Abolição, porém, incita os negros a abandonar os preconceitos e a tomarem para si essa luta, uma verdadeira obra a ser erigida. Pretendia-se que agissem por sua vontade e ação, não deixando nas mãos dos *outros* a sua emancipação, afinal *esta emancipação tem que ser exclusivamente obra dos próprios negros*. Os articulistas do jornal acreditavam ser necessário para alcançar este fim, conservar uma moral e alcançar uma instrução. Assim, os negros rechaçariam a imoralidade inata e inaptidão para inteligência.

Aos cinco dias do mês de maio do ano de 1907 saía às ruas da cidade de Pelotas o primeiro número do jornal *A Alvorada*, idealizado por um grupo de jovens negros. Os fundadores compartilhavam a mesma cor da pele, experiência de discriminação racial e a identidade de classe, como operários preocupados com os destinos da classe. Preocupações estas que não se restringiam à cidade, veiculando matérias de interesse nacional e internacional.

O jornal circulou entre os anos de 1907-1965, com pequenas interrupções, não apenas em Pelotas, mas também por várias cidades da região e também além fronteiras. Neste estão presentes as expectativas de negros brasileiros em torno da ascensão social, posições estas que não eram homogêneas. Os valores da raça negra, identificada como *raça etiópica*, despontavam na direção de constituir-se uma identidade negra positiva, porém, apontavam por vezes também, valores vinculados a noção de democracia racial. Tal noção figurava como um ideal a ser alcançado com a almejada derrocada do preconceito racial e de seus efeitos perversos na vida dos negros.

O gênero de imprensa negra começou a circular no Brasil ainda na primeira metade do século XIX e se caracterizou por apresentar assuntos que consideravam o público negro e, não raras vezes, eram voltados a comunidade

7 *A Alvorada*, 14/05/1933, p. 1 (Grifos do original)

8 Em 1957, um dos membros fundadores do jornal, Juvenal Penny, identificou como “programa” do semanário “a reivindicação pela ‘... igualdade de raça, o bem estar do operário e a instrução obrigatória” *A Alvorada*, 5/05/1957, capa.

negra.⁹ Assim, anunciavam atividades das associações negras, medidas políticas que interferissem diretamente na classe trabalhadora negra, e manifestações do denominado *preconceito de cor*, etc. No início do trato com esses jornais na pesquisa histórica era comum restringir sua característica a defesa da comunidade negra.¹⁰

Atualmente é possível afirmar que a essa característica somam-se tantas mais, que destacam a complexidade dos assuntos abordados. Elemento que corrobora para a compreensão da importância dessa fonte para os estudos do pós-abolição. Não obstante, os jornais da imprensa negra ocupam lugares por vezes distintos, mas não raras vezes concomitantes nas pesquisas. Assim, aparecem como fonte, como objeto de análise e/ou como lócus de enunciação de uma história pública. E, ao lado dos clubes negros, configuram-se como a centralidade das pesquisas sobre associativismo negro.¹¹

A Alvorada se insere em uma experiência negra coletiva que marcava a cidade de Pelotas. Cidade na qual foi lançado o periódico *A Voz do Escravo*, em 1881, e em 1886, o *Ethiópico*, ambos de caráter abolicionista. Fora na seara entre imprensa, irmandades negras, sociedades beneficentes e clubes que as experiências negras coletivas se estabeleceram e teceram suas relações, especialmente na primeira metade do século XX.

O hebdomadário *A Alvorada* foi fundado por trabalhadores. Dentre seus redatores e articulistas encontravam-se os irmãos Juvenal e Durval Penny, Rodolfo Xavier e Antonio Baobad, Armando Vargas, Carlos Torres, Dario Nunes, Humberto de Freitas, Ivo Porto e Miguel Barros,¹² todos homens negros. O objetivo principal era servir como veículo de informação agindo em prol da defesa de seus irmãos de cor. Para tal concentravam-se na defesa da raça, através da denúncia de atos discriminatórios, e dos interesses dos operários pelotenses.

9 PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. Selo Negro, 2014.

10 SANTOS, José Antônio dos. *Raiou a Alvorada: Intelectuais negros e imprensa—Pelotas (1907–1957)*. Pelotas: Ed. Universitária, v. 7, 2003.

11 SILVA, Fernanda Oliveira da. *As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguaí no pós-abolição (1870-1960)*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

12 Para uma abordagem específica sobre os intelectuais orgânicos que circulavam no entorno do *A Alvorada*, assim como das características que levaram o autor a utilizar essa conceitualização ver análise de José Antônio dos Santos.

A leitura do jornal permite acessarmos as trajetórias de alguns líderes operários pelotenses os quais atentavam para o recorte racial dentro das preocupações trabalhistas e expunham em seus artigos capítulos da história do operariado. Muitos redatores do jornal adquiriram as primeiras letras através dos cursos noturnos da Biblioteca Pública Pelotense, destacando-se dentre estes os irmãos Juvenal e Durval Penny, fundadores do jornal e o líder sindical e redator do jornal Rodolfo Xavier. O trânsito entre membros do jornal e das associações de cunho operário se estendia também, as de cunho racial, como por exemplo, os clubes negros¹³ que começaram a surgir nos últimos anos da década de 1910.

O jornal era dominical e poderia ser adquirido de duas formas: compra em bancas de jornal, barbearias e no Mercado Central, ou assinatura, a qual custava mil reis. Circulava ainda em algumas cidades da região sul, como Rio Grande, Canguçu, Bagé, Jaguarão¹⁴ e Alegrete. Sendo importante destacar que a comunidade negra de Bagé na primeira metade da década de 1930 mantinha um suplemento veiculado como parte do referido jornal, intitulado “Correio Elegante - Suplemento de Bagé”,¹⁵ semelhante a comunidade negra do então distrito pelotense Capão do Leão, que no ano de 1932 mantinha “*A Gazetinha - semanário humorístico e noticioso*”.

A POPULAÇÃO NEGRA NAS PÁGINAS D'A ALVORADA

A fim de melhor compreendermos o desenvolvimento desta folha de notícias se faz necessário abarcarmos a situação de vida dos negros pelotenses e suas reivindicações, os quais eram na sua maioria operários de fábricas de chapéus e cerveja, tipógrafos, portuários e/ou trabalhadores

13 *Depois da Chuva*, fundado em 19 de fevereiro de 1916; *Chove Não Molha*, fundado em 26 de fevereiro de 1919; *Fica Abí P'ra Ir Dizendo*, fundado em 27 de janeiro de 1921; *Quem Ri de Nós Tem Paixão*, fundado no ano de 1921 e o *Está Tudo Certo*, fundado no ano de 1931.

14 Sobre o suplemento *O Jaguareense*, que fez parte do *A Alvorada* ver: AL-ALAM, Caiuá Cardoso. O Jaguareense no jornal A Alvorada (1932-1934): imprensa negra e política na fronteira Brasil-Uruguaí. *Métis: história & cultura*, v. 19, n. 37, 2020.

15 Atualmente encontra-se a disposição para a pesquisa, em relação à década de 1930, apenas os números veiculados na primeira metade da década (1931-1935), o que nos impossibilita de afirmar se este suplemento continuou a ser publicado. Os números posteriores restringem-se ao final da década de 1940 e início da década de 1950, quando este suplemento não aparece.

manuals autônomos.¹⁶ De acordo com o recenseamento referente à cidade de Pelotas no ano imediato a Proclamação da República, a população da cidade estava em 41.591 habitantes,¹⁷ destes cerca de 7.035 eram negros que viviam no espaço urbano pelotense, a partir desse ano, até 1940 a cor não foi incluída entre os dados dos censos realizados, vindo este item a aparecer somente em 1940, no qual embora o número tenha crescido, em relação ao total de moradores houve um decréscimo, visto que encontravam-se cerca de 15.311 negros e pardos na cidade, o que representava um percentual de 14,6% .¹⁸

As condições de vida desses homens e mulheres negros eram muito precárias, o que certamente motivou que os envolvidos com a questão racial encontrassem-se militando junto a segmentos do movimento operário na região, como foi o caso dos membros fundadores do jornal negro. Além disso, conforme destacou Beatriz Ana Loner os negros foram os elementos operários por excelência no pós-Abolição na cidade. A cidade teve contato com levas de imigrantes ainda em princípios da segunda metade do século XIX. Porém, estes se destinaram basicamente às atividades comerciais quando instalados na cidade, com destaque para o setor hoteleiro, e atividades agrícolas nas colônias, setores não ocupados em expressão pelos negros.¹⁹

O imediato pós-Abolição na cidade percebeu um incremento na industrialização, tendo além da indústria gerada pelo charque as voltadas para a produção de alimentos e bens de consumo, como móveis e tecidos. Este incremento proporcionou a atração e manutenção da mão-de-obra, o que se percebe pelo significativo aumento de 114% na população urbana na última década do século XIX e no primeiro quartel do século. A falta

16 LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande, 1888-1930*. Editora e Gráfica Universitária - UFPel, 2001.

17 Fundação de Economia e Estatística (FEE). *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS de 1803 a 1950. Porto Alegre: FEE, 1981. p. 94

18 A população da cidade para este ano era de 104.553 habitantes. Fundação de Economia e Estatística (FEE). *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS de 1803 a 1950. Porto Alegre: FEE, 1981. p. 147. LONER, Beatriz Ana. A rede associativa negra de Pelotas e Rio Grande. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antonio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (orgs.). *RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 246-261.

19 ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Editora da UFPel, 2000.

de estrutura era reinante no que tange ao recebimento desta população de trabalhadores. Entre os problemas gerados pela falta de estrutura estavam as epidemias, proporcionadas pela falta de condições sanitárias básicas. Com o objetivo de banir do centro da cidade os trabalhadores e assim proteger os mais abastados e conferir ainda um aspecto moderno à arquitetura, a Câmara Municipal da cidade, em 19 de fevereiro de 1881 já havia proibido a construção de cortiços, locais para os quais os ex-cativos e trabalhadores pobres acorriam devido ao baixo custo dos aluguéis e proximidade dos locais de serviço.²⁰

Entre as medidas tomadas pelo poder público, o qual durante a República Velha esteve basicamente nas mãos de partidários do PRR, destacam-se as concentradas em torno da modernização da cidade. No ano de 1909 iniciou-se a iluminação à base de gás, no ano seguinte passou-se a dispensar maior atenção à questão da moradia popular e já em 1912 iniciavam-se as obras referentes ao esgoto. No ano de 1913 foi promulgada uma lei municipal, a qual delegava incentivos a investimentos que proporcionassem a construção de casas operárias destinadas ao aluguel. Além do problema da moradia outros assolavam os trabalhadores em Pelotas, como por exemplo, a exploração no trabalho. E é esse um dos pontos que a leitura do jornal *A Alvorada* mais contribui para que melhor compreendamos.

Percebemos através do jornal *A Alvorada* a mobilização em torno das jornadas de trabalho exaustivas, o que levou a reivindicação pelas oito horas diárias de serviço. Na passagem a seguir é possível perceber o intercâmbio que existia entre as associações classistas e associações de defesa dos negros, o que corrobora a ideia de que os negros pelotenses lutavam em duas frentes, operária e racial, além de destacar o papel desenvolvido pelo jornal perante a comunidade negra pelotense:

Justamente por esta época [1905], fundava-se em Pelotas a 'União Operária Internacional' no prédio ocupado pela extinta S. B. Feliz Esperança, na rua 16 de Julho (hoje Dr. Cassiano do Nascimento), e onde funciona a sede do G. C. *Chove Não Molha*. Juntamente com Antonio Baobad, operário inteligente, um grupo de chapeleiros 'fulistas', do qual fazíamos parte, todos pertencentes as 3 fábricas de chapéus existentes em Pelotas, funda-se a primeira associação de classe composta de elementos de várias profissões, chapeleiros, pedreiros,

20 MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. Moradia popular e expansão urbana – As vilas proletárias pelotenses. *História em Revista*, Pelotas, volume, número, p. 79-98, UFPel, 2007.

mecânicos, marceneiros, pintores, calceteiros, etc., com o intuito de se organizarem para a defesa de suas reivindicações estando em primeiro lugar a obtenção das 8 horas de trabalho.²¹

A associação referida foi criada em 1905, e dois anos após teve-se a fundação do jornal. Acreditamos que a fundação esteve vinculada a percepção da necessidade de luta nas duas frentes, era necessário intercalá-las sempre que possível. Entre os fundadores do jornal estavam Antonio Baobad, referido como um *operário inteligente*, por seu irmão Rodolfo Xavier. Baobad teve uma trajetória de vida interessante em que salta aos olhos a importância conferida a sua identidade negra, conforme o seu nome já evidencia. Inicialmente chamava-se Antonio *de Oliveira*, sobrenome que referenciava seu senhor enquanto fora cativo. A mudança de nome para *Baobad*, provavelmente em meados da década de 1890, referencia um posicionamento em favorecimento de uma identidade negra, já que passou a adotar o nome de uma árvore africana.²²

Antonio teria se alfabetizado através de professores particulares, e dentre as associações negras em que foi possível encontrá-lo está a *Sociedade Beneficente Feliz Esperança*.²³ Embora tenha se alfabetizado às próprias custas, foi também frequentador dos cursos noturnos da BPP, em conjunto com seu irmão Rodolfo Xavier. Esteve presente nos momentos iniciais do jornal *A Alvorada*, vindo a falecer logo após a sua fundação, em 08 de julho de 1907.²⁴

O fundador, Rodolfo Xavier, constituiu-se em um dos principais articulistas do jornal. Sendo possível encontrar artigos seus em todo o período que o jornal encontra-se disponível para pesquisa. Rodolfo possivelmente foi beneficiado pela Lei do ventre livre. Foi redator do jornal, dirigindo seus artigos ao operariado pelotense e aos negros em geral nos quais demonstrava erudição e contato com teorias em voga no momento, destaque para o marxismo no tocante à luta de classes e forte tendência socialista. Importante líder sindical na cidade atuando

21 *A Alvorada*, 31/05/1952, p. 1.

22 LONER, Beatriz Ana. Antônio: de Oliveira a Baobad. In: GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. Selo Negro Edições, 2011. p. 109-136.

23 Idem.

24 *A Alvorada*, 11/07/1953, p. 6.

diretamente em algumas associações classistas, pedreiro por profissão. Entre outras atividades de cunho classista, foi candidato a deputado, no ano de 1934, pelo Partido Socialista Brasileiro. Faleceu em 25/02/1964.²⁵

Os irmãos Juvenal e Durval Morena Penny, eram tipógrafos assim como os demais fundadores do jornal. Ambos foram frequentadores das aulas noturnas da BPP, embora tenham recebido as primeiras letras de Antonio Baobad. Durval Morena Penny, nascido no ano de 1883 na cidade, formou-se em medicina por correspondência em 1914 no Instituto de Ciências do Rio de Janeiro, fato muito valorizado e rememorado pelos articulistas do jornal, conforme transparece em homenagens. Este apresentou ainda circularidade por outras associações negras da cidade, foi membro da diretoria do *Asilo de Órfãos São Benedito* e presidente da *Satélites do Progresso*.²⁶ Juvenal era proprietário de uma fábrica de fogos de artifícios e se manteve dono do jornal, ao lado de seu irmão, até 1946, quando o vendeu para o senhor Rubens Lima. Teve um importante papel perante a comunidade negra pelotense, visto ser o redator de uma das colunas mais *temidas* pelas moças pelotenses, intitulada *Pesquei*, assinada pelo *temível* Dr. Pescadinha, pseudônimo adotado pelo mesmo.²⁷

O jornal “*A Alvorada*”, em sua coluna assinada pelo “Dr. Pescadinha”, se colocava em constante policiamento aos jovens negros da cidade, expondo os “maus comportamentos” e que pudessem fazer jus a imagem negativa do negro. Destacam-se ainda as colunas assinadas por Armando Vargas, nas quais se apreende um comprometimento com a identidade negra e de classe. Assim, percebe-se uma preocupação com a moral e costumes, envolvendo a opinião pública (através do jornal), as associações e as famílias dos sócios.

A preocupação dos articulistas do referido jornal em conscientizar seus irmãos de cor, algo que segundo eles, se daria somente mediante a

25 ALVES, Lúcio Xavier. *Rodolpho Xavier: uma intelectualidade na organização sindical e na luta dos negros em Pelotas (1931-1935)*. Pelotas: UFPel/ICH Monografia (Licenciatura História), 2005; Certidão de batismo lavrada em 25 de julho de 1875. Livro nº. 16 do assentamento de batismo da Paróquia de São Francisco de Paula, folha nº. 163. Arquivo da Cúria Diocesana de Pelotas; Certidão de óbito lavrada em 3 de março de 1964. Livro C-17, folha nº. 160v, assento de óbito nº. 39264, 2º tabelionato de Pelotas (Certidão de batismo e de óbito gentilmente cedidas pela senhora Isabel Souza).

26 *A Alvorada*, 04/04/1953, p. 1.

27 TAVARES, Viviani dos Santos. *Dr. Pescadinha em cena*. Especialização (História do Brasil). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2007.

instrução teve sua expressão mais marcante na década de 30 do século XX. A grande preocupação em combater o analfabetismo dos negros de Pelotas, consolidou-se com a criação da *Frente Negra Pelotense*. Essa Frente estava ligada ao jornal *A Alvorada*, com o objetivo central de alfabetização e educação dos negros, no sentido abrangente destes termos, visto que a moral estava profundamente incutida no sentido de educação pretendida por eles. Assim, reivindicavam uma noção de pertencimento, ou seja, uma identificação negra, e com esta uma positivação da sua história. Porém, a Frente surgiu justamente quando ocorreu uma explosão de associações voltadas ao lazer, tidas por alguns articulistas do jornal, como por exemplo, Rodolfo Xavier, lugares de “ vaidade e ostentação dos ineptos” segundo o mesmo ainda conclamava: “ vamos tratar do que realmente a raça precisa: evoluir ao lado da raça branca, ombro a ombro, não havendo diferença entre os indivíduos pela cor, mas, simplesmente, pelo estudo e pela cultura”.²⁸

Os anos 30 no Brasil representaram um marco para o associativismo negro. *É deste momento* a fundação das associações com maior visibilidade social e política, mantendo-se ainda as associações voltadas ao lazer que incluíam em suas atividades a preocupação com a situação social dos negros. As discussões estavam permeadas pela propalada democracia racial brasileira e o ideário de branqueamento.²⁹ Uma análise das associações negras do período permite a visualização de uma rede de movimentação em prol de melhorias sociais, políticas e econômicas aos negros brasileiros, ou seja, em busca da cidadania.

A experiência acumulada com a manutenção de associações negras desde a época da escravidão permitiu uma organização mais complexa. Isto ficou evidenciado principalmente através da constituição e/ou manutenção de associações que manifestavam abertamente a preocupação com uma identidade negra positiva. Estas se pretendiam capazes de unificar todos os membros da *raça*, distinção evidenciada na descaracterização de uma inferioridade que seria inerente aos negros. Porém, se faz necessário destacar que havia inúmeras divergências entre as

28 *A Alvorada*, 21/01/1934, p. 1.

29 HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

diferentes associações, assim como no interior destas, entre os membros diretivos e os associados.

Cabe lembrar que a *década de 1930 foi marcada por uma nova orientação política nacional*. Esta tinha à sua frente o movimento revolucionário, o qual acabou com a então denominada *República Velha*, tendo como líder o gaúcho Getúlio Dorneles Vargas. A *Revolução de 30 pôs fim ao regime político implantado após a Proclamação da República*. Este havia colocado em prática os anseios das oligarquias de base predominantemente rural, com destaque para os interesses dos cafeicultores e pecuaristas. Ao colocar-se contra esses interesses o movimento revolucionário pode contar com grande apoio popular, e em Pelotas não foi diferente.

O cunho popular do movimento revolucionário de 30, no entanto não conferiu ao mesmo a inclusão de medidas que favorecessem os negros. A experiência advinda dos anos de associativismo negro, somada à manutenção do descaso do poder público fez com que os negros adentrassem no cenário político da vida republicana propondo condições melhores de vida aos seus.³⁰ Foi nesse íterim que a intelectualidade brasileira desenvolvia sob os preceitos do executivo nacional a incumbência de conferir uma identidade nacional ao Brasil. Destacavam-se então os escritos do sociólogo Gilberto Freyre, os quais traziam com mais veemência à baila a noção de democracia racial brasileira e uma suposta igualdade de condições entre negros e brancos no país.

Foi nesse período que surgiu a organização política negra de maior alcance no país: a *Frente Negra Brasileira*.³¹ A entidade fundada em São Paulo encontrou adeptos em Pelotas, dentre os quais muitos pertencentes aos quadros dos clubes sociais negros existentes então na cidade e membros do corpo editorial do jornal *A Alvorada*. A partir de então foi possível perceber uma grande interlocução entre membros do referido jornal, dos clubes e da associação negra que fundaram – A *Frente Negra Pelotense* (1933-1937).

30 DOMINGUES, Petrônio. *A nova abolição*. Grupo Editorial Summus, 2008.

31 DOMINGUES, Petrônio José. *A insurgência de ébano: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2005.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos presentes no *A Alvorada* são bastante complexos, destacando uma estratégia retórica para demonstrar que o *fazer parte* era uma construção das gentes negras. Algo almejado no pós-abolição, mesmo em nações tidas de forma geral como ainda mais democráticas que a qual pertenciam, especialmente os Estados Unidos da América. Como, por exemplo, transparece na ironia do título *No paiz da democracia* em matéria³² sobre a demanda pelo fim da discriminação racial nas escolas norte-americanas em 1949. Afinal o bastião da democracia nas Américas não era nada democrático quando o quesito era direitos iguais para pessoas não brancas.

Não obstante, se o problema que se observava enquanto contínuo naquela nação após a abolição, transcrito em páginas da imprensa negra de Melo, no Uruguai em 1935,³³ e revisitado, em 1949, no editorial de *A Alvorada*, não era tido como uma história à parte. Evidenciado não apenas na matéria seguinte ao editorial do periódico pelotense, também compartilhando a capa, intitulada *Campanha de Educação de Adultos*, mas especialmente na forma como eram apresentadas as matérias acerca de realidades nacionais outras e gentes negras proeminentes nas sociedades. Dessa forma, compõe aquilo que entendo como a pauta central desses periódicos: a racialização. As estratégias para abordá-la povoavam as páginas dos periódicos e foram acionadas em diferentes formatos. Nestes se assegurou a identidade do indivíduo sem que se pautasse em valores individualistas, pelo contrário, centrada em uma noção de coletividade que se complementava sempre que o preconceito de raças e os efeitos estruturais de sua existência eram burlados ou postos à prova.

Ao reportar a experiência negra em outras nações, aqui sintetizada pelos Estados Unidos, mas que no jornal também referencia o Uruguai, Argentina, Cuba e Etiópia, para ficarmos em alguns exemplos bem plurais, *A Alvorada* nos permite compreender os meandros da diáspora africana, ora rota, ora raiz, mas sempre permeada pela experiência de pessoas negras e o faz transgredindo fronteiras em um sentido mais amplo. Esta pode ser também entendida como no tocante à margem, dado que são experiências cujo epicentro, ou melhor, cujas redações e

32 *A Alvorada*, 19 de novembro de 1949, capa.

33 *Acción*, 27 de novembro de 1935, s/p.

oficinas tipográficas encontravam-se distantes do grande centro urbano, como no caso de Pelotas em relação a Porto Alegre, e mesmo de Jaguarão, Bagé e outras cidades das redondezas.

Não obstante, a transgressão é ainda em termos de representações e imaginários regionais e nacionais, visto que ao longo do século XX e mesmo no XIX, tanto a província/estado do Rio Grande do Sul consolidou sua identidade como branca, sobretudo, a partir do incentivo estatal à imigração de europeus datada no Rio Grande do Sul de 1850.³⁴ Ao transgredir as fronteiras nacionais e da representação nacional/regional tal periódico, assim como tantos outros espalhados pelos territórios de Brasil e outros países, estabeleceu laços simbólicos e objetivos com pessoas negras de outras partes do mundo. E nesses laços forjaram seus próprios sentidos de história, em que a liberdade e a coletividade eram traço marcante ao lado da sempre marcada gente da *raça*.

Interpreto que, a partir desses elementos, posso estender o argumento da socióloga norte americana Patrícia Hill Collins acerca da *outsider within* ao interpretar as mulheres negras e suas distintas construções de sentido advindas de suas experiências à margem,³⁵ para entender os homens (e por vezes mulheres) que escreviam nos periódicos e se faziam presentes nos clubes negros, por meio dos quais exteriorizavam demandas diversas. Ou seja, desde dentro das sociedades, fosse nacionais ou locais, mas das margens, estes intelectuais identificaram a racialização do negro que os irmanava para além das fronteiras nacionais. Gestaram formas de conceber o mundo e se manter conectado a ele, desde os seus pontos de vista, que por sua vez, deveriam ser incorporados no ponto de vista da nação.

Atualmente entendemos que o dito *preconceito de raças*, tão presente nas páginas da imprensa negra, nada mais é do que o reconhecimento da centralidade do racismo que impera na nossa formação nacional/regional. Tal relevância tem sido a responsável pelo imperativo de tal questão nas

34 No Rio Grande do Sul a lei n. 229 de 4 de dezembro de 1851 marca o início do incentivo governamental à imigração europeia. No Uruguai a *Ley básica de fomento de la inmigración* data de 1890.

35 A autora destaca que “muitas intelectuais negras, especialmente aquelas em contato com sua marginalidade em contextos acadêmicos, exploram esse ponto de vista produzindo análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero”. Collins, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

pesquisas produzidas sobre o pós-abolição comprometidas em agregar o ponto de vista dos sujeitos inferiorizados por esse elemento estrutural. Afinal, o racismo é um problema histórico, logo, para estudá-lo **não devemos perder de vista as** organizações coletivas que nos permitem alcançar os indícios de como homens e mulheres negros e negras viveram suas vidas nessa sociedade (ainda) tão marcada por silenciamentos.

Não à toa os estudos sobre associativismo, dentre os quais estão aqueles dedicados à imprensa negra, atentam para a cultura, espaços em que circulavam os sujeitos, projetos nos quais investiam para além do jornal.³⁶ São essas as formas que nós historiadoras e historiadores temos de nos aproximar de como aqueles sujeitos se entendiam no mundo, tanto individual quanto coletivamente.³⁷ E é assim que podemos seguir unindo forças para fazer da escrita de capítulos da história da sociedade sul-rio-grandense importante trincheira na efetivação de um fazer historiográfico antirracista, comprometido com emancipação e o fim dos movimentos discriminatórios. Temos esse poder, basta que sigamos o fazendo sem as omissões alertadas ao início desse texto, e replicadas em outros formatos na experiência vivida de negras e negros atualmente.

REFERÊNCIAS

A Alvorada, Pelotas, 1931-1935 e 1947-1956. Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense.

Acción, Melo (Uruguai), 1934-1952. Biblioteca Nacional de Uruguay.

ALVES, Lúcio Xavier. *Rodolpho Xavier: uma intelectualidade na organização sindical e na luta dos negros em Pelotas (1931-1935)*. Monografia (Licenciatura História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005.

36 Ver OLIVEIRA, Ângela Pereira. *A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada-1920-1935*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2017; PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892- c.1911)*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

37 HOLT, Thomas. C. Marking: race, race-making, and the writing of history. *The American Historical Review*, v. 100, n.1, p. 1-20, 1995.

ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização*: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX. Pelotas: Editora da UFPel, 2000.

Certidão de batismo de Rodolpho Xavier lavrada em 25 de julho de 1875. Livro nº. 16 do assentamento de batismo da Paróquia de São Francisco de Paula, folha nº. 163. Arquivo da Cúria Diocesana de Pelotas.

Certidão de óbito de Rodolfo Xavier lavrada em 3 de março de 1964. Livro C-17, folha nº. 160v, assento de óbito nº. 39264, 2º tabelionato de Pelotas.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

DOMINGUES, Petrônio José. *A insurgência de ébano*: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937). Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DOMINGUES, Petrônio José. DOMINGUES, Petrônio. *A nova abolição*. Grupo Editorial Summus, 2008.

Fundação de Economia e Estatística (FEE). *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS de 1803 a 1950. Porto Alegre: FEE, 1981.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HOLT, Thomas. C. Marking: race, race-making, and the writing of history. *The American Historical Review*, v. 100, n..1, p. 1-20, 1995.

LONER, Beatriz Ana. A rede associativa negra de Pelotas e Rio Grande. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antonio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (orgs.). *RS negro*: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, pp. 246-261.

LONER, Beatriz Ana. Antônio: de Oliveira a Baobad. In: GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. *Experiências da emancipação*: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). Selo Negro Edições, 2011, pp. 109-136.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe*: operários de Pelotas e Rio Grande, 1888-1930. Editora e Gráfica Universitária-UFPel, 2001.

MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. Moradia popular e expansão urbana – As vilas proletárias pelotenses. *História em Revista*, Pelotas, volume, número, p. 79-98, UFPel, 2007.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. Selo Negro, 2014.

SANTOS, José Antônio dos. *Raiou a Alvorada: Intelectuais negros e imprensa – Pelotas (1907–1957)*. Pelotas: Ed. Universitária, v. 7, 2003.

SILVA, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SILVA, Fernanda Oliveira da. *As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SILVEIRA, Maria Helena Vargas da Silveira. *Negrada*. Porto Alegre: Grupo Editorial Rainha Ginga, 1995.

TAVARES, Viviani dos Santos. *Dr. Pescadinha em cena*. Especialização (História do Brasil). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2007.

XAVIER, Regina Célia Lima. A escravidão no Brasil Meridional e os desafios historiográficos. In: *RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, pp. 15-31.

O DIÁRIO POPULAR, PELOTAS/RS, E OS PRIMEIROS MOMENTOS DA REDEMOCRATIZAÇÃO NO ANO DE 1945

EVERTON DA SILVA OTAZU

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ainda nos dias atuais, é possível comprar em uma banca de revistas *no* calçadão da cidade de Pelotas/RS, um dos jornais mais antigos do Rio Grande do Sul, o *Diário Popular*. No cabeçalho da primeira página, ainda se lê o nome da folha em letras garrafais. Em 1945, além do nome que aparecia no cabeçalho da capa e contracapa, era possível ler a seguinte frase logo abaixo: “Órgão de interesses gerais”.

Esta frase é significativa, considerando que é um momento, no qual, a imprensa buscava se firmar como autônoma, investindo no critério de objetividade e interpretação dos fatos como metodologia para legitimar a sua prática. Além de ser uma iniciativa para tentar superar o caráter subjetivo do trabalho jornalístico, a busca pela objetividade¹ ganha contorno de ideologia, uma crença que reforça a credibilidade

1 O ideal de objetividade, que prega a crítica, interpretação dos fatos e a desconfiança das informações emitidas pelos governos e corporações privadas e a necessidade de averiguação da procedência dessas informações, eleva o jornalismo a outro nível nas relações político-institucionais. O método que garante a objetividade também proporciona as credências de defensor dos interesses públicos e da democracia. A imprensa passa a ser vista como “cão de guarda” (*Watchdog*) das ações do governo SCHUDSON, M. *Descobrimo a Notícia*. Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

e a autonomia desse campo, se contrapondo aos posicionamentos institucionais emitidos pelo serviço de “relações públicas”.²

De acordo com Michel Schudson,³ esta transformação da imprensa, que levará a sua profissionalização, inicia no começo do século XX, nos Estados Unidos da América, e repercute no modo de fazer jornalismo pelo mundo todo. Autores consagrados, como Marialva Carlos Barbosa,⁴ Nelson Werneck Sodré⁵ e Juarez Bahia,⁶ procuram caracterizar em qual momento a imprensa brasileira *torna-se* um empreendimento comercial *profissionalizando-se*. No entanto, não há consenso de como isso ocorreu no país.

Apesar disto, é possível aferir que o jornal *Diário Popular*, no início do ano de 1945, se mostrava signatário desses pressupostos, ou seja, independente, imparcial e defensor dos interesses públicos, o que denota uma postura institucional da imprensa que passa a figurar como consciência crítica da população fiscalizando e denunciando as ações do Estado. Embora não seja considerada uma instituição oficial, suas novas atribuições/prerrogativas colocam a imprensa como uma instituição paralela, com poderes tão efetivos quanto as instituições de fato. Se partirmos do pressuposto da existência de uma esfera pública⁷ e *levarmos* em conta a figuração da imprensa como instituição paralela,

2 Relações públicas, hoje, é um departamento de uma instituição, que tem por finalidade fazer comunicados oficiais sobre a mesma, ou seja, órgão responsável pela versão oficial dos fatos. Faz a mediação, por exemplo, entre a empresa e o público.

3 SCHUDSON, M. Op. Cit., 2010.

4 BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2010. BARBOSA, Marialva Carlos. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

5 Sodré, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Mauad, 2006.

6 BAHIA, Juarez. *Três fases da imprensa brasileira*. Santos, SP: Presença, 1960.

7 Entendemos por “esfera pública” ou “espaço público”, um espaço virtual de discussão dos assuntos de interesse público, quer dizer, uma categoria mais próxima daquilo que Lavina Ribeiro aponta como “espaço discursivo público”, diferente do conceito desenvolvido por Habermas (HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984.), que consideramos limitado para a discussão desse fenômeno. RIBEIRO, Lavina M. *Jornalismo e Sociedade. Imprensa e Espaço Público: A Institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808-1960)*. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais Ltda, 2004.

fica claro o seu potencial em influenciar diretamente nas questões sociais, pois contribui para a estruturação do Estado e da sociedade, estando no centro das mudanças institucionais.

Dada à relevância da imprensa na organização do espaço social, o presente trabalho tem como proposta, analisar o papel político-institucional do jornal *Diário Popular* no início da reabertura política brasileira no ano de 1945, mais precisamente entre os meses de janeiro e março desse ano, e sua atuação no espaço-discursivo-público. É importante esclarecer que a redemocratização marcou a história, pois o país vivia a ditadura do *Estado Novo* e, ao mesmo tempo, seus soldados lutavam pela liberdade dos países europeus do nazifascismo na Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, o regime autoritário brasileiro dava sinais de enfraquecimento, enquanto parcelas da sociedade pediam a reabertura política com o retorno do estado democrático. Dito isso, faremos uma análise de como o jornal pautou o debate público sobre o processo e quais os recursos utilizados. No tópico a seguir, apresentaremos como o *Diário Popular* abordou a perspectiva de abertura político-democrática do país no ano de 1945, atentando para as questões levantadas acima.

O JORNAL, O FUTURO POLÍTICO E A “ALTA INTELLECTUALIDADE”

No dia 2 de fevereiro de 1945 foi divulgada a seguinte manchete pelo *Diário Popular*: “Dois milhões de pessoas exigirão o direito conquistado com seu próprio sangue a uma vida mais digna e a um mundo melhor”.⁸ A notícia chama a atenção para chegada de Oswaldo Aranha a Porto Alegre, vindo de missão diplomática na Europa e, em uma reunião com jornalistas e autoridades, quando resolve dividir suas apreensões sobre a guerra e o seu contexto. Nessa perspectiva, a entrevista traz para pauta a discussão sobre a luta pela democracia na Europa, reflexo dos regimes autoritários combatidos na Segunda Guerra Mundial, que provocaria grandes debates no Brasil, visto que o país também passava por um regime autoritário.

8 *Diário Popular*, 02.01.1945, p. 06.

No dia seguinte, o jornal segue a discussão sobre a questão democrática,⁹ introduzindo-a no contexto brasileiro. Após a publicação de uma notícia trazida do periódico norte-americano *New York Times*,¹⁰ intitulada: “Comentário sobre as eleições no Brasil”, onde o presidente Getúlio Vargas teria declarado que prevê as eleições no país “dentro de pouco tempo”. Essa notícia, divulgada pelo *Diário Popular*, daria início a uma série de entrevistas preocupadas em discutir as futuras eleições no país, dedicando um espaço privilegiado em suas publicações para esta temática. Todas as entrevistas seriam produzidas e conduzidas pela editoria do jornal, que demonstra seu interesse pelo assunto, contando com a colaboração da “alta intelectualidade pelotense”, forma utilizada pelo jornal para designar seus entrevistados. A iniciativa do periódico em trabalhar com esse assunto nos chamou a atenção para as notícias em sua linha editorial, que demonstravam a busca por um posicionamento político independente a respeito do processo eleitoral que se delineava.

Talvez não fosse “conveniente falar de eleições” – diz Bruno de Mendonça Lima, o primeiro entrevistado do *Diário Popular*,¹¹ “visto que vários brasileiros lutam pela democracia na Europa”, sendo assim alijados do processo eleitoral. Apesar disso, o entrevistado aconselha, no caso do Brasil, a realização de eleições antes do fim da guerra, uma vez que o contexto político exigia uma reformulação. Bruno Lima ainda comenta sobre uma futura conferência de paz, que marcaria o final da guerra, na qual a participação do país seria muito importante. Porém, o Brasil teria que ingressar num regime democrático, para que pudesse enviar representantes para essa conferência. Destaca ainda que: “a democracia é expressão genuína da vontade do povo”. Contudo, nesse período, observa-se o início das manifestações *queremistas*¹² no centro do país, movimento que denota um interesse, momentaneamente, divergente

9 *Diário Popular* 03.02.1945, p. 06

10 Título transcrito conforme estava no jornal. Também é importante salientar que todas as matérias transcritas obedecem à norma gramatical da época.

11 *Diário Popular*, 07.02.1945, p. 06.

12 De acordo com o CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, o Queremismo foi um movimento político que surgiu “[...] em maio de 1945 com o objetivo de defender a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. O nome “queremismo” se originou do slogan utilizado pelo movimento: “Queremos Getúlio”. É importante salientar que esse movimento causa “estranheza” na oposição pois reivindica a permanência do ditador do *Estado Novo* em meio

do que pontua o entrevistado. Logo, é possível aferir que não há uma opinião consensual sobre a situação política da nação naquele momento.

Interrogado pelo jornal sobre como deveria ser o futuro pleito, Bruno de Mendonça Lima sugere que deveria ser seguido o exemplo das eleições que ocorreram durante o governo Vargas, em 1933. De acordo com o entrevistado “as únicas eleições decentes que houve no Brasil foram às realizadas no governo dele”. Atenta também para a necessidade de “eleições honestas no país” e pondera que isso exige tempo, para que seja organizado. Ao relembrar o pleito de 1933, o entrevistado o utiliza como “baliza” da sua *experiência*¹³ política. Jurista renomado e diretor da Faculdade de Direito de Pelotas, entre os anos de 1931 e 1965, Bruno de Mendonça Lima, provavelmente, conhecera as práticas eleitorais fraudulentas da República Velha,¹⁴ por isso reconhecia essas eleições como as mais “honestas” ocorridas no país desde o início da república. Além disso, o entrevistado havia participado daquela eleição como candidato a deputado na assembleia constituinte (1933 – 1934), pelo

a luta pela redemocratização do país. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/anos37-45/QuedaDeVargas/Queremismo>>. Acessado em: 18/09/20, às 18:13.

13 Reinhart Koselleck coloca que “[...] experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político”. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2012 p.308. Para o autor *espaço de experiência* “é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados”. KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit, p.309. Ou seja, são *experiências* vivenciadas pelos sujeitos que estão presentes no seu consciente. Já o *horizonte de expectativa* pode ser entendido como “aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado” KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit, p. 311. É nesse *horizonte* que homens e mulheres depositam suas esperanças e *expectativas* de futuro, construindo-as a partir de suas *experiências*, com base num prognóstico possível. Contudo, não podemos pensar que o *espaço de experiência* condiciona o *horizonte de expectativa*, pois o seu objetivo não é apenas traçar prognósticos de futuro, mas entender as tensões existentes entre passado, presente, futuro e a partir disso, pensar a noção construída pelos agentes sobre o seu *tempo histórico*.

14 Não conseguimos encontrar e, por consequência, determinar com exatidão a data de nascimento e morte de Bruno de Mendonça Lima. Segundo o que conseguimos levantar, através do site “www.familysearch.org”, ele teria nascido no ano de 1895, mas o site não informa sua data de óbito. Com isso podemos ter uma ideia aproximada da trajetória temporal de vida do entrevistado e onde foram construídas suas experiências, resgatadas em sua entrevista.

Partido Libertador, fato que torna mais clara e compreensível a referência utilizada pelo entrevistado.¹⁵

Quando perguntado sobre a forma de alistamento, o entrevistado deixa claro que “seria justo” se os eleitores registrados para o pleito anterior fossem admitidos para as futuras eleições. Para ele: “Eram esses eleitores que deveriam ter escolhido os representantes da nação em janeiro de 1938, se não tivesse havido o golpe de estado de dez de novembro”. O entrevistado está se referindo ao golpe que instaurou o *Estado Novo*, que impossibilitou o pleito marcado para janeiro de 1938. Ao fazer essa colocação, ele está criticando o governo, de modo sutil e indireto, destacando a instituição do *Estado Novo* como um golpe de Estado, que de fato foi, e o seu caráter antidemocrático. Além disso, percebemos que Bruno de Mendonça Lima defende a abertura política no país e, mesmo discordando de aspectos do governo Vargas, reconhece alguns avanços positivos. E declara ao final da entrevista:

[...] mas não esqueçamos que o direito de escolher os governantes é apenas uma das características da democracia; esta se realiza plenamente somente quando, além de poder intervir direta ou indiretamente nos negócios públicos, o cidadão que trabalha tenha assegurado os meios indispensáveis a uma existência digna, e ao pleno desenvolvimento de suas faculdades morais e intelectuais. Essa é a democracia que o Brasil precisa construir.¹⁶

Esse trecho nos mostra um pouco sobre a leitura que Bruno de Mendonça Lima possui do seu próprio tempo e aquilo que ele entende por democracia. Quando o articulista se refere às futuras eleições, sua *expectativa* é de que elas tenham como referência a última eleição, organizada pelo governo Vargas. Ao mesmo tempo, afirma que a eleição dos representantes não deve ser o fim do exercício democrático, mas uma parte do processo que conta com a participação dos cidadãos nas *discussões públicas*.

Seguindo a série de reportagens, o *Diário Popular* entrevista Joaquim Luiz Osório,¹⁷ conhecido agente da política regional. Já na introdução da

15 TORREZAN, Roseli. *O governo provisório na Constituinte de 1933/34*. Dissertação de Mestrado, UPM, São Paulo, 2009.

16 *Diário Popular*, 07.02.1945, p. 06.

17 Título da entrevista: “Deverão ser convocados às urnas todos os cidadãos brasileiros no gozo e exercício dos seus direitos civis e políticos”. *Diário Popular*, 09.02.1945, p. 06.

matéria o jornal informa que teve que “insistir” com o entrevistado para que ele concedesse a entrevista. Talvez o leitor visse isso como uma reação comum, vinda de um sujeito de destaque da sua cidade, constantemente envolvido com o meio político. No entanto, podemos entender essa introdução como um recurso discursivo do jornal, para supervalorizar o entrevistado, quer dizer, uma maneira de dar credibilidade ao articulista.

Osório, diferente de Lima, aproveitou o espaço para tecer críticas mais agudas ao governo federal, paralelamente a sua opinião sobre a futura eleição. Para o entrevistado, a centralização do governo prejudicou a política, pois não havia necessidade de um controle político tão rigoroso, se o que ele desejava era controlar a economia. Segundo ele, o liberalismo político seria independente do liberalismo econômico. Sobre isso, Gomes faz a seguinte colocação:

Tratava-se de um projeto de estado autoritário, que reconhecia o capital, a propriedade privada e a importância da livre iniciativa empresarial. Neste sentido, o mercado continuava a definir e proteger uma área fundamental de liberdade privada, isto é, que distinguia a sociedade do Estado que se realizava fora da esfera pública. Dessa forma, o perfil do intervencionismo estatal que deveria ser adotado esclarece que tipo de crítica era realizada ao liberalismo.

Em primeiro lugar, fazia-se uma distinção entre liberalismo político e econômico para, em seguida, negar-se o primeiro, mas apenas corrige-se os exageros do segundo. O intervencionismo do Estado – assumindo a planificação econômica e até a participação na produção – também não deveria chegar aos excessos totalitários de negação do mercado e do valor econômico de uma liberdade privada do indivíduo.¹⁸ Grifos nossos.

Apesar da crítica de Joaquim Luiz Osório, o projeto estadonovista – como destaca Ângela de Castro Gomes – não concebia a coexistência entre a política liberal, agrária, herdada da República Velha e a “planificação econômica”, de matriz industrial, pretendida pelo governo Vargas. Daí o regime autoritário do *Estado Novo* cassa todos os mandatos legislativos e os mandatos executivos estaduais e municipais, sobre o pretexto de uma ameaça comunista no país. Esse ponto da entrevista levanta outro questionamento interessante, por que o entrevistado propôs essa divisão? Podemos pressupor que a intenção do interlocutor era dar ênfase ao aspecto antidemocrático, separando da questão econômica, que teve um

18 GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p.205.

certo êxito durante o período. Talvez, fosse estratégia do entrevistado não criticar a questão econômica e assim não entrar em atrito com as camadas que se beneficiaram nesse aspecto, em especial as parcelas populares. A retórica em torno do *Estado Novo* como regime ditatorial será recorrente nos discursos da oposição durante o ano de 1945,¹⁹ ou seja, o principal foco de crítica da oposição será baseado na questão política, o que ajuda a compreender a separação feita por Joaquim Osório.

Da mesma forma que a democracia enaltecida por Bruno de Mendonça Lima anteriormente, o discurso de Joaquim Luiz Osório ultrapassa o campo semântico da palavra e remete ao seu *espaço de experiência*. Nessa perspectiva é importante reforçar que a crítica de Osório vai ao encontro dos ideais liberais da República Velha e da liberdade apoiada, principalmente, no fato de que todos eram iguais perante a lei. Os governos de Getúlio Vargas²⁰ alteram a lógica de participação na coisa pública herdada da Primeira República, proporcionando aos cidadãos, sobretudo as camadas populares, uma maior inserção no debate público. Além disso, Joaquim Luiz Osório e Bruno de Mendonça Lima faziam parte de grupos opositores ao governo Vargas e logo em seguida, dentro desse processo de redemocratização, entrariam para a União Democrática Nacional, principal partido de oposição.

Continuando, o entrevistado discorda do interlocutor anterior a respeito do código eleitoral. Para Joaquim Luiz Osório, as leis produzidas pelo governo Getúlio Vargas não atenderiam às necessidades desse novo momento. A saída para essa situação, segundo o entrevistado, seria eleições diretas seguidas de uma constituinte, que pode e deve agir rapidamente, a exemplo daquela instituída em 1889, que durou apenas três meses, atingindo o maior número de eleitores possíveis.

Pode-se observar que os posicionamentos do Joaquim Luiz Osório são, em grande parte, de oposição ao governo do Getúlio Vargas. Não obstante, ao recapitular algumas informações sobre o seu passado,

19 Estudos realizados em outros periódicos, como, por exemplo, o Diário de Notícias da capital gaúcha, no ano de 1945, revelam diversos artigos que usam os aspectos ditatoriais e antidemocráticos do *Estado Novo* varguista como crítica a situação.

20 Getúlio Vargas foi presidente entre 1930 e 1945, e foram três momentos políticos diferentes. Sua primeira passagem, entre 1930 e 1934, e é conhecida como Governo Provisório. O segundo mandato, entre 1934 e 1937, e é chamado de Governo Constitucional. Já o terceiro momento, que ocorreu entre 1937 e 1945, é o já mencionado *Estado Novo*.

encontramos registros de sua participação no Partido Republicano Riograndense (PRR), onde foi deputado estadual (1905-1912) e federal (1912-1926).²¹ De família tradicional gaúcha, sua ligação às oligarquias do estado era orgânica, o que denota uma *experiência* enraizada nesse meio, perceptível através da sua referência à constituinte de 1889.²²

Numa breve reflexão sobre os dois entrevistados, podemos observar que as suas declarações remetem a *representações*²³ ancoradas em elementos das suas *experiências*, como, por exemplo, as eleições realizadas em 1933, por Vargas, relembradas por Bruno de Mendonça Lima e a constituinte de 1889, citada por Joaquim Luiz Osório. Além disso, o perfil diferenciado dos entrevistados – um mais moderado e outro mais oposicionista – confere/reforça o caráter de credibilidade e isenção do jornal dentro da discussão que está sendo desenvolvida. Isso vem ao encontro do modelo de “jornalismo informativo”, descrito por Shudson,²⁴ que busca a interpretação dos acontecimentos, costurando diversas pautas sociais.

Dois dias após a publicação da última entrevista realizada, volta a aparecer nas páginas do jornal duas novas notícias tratando sobre as eleições e o contexto político da época.²⁵ Trataremos inicialmente da entrevista realizada com Delfim Mendes Silveira, cujo título é “O povo

21 Ver: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. OSÓRIO, Joaquim Luiz. Disponível em: <http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_osorio.html> Acesso em: 08/05/2014.

22 A data informada pelo entrevistado, 1889, não confere com as informações que temos sobre a República Velha (1889-1930), uma vez que a constituinte foi realizada em 1891. Contudo, acreditamos que se trata apenas de um equívoco, referente ao ano.

23 Entendemos o conceito de *representação* a partir da reflexão proposta pelo historiador francês Roger Chartier: “[...] a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém. No primeiro sentido, a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objecto ausente através da sua substituição por uma «imagem» capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é.” CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: DIFEL, 2002b, p.20. Quer dizer, por exemplo, que os jornais não podem (ou não deveriam) ser concebidos como um reflexo da realidade, mas sim como uma *representação* dela.

24 SHUDSON, M. Op. Cit., 2010.

25 *Diário Popular*, 11.02.1945, p. 11-12.

anseia por escolher aqueles que o irão governar”, ela começa da seguinte maneira:

Em prosseguimento á série de entrevistas que vimos fazendo com elementos de destaque da intelectualidade pelotense sôbre o futuro pleito eleitoral do Brasil, registramos, hoje, mais uma valiosa opinião em tônodêsse palpitante assunto. Desta vez, trata-se da palavra autorizada do bacharelado da Faculdade de Direito de Porto Alegre. Sr. Delfim Silveira, uma das maiores expressões da cultura moça do Rio Grande. O bacharelado Delfim Silveira, cujo elevado espírito democrático já é bastante conhecido em nosso meio, quer pelos seus artigos divulgados pela imprensa pelotense, e ainda pela brilhante campanha estudantil que acaba de liderar na capital do Estado, da qual saiu vencedor, não se esquivou de manifestar publicamente o seu modo de pensar com referência ás eleições que se projeta realizar em nosso país.²⁶

Na introdução, a notícia nos remete às outras reportagens que já foram divulgadas, procurando construir uma linearidade junto ao leitor e indicando que essa continuidade existe. Para nós, uma clara intenção de direcionar/conduzir o leitor. Logo após, apresenta o novo interlocutor, conferindo a ele um *capital simbólico*²⁷ – a “palavra autorizada” – necessário para arbitrar sobre o assunto. A introdução realizada pelo jornal não é exclusividade da notícia citada, mas um padrão dessa série de matérias, que lhes confere elementos de credibilidade, como a trajetória política ou a formação acadêmica dos entrevistados, elucidando e reforçando o seu *capital simbólico*. Para o jornal, esses recursos narrativos também são importantes, pois buscam passar para o leitor uma imagem de profissionalismo e imparcialidade.

Sobre a declaração de Delfim, ele começa pela questão da democracia, uma expressão muito exaltada pelos entrevistados. Para ele, o retorno do sistema democrático e as eleições são inevitáveis. Primeiro,

26 *Diário Popular*, 11/02/1945, p. 11

27 O *capital simbólico* é: “uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor.” BOURDIEU, Pierre. Modos de dominação. In: BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo, Zouk, 2002, pp. 107. Do mesmo modo: “O capital político é uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa — ou a um objecto — os próprios poderes que eles lhes reconhecem. BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989, p. 187-188.

seria uma resposta àqueles brasileiros que lutam contra os regimes autoritários na Europa. Segundo, aqueles que desejam as eleições estão divididos, entre esperar o fim da guerra ou não. Mas ele vê que esse impasse será resolvido logo, pois os Aliados avançam rapidamente. Sobre o código eleitoral para o futuro pleito, declara:

A nossa última lei eleitoral, a meu ver, servia plenamente para a realização do pleito, com ligeiras adaptações, principalmente no que se refere à morosidade da apuração. Creio que o projeto em elaboração e que se espera breve, deveria ser baseado naquela.²⁸

Ainda coloca:

A liberdade de palavra e a liberdade do mêdo são as condições elementares, sem as quais todo o processo eletivo é um embuste. Só com elas está criado o clima próprio para que a vontade popular possa manifestar-se sem restrições de espécie alguma. Ao lado disso, urge a anistia política ampla e sem restrições. Depois disto, é que se poderá pensar no resto, isto é, qualificação eleitoral e propaganda das idéias.²⁹

Embora Delfim Mendes Silveira se mostre contrário a algumas posições do governo Vargas, ele não é tão ‘radical’ em seu discurso quanto Joaquim Luiz Osório. Isso é evidente quando ele fala do código eleitoral, que, para Silveira, poderá ser utilizado com “ligeiras adaptações”. Também trata de maneira ponderada a censura imposta pelo *Estado Novo*, colocando a necessidade de liberdade de expressão para que as pessoas possam discutir ideias e apreciar a reabertura política democraticamente.

Outra notícia do mesmo dia traz uma enquete sobre qual seria o nome mais indicado para representar o Brasil na futura conferência de paz. Entretanto, gostaria de fazer uma rápida reflexão antes de seguirmos. Todas as matérias até aqui enunciadas trabalham com certo grau de certeza sobre aquilo que deverá acontecer. Ele não é absoluto, mas podemos observar que essas notícias lutam para impor uma *representação* de um futuro provável. Isso nos permite pressupor uma *luta de representações*³⁰ na qual poderíamos definir como seu adversário o modelo político varguista, ou ainda, como a *cultura política*³¹ varguista.

Retornando a segunda notícia do dia 11 de fevereiro de 1945, vamos à introdução da enquete:

O período de agitação política por que atravessa o nosso país nos dias do presente, ocasião em que todos os brasileiros, de todas as classes e cores, acompanham com o mais denodado interesse o desenrolar dos acontecimentos que traçarão novos rumos á situação interna da nação veio determinar um ambiente de intensa expectativa, não só pelo que se processa dentro do território nacional, como também pela marcha do conflito internacional cujo término se irá refletir diretamente, em nossa política interna. Porém, de todos os problemas que nos vêm preocupando, nesta hora decisiva para a humanidade e para os destinos históricos da nossa Pátria, destacasse o que diz respeito á participação do Brasil na Conferência de Paz. [...] Confirmando as nossas brilhantes tradições que nos foram legadas pelos vultos do passado, entre os quais aparecem as figuras eminentes de Rui Barbosa. Rio Branco, Joaquim Nabuco e tantos outros, o Brasil enviará para esse grande conclave, um homem cujo talento e cultura contribuirão para firmar o nosso elevado conceito no seio das grandes nações, defendendo com o mais pleno conhecimento, os nossos sagrados interêsses de povo livre. Foi pensando assim e no desejo de auscultar o pensamento da nossa gente, que resolvemos lançar uma enquete indagando quem deverá presidir a delegação brasileira que nos irá representar na Conferência da Paz.³² Grifos nossos.

A passagem destacada acima utiliza de elementos presentes no *espaço de experiência* do leitor para referenciar seu posicionamento – como os “vultos do passado”, por exemplo – dando à *representação* que se desenha contornos mais nítidos. Ao mesmo tempo, tanto os “vultos” quanto a necessidade de o país estar na “Conferência da Paz”, são significantes na busca de impor algo novo, dentro da já citada *luta de representações* e do processo de construção de um imaginário social.³³

Além disso, o indivíduo que lê as linhas iniciais do texto – aqui destacadas na citação acima – pode não conhecer todos os brasileiros, mas o jornal, através do que Anderson chama de “tempo homogêneo e vazio”,³⁴ consegue ligar esses sujeitos, permitindo ao leitor o entendimento da notícia e seu contexto, o momento de agitação política pelo qual passava o país, representado pelos seus soldados na guerra contra o nazifascismo e, ao mesmo tempo, vivenciando diariamente um regime autoritário. Segundo Schudson,³⁵ a imprensa no início do

32 *Diário Popular*, 11.02.1945, p. 12.

33 Em seguida retomaremos esse assunto.

34 ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ed Ática, 1985, p.42.

35 SCHUDSON, M. Op. Cit., 2010.

século XX ganha centralidade no processo de construção do imaginário social. Suas notícias passam a estruturar a sociedade, interligando fatos e diferentes espaços do globo. Ademais, o jornal deixa escapar a existência de uma “agitação política” no país – da qual ele não dá detalhes – mas que, provavelmente, os leitores originais sabiam do que se tratava. Em seguida, o periódico reconduz o leitor à discussão para o assunto inicial.

Outra contribuição que Anderson³⁶ nos oferece é a possibilidade de entender o retorno desse assunto – a participação do país na conferência da paz – em meio à discussão sobre as eleições. Com efeito, o tema nunca havia desaparecido. Estava pulverizado em outras discussões e retorna ao ‘enredo’ trazendo um sujeito que já havia aparecido anteriormente, Oswaldo Aranha. Trata-se – como já havíamos mencionado – de uma enquete, que conta com quatro personagens da “intelectualidade pelotense”, em ordem: Alcides Mendonça Lima, Tancredo Braga, Joaquim Luiz Osório e Ubirajara Índio da Costa. Embora sejam sujeitos diferentes, suas opiniões convergem num só nome: Oswaldo Aranha, um nome que não despertava nos situacionistas ou oposicionistas um espírito de animosidade, pelo contrário, possuía bom trânsito entre esses grupos. Sem nos determos nos seus comentários, o que nos salta aos olhos é o resultado da enquete, porém não nos espanta.

O uso de uma enquete para tratar/escolher o nome mais indicado a representar o país numa futura conferência da paz, revela, primeiramente, a sofisticação da forma do jornal abordar o assunto.³⁷ Segundo ponto relevante sobre a utilização desse instrumento de “medição da opinião” é sua capacidade efetiva em responder as questões levantadas. De acordo com Pierre Bourdieu³⁸ e seu discípulo Patrick Champagne,³⁹ enquetes e pesquisas de opinião servem mais para conduzir a um determinado posicionamento, do que revelar o mesmo. Também é pertinente ressaltar que, mesmo sendo um grupo pequeno de sujeitos a opinar sobre o

36 ANDERSON, Benedict. Op. Cit., 1985.

37 Embora fosse um jornal do interior do Rio Grande do Sul, o *Diário Popular* mostrava uma sofisticação técnica se comparado a outros periódicos da região. Ele era publicado entre 6 e 8 páginas, podendo atingir até 20 páginas em datas comemorativas. Além disso, possuía jornalistas em outras cidades da região sul, buscando manter uma cobertura regional.

38 BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: Thiollent, Michel Jean-Marie. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 3. ed. São Paulo : Polis, 1982.

39 CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis : Vozes, 1998.

assunto, estes possuem um *capital simbólico* considerável, fato que pode equiparar aos efeitos de uma pesquisa realizada com um grande número de participantes.

Desde a última notícia publicada passou uma semana, mas o assunto das futuras eleições volta à pauta. Intitulada: “Sistema de eleição pelo sufrágio universal direto e representação proporcional”,⁴⁰ a entrevista com Joaquim Duval vai, basicamente, recapitular alguns pontos já levantados por outros entrevistados, se aproximando mais das declarações de Bruno de Mendonça Lima e Delfim Mendes Silveira. Porém, é importante ressaltarmos um aspecto particular dessa matéria. Na introdução da notícia é informado que a entrevista realizada com Joaquim Luiz Osório havia sido reproduzida pelo jornal porto-alegrense *Correio do Povo*. No nosso entender, trata-se novamente de uma *luta de representação* onde, trocando em miúdos, o periódico procura reforçar sua credibilidade, demonstrando que seu trabalho havia sido reproduzido em um jornal da capital, quando normalmente o que ocorria era o contrário. Ainda sobre a introdução, o jornal coloca que grupos que acompanham as discussões políticas na cidade teriam se manifestado contra alguns posicionamentos trazidos nas matérias, mas considera isso normal. Ou seja, as entrevistas provocaram desconforto em alguns grupos que o *Diário Popular* trata de silenciar.

Passados três dias desde a última declaração, o *Diário Popular*⁴¹ entrevista outro nome conhecido da sociedade pelotense. Ele se chama Dário da Silva Tavares e é presidente da associação dos funcionários públicos da cidade, segundo informações do periódico. Nesse caso, o entrevistado não recebe o mesmo destaque que foi conferido aos anteriores, nem textualmente, nem graficamente. Não conseguimos maiores informações sobre o entrevistado, mas acreditamos que ele não possuía nenhuma formação acadêmica, caso contrário o jornal teria informado. Assim podemos concluir que sua presença se dá em função do cargo que ocupava e da sua representatividade.

Ao falar sobre as eleições, o Dário da Silva Tavares coloca que “o momento não comporta agitações”,⁴² tratando de maneira bem cautelosa

40 *Diário Popular*, 18.02.1945, p. 09.

41 *Diário Popular*, 21.02.1945, p.06.

42 *Diário Popular*, 21.02.1945, p. 06.

o assunto, chegando a sugerir um modelo de eleições indiretas e “se possível” a suspensão do “estado de beligerância”, para que se possa propagandear e discutir com equilíbrio. É possível perceber através de sua declaração, as palavras que usa e o modo cauteloso como age, que o entrevistado possui uma *experiência* diferenciada dos demais entrevistados, fato que influencia diretamente no seu *horizonte de expectativa*. Nesse caso, é relevante lembrar que as instituições de classe – nesse período – estavam atreladas ao Estado através do Ministério do Trabalho. Talvez essa seja a razão para esse posicionamento, já que o entrevistado é presidente da associação dos funcionários públicos da cidade.⁴³ Esses subsídios também aproximam Tavares de uma *experiência* mais popular que, em reconhecimento ao governo, procurava respeitá-lo e não criticá-lo de maneira tão aberta como os outros estratos da sociedade.

No dia 28 de fevereiro de 1945, o governo federal oficializa a Lei Constitucional número nove, que adiciona à constituição de 1937 elementos que ativariam o processo dentro de 90 dias e determinariam as eleições para o dia 02 de dezembro daquele ano. Esse ato muda a perspectiva do debate que estava sendo realizado. “O presidente falará, hoje, a imprensa”, manchete do dia 02 de março⁴⁴ traz a expectativa sobre a palavra de Vargas a respeito do futuro pleito, que já se anunciava na Lei Constitucional número 9, de 28 de fevereiro de 1945.

Pondo fim às especulações realizadas sobre as futuras eleições, no dia 03 de março é publicada a declaração de Getúlio Vargas, com o seguinte título: “Será concedido ampla liberdade para discutir e apreciar fatos políticos: Entrevista coletiva do Getúlio Vargas aos jornalistas brasileiros”.⁴⁵ Nessa coletiva, Vargas aponta aquilo que a lei do dia 28 já antecedia: a abertura política eleitoral no país. Relembrou os processos eleitorais que conduziu, nos quais ele pensa ter tido êxito e complementa salientando que procederá da mesma maneira, concedendo a todos a “ampla liberdade para discutir e apreciar fatos políticos”.

43 É interessante pensarmos que naquele momento da História brasileira o governo estava presente em todos os níveis políticos. Existiam interventorias desde o nível federal até os municípios. Desse modo, a presença do governo também era constante na cidade. Podemos imaginar que Dário da Silva Tavares via-se pressionado a ter um posicionamento cauteloso não apenas por influência federal, mas pela presença dessa influência em nível municipal.

44 *Diário Popular*, 28.02.1945, p. 06.

45 *Diário Popular*, 03.03.1945, p. 06.

A partir desse momento, cessam as notícias que trabalhavam na perspectiva das eleições em um horizonte distante, pois elas passam a ser realidade no país. Na região sul do Rio Grande do Sul⁴⁶ é possível perceber a reorganização do *campo político*,⁴⁷ que surge a partir da possibilidade de futuras eleições no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na medida em que apresentamos como o *Diário Popular* tratou a provável reabertura política desenvolvemos outras discussões em torno do tema, como o posicionamento dos agentes em suas declarações e o papel do jornal na organização desse processo político complexo.

É pertinente para nossa discussão recapitular – mesmo que brevemente – o modo como o *Diário Popular* organizou o debate e quais os recursos foram utilizados. Diferentemente de outros jornais do interior gaúcho, como, por exemplo, *O Tempo* e o *Rio Grande*, da cidade vizinha Rio Grande, o periódico pelotense acompanhava as notícias da região através de “enviados”, do próprio jornal, que reportavam os principais acontecimentos. Além disso, monitorava de perto as discussões nacionais e internacionais, através de agências de notícias e outros jornais. A análise das matérias possibilitou visualizar alguns recursos do campo jornalístico utilizados pelo jornal, como, por exemplo, as entrevistas com agentes importantes do meio social no qual está inserido, que permite a conexão entre assuntos distantes e o público local. Ou seja, o periódico pelotense consegue cumprir bem a função de construção de uma *comunidade imaginada*, de um Brasil que passa por uma problemática semelhante a de outros países. É possível afirmar que o *Diário Popular* se caracterizava,

46 OTAZU, Everton da Silva. 1945: Um ano intenso na política do sul gaúcho. *Dissertação de Mestrado*, UFPel, Pelotas, 2016.

47 “O campo político é, pois, o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos. O porta-voz se apropria não só da palavra do grupo dos profanos, quer dizer, na maioria dos casos, do seu silêncio, mas também, da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político”. BOURDIEU. Op. Cit., 1989, p. 185. Ainda, o autor coloca: “Os agentes por excelência desta luta são os partidos, organizações de combate especialmente ordenadas em vista a conduzirem *esta Forma sublimada de guerra civil*, mobilizando de maneira duradoura, por previsões prescritíveis, o maior número possível de agentes dotados da mesma visão do mundo social e do seu porvir”. BOURDIEU. Op. Cit., 1989, p. 174.

no ano de 1945, como um empreendimento comercial bem estruturado, consolidado no meio jornalístico, em sintonia com o momento político e econômico da cidade de Pelotas, que figurava entre as urbes mais importantes do Rio Grande do Sul.

Do ponto de vista político-institucional, o jornal deu espaço para o debate dos procedimentos legais que deveriam conduzir o futuro pleito e problematizou – diversas vezes – a situação de exceção democrática pela qual passava o país. Seria conspiratório afirmar que as opiniões expressadas pelos entrevistados são o posicionamento oficial do *Diário Popular*, ou que existe uma intenção prévia ao promover essas reportagens. No entanto, também seria inocência pensar que o jornal é imparcial, neutro, nesse debate, conforme fica evidente ao olharmos para o conjunto das entrevistas e seus posicionamentos.

O *Diário Popular* teve seu protagonismo dentro do *espaço-discursivo-público* – guardada às devidas proporções – mesmo não fazendo parte dos grandes centros jornalísticos do país, como, por exemplo, Rio de Janeiro ou São Paulo. A folha pelotense ocupou o seu espaço, organizando, alimentando e dando visibilidade ao debate. Na maioria das vezes, as notícias ocupavam a capa ou a contracapa, uma posição privilegiada, onde a manchete não passaria despercebida. O intervalo entre uma notícia e outra também diz muito, elas não desapareciam por mais de uma semana, desde que começaram a serem publicadas no dia 9 de fevereiro.

No relato dos entrevistados, podemos visualizar uma disputa entre dois “programas” políticos, o vigente, que seria o sistema autoritário centralizador de Getúlio Vargas e o outro que propõe um sistema democrático menos controlador e liberal, no qual a participação política não seja unilateral. Claro que ao proporem essa segunda via, esses sujeitos constroem um *horizonte de expectativa* baseado na sua compreensão política, na conjuntura e no seu *espaço de experiência*, que na nossa compreensão também abarca – inevitavelmente – aspectos da sua *cultura política*, da qual o jornal provavelmente comungava. Desse modo, esses projetos não representam apenas o seu passado, mas aquilo que poderão se tornar de acordo com o jogo político, se transformando ao longo do novo processo. Cabe também dizer que a *experiência* então recente à época, proporcionada pelos governos Vargas, foi significativa em todas as projeções futuras, seja nos discursos de crítica ou de valorização.

Outro dado importante que diz respeito – praticamente – a todos os agentes citados, é o seu domínio sobre o “*habitus* do político”,⁴⁸ isso significa que os envolvidos dominavam “uma certa linguagem e [...] uma certa retórica política”, além de conhecerem outros elementos estruturantes do *campo político*. Isso fazia com que eles estivessem em destaque nas matérias apresentadas. Ademais, a maioria possuía formação acadêmica na área do direito, formação normalmente associada ao exercício da política.

É importante também considerar que, mesmo se tratando de um grupo diminuto no extremo sul gaúcho, ele é expressivo para entendermos a dinâmica política de um modo geral e como a imprensa se relaciona com essas questões. No caso específico do *Diário Popular*, o jornal assume uma posição estratégica frente aos acontecimentos, buscando assegurar seu espaço. Isso fica claro com o desenrolar do processo de abertura, quando o periódico pelotense se aproxima do Partido Social Democrata, do qual faz ampla propaganda, se omitindo quase que por completo em citar as demais legendas.⁴⁹ Quer dizer, embora o *Diário Popular* tenha publicado posicionamentos contrários ao governo no início de 1945, isso não significa, necessariamente, uma posição contrária ao mesmo, mas um ato contingencial, estratégico, momentâneo.

Enquanto nessa região, as discussões pareciam apenas correr entre o “alto escalão”, na região metropolitana vários grupos se mobilizavam em torno da mesma pauta. Da mesma forma, isso se repetia com mais intensidade na capital federal e em São Paulo, onde se encontravam os principais grupos opositores ao governo, por exemplo, os movimentos estudantis. Contudo, é possível perceber, claramente, a influência do *Estado Novo* nesses movimentos, seja no posicionamento dos agentes políticos do sul gaúcho ou nas reivindicações dos *queremistas* de São Paulo. Por fim, mas não menos importante, fica claro o papel dos jornais como instituições/agentes participantes do debate sócio-político, criando pautas, fomentando discussões e com isso influenciando diretamente no debate público.

48 BOURDIEU. Op. Cit., 1989, p. 169.

49 OTAZU, Op. Cit., 2016.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ed. Ática, 1985.
- BARBOSA, Marialva Carlos. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.
- BAHIA, Juarez. *Três fases da imprensa brasileira*. Santos-SP: Presença, 1960.
- BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: Thiollent, Michel Jean-Marie. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 3. ed. São Paulo: Polis, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. Modos de dominação. In: BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2002, pp. 191-219.
- CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002a.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: DIFEL, 2002b.
- GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2012.
- OTAZU, Everton da Silva. *1945: Um ano intenso na política do sul gaúcho*. Dissertação de Mestrado, UFPel, Pelotas, 2016.
- RENNÓ, Lucio. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 45: 71 -92, 1998.

RIBEIRO, Lavina M. *Jornalismo e Sociedade. Imprensa e Espaço Público: A Institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808-1960)*. 1.ed. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais Ltda, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Mauad, 2006.

SCHUDSON, M. *Descobrimos a Notícia*. Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

TORREZAN, Roseli. *O governo provisório na Constituinte de 1933/34*. Dissertação de Mestrado, UPM, São Paulo, 2009.

FONTES

Periódicos: *Diário Popular* (Pelotas/RS), entre os meses de janeiro e março de 1945.

O PELOTENSE.

O *Pelotense*, periodico commercial, politico e de noticias, publica-se em meias folhas as segundas, quartas, sextas feiras, na typographia *Imparcial* de Candido Augusto de Mello, rua do Commercio n. 19. Recebe correspondencias pelo preço que se convencionar, e insere artigos scientificos ou de litteratura.

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA.
Por um anno, ou 120 numeros. . . 80000.
Por seis mezes, ou 60 numeros. . . 45000.
Numero avulso 30.
A assignatura e FACA ADIANTADA, sem o que ninguém tera direito ao recebimento da folha.

ANNUNCIOS.
Os Srs. assignantes pagarão por cada linha 40 rs.
Os não assignantes 30
Os annuncios repetidos, dos Srs. assignantes 40 rs.
Os annuncios repetidos de não assignante. 40 rs.

ANNO II.

QUARTA FEIRA 30 DE JUNHO DE 1852.

NUMERO 98.

PARTE IV

FOTOGRAFIA



A RUA COMO RECEPTÁCULO DA CIDADE MODERNA: UMA ANÁLISE IMAGÉTICA DA PRINCESA DO SUL¹

MARIANA COUTO GONÇALVES

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Saí cedo, para rever a cidade. [...] Impressionara-me aquele súbito avanço. A remodelação ia-se impondo. Estava já quase completa a instalação da rede de esgotos, preparava-se a próxima inauguração dos bondes elétricos, cuidava-se da reforma do calçamento. [...] Fica se encantado! [...] E esse magnífico aspecto da cidade, há dois anos, remoçado no encanto dos seus jardins, no ar risonho da sua nova edificação, na conservação de sua topografia, com suas ruas retas, direitas, limpas, bem calçadas, higiênicas revivia novamente para mim [...] Diante do desdobramento de Pelotas de agora, sentindo a vida nova nos elétricos que passavam velozes, atestando a ideia da pressa e da energia, que são os maiores fatores da vida moderna, parei em cada esquina; [...]²

O fragmento acima, escrito por Abadie Faria Rosa,³ apresenta a cidade de Pelotas a partir do olhar do viajante que regressa para a urbe e encontra-a reformulada e moderna, diferente

1 Esse texto é parte da tese de doutorado da autora, intitulada “Andei, sempre tendo o que ver e ainda não fora visto”: A modernização urbana pelotense a partir de crônicas e fotografias (1912-1930).

2 ROSA, Abadie Faria. Pelotas de agora. *Almanach de Pelotas*, Pelotas, ano VI, 1918, p.180-182.

3 Alexandre Abadie Faria Rosa nasceu em Pelotas (RS), em 1889, e faleceu em 1945. Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo (1910), foi oficial da Secretaria de Justiça e Negócios Interiores, Presidente da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), jornalista, crítico teatral e teatrólogo. Organizou e dirigiu durante quinze anos o Serviço Nacional de Teatro. Além disso, trabalhou na *Gazeta de Notícias* e no *Diário Carioca*. Cf. Guia de Coleções de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional.

daquela que povoava as suas memórias. Novos elementos passam a fazer parte do cotidiano local: o bonde, o calçamento, o ajardinamento, a energia elétrica, o automóvel, a arquitetura, a praça, enfim, todos esses aspectos, juntos, fascinam o espectador e chamam a sua atenção. Diante disso, o objetivo deste texto é identificar esses elementos modernos que encantaram o viajante a partir da análise fotográfica. Para isso, vamos percorrer alguns caminhos feitos por Abadie Faria Rosa nas ruas de Pelotas, como se ele apresentasse a localidade ao leitor – assim como um *flâneur*.⁴

O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DE PELOTAS

A virada do século XIX para o século XX modificou a história do Brasil, principalmente em decorrência da transição política da Monarquia para a República. Com o incipiente programa político do Partido Republicano, entrou em vigor no território nacional uma crença no progresso a partir de um ideal de civilização baseado na modernização. Na visão de Marshall Berman, a modernidade é fruto de uma série de mudanças econômicas, sociais e estruturais ocorridas no século XIX a partir do desenvolvimento capitalista europeu. Dessa forma, a nova paisagem visível aos espectadores passou a ser dinâmica e ágil, com processos e mecanismos que facilitaram a vida dos indivíduos, mas ao mesmo tempo, dificultam a sua solidez dentro do sistema social. Para ele, a modernidade foi alimentada por uma variedade de fatores, tais como a explosão demográfica, industrialização, grandes descobertas científicas, crescimento urbano, sistemas de comunicação em massa, movimentos sociais, entre outros. Somados, esses elementos contribuíram para o crescimento e desenvolvimento das cidades contemporâneas em detrimento das urbes tradicionais.⁵

4 Na definição proposta por Walter Benjamin, o *flâneur* apresenta-se como um indivíduo que vagueia pela cidade moderna. Como um observador, ele percebeu as mudanças ocorridas em Paris, fazendo da rua a sua moradia e do ambiente citadino o seu lugar de observação por excelência. BENJAMIN, Walter. O *flâneur*. In: BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.35.

5 BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das letras, 2007, p.28.

Sob essa perspectiva, o século XIX marca o momento de transição das sociedades tradicionais para a modernização ancorada no viés capitalista, sendo que a cidade atua como um receptáculo desse processo. Na França, o prefeito Haussmann, com o apoio de Napoleão III, foi o responsável por realizar uma ampla reformulação na capital parisiense entre os anos de 1853 e 1859. A sua proposta pautava-se em três perspectivas basilares: higienização, embelezamento e racionalização.⁶ Invariavelmente, a República brasileira também incorporou esse novo conceito urbano parisiense. As alterações mais significativas foram implementadas por Pereira Passos – a criação de novas avenidas, o alargamento e calçamento das antigas vias públicas, a destruição de prédios obsoletos, a criação de jardins e praças – no Rio de Janeiro.

Essas idealizações espalharam-se pelo Brasil, chegando também ao sul do país. A atuação política do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) no estado do Rio Grande do Sul influenciou diretamente nas alterações que a capital gaúcha experimentou. Sandra Pesavento, em seus estudos sobre a urbanização, afirma que existia uma “cidade do desejo”, ou seja, a Porto Alegre sonhada e pensada pela elite e pelos políticos locais, trazendo os “ecos de Haussmann”. Contudo, essa localidade deveria tornar-se, na visão da historiadora, a “cidade possível” e não a “cidade ideal”.⁷

Pelotas também desfrutou dos benefícios trazidos pela modernidade, o que, contudo, levou alguns anos para se efetivar. Não obstante, para Mario Osório Magalhães, o período da *Belle Époque* pelotense teria ocorrido no século XIX, uma vez que na sua visão não houve uma grande transformação na Princesa do Sul.⁸ Para ele, o século

6 FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: UNESP, 2004, p.24.

7 PESAVENTO, Sandra. Espaço, sociedade e cultura: o cotidiano na cidade de Porto Alegre. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (org.). *História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. v. 3. Passo Fundo: Méritos, 2007, p.173-195.

8 Essa expressão foi divulgada através dos versos do poeta Antônio Soares da Silva, recitados em 1863 e, atualmente, incorporados a bandeira da cidade. Existem controvérsias se efetivamente foi o poeta que criou esse epíteto para a cidade, na medida em que o alcance social do termo foi tão grande que possivelmente não teria surgido em uma página literária. Magalhães conclui que provavelmente o termo, presente no imaginário social, já estaria consagrado em 1863 sendo apenas referenciado pelo autor. Cf. MAGALHÃES, Mario Osório. Princesa do Sul. In: GILL,

XX vai presenciar a “miragem do declínio”,⁹ posto que Pelotas perderá a liderança para outros municípios. Cypriano Corrêa Barcellos¹⁰ foi o principal idealizador do projeto que propunha uma reformulação de Pelotas pautada nos ideais de “higiene e civilização”.¹¹ De acordo com o *Almanach de Pelotas*:

A ele, principalmente, devemos a realização de obras vultuosas e cometimentos que, no último decênio, transformaram esta cidade, de modo quase surpreendente, de burgo provinciano rotineiro em centro progressista, estrela de primeira grandeza no céu do Rio Grande do Sul.¹²

Naquele momento, Pelotas deixava de ser um município antigo – idealizado e estruturado ao redor das charqueadas – para se tornar uma cidade moderna. As obras destacadas pelo *Almanach* diziam respeito ao acesso à energia, ao telefone e aos bondes elétricos; à criação de uma rede de água e esgoto; ao desenvolvimento de uma estética para a cidade com jardins e ruas amplas e, principalmente, à uma preocupação maior com medidas de higiene para a urbe pelotense. O principal espaço a reunir todos esses elementos era a rua e, por conta disso, vamos nos debruçar na análise da modernidade a partir desse ponto de vista.

Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). *Dicionário de história de Pelotas*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p.228.

9 MAGALHÃES, Mario Osório. *Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: EDUFPel, 1993, p. 296-297.

10 Cypriano Corrêa Barcellos nasceu no 2º distrito de Pelotas (Areal) em 23 de janeiro de 1858. O seu pai, Cypriano Joaquim Rodrigues Barcellos, era charqueador e enviou o filho para estudar engenharia na Bélgica. Após regressar para o Brasil, Cypriano colaborou, durante dois anos, com a construção da estrada de ferro Santa Maria-Itararé. Ele exerceu dois mandados consecutivos entre 1912 a 1920 – anteriormente, ele havia desempenhado a mesma função entre os anos de 1904 a 1908, tendo atuado também como vice-intendente nos anos de 1896 a 1900. Cf. Dr. Cypriano Corrêa Barcellos. *Almanach de Pelotas*, Pelotas, ano IX, 1921, p. II.

11 Pelotas na atualidade. *Almanach de Pelotas*, Pelotas, ano I, 1913, p. 45.

12 Dr. Cypriano Corrêa Barcellos. *Almanach de Pelotas*, Pelotas, ano IX, 1921, p. III.

A RUA COMO RECEPTÁCULO DO MODERNO: UMA ANÁLISE IMAGÉTICA

Não é possível saber como o narrador, Abadie Faria Rosa, chegou à Pelotas. Uma das hipóteses é que ele tenha desembarcado no Porto de Pelotas ou na Estação Férrea. Independentemente do local de sua chegada, provavelmente, ele deslocou-se pelas Ruas Benjamin Constant (Figura 01) e Sete de Abril (Figura 02), respectivamente.



Figura 01: Rua Benjamin Constant Legenda: Vista da rua Benjamin Constant, após sua nova pavimentação e arborização (16,2 x 10,3 cm) Fonte: *Almanach de Pelotas*, Pelotas, ano XVI, 1928, s/p.



Figura 02: Rua Sete de Abril Legenda: Um trecho da Rua 07 de Abril (12 x 8,7 cm) Fonte: *Álbum de Pelotas*, Pelotas, volume único, 1922, p.16.

Objetivando ligar a zona central da urbe à área portuária, em 1927, foi pavimentada a Rua Benjamin Constant (figura 01), que passou a contar também com a linha de bondes elétricos que realizavam o deslocamento dos habitantes entre os diversos espaços do sítio urbano pelotense. O *Almanach de Pelotas*, no ano anterior, havia afirmado que este logradouro, com os seus passeios alargados, oferecia “outra impressão” aos viajantes que chegavam à cidade pelo porto.¹³ A partir de então, ao desembarcar no Porto de Pelotas, portanto, o viajante teria outra visão do Bairro da Várzea, pois o espaço apresentava pavimentação, ajardinamento, iluminação e bondes elétricos, ou seja, condições mínimas para desenvolver a sociabilidade e causar um impacto visual.

Ademais, a Rua Benjamin Constant também possuía uma característica típica da cidade de Pelotas – a amplitude da via pública

13 *Almanach de Pelotas*, Pelotas, ano XV, 1927, p.172.

para o tráfego de indivíduos, automóveis e transporte coletivo, ou seja, ao olhar a fotografia, o observador acabava se perdendo na profundidade da rua e na sua largura. Nota-se, ainda, a presença de uma chaminé em pleno funcionamento, caracterizando aquela região como fabril. Se, anteriormente, os turistas que desembarcavam no Porto desprezavam a zona portuária devido a sua precariedade,¹⁴ agora, ela atestava a modernidade obtida a partir dos recursos e das demandas da economia capitalista fabril.

Na figura 02, vemos ao fundo da imagem a Estação Férrea, quase despercebida ao observador, visto que não era a intenção do fotógrafo evidenciá-la. No entanto, o que desperta a atenção do espectador são as evidências de uma cidade colonial ao lado de outra moderna. A urbe colonial está representada nas construções mais simples e de um pavimento, já a cidade moderna pode ser observada nas ruas pavimentadas e nos meios de transporte que nelas circulam – automóveis e bondes. No entanto, a proposta da fotografia, como menciona a legenda, era enfatizar a extensão da Rua Sete de Abril – uma construção tipicamente moderna.

Desde a fundação da Freguesia de São Francisco de Paula, Pelotas foi destino de diversos viajantes, os quais, assim como o Abadie, deixaram seus registros sobre a cidade. Os europeus Auguste de Saint-Hilaire e Arsène Isabelle, ao conhecerem a localidade, observaram que embora fosse pequeno, o lugar era muito bonito contando com ruas bem amplas e alinhadas,¹⁵ além de dispor de calçadas largas que serviam para embelezar, atrair estrangeiros e favorecer o comércio.¹⁶ A maioria dos viajantes que passaram por Pelotas, ao longo do século XIX, enfatizaram a questão da amplitude das vias públicas, algo que a diferenciava de Porto

14 Conforme o *Diário Popular*, região portuária, além de não favorecer o transporte e o comércio de mercadorias para a cidade, se diferenciava do centro, onde já vigoravam os principais conceitos da modernidade urbana. O ambiente também apresentava problemas no que diz respeito ao saneamento básico, visto que contava com águas paradas, que, consequentemente, favoreciam o risco de contaminação. Tanto as autoridades municipais quanto os médicos e sanitaristas entendiam que o porto era o responsável pelas doenças que acometiam as pessoas que viviam na região. O porto de Pelotas. *Diário Popular*, Pelotas, 24 nov. 1928, p.01.

15 SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2002, p.114.

16 ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1833-1834*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983, p. 80-81.

Alegre, que possuía vários becos, ladeiras e ruas estreitas, algumas com uma média de seis metros de largura.¹⁷

Com efeito, Pelotas se modernizou, mas sem alterar o seu traçado urbano original – “tabuleiro de xadrez”.¹⁸ Nesse sentido, a estrutura mantinha-se a mesma para uma população que crescia anualmente¹⁹ e que incorporava no seu cotidiano elementos modernos que precisavam de mais espaço. Para o cronista Julio Nunes Vieira, a modernização das vias urbanas de Pelotas deveria, necessariamente, considerar a superação do

[...] paralelismo das ruas, uniformidade nas dimensões das quadras ou blocos, uniformidade nas larguras das ruas e no seu aprovisionamento para o tráfego de veículos, largura constante nos passeios, ou calçadas para tráfego [de] pedestres.²⁰

Esses obstáculos advinham, segundo Vieira, do simples fato de a cidade ter parado no tempo, mantendo as suas características coloniais. Somava-se, ainda, na visão do escritor-observador, a necessidade de um tratamento diferenciado das ruas, pois um *boulevard* não era igual a uma rua em um bairro operário. Desta afirmação, deduz-se que havia um público diferente para cada via e isso deveria ser levado em consideração pelos gestores públicos, pois isto se refletiria diretamente na arquitetura das casas e nas condições higiênicas.

17 MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: Urbanização e modernidade. A construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p.72.

18 Tanto Portugal quanto a Espanha, ao chegarem aos novos territórios conquistados, estabeleceram como padrão urbano: “[...] um modelo uniforme: um tabuleiro de ruas retilíneas, que definem uma série de quarteirões iguais, quase sempre quadrados; no centro da cidade, suprimindo ou reduzindo alguns quarteirões, consegue-se uma praça, sobre a qual se debruçam os edifícios mais importantes: a igreja, o paço municipal, as casas de mercadores e dos colonos mais ricos.” Cf. BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2015, p.487.

19 Para o século XIX, onde circulavam, em 1820, pela pacata São Francisco de Paula uma média de 3.200 indivíduos e, em 1830, 4.300 habitantes, as vias públicas eram efetivamente amplas e largas. No entanto, para o século XX, no qual 36.243 habitantes transitavam pelo município, juntamente com as linhas de bondes, carroças, automóveis, entre outros, a ideia de amplitude das vias pode ser contestada. Cf. GONÇALVES, Mariana. *“Andei, sempre tendo o que ver e ainda não fora visto”*: A modernização urbana pelotense a partir de crônicas e fotografias (1912-1930). 2018. 284 f. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2018, p. 105.

20 VIEIRA, Julio Nunes. A largura das ruas. *A Opinião Pública*. Pelotas, 27 dez. 1927, p.01.

Durante a segunda metade do século XIX houve uma “redescoberta da rua” e, por conta disto, os *boulevards* e as amplas avenidas passaram a ganhar destaque em uma cidade que se autoproclamava Princesa do Sul. Afinal, “o aburguesamento da cidade e a consolidação de uma nova ordem trazia em seu bojo exigências, valores e critérios. Impôs-se uma redefinição do solo urbano e de sua ocupação pelos indivíduos”.²¹ Era, portanto, imperioso transformar uma cidade “colonial” em urbe “moderna”, deixar no século passado a precariedade das estruturas sanitárias, das habitações e da organização citadina, para trazer à tona os elementos burgueses, ou seja, as avenidas, praças, jardins e, principalmente, difundir novos hábitos para a população local. Entretanto, como tornar um município moderno sem a realização de grandes obras?

Segundo a visão do cronista Julio Nunes Vieira, a solução mais simples era pensar em um novo *layout* para a urbe. Como era inviável reestruturar todo o plano urbano de Pelotas,²² o mais plausível, para o escritor, era diminuir a largura das ruas a partir da criação de um jardim no meio da via pública, como por exemplo, a que se via na Rua General Osório (Figura 03).



Figura 03: Rua General Osório

Legenda: Um trecho da Avenida General Osório (11 x 8 cm)

Fonte: *Álbum de Pelotas*, Pelotas, volume único, 1922, p.17.

21 PESAVENTO, Sandra. *O espetáculo da rua*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992, p.38.

22 Como observado por Leonardo Benevolo, é possível projetar parques públicos e alterar os ambientes centrais das cidades projetadas no formato de tabuleiro de xadrez, contudo sua estrutura rígida revela-se muito complexa para ser alterada. Cf. BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2015, p. 607.

Evidencia-se, na imagem acima, a ideia proposta pelo cronista, ou seja, a de instalar um jardim no meio da via pública, visando melhorar a circulação dos pedestres e automóveis, bem como baratear os custos com o calçamento da cidade, além de deixar a rua mais arborizada e bela, tornando-a um *boulevard*. Por conta disso, as Avenidas 20 de Setembro e Bento Gonçalves foram dotadas de jardins, com a intenção de transformá-las em grandes *boulevards*, como era a Avenida Central do Rio de Janeiro ou as criadas por Haussmann, em Paris. “Todos os jardins públicos, assim cuidados e reformados, oferecem, a par de elegante aspecto, refúgios e recreios a população, que tem se habituado a frequentá-los e a zelar pelas suas [...] plantas”,²³ tornando-se, assim, ambientes de sociabilidade.

No entanto, apesar de o sítio urbano pelotense estar organizado de maneira ordenada arquitetonicamente – com ruas paralelas e perpendiculares retas e bem traçadas – existia uma discrepância quanto a largura das ruas, pois elas não eram todas iguais. Uma das exceções era justamente a Rua General Osório – considerada a artéria mais larga de Pelotas²⁴ – que possuía entre 20 a 25 metros de largura²⁵ possibilitando a construção de jardins no seu centro. Para o Intendente Municipal Pedro Luís Osório, “a árvore nas ruas, como elemento vegetal, que é, melhora as paisagens urbanas e as beneficia com a sua sombra tão procurada em dias de calor”.²⁶ Contudo, para essa efetivação, foi necessário transpor alguns obstáculos, como a localização dos condutores de gás, água e esgoto.²⁷ Após estas reformas, esse ambiente se tornaria, segundo o jornal *Diário Popular*, provavelmente o predileto na hora do *footing*.²⁸ Todavia, apesar da opinião do periódico, a Rua General Osório não se tornaria a

23 MUNICÍPIO DE PELOTAS. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1917 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos*. Pelotas, 1917, p.57.

24 MUNICÍPIO DE PELOTAS. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1922 pelo intendente Pedro Luís Osório*. Pelotas, 1922, p. 89.

25 CUNHA, Alberto Coelho da. Antigas de Pelotas: Cidade em crescimento. *A Opinião Pública*, Pelotas, 22 abr. 1929, p.01.

26 MUNICÍPIO DE PELOTAS. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1922 pelo intendente Pedro Luís Osório*. Pelotas, 1922, p. 89.

27 A reforma na Rua General Osório foi realizada pelo engenheiro Benjamin Gastal. Cf. *Diário Popular*, Pelotas, 27 mai. 1921, p.01.

28 *Diário Popular*, Pelotas, 27 mai. 1921, p.01.

preferida para a realização da *flânerie* pelos pelotenses, mas, sim, a Rua XV de Novembro (Figura 04 e 05).

Ao percorrer as ruas de Pelotas, certamente Abadie Faria Rosa ficaria encantado com a estrutura que elas possuíam – como ele mesmo relatou em seu texto. Entretanto, o seu olhar ficaria maravilhado ao chegar à Rua XV de Novembro. A Intendência, vale lembrar, buscou modernizar primeiramente os espaços em que a elite circulava e, justamente por isso, a escolha recaiu sobre a Rua XV de Novembro. Vanessa Devantier constatou que os “problemas locais mais afastados ([...] falta de esgotos, calçamentos ou instalações hidráulicas) não estavam presentes, posto que a Rua XV servisse como uma vitrine, a “alma” da cidade alcunhada de Princesa do Sul”.²⁹ Nesse sentido, como uma vitrine tradicional, deveria mostrar apenas aquilo que era belo e desejável a todos.



Figura 04 e 05: Rua XV de Novembro

Legenda: Um trecho da Rua 15 de Novembro, vendo-se o alteroso templo do Redentor (12 x 8 cm)

Fonte: Álbum de Pelotas, Pelotas, volume único, 1922, p.14.

Legenda: Um trecho da Rua 15 de Novembro (12 x 8 cm)

Fonte: Álbum de Pelotas, Pelotas, volume único, 1922, p. 16.

As fotografias acima foram tomadas de ângulos diferentes da Rua XV de Novembro objetivando enfatizar as suas particularidades. A partir da legenda da figura 04, nota-se que a ideia era chamar a atenção do observador para a torre da Igreja do Redentor – que, de fato, era o elemento visual que mais se destacava em virtude da sua monumentalidade arquitetônica e da sua verticalidade. Em meio a habitações menores,

29 DEVANTIER, Vanessa. *Visões do urbano: A rua XV de Novembro, Pelotas/RS*. 2013. 198 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, 2013, p.36.

de um pavimento, o campanário destacava-se naturalmente. Todavia, existem três elementos que merecem destaque em nossa análise. O primeiro deles diz respeito à dimensão da via, que se perde no horizonte. Ao compararmos essa fotografia com a subsequente (figura 05), percebe-se uma clara diminuição do seu tamanho, isto é, a sensação que temos é que se trata de lugares completamente diferentes.

Conforme Alberto Coelho da Cunha, a partir do urbanismo moderno, as vias mais estreitas, como por exemplo, a Rua XV de Novembro, não eram bem vistas pelas administrações municipais e, por isso, houve uma correção na sua largura, tornando-a mais espaçosa, a partir da Rua Tiradentes,³⁰ no sentido sul. Por conta disso, a figura 04, apresenta uma dimensão espacial diferente, pois foi um elemento corrigido pela Intendência para adequar a cidade ao projeto de modernização do século XX, mas sem fazer perfurações no solo ou desalojar os moradores de suas residências.

Soma-se a isso o segundo elemento que deve ser destacado na análise, a presença de trabalhadores, possivelmente, realizando a manutenção da via pública. Não fica claro se eles estão higienizando-a ou realizando a conservação do calçamento. O fato é que quase passam despercebidos do olhar do espectador, visto que além de encontrarem-se bem na margem da fotografia (e porque não dizer na social também), a legenda enfatiza um ponto, logo, o olhar do observador é deslocado para esse elemento visual. Por fim, o último aspecto a ser salientado diz respeito aos transeuntes que caminham tranquilamente nas calçadas, possivelmente observando as vitrines.

Na figura 05, o destaque da imagem fica para o prédio comercial de dois andares “Torre Eiffel”, na margem esquerda, localizada entre as esquinas da Rua XV de Novembro e Marechal Floriano. Além disso, a fotografia evidencia os principais elementos urbanos: o movimento mais intenso dos transeuntes (damas e cavalheiros), o automóvel que trafega bem ao fundo da imagem, a linha dos bondes elétricos, o calçamento, os postes de iluminação e a fiação aparente. A Praça da República deveria estar no canto direito da imagem, mas foi enquadrada pelo fotógrafo, provavelmente, para enfatizar a Rua XV em si e os seus elementos

30 CUNHA, Alberto Coelho da. Antigas de Pelotas: Cidade em crescimento. *A Opinião Pública*, Pelotas, 22 abr. 1929, p.01.

modernos. A imagem fotográfica é “uma representação resultante do processo de criação/construção do fotógrafo”,³¹ tendo em mente que ele escolhe o enquadramento, a luz, o foco, o sentido e o tema a ser registrado, ou seja, “transforma a realidade tridimensional do referente na superfície bidimensional do papel”.³²

Além disso, podemos notar, na figura 05, a presença de um poste de energia elétrica. É importante mencionar que a luminosidade apresentava-se como um fator indispensável para a vida moderna nas cidades. Por intermédio da luz, as pessoas poderiam usufruir melhor as noites nos teatros, cinemas, confeitarias, as vitrines comerciais e as praças. De acordo com Núncia Santoro de Constantino, a iluminação, e a consequente circulação noturna, associadas às reformas urbanas ocorridas em Porto Alegre, tornaram as ruas agradáveis e seguras, atuando como um prolongamento dos ambientes privados.³³ Isto, aliás, pode ser observado no *Diário Popular*: “A nossa cidade está vibrando de alegria [...] As horas escolhidas pela população e mais próprias para as diversões são as noturnas”.³⁴

Os fotógrafos,³⁵ assim como Abadie Faria Rosa, também registraram os elementos do mundo urbano e praticaram a *flânerie*. Um indício disto pode ser visto na figura 05, em que a tomada é feita pelo fotógrafo na condição de um pedestre, ou seja, de alguém que também para na esquina, contemplando o cenário urbano. Entretanto, o que os distingue é que eles observam a cidade a partir de suas lentes fotográficas, registrando-as, transpondo-as para um suporte, a fim de oportunizar que outros indivíduos também possam visualizar essas particularidades.

31 KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999, p.30.

32 MONTEIRO, Charles. Construindo a história da cidade através de imagens. In: PESAVENTO, Sandra Jatthy. ROSSINI, Miriam de Souza. SANTOS, Nádia Maria Weber (org.). *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008, p.148.

33 CONSTANTINO, Núncia. A conquista do tempo noturno: Porto Alegre “moderna”. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, PUCRS, v. XX, n.02, p. 65-84, dez. 1994, p.65-77.

34 *Diário Popular*, Pelotas, 04 mar 1924, p.03.

35 É importante ressaltar que as imagens utilizadas no artigo não apresentam autoria. Por conta disso, não é possível saber quem foi o fotógrafo que a realizou, apenas em que suporte ela foi disponibilizada para o público.

Evidentemente, a rua despertava o interesse dos fotógrafos não apenas em Pelotas, como evidenciam as pesquisas de Carolina Etcheverry e Zita Possamai sobre a capital gaúcha, além das realizadas por Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho a respeito de São Paulo.

Ao analisar as imagens produzidas pelos irmãos Ferrari, no século XIX, Etcheverry verificou que, de um total de 20 imagens produzidas pelos italianos, 06 enfatizavam as vias públicas. Assim como ocorreu em Pelotas, as imagens registradas na capital correspondiam às vias de maior movimentação, como a Rua dos Andradas (a mais moderna) e a Sete de Setembro (voltada para o comércio). Ao analisar o álbum organizado por Virgílio Calegari, produzido em 1912, a autora constata a publicação de 07 imagens sobre a temática, mas, ao contrário de seus predecessores, Calegari fotografou outras ruas – como a Independência, a 13 de maio, a Avenida Bom Fim, a Marechal Floriano Peixoto e a Voluntários da Pátria – atestando visualmente o crescimento da cidade.³⁶ Essa visão é corroborada pela pesquisa feita por Zita Possamai, que constata que as maiores incidências imagéticas são de ruas e avenidas, pois essa escolha estava pautada, precisamente, na importância desses espaços para a circulação urbana.³⁷

Esse grau de importância atribuído às vias públicas nos álbuns das cidades também foi evidenciado pelas autoras Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho. Ao analisarem as imagens produzidas sobre a capital paulista, as historiadoras também constataram que as ruas – dentro do padrão “circulação urbana” – são os motivos mais fotografados nas publicações editadas entre 1887 e 1919. Para elas, a escolha recai, principalmente, na carga simbólica desses ambientes, além de expressar a circulação, a pavimentação, os transeuntes e os veículos.³⁸

A partir disso, fica evidente que a rua era uma categoria extremamente importante para o registro visual, ainda que nem todas elas tenham sido fotografadas, pois predominava as imagens das vias que

36 ETCHEVERRY, Carolina Martins. *Visões de Porto Alegre nas fotografias dos irmãos Ferrari (c.1888) e de Virgílio Calegari (c.1912)*. 2007, 161 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2007, p.88-120.

37 POSSAMAI, Zita. Fotografia, História e Vistas Urbanas. *História*. São Paulo, v.27, 2008, p.262.

38 LIMA, Solange Ferraz de. CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Fotografia e cidade: da razão à lógica de consumo: Álbuns de São Paulo (1887-1954)*. São Paulo: FAPESP, 1997, p.63-64.

contemplavam o maior número de elementos considerados modernos, como, por exemplo, a Andradas (em Porto Alegre). No caso pelotense, a via pública que despertou a atenção dos fotógrafos, bem como dos transeuntes e dos *flâneurs*, foi a Rua XV de Novembro, pois agrupava os melhores cafés, confeitarias, casas de moda elegante e de comércio, restaurantes, livrarias, tabacarias, estúdios fotográficos, entre outros.

Em função disso, foi denominada a principal artéria de Pelotas,³⁹ visto que ela era perfeita para o *footing* diário de damas e cavalheiros que se dedicavam a olhar as vitrines em busca de artigos para o seu deleite. Conforme Ana Maria Mauad, esses espaços de aparência existiam para que os grupos sociais em ascensão se “identificassem no seu processo de vir a ser, à medida que só passariam a existir, como classe, em função de uma vivência social”.⁴⁰ Diante disso, a modernidade da Rua XV não era acessível a todos os pelotenses e isso fica ainda mais notório na imagem a seguir:

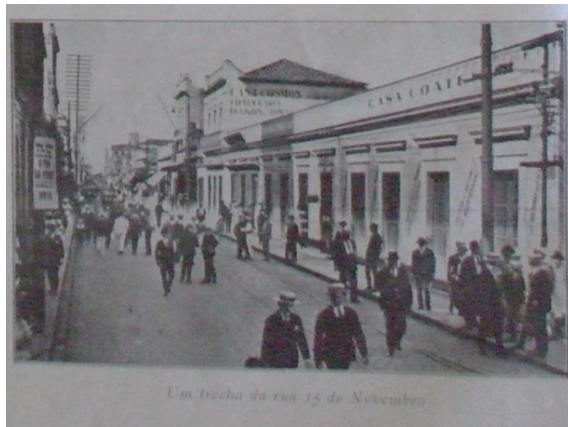


Figura 06: Rua XV de Novembro

Legenda: Um trecho da Rua 15 de Novembro (12 x 8 cm)

Fonte: *Álbum de Pelotas*, Pelotas, volume único, 1922, p.16.

39 *Almanach de Pelotas*, Pelotas, ano IV, 1916, p. 229.

40 MAUAD, Ana Maria. O espelho do poder: fotografia, sociabilidade urbana e representação simbólica do poder político no Rio de Janeiro da belle époque. In: PESAVENTO, Sandra. SOUZA, Célia Ferraz de. (org.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008, p.286.

Anteriormente, as tomadas da Rua XV eram feitas de uma distância maior, abrangendo planos amplos e enfatizando vários aspectos modernos da via pública. Entretanto, na figura 06, o campo de visão é mais fechado, focalizando nos indivíduos que transitam, tanto na calçada como no meio da rua. Invariavelmente, o elemento que mais chama atenção na imagem diz respeito à intensa presença de transeuntes, uns conversando e outros apenas caminhando pela principal artéria da cidade observando as vitrines do comércio local e os cartazes pendurados nos postes. Existe claramente um predomínio do gênero masculino – observando rapidamente é quase imperceptível a presença feminina. Além disso, outra questão fundamental na fotografia é a elegância dos indivíduos, todos bem vestidos, a maioria deles de terno (predominantemente preto), gravata e chapéu. Em certa medida, o domínio masculino demonstra uma representação da sociedade patriarcal da época, na qual o homem era visto como o progenitor e provedor da família, cabendo à mulher os cuidados domésticos.

Ademais, como pode ser observado na imagem, o calçamento, sem dúvida, contribuiu enormemente para o convívio social nas cidades – pois facilitava o *footing* e evitava que o pó das vias entrasse nas roupas dos habitantes –, assim como facilitou o escoamento das águas pluviais, a limpeza das vias, além da implantação de bondes elétricos e a circulação de automóveis. Na perspectiva de Francisca Michelin, esse item era indispensável para a vida na cidade, uma vez que “deixar o solo cru para trás e sentir sob os pés (ou sob as rodas do veículo) a dureza incondicional do revestimento de pedra, indicava, de imediato, que o indivíduo saíra do ermo rural [...]”⁴¹ Ao abandonar as características que a prendiam ao século passado, surgia uma Pelotas moderna, uma cidade em sintonia com a *Belle Époque*.

A partir da representação imagética, vislumbra-se que o aspecto social, hierárquico e aristocrático, se manifestava na urbe pelotense e isso transparecia no cotidiano local. Além disso, após a análise de algumas fotografias das principais ruas de Pelotas – Sete de Abril, General Osório e XV de Novembro – percebe-se um contraponto visual entre elas. Apesar da impossibilidade de delimitar em que período do dia o fotógrafo

41 MICHELON, Francisca. *Cidade de papel: a modernidade nas fotografias impressas de Pelotas (1913-1930)*. 2001. 547 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2001, p.260-261.

realizou a apreensão imagética, é interessante observar que todos os registros visuais da Rua XV (figuras 04, 05 e 06) apresentam dinamismo, movimento e ruído justamente porque se encontram próximas ao centro e a Praça da República. Ao contrário das demais ruas que são desertas e silenciosas (figuras 01, 02 e 03). Essa diferença encontra-se justamente em função das atividades que elas exercem – a Rua XV é uma rua comercial e as demais são vias de acesso aos meios de transporte. Embora o projeto do Intendente Pedro Luís Osório tenha sido transformar a Rua General Osório em grande *boulevard* da cidade, observa-se que a Rua XV, como já mencionado anteriormente, era a preferida para a sociabilidade local. Além disso, fica clara a preferência – dos fotógrafos e escritores – pela Rua XV de Novembro e, conscientemente ou não, eles acabaram atribuindo o grau de importância das duas vias públicas – como discutia e questionava o cronista Julio Nunes Vieira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rua era o principal agente do mundo urbano, uma vez que tudo acontecia naquele espaço: os indivíduos pegavam o bonde para o trabalho, as damas observavam as vitrines, os cavalheiros discutiam as questões políticas nos cafés, os automóveis aguardavam os passageiros na saída da matinê, as famílias dirigiam-se para os espetáculos teatrais, logo, o cotidiano acontecia naquele espaço. Mais do que isso, era na rua que todas as ideias de modernidade estavam congregadas e evidenciadas, como narrou Abadie Faria Rosa. Além do mais, a via permitia colocar, lado a lado, a burguesia e o proletariado, pois comerciantes, operários, políticos, negociantes, bancários, advogados, motoristas, vendedores, ricos e pobres circulavam e se cruzavam nesse espaço dinâmico por excelência. É exatamente por esses aspectos que ela era tão convidativa para a prática da *flânerie* e para o registro fotográfico, pois estar na rua implicava ver e ser visto. Afinal, como afirma Walter Benjamin, é justamente nela que o *flâneur* sente-se em casa, a ponto de ela tornar-se a sua moradia.

FONTES

Álbum de Pelotas, Pelotas/RS, 1922.

Almanach de Pelotas, Pelotas/RS, 1913, 1916, 1918, 1921, 1927, 1928.

A Opinião Pública, Pelotas/RS, 1927, 1929.

Diário Popular, Pelotas/RS, 1921, 1924, 1928.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1833-1834*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1917 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos*. Pelotas, 1918.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1922 pelo intendente Pedro Luís Osório*. Pelotas, 1922.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BENJAMIN, Walter. O flâneur. In: BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.33-65.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

CONSTANTINO, Núncia. A conquista do tempo noturno: Porto Alegre “moderna”. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, PUCRS, v. XX, n.02, p. 65-84, dez. 1994.

DEVANTIER, Vanessa. *Visões do urbano: A rua XV de Novembro, Pelotas/RS*. 2013. 198 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, 2013.

ETCHEVERRY, Carolina Martins. *Visões de Porto Alegre nas fotografias dos irmãos Ferrari (c.1888) e de Virgílio Calegari (c.1912)*. 2007, 161 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2007.

FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: UNESP, 2004.

GONÇALVES, Mariana. “*Andei, sempre tendo o que ver e ainda não fora visto*”: A modernização urbana pelotense a partir de crônicas e fotografias (1912-1930). 2018. 284 f. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2018.

KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

LIMA, Solange Ferraz de. CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Fotografia e cidade: da razão à lógica de consumo: Álbuns de São Paulo (1887-1954)*. São Paulo: FAPESP, 1997.

MAGALHÃES, Mario Osório. *Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: EDUPPel, 1993.

MAGALHÃES, Mario Osório. Princesa do Sul. In: GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). *Dicionário de história de Pelotas*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p.228.

MAUAD, Ana Maria. O espelho do poder: fotografia, sociabilidade urbana e representação simbólica do poder político no Rio de Janeiro da belle époque. In: PESAVENTO, Sandra. SOUZA, Célia Ferraz de. (org.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008, p.281-292.

MICHELON, Francisca. *Cidade de papel: a modernidade nas fotografias impressas de Pelotas (1913-1930)*. 2001. 547 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2001

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: Urbanização e modernidade. A construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

MONTEIRO, Charles. Construindo a história da cidade através de imagens. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. ROSSINI, Miriam de Souza. SANTOS, Nádía Maria Weber (org.). *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008, p.148.

PESAVENTO, Sandra. *O espetáculo da rua*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

PESAVENTO, Sandra. Espaço, sociedade e cultura: o cotidiano na cidade de Porto Alegre. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT,

Gunter (org.). *História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. v. 3. Passo Fundo: Méritos, 2007, p.163-227.

POSSAMAI, Zita. Fotografia, História e Vistas Urbanas. *História*. São Paulo, v.27, n. 02, p.253-277, 2008.

OS BANDOLEIROS DE ZECA NETTO INVADEM PELOTAS: REGISTROS POLÍTICO-VISUAIS DA REVOLUÇÃO DE 1923

RODRIGO DAL FORNO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Pelotas, madrugada de 29 de outubro de 1923. As tropas comandadas pelo general rebelde Jose Antônio Netto, o Zeca Netto, invadem a cidade e ocupam um dos principais núcleos urbano, político e econômico do Rio Grande do Sul, reduto fiel ao governo do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e sob o poder por sucessivos anos de correligionários de Antônio Augusto Borges de Medeiros. O afamado episódio da invasão, parte da guerra civil interna estadual ocorrida naquele ano, recebeu ampla cobertura fotográfica e, posteriormente, estampou as páginas de um importante registro histórico-visual sobre o conflito armado: o “Álbum dos Bandoleiros – Revolução Sul Rio-Grandense 1923”.¹

A chamada Revolução de 1923 ocorreu após as eleições de 1922 para o governo do estado do Rio Grande do Sul e a vitória do presidente reeleito Borges de Medeiros do PRR contra Joaquim Francisco de Assis

1 Esta análise faz parte da pesquisa de dissertação de mestrado do autor, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó e com apoio financeiro da CAPES. DAL FORNO, Rodrigo. *O “Álbum dos Bandoleiros” da Revolução de 1923: uma análise de política e imagem no Rio Grande do Sul da década de 1920*. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015a..

Brasil, candidato de uma frente de coalizão organizada por diversos setores oposicionistas (dissidentes do PRR, democratas republicanos e federalistas). A suspeita de fraude e invalidade da vitória borgista ocasionou um período de instabilidade política e guerra civil que ficou popularmente conhecido como “Revolução Assisista” ou “Libertadora”, colando em confronto os, também popularmente chamados, *chimangos* (legalistas) e *maragatos* (oposicionistas).²

O conflito armado se iniciou no mês de janeiro e se alastrou pelo território estadual, se encerrando apenas em dezembro através da intervenção do governo federal na mediação de um acordo de paz, liderado pelo Ministro de Guerra Setembrino de Carvalho e batizado de “Pacto de Pedras Altas”. Durante a guerra civil, a cidade de Pelotas, assim como toda região sul do estado, desempenhou um papel proeminente. Do lado rebelde, os generais Zeca Netto e Estácio Azambuja movimentaram suas tropas e protagonizaram diversas pequenas batalhas. Por sua vez, a defesa e combate legalista coube ao general da Brigada Militar Emílio Massot e a liderança política de Pedro Luís Osório, membro do PRR e intendente municipal. O ápice das movimentações armadas na região ocorreu no encerramento do mês de outubro, já durante a reta final da guerra civil e momento de discussão dos termos para uma possível pacificação, ocasião em que as forças comandas por Netto surpreenderam os governistas e invadiram a cidade pelotense.

Durante aquele e os demais eventos da guerra, os partidários do PRR, principalmente através do seu órgão de imprensa oficial, o jornal *A Federação* de Porto Alegre, buscaram construir uma visão pejorativa acerca de seus adversários, com o intuito de despolitizar e criminalizar sua luta. Dentre as diversas estratégias empreendidas para este fim estava a utilização de adjetivos difamatórios para se referir ao lado rebelde, como por exemplo, a alcunha de “bandoleiros”. A mesma versão depreciativa sobre o movimento e seus protagonistas foi reproduzida em diversos jornais situacionistas, dentre eles, o *Diário Popular*, jornal oficial dos republicanos de Pelotas e um dos veículos mais importantes

2 Sobre aspecto da política do Rio Grande do Sul daquele contexto, ver: LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1971; ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições & a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981 e FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: UFRGS, 1987.

da cidade, aquele com maiores recursos, maior número de assinantes e maior tiragem.³

O apelido de bandoleiro, inicialmente difundido como algo negativo pela imprensa situacionista, acabou sendo apropriado pelos próprios “difamados”, se convertendo em algo positivo, signo de identificação, distinção e orgulho. Um dos principais movimentos de inversão simbólica desta visão e significação ocorreu através da publicação de um álbum fotográfico sobre os episódios e personagens da guerra civil de 1923.⁴

A publicação foi um álbum impresso e ilustrado com fotgravuras, publicado em sua primeira edição⁵ no mês de janeiro de 1924 e em uma reedição aumentada (também chamada de 8ª edição),⁶ lançada no final de abril do mesmo ano.⁷ A 8ª edição foi composta de 96 páginas e 337 fotografias. A publicação teve uma tiragem de 20.000 exemplares,

3 LONER, Beatriz. Diário Popular. In: LONER, B. A.; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osorio (Orgs.) *Dicionário da História de Pelotas*. 3ed. Pelotas: EdUFPel, 2017, p. 106.

4 Cabe destacar que o *álbum* não foi a única tentativa neste sentido. Os oposicionistas se esforçaram na construção de uma imagem de si através de diferentes práticas e representações: discursos de suas lideranças, editoriais de jornais partidários e simpatizantes, produção literária, as reuniões e propagandas políticas etc. Além disso, a revolta foi alvo de múltiplos registros visuais, dentre eles, um filme-documentário produzido por Benjamin Camozato, cartões-postais impressos com imagens de aspectos e personagens da guerra; um quadro, intitulado de “Pro-Paz”, constituído por 35 retratos fotográficos de lideranças da guerra civil, produzido pela “Photografia Popular” de Porto Alegre.

5 Disponível para a pesquisa no acervo do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa (Porto Alegre/RS). No ano de 2013, o museu organizou uma edição digitalizada que foi lançada em formato de CD-ROM. Também constam exemplares nos acervos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS) e na Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica-RS (Porto Alegre/RS).

6 Disponível no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS), Bibliotheca Pública Pelotense (Pelotas/RS), Biblioteca Rio-Grandense (Rio Grande/RS) e Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro/RJ).

7 A razão da publicação em duas edições (1ª e 8ª) e o hiato de dados entre estas duas versões permaneceu como uma lacuna de pesquisa. Todos os exemplares mapeados em diferentes arquivos são relativos a estas duas versões. Uma explicação possível é de que foram publicadas apenas as ditas 1ª e 8ª e a lacuna entre ambas tenha sido um mecanismo de propaganda ou jogada comercial, já que a primeira edição foi lançada de forma extremamente rápida, apenas algumas semanas após o término da guerra civil, ou seja, produzida às pressas e com um número bastante reduzido de exemplares, visando chamar atenção do público para a publicação e atender a uma demanda mais urgente em torno de um acontecimento com ampla e latente repercussão social.

custava o valor 15\$000 mil réis⁸ e foi assinada pela revista ilustrada *Kodak* de Porto Alegre⁹ e seus editores Fernando Barreto e Carlos Horácio de Araújo, respectivamente proprietário e diretor do semanário naquele momento.

O artefato foi produzido com capa e contracapa em papel acartonado, ilustradas e impressas em cores e possuía suas folhas internas em papel *couché*, material comumente utilizado nas revistas ilustradas da época. As fotografias foram impressas em dupla face e em preto e branco.¹⁰ As imagens selecionadas pelo álbum retrataram temáticas diversas em torno dos acontecimentos da guerra civil, tais como: os principais chefes militares e suas tropas; retratos de lideranças partidárias e de redatores de jornais oposicionistas; imagens de hospitais, médicos e enfermeiras da “Cruz Vermelha”; acampamentos e tropas em movimento; e diferentes aspectos de cidades que tiveram envolvimento com os levantes. De maneira geral, o conteúdo imagético e textual tinha como intuito destacar o protagonismo dos afamados “bandoleiros” durante a guerra civil, respondendo as críticas dos situacionistas, ao mesmo tempo que homenageando e contribuindo para as lutas políticas oposicionistas. Este empenho em torno da construção de uma visão positiva e repleta de honrarias aos rebeldes encontra-se profundamente relacionado com a tentativa de influenciar na interpretação da sociedade sobre o episódio e realizar o enquadramento de uma determinada memória coletiva da guerra civil de 1923.¹¹

8 A guisa de comparação sobre o custo do álbum: o *Almanaque do Globo* produzido em 1924 e com 350 páginas de conteúdo, custava 2\$500 réis; uma assinatura do jornal *Correio do Povo* poderia ser adquirida por 40\$000 réis (anual), 22\$000 réis (semestral), 12\$000 réis (trimestral) e 4\$000 réis (mensal).

9 A revista *Kodak* circulou entre os anos de 1912 e 1920. No ano de 1923, sob nova direção, retomou brevemente sua circulação. Sobre a trajetória da revista, ver as contribuições de Alice Trusz: TRUSZ, Alice. *A publicidade nas revistas ilustradas: o informativo cotidiano da modernidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002 e TRUSZ, Alice. *Imprensa periódica ilustrada e política: a revista Kodak e a palheta republicana*. Porto Alegre (1912-1913). *Tomo* (UFS), v. 1, n.23, p. 135-172, jul.-dez. 2013.

10 TRUSZ, Alice. Op. Cit, 2013, p. 10-11.

11 DAL FORNO, Rodrigo. “A demonstração documentada para a história no futuro”: o Álbum dos Bandoleiros e o enquadramento da memória da Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul. *Semina* (UPF), v. 14, p. 40-66, 2015b. Disponível em: <http://www.seer.upf.br/index.php/ph/article/view/5310>. Acesso em 22 ago. 2020, p. 48.

Em suas páginas, o álbum não apresenta maiores informações sobre os registros fotográficos publicados, permanecendo ausentes dados como o fotógrafo-autor, o local e data específica de cada uma das imagens. As legendas, na maioria das vezes, estavam direcionadas para homenagem da causa defendida pelos retratados, sendo que grande parte delas foram acompanhadas pelo adjetivo de “bandoleiro” de forma a ironizar as “difamações” anteriores e demonstrar o orgulho em ser e pertencer ao grupo. Apesar disto, boa parte dos fotografados permaneceu no anonimato, com exceção daquelas lideranças políticas e militares de maior destaque, estas devidamente identificadas com seus nomes.

Uma das poucas informações sobre a autoria encontra-se na menção sobre Affonso G. de Oliveira, “colaborador fotográfico” do projeto e, possivelmente, responsável por reunir e organizar os registros. Ao que tudo indica, as imagens possuíam procedências diversas, tendo sido coletadas para compor a publicação, já que esta era uma prática recorrente no arranjo e edição de álbuns impressos daquela época.¹² Neste sentido, provavelmente as fotografias tenham sido produzidas e realizadas com objetivos diversos, ou até mesmo antagônicos, daqueles difundidos pela organização da publicação. Da mesma forma, foram elaboradas a partir da diferente bagagem cultural, ideológica, sensibilidade e criatividade de cada um de seus autores.¹³

As imagens da passagem das tropas de Zeca Netto por Pelotas analisadas a seguir inserem-se neste contexto. Não é possível afirmar sua autoria e possivelmente foram realizadas com objetivos diversos: registrar o acontecimento para a imprensa; servir de lembrança a algum morador local que presenciou o fato; encomendada por próceres opositores da cidade ou de fora dela; realizada como protesto por algum situacionista; produzida por algum fotógrafo curioso com o tumulto causado; enfim, são múltiplas as possibilidades. De qualquer maneira, estes diferentes olhares fotográficos, ao serem selecionados e reunidos para compor a edição do álbum, foram ressignificados e inseridos em uma concepção única e homogênea, construída pelo conteúdo e pela narrativa visual da

12 POSSAMAI, Zita. *Cidade fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos de Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 117-118.

13 KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. 4.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012, p. 45.

publicação no sentido de legitimar e destacar uma determinada visão dos acontecimentos e dos personagens da revolta de 1923.

Nas páginas da publicação, a cidade de Pelotas e os “bandoleiros pelotenses” obtiveram um espaço privilegiado. Para ficarmos apenas no exemplo mais contundente, mais de vinte imagens abordaram especificamente o evento da ocupação da cidade em outubro (vide figuras 1, 2 e 3). Além disto, destaca-se a presença de diversas fotografias homenageando lideranças políticas locais (os médicos Urbano Garcia e Edmundo Berchon, o deputado federal Francisco Antunes Maciel Júnior e outros), soldados pelotenses anônimos feridos em combates, aspectos urbanos da localidade durante visitas de diferentes lideranças etc. (vide figura 4). Esse tributo nas páginas do álbum justifica-se tanto pela importância da localidade no conflito e no cenário estadual, quanto pela participação do grupo de políticos pelotense na causa das oposições no Rio Grande do Sul, papel cada vez mais proeminente ao longo da década de 1920, tendo em vista que seus representantes foram peça fundamental na formação das agremiações partidárias surgidas após o término da revolta, caso da Aliança Libertadora e do Partido Libertador.¹⁴

IMAGENS DA REVOLTA DE 1923 EM PELOTAS

Em 29 de outubro de 1923, aproximadamente 250 homens comandados pelo general Zeca Netto invadiram a cidade de Pelotas e ocuparam a zona urbana do município por algumas horas.¹⁵ As tropas encontraram pouca resistência legalista no local e atacaram os postos de guarnição da Brigada Militar. Segundo Mario Osório Magalhães, os principais confrontos armados ocorreram no pavilhão da Sociedade

14 DAL FORNO, Rodrigo. *“Como se em política fosse possível agir sem manhã, sem o senso de oportunidade”*: o processo de formação e atuação do Partido Libertador e suas lideranças no Brasil Republicano (1922-1933). Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020, p. 117

15 Algumas descrições e interpretações do episódio podem ser encontradas no livro de memórias escrito pelo próprio Zeca Netto (NETTO, José Antônio. *Memórias do General Zeca Netto*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.), além da pesquisa de Pedro Henrique Caldas (CALDAS, Pedro Henrique. *Zeca Netto & a conquista de Pelotas*. Porto Alegre: Est, 1993.) e das contribuições de Arthur Ferreira Filho (FERREIRA FILHO, Arthur. *Revolução de 1923*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1973.) e Mario Osório Magalhães (MAGALHÃES, Mario Osório. *Revolução de 1923*. In: LONER, B. A.; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osório (Orgs.) *Dicionário da História de Pelotas*. 3ed. Pelotas: EdUFPel, 2017).

Agrícola e as dependências da Escola de Artes e Ofícios (atualmente, dependências da Cosulati e do IFSul). Nestes dois locais, os ataques persistiram da madrugada até o meio-dia. Além destes, houve pequenos combates na região central da cidade, resultando em um total de 24 mortos (4 opositores, 4 civis e 16 governistas) e 60 feridos.¹⁶ Após o término das hostilidades e a cidade controlada pelos rebeldes, as tropas desfilaram pela área central, acompanhadas por uma multidão de curiosos e adeptos que pararam para presenciar e seguir a procissão. O desfile culminou com a ocupação da Intendência Municipal, onde Zeca Netto lavrou uma ata de registro do acontecimento e emitiu telegramas comunicando o fato ao presidente da República Arthur Bernardes, o Ministro de Guerra Setembrino de Carvalho e o chefe político oposicionista Joaquim Francisco de Assis Brasil.

O comandante daquele episódio, José Antônio Netto, popularmente conhecido como Zeca Netto, era um veterano dos conflitos armados sul-rio-grandenses. Estancieiro da região de Camaquã, foi membro do PRR e participou da guerra civil de 1893 pelo partido situacionista. Posteriormente, rompeu com Borges de Medeiros, tornando-se oposicionista e um dos principais líderes do movimento armado de 1923. Fez parte ainda dos levantes tenentistas ocorridos entre os anos de 1924-1926 e auxiliou na revolta de 1930. Segundo o relato de Cecília Assis Brasil, Netto era uma figura peculiar: “sempre o mesmo homem, fumando os seus cigarrinhos, puxando o pigarro, esfregando as mãos e dizendo que o tempo está bom para uma invasãozinha...”.¹⁷ Naquela madrugada de outubro de 1923, então com 69 anos de idade, o homem¹⁸ protagonizou uma de suas principais invasões.

De acordo com o entendimento do próprio chefe militar, Pelotas representava a segunda cidade do estado, um município central e comercial que com a sua tomada estratégica demonstraria ao presidente Arthur Bernardes que a posição de Borges de Medeiros não era “tão forte como o governo federal havia sido informado”, o que possivelmente

16 MAGALHÃES, Op. Cit., 2017, p. 239-240

17 ASSIS BRASIL, Cecília. *Diário de Cecília Assis Brasil*. Org. por Carlos Reverbel. Porto Alegre: L&PM, 1983, p. 150.

18 Do lado situacionista, através de jornais como *Diário Popular* e *A Federação*, era comum se referir a Netto como “Zeca Veado”, uma alusão ao animal e ao suposto fato do general estar sempre correndo e fugindo do confronto com as tropas legalistas.

implicaria em condições mais favoráveis aos rebeldes nas negociações da paz ou em uma possível continuidade da luta armada. Além disto, entendia que as circunstâncias eram propícias para uma tentativa de invasão.¹⁹ Segundo Mario Osório Magalhães, Pelotas esteve sempre muito bem guarnecida em sua defesa, mas, naquele momento houve um menosprezo, pelo lado governista, à capacidade ofensiva das tropas de Netto, tendo em vista que diversos regimentos da Brigada Militar local foram deslocadas para auxiliar em outras frentes de luta no território estadual.²⁰ Com esta descrença sobre um possível ataque, o intendente municipal Pedro Osório, ao ser comunicado por um soldado sobre a proximidade de rebeldes na região durante a madrugada do evento, teria respondido: “vá dormir, não pense em Netto, que está sempre anunciando vir, e cá não tem vindo e nem virá”.²¹ O veterano das lidas armadas acabou surpreendendo e indo.

O episódio ganhou ampla repercussão e ficou conhecido como um dos principais feitos do grupo oposicionista na guerra civil.²² Não por acaso, foi um tema que mobilizou amplo trabalho de fotógrafos despontou como um dos favoritos no projeto do Álbum dos Bandoleiros. As fotografias do episódio remetem a alguns aspectos fundamentais na tentativa de construção de um determinado imaginário²³ e memória coletiva da guerra civil.²⁴ Em primeiro lugar, destaca-se a ênfase em definir o evento como um “fato heroico” e uma contundente vitória militar do lado rebelde. Tomar uma cidade como Pelotas, importante

19 NETTO, Po. Cit., 1983, p. 97-100.

20 MAGALHÃES, Op. Cit., 2017, p. 239.

21 NETTO, Op. Cit., 1983, p. 97-100.

22 O episódio parece ter adquirido ampla repercussão na época. O pesquisador Pedro Caldas transcreve algumas matérias de jornais pelotenses do período que evidenciam o êxtase em torno da presença das tropas oposicionistas na cidade (CALDAS, Op. Cit., 1995, p. 65-70).

23 Sobre construção de imaginários e suas nuances políticas, ver: BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. v.1: Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984. p.296-331 e GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

24 Sobre as operações de enquadramento da memória coletiva, ver: POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p. 3-15, 1989 e POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, p. 200-212, 1992.

centro urbano, econômico e político do estado, conforme havia previsto Netto, significava um triunfo moral de grande importância para as tropas opositoras, na medida em que aumentava o ânimo e a esperança do grupo, enfraquecia a confiança de Borges de Medeiros e pressionava o governo federal para encaminhar uma solução ao conflito e que fosse favorável aos revoltosos. É preciso lembrar que Pelotas contava com uma forte adesão ao PRR e a Borges de Medeiros, sendo ao longo de toda a Primeira República governada por adeptos do partido. Neste cenário, a sua conquista e a exibição visual do apoio recebido pelas tropas por parte da população significavam uma demonstração de força política dos setores oposicionistas na zona sul do estado.



Figura 1. Conjunto de fotografias sobre a tomada de Pelotas
Fonte: Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 8ªed., 1924, p. 21

O conjunto de fotografias anterior sugere estes aspectos (Figura 1). A primeira e última imagem da sequência em destaque apresentam as tropas bandoleiras desfilando pelas movimentadas ruas da cidade e conduzindo adversários como prisioneiros, denotando a superioridade e vitória militar dos rebeldes, bem como a sua comemoração. Na segunda

imagem, a tropa se encontra em frente ao Mercado Público, em marcha rumo ao prédio da Intendência, edifício ao fundo na esquina com o Mercado. No trajeto, as forças aparecem cercadas pelo povo, que segundo a legenda fotográfica, “as vitoriava, jogando-lhes flores”. De acordo com Zeca Netto, apenas “as onze horas, conduzido por uma compacta massa popular” teria chegado à “Intendência, onde se encontravam os principais vultos daquela cidade pertencentes ao credo revolucionário”.²⁵

Na imagem, torna-se visualmente quase impossível diferenciar soldados e civis, dado o grau de proximidade e aglomeração da multidão, sugerindo a efusividade daquele momento de confraternização. Ainda que não seja possível sabermos se todos aqueles presentes eram apoiadores do oposicionismo, meros curiosos ou até mesmo se concordavam com a invasão, todavia, as “multidões em cena” na fotografia possuíam o objetivo simbólico de construir um mito de unidade, convencer e mascarar divisões e divergências internas.²⁶

Em outro momento, já durante a retirada das tropas, Netto teria sido convidado a tomar um café na residência de um correligionário, em um episódio que igualmente sugere a união e apoio da população com as tropas:

[...] com dificuldade pude entrar na casa, onde vindo o café para cima de uma mesinha, esta girava para todos os lados, com empurrões daquelas pessoas que desejavam abraçar-me. A xícara de café ficou cheia de pétalas de rosas. [...] já ao pôr do sol cheguei à casa de negócios de Carlos Brauner, onde fiz uma leve refeição, porque desde o meio dia anterior não havia comido, e somente havia tomado a xícara de café com flores.²⁷

Na terceira fotografia, uma parada de cavaleiros e andantes presta homenagens ao jornal *O Rebate*, órgão de imprensa de oposição ao PRR no âmbito local, dirigido por Fredianno Trebbi e que ao longo da revolta sofreu vários atentados e uma tentativa de empastelamento.²⁸ A homenagem ao diário e seus responsáveis, pode ser compreendida

25 NETTO, Op. Cit., 1983 p. 102.

26 CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, p.66-67.

27 NETTO, Op. Cit., 1983, p.103.

28 LONER, Beatriz. *O Rebate*. In: LONER, B. A.; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osorio (Orgs.) *Dicionário da História de Pelotas*. 3ed. Pelotas: EdUFPel, 2017, p. 237.

pela relevância da imprensa durante a revolta. Ao longo das batalhas, principalmente nos maiores centros urbanos, como Porto Alegre e Pelotas, uma das principais armas utilizadas estava localizada nos parques gráficos dos jornais simpatizantes ou partidários. Para além do choque armado, o conflito foi caracterizado por uma constante disputa de discursos e construções de visões de si e do outro, através da qual a luta simbólica²⁹ com o uso das palavras e representações desempenhou um papel fundamental. Esta luta, parte do jogo político da época, teve continuidade após a pacificação do estado, seja através dos jornais e suas interpretações sobre aquele tumultuado ano, seja através do discurso visual construído pelo *Álbum dos Bandoleiros*.

As imagens do episódio destacam o elemento de adesão e comunhão entre tropas rebeldes e os moradores da cidade de Pelotas. Nas fotografias, Zeca Netto e seus comandados aparecem cercados e imersos em uma multidão de pessoas que parece confraternizar e comemorar a presença da coluna na cidade.



O "Condor dos Tapes" recebendo as estrondosas ovações dos leaes "bandoleiros" da cidade

Figura 2 - Tropas de Zeca Netto desfilam pela cidade de Pelotas
 Fonte: *Álbum dos Bandoleiros*, Porto Alegre, 8ªed., 1924, p. 25

Na imagem acima (Figura 2), a multidão realiza a abertura de um corredor para que Zeca Netto pudesse desfilir triunfante em meio ao povo, em uma completa deferência da população e dos comandados pelo general, enquanto o “Condor dos Tapes” recebia ali as “estrondosas ovações dos leais “bandoleiros” da cidade”. Nesta cena, é preciso destacar que Netto havia diretamente ido até a Intendência Municipal e assumido o posto do então intendente do PRR, assim como lavrado a ata da ocupação, registrando para a posteridade através da ata e dos telegramas, os episódios ocorridos em 29 de outubro de 1923. Registro e perpetuação que o projeto de publicação do álbum também objetivou documentar através das fotografias dos acontecimentos, personagens e localidades nos quais a guerra civil havia saído “vitoriosa”.

Ao atentarmos para as imagens é possível concluir que o evento foi realmente grandioso, um ato heroico de uma das colunas militares da revolta que consegue bravamente tomar o poder de uma das principais cidades do interior do Rio Grande do Sul. Ao olharmos para elas, tem-se a certeza de que os opositores foram de fato os grandes vencedores, já que, conforme problematiza Susan Sontag, uma das principais características das fotografias é fornecer provas sobre determinados acontecimentos que suscitam dúvidas, mas que parecem comprovados através da visualização de uma fotografia.³⁰ A narrativa imagética indica que tropas bandoleiras derrotaram os adversários, ocuparam a localidade, desfilaram pelo centro urbano, invadiram o prédio da Intendência e tomaram o poder municipal, sendo aclamados pela multidão local como os “libertadores” da cidade e do estado.

Entretanto, outros olhares e pontos de vista também podem ser possíveis. De acordo com alguns relatos, a invasão do município não teria ocorrido de forma tão imponente como aquela sugerida pelo álbum fotográfico, já que a defesa local por parte da Brigada Militar teria sido bastante limitada, não havendo batalhas de grandes proporções e a ocupação do município tendo durado apenas cerca de 6 horas, com as tropas rebeldes tendo batido em retirada a fim de evitar confrontos de maiores proporções. Além disto, as fotografias também apontam para uma suposta epopeia de Zeca Netto, o “grande herói, bandoleiro e conquistador da cidade”. No entanto, conforme sugere Mario Osório

30 SONTAG, Susan. *Ensaio sobre fotografia*. Rio de Janeiro: Arbor, 1981, p. 5.

Magalhães, Netto, juntamente com seu estado-maior, teria permanecido todo o tempo nas dependências do Hotel Colonial, localizado na zona norte da cidade, tendo se deslocado para o desfile no centro da cidade apenas após receber o aviso de que os pontos legalistas estavam derrotados.³¹

Para além do debate sobre os detalhes e interpretações controversas sobre o episódio, o aspecto fundamental talvez esteja menos vinculado ao acontecimento histórico em si e suas diferentes nuances, e, sim, mais preso à sua memória e de como esta foi elaborada e reelaborada através da escolha de determinadas imagens em detrimento de outras, através de algumas lembranças e diversos esquecimentos.³² Esta operação de enquadramento de uma determinada memória e versão dos acontecimentos,³³ e sua divulgação pela sociedade gaúcha, era justamente um dos intuitos centrais dos registros político-visuais do episódio.

Conquista ou ocupação momentânea, precaução ou vitória militar de Netto, seja como for e possam ser lidos os episódios ocorridos naquele dia, o evento adquiriu um lugar de proeminência na memória coletiva da luta armada de 1923 e de, principalmente, os moradores de Pelotas, tendo sido evocado e reelaborado durante décadas depois e, até mesmo, nos dias de hoje. Segundo Pedro Caldas, era muito comum os habitantes de Pelotas na década de 1950 se utilizarem da expressão “Chegou o Zeca Netto!”, que costumava ser proferida quando se ouviam fogos de artifício na cidade, em uma alusão aos sons de tiroteios ocorridos durante os confrontos de 1923.³⁴ No mesmo sentido as reminiscências podem ser percebidas através de manifestações culturais, como por exemplo, na música “Satolep” de autoria do compositor Vitor Ramil, que faz menção ao episódio: “Muito antes das charqueadas, da invasão de Zeca Netto, eu existo em Satolep...”³⁵

Além das imagens da multidão no centro da cidade e do desfile de Zeca Netto, outra fotografia é emblemática. Trata-se do retrato de dois

31 MAGALHÃES, Op. Cit., 2017, p. 239.

32 SCHWARCZ, Lilia M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2013, p. 520.

33 POLLAK, Op. Cit., 1989, p. 6-9.

34 CALDAS, Op. Cit., 1995, p.110-114.

35 RAMIL, Vitor. Satolep. In: *A paixão de V segundo ele próprio*. Porto Alegre: Som Livre, 1984.

bandoleiros anônimos da coluna posando para o fotógrafo em frente ao prédio da intendência municipal após sua ocupação. Segundo Mario Osório Magalhães, após a passagem de Netto pela intendência, o prédio foi ocupado por populares, que arrombaram a porta e teriam destruído um retrato de Borges de Medeiros.³⁶

A fotografia apresenta alguns aspectos peculiares em torno da relação entre fotografia e política, imagem e poder simbólico, elementos que permearam a guerra civil de 1923, as páginas do *Álbum dos Bandoleiros* e os registros da ocupação de Pelotas. Na cena, dois homens, vestindo os trajes improvisados de soldados das forças oposicionistas e cada qual portando uma arma de fogo, um deles com uma flor dependurada em seu cano (novamente as flores, como no desfile das tropas e no café tomado por Zeca Netto), posam para a lente do fotógrafo. Um deles segura um retrato ampliado, virado de ponta cabeça, do presidente estadual Borges de Medeiros.

Segundo a identificação da legenda, os “dois heróis da tomada da cidade” teriam arrancado da intendência municipal o retrato do presidente e carregado consigo, como uma espécie de prêmio e recordação daquele momento vitorioso. O ato de apoderar-se da fotografia se tratava de uma contundente ação simbólica: invadir a sede do poder municipal, apossar-se do retrato de Borges de Medeiros, que possivelmente estava exposto na parede da sala do gabinete do intendente, e, após isto, deixar-se fotografar portando aquele troféu (possivelmente de maneira conscientemente irônica o virando de ponta cabeça), significava a vitória do movimento armado, a superioridade dos oposicionistas e a decadência de Borges de Medeiros como um ícone do poder legalista no Rio Grande do Sul. Tratava-se de um imagem-símbolo que ao ser conquistado demonstrava a vitória da luta bandoleira e insinua uma metáfora peculiar: assim como aquele retrato havido sido expurgado da parede do poder municipal, seria o presidente deposto da presidência estadual através das armas oposicionistas. Ato simbólico que demonstra o poder de uma imagem em um momento peculiar, contexto eternizado pelo registro fotográfico e sua reprodução na coletânea do *Álbum dos Bandoleiros*.

36 MAGALHÃES, Op. Cit., 2017, p. 239.



Dois heroes da tomada da cidade, retrato
arrancado da Intendencia Municipal.

Figura 3 - Dois bandoleiros seguram uma imagem de Borges de Medeiros

Fonte: Álbum dos Bandoleiros, Porto Alegre, 8ªed., 1924, p. 22

Ademais, a cena também aponta para os usos e penetrações das imagens fotográficas na sociedade e política daquele momento histórico. Os homens fotografados reconheciam a figura de Borges de Medeiros, embora possivelmente tenham o visto apenas através de fotografias na imprensa, cartazes ou quadros. Da mesma maneira possuíam um conhecimento sobre a importância daquele artefato visual, justamente por se tratar da representação da figura e do poder político do chefe do

governo estadual e do PRR, com isto, um símbolo a ser manipulado e utilizado, seja como forma de veneração e exaltação, seja como mecanismo de crítica e deboche.

Para finalizar, cabe destacar que não apenas da invasão proporcionada pelas tropas de Zeca Netto a cidade de Pelotas e os bandoleiros pelotenses foram fotografados e tiveram suas imagens em circulação na sociedade da época. Outros episódios, aspectos e personagens envolvidos com a localidade e a revolta também compuseram as páginas do *Álbum dos Bandoleiros*.



Dr. Maciel Junior, deputado federal, chefe político de grande prestígio na causa redemptora de 1923.



Chegada do dr. Assis Brasil à Pelotas.



Uma parte do Comitê Organizador da capital para o Estado de Pelotas, da esquerda para a direita: dr. Dr. Roberto Duarte, Dr. Francisco Mendes, Dr. José Pereira Lima, Dr. Urbano Garcia, Dr. João de Paula Paula, Leopoldo Sousa Soares, Cel. Paulo, Sr. Chico, Dr. Thomas MacLaren, Dr. Renato Costa, Benedito, Antônio, Dr. Thomas MacLaren, Dr. Fereira, Benedito Pereira, Dr. Assis Brasil e Álvaro Rêgo.

Figura 4. Coletânea de imagens de Pelotas no *Álbum dos Bandoleiros*.
Fonte: Mosaico de fotografias publicadas pelo álbum e produzida pelo autor, retiradas de *Álbum dos Bandoleiros*, Porto Alegre, 8ªed., 1924, p. 44, p. 45, p. 70.

A coletânea de imagens anterior (figura 4) ilustra as múltiplas leituras realizadas pelos fotógrafos em torno de Pelotas e sua importância no movimento armado de 1923. Estes aspectos aparecem através dos registros sobre a passagem de Assis Brasil pela cidade na estação ferroviária que, mesmo em um dia chuvoso, reunia dezenas de apoiadores; ou ainda

na galeria dos políticos pelotenses ilustres para a causa oposicionista, dentre eles o deputado federal Antunes Maciel Júnior ou os médicos da Santa Casa de Pelotas, como Urbano Garcia, Francisco Simões e outros, importante grupo apoiador da revolta na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolução de 1923 se encerrou oficialmente com a assinatura do tratado de paz em 14 de dezembro daquele ano, semanas após a passagem das tropas comandadas por Zeca Netto em Pelotas. Como fora desde o seu início, o conflito também se encerrou repleto de polêmicas. Neste contexto, a cidade de Pelotas é emblemática em diversos sentidos. As lideranças pelotenses não aceitaram os termos da paz e criticaram o acordo assinado por Assis Brasil com os adversários, tendo em vista que ele previa a permanência de Borges de Medeiros no governo estadual,³⁷ algo inconcebível para os próceres locais. O principal jornal oposicionista municipal, *O Rebate*, após diversas perseguições sofridas, foi finalmente fechado, abrindo espaço para o surgimento de um novo órgão de imprensa contrário ao PRR, o jornal *O Libertador*, jornal oficial da Aliança Libertadora na cidade. Além disto, a controversa passagem de Zeca Netto e seus homens, com todos seus significados e desdobramentos, permaneceu ecoando nas crônicas sociais e debates políticos pelotenses.

O desfecho da revolta também trouxe duas novidades importantes no cenário político social do Rio Grande do Sul da década de 1920. Uma delas, foi o surgimento de uma nova agremiação política de oposição no estado, a Aliança Libertadora e a eleição de diversos representantes da sigla ao congresso federal em 1924. Não à toa, o grupo trazia em sua gênese diversos nomes das elites pelotenses, por exemplo, Edmundo Berchon des Essarts, membro da comissão executiva da agremiação, e Antunes Maciel, um dos candidatos indicados e o mais prestigiado pelo grupo ao congresso federal. Em 1928, o agrupamento político seria convertido em Partido Libertador, consolidando o equilíbrio de forças políticas no âmbito estadual.

Outra novidade foi a publicação de um álbum fotográfico com centenas de imagens sobre o movimento armado e de ampla tiragem e

37 DAL FORNO, Op. Cit., 2020, p. 183.

circulação pelo estado. Através da publicação, as fotografias e narrativas sobre a tomada de Pelotas por Zeca Netto e de outros aspectos da cidade e seus habitantes circularam por diferentes mãos e olhos, contribuindo em uma tentativa de estabelecer uma determinada memória e imaginário sobre os acontecimentos de 1923.

REFERÊNCIAS

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições & a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

ASSIS BRASIL, Cecília. *Diário de Cecília Assis Brasil*. Org. por Carlos Reverbel. Porto Alegre: L&PM, 1983.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. v.1: Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984. p.296-331.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: EdUSP, 2008.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

DAL FORNO, Rodrigo. *O “Álbum dos Bandoleiros” da Revolução de 1923: uma análise de política e imagem no Rio Grande do Sul da década de 1920*. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015a.

DAL FORNO, Rodrigo. “A demonstração documentada para a história no futuro”: o Álbum dos Bandoleiros e o enquadramento da memória da Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul. *Semina* (UPF), v. 14, p. 40-66, 2015b. Disponível em: <http://www.seer.upf.br/index.php/ph/article/view/5310>. Acesso em 22 ago. 2020.

DAL FORNO, Rodrigo. “Como se em política fosse possível agir sem manhã, sem o senso de oportunidade”: o processo de formação e atuação do Partido Libertador e suas lideranças no Brasil Republicano (1922-1933). Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

CALDAS, Pedro Henrique. *Zeca Netto & a conquista de Pelotas*. Porto Alegre: Est, 1993.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: UFRGS, 1987.

FERREIRA FILHO, Arthur. *Revolução de 1923*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1973.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. 4.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LONER, Beatriz. Diário Popular. In: LONER, B. A.; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osorio (Orgs.) *Dicionário da História de Pelotas*. 3ed. Pelotas: EdUFPel, 2017.

LONER, Beatriz. O Rebate. In: LONER, B. A.; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osorio (Orgs.) *Dicionário da História de Pelotas*. 3ed. Pelotas: EdUFPel, 2017.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

MAGALHÃES, Mario Osório. Revolução de 1923. In: LONER, B. A.; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osorio (Orgs.) *Dicionário da História de Pelotas*. 3ed. Pelotas: EdUFPel, 2017.

NETTO, José Antônio. *Memórias do General Zeca Netto*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, p. 200-212, 1992.

POSSAMAI, Zita. *Cidade fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos de Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

RAMIL, Vitor. Satolep. In: *A paixão de V segundo ele próprio*. Porto Alegre: Som Livre, 1984.

SCHWARCZ, Lília M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

SONTAG, Susan. *Ensaio sobre fotografia*. Rio de Janeiro: Arbor, 1981.

TRUSZ, Alice. *A publicidade nas revistas ilustradas: o informativo cotidiano da modernidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

TRUSZ, Alice. Imprensa periódica ilustrada e política: a revista Kodak e a palheta republicana. Porto Alegre (1912-1913). *Tômo* (UFS), v. 1, n.23, p. 135-172, jul.-dez. 2013.

ÁLBUNS

Álbum dos Bandoleiros, Revolução Sul Rio-grandense – 1923. 1ª ed. Porto Alegre: Kodak/Barreto & Araújo, 1924. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (Porto Alegre/RS).

Álbum dos Bandoleiros – Revolução Sul Rio-grandense – 1923. 8ª ed. Porto Alegre: Kodak/Fernando Barreto, 1924. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

AS FOTOGRAFIAS 3X4 DOS TRABALHADORES DO FRIGORÍFICO ANGLO DE PELOTAS, RIO GRANDE DO SUL, 1942-1943

ARISTEU ELISANDRO MACHADO LOPES

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde sua invenção, nos anos 1830, a fotografia se transformou em um objeto de desejo.¹ Registrar as imagens de pessoas, de lugares, de paisagens, ou de quaisquer outras se tornou objetivo de muitos daqueles que tinham conhecimento e acesso a tal recurso. Em grande parte as fotografias tinham finalidades específicas, por exemplo, destinadas às memórias familiares, conservando para a posteridade a figura do ente querido ou da pessoa amada. Logo após o seu aparecimento, muitas fotografias foram produzidas em estúdios, no modelo *carte-de-visite*, difundido em 1852 pelo fotógrafo francês Eugène Disdéri.²

1 Sobre a história da fotografia, ver, em especial: KOSSOY, Boris. *Hercule Florence* A descoberta isolada da fotografia no Brasil. São Paulo: USP, 2006. ROUILLÉ, André. *A fotografia entre documento e arte contemporânea*. Trad. Constança Egrejas. São Paulo: Editora do SENAC São Paulo, 2009. FABRIS, Annateresa (Org.). *Fotografia: Usos e funções no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 2008.

2 Sobre o *carte-de-visite*, Ana Mauad observa: “O retrato mantém os mesmos padrões pictóricos, ganhando novos atributos no que diz respeito aos elementos de composição da foto, tais como: cenário e pose. Mas o que definitivamente revolucionou a arte do retrato foi a invenção, em 1852, pelo fotógrafo francês Eugène Disdéri, do formato *carte-de-visite*, um retrato de proporções reduzidas (6x10cm), que poderia ser copiado às dúzias, trocado, guardado e presenteado, acompanhado de uma dedicatória que remetia a imagem a alguma forma de relação entre quem

Para além desses exemplos, a fotografia foi aproveitada para outras finalidades. Nos conflitos bélicos, ela serviu para captar os campos de batalha, os líderes, a paisagem do lugar, os soldados – vivos, feridos ou mortos. A fotografia adquiria uma funcionalidade permitindo dar a ver os registros das guerras para aqueles que estavam distantes dos cenários dos combates.³

Nos campos da saúde e da justiça, ela também foi importante aliada para o registro e classificação de pessoas. Na França, em 1858, o *Hospital Salpêtrière* publicou o primeiro tomo da obra *Iconographie photographique de la Salpêtrière* e, em 1868, o Hospital Saint-Louis abriu um estúdio de fotografias que originou duas publicações: *Clinique Photographique de l'Hôpital Saint-Louis* e *Revue Photographique des Hôpitaux de Paris*.⁴ No que se refere à justiça, a fotografia foi utilizada para o registro sistemático de presos. Alphonse Bertillon, funcionário da *Préfecture de Police de Paris* desenvolveu, a partir de 1882, uma “reformulação total de elaboração e sistematização de retratos fotográficos policiais, através de um novo conjunto de regras, procedimentos específicos e equipamento próprio”.⁵ O tipo de retrato fotográfico criado por ele ficou conhecido como o modelo de frente/perfil “que obedece a uma série de regras muito precisas e rigorosas”,⁶ ou seja, as fotografias tinham por base oferecer uma “mensuração antopométrica (a medida em números de cada parte fixa do corpo: nariz, olhos, queixo, dedos, pés, orelhas, etc)”⁷ dos fotografados.

dava e recebia a imagem.” MAUAD, Ana Maria. *Poses e Flagrantes: ensaios sobre história e fotografias*. Niterói: Editora da UFF, 2008, p.129.

3 No século XIX, a Guerra da Criméia (1853-1856), a Guerra de Secessão (1861-1865) e a Guerra do Paraguai (1864-1870) foram fotografadas. No século XX, a cobertura fotográfica das guerras se ampliou e foi generalizada. Destaca-se, entre muitas outras, a atuação do fotógrafo Robert Capa (1913-1954) que fotografou a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), a Segunda Guerra Mundial, no período entre 1941 e 1945, o período político da ascensão do estado de Israel entre 1948 e 1950 e a Guerra da Indochina em 1954. Capa morreu nesse ano ao pisar em uma mina terrestre em Thai Binh (atual Vietnã) enquanto realizada uma reportagem para a *Life Magazine*. CAPA, Robert. *Ligeramente Desenfocado*. Madrid: La Fabrica, 2015. KERSHAW, Alex. *Sangue e champagne*. A vida de Robert Capa. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

4 ROUILLÉ, André. *A fotografia entre documento ...op. cit*, p.114-115.

5 SÁ, Leonor. *Infâmia e fama*. O mistério dos primeiros retratos judiciais em Portugal (1869-1895). Lisboa: Edições 70, 2018, p. 41.

6 Ibidem, p.42.

7 DUBOIS, Philippe. *O Ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papirus, 1993, p.241.

Diante do exposto, fica nítido que o ato fotográfico foi se tornando cada vez mais usual no cotidiano das populações e também dos estados, sobretudo no que se refere ao registro e a tentativa de controle das pessoas. Como aponta Ana Mauad: “No plano do controle social, a imagem fotográfica foi associada à identificação, passando a figurar, desde o início do século XX, em identidades, passaportes e nos mais diferentes tipos de carteiras de reconhecimento social”.⁸

O objetivo do texto deste capítulo é analisar uma seleção de fotografias 3x4 a fim de perceber os modos de se fotografar nesse formato e as peculiaridades do trabalho fotográfico que registrava imagens para confecção de documentos de trabalhadores. As fotografias 3x4 foram produzidas para um fim específico: as solicitações de carteiras profissionais, feitas por trabalhadores que estavam vinculados às obras de readequação do prédio do Frigorífico Anglo de Pelotas, nos anos 1930/1940.⁹ Essas fotografias estão afixadas nas fichas de qualificação profissional – documento que registrava os dados pessoais e profissionais dos solicitantes e que era a base à confecção da carteira profissional. O uso das fotografias nas carteiras profissionais vai ao encontro do que foi afirmado por Ana Mauad: o governo de Getúlio Vargas, na teoria, constituiu uma proposta de controle social mediante uma política de arquivamento dos dados e fotografias dos trabalhadores solicitantes de carteira.

OS TRABALHADORES NO FRIGORÍFICO ANGLO¹⁰

A pesquisa já localizou 162 fichas de trabalhadores vinculados ao frigorífico.¹¹ A maioria das solicitações foi encaminhada no ano de 1942, totalizando 145. As demais estão divididas nos anos de 1934, 1939 e 1941. As novas instalações do prédio do Frigorífico Anglo foram inauguradas em 1943,¹² um ano após a maioria das solicitações, ou seja, os solicitantes não estavam atuando nas linhas de produção do frigorífico.¹³ Como destacado em texto anterior: “os trabalhadores exerciam profissões variadas como: carpinteiros, mecânicos, operários, pedreiros, serventes, motoristas, entre outros. Até o momento da pesquisa – 1944 – foram encontrados apenas 6 magarefes, únicos profissionais especializados”.¹⁴ Por enquanto, nos dados encontrados, todos os trabalhadores são homens, mas não significa que as mulheres não participaram, ao contrário, a mão de obra feminina foi intensa nas linhas de produção.¹⁵

O Frigorífico Anglo se tornou uma das principais indústrias da cidade, gerando muitos empregos nas suas variadas seções de produção¹⁶, mas, igualmente, a demanda por mão de obra também variava conforme os períodos de safra e de acordo com o mercado:

Era uma produção de safra e, portanto, havia sazonalidade na fabricação dos produtos. Regularmente, havia períodos de alta produção e eventualmente, por razões de mercado, esses períodos alargavam-se e intensificavam-se. Também a ocupação dos prédios era muito funcional. Sendo uma indústria voltada para o mercado exterior, era cadenciada pela demanda das exportações e fiscalizada pela vigilância federal, ou seja, sujeita a regras exigentes e cambiantes.¹⁷

Em outras palavras, admissões e demissões de trabalhadores foram constantes ao longo dos anos de funcionamento do frigorífico. Inclusive,

10 A participação dos trabalhadores no Frigorífico Anglo de Pelotas já foi analisada pelo autor, em co-autoria com Mônica Renata Schmidt, em artigo publicado na *Revista Tempos Históricos*, em 2018: LOPES, Aristeu. SCHMIDT, Mônica Renata. Os trabalhadores no Frigorífico Anglo de Pelotas no Acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul: história, memória e fotografia. *Revista Tempos Históricos*, v. 22, p. 398-423, 2018. Nesse artigo foi apresentado um histórico sobre o frigorífico Anglo e analisadas 45 fotografias. Agora, neste capítulo, serão analisadas outras 60 fotografias que não integraram a análise realizada no texto anterior.

17 MICHELON, Francisca Ferreira. O Memorial do Frigorífico Anglo de Pelotas: um lugar de memória no frio espaço do esquecimento. *Museologia & interdisciplinaridade*. Vol. 11, nº 4, maio/junho, 2013, p. 127.

alguns daqueles que estavam trabalhando nas obras foram mantidos depois da inauguração, embora se saiba que muitos acabaram demitidos meses depois. Mônica Schmidt, ao estudar os processos movidos pelos trabalhadores do Frigorífico na Justiça do Trabalho de Pelotas, dividiu o conjunto dos processos em quatro tipos:

- 1) processos iniciados por trabalhadores que desenvolveram suas atividades nas obras de reconstrução dos edifícios do frigorífico; 2) processos iniciados por trabalhadores das obras e que depois foram reaproveitados para outras atividades no interior da empresa; 3) processos de trabalhadores que exerciam funções especializadas e específicas em cada seção do frigorífico e 4) processos de trabalhadores que não mencionaram a sua função, portanto, não se sabe em qual seção do frigorífico estavam atuando.¹⁸

A partir da divisão feita pela autora, fica evidente que alguns deles foram recontratados ao final das obras. Essa é a situação do primeiro trabalhador da figura 1, José Talavera, nascido em 14 de outubro de 1918, em Pelotas. A solicitação de sua carteira profissional, embora a ficha não tenha registrado o dia, foi encaminhada em 1942, conforme a data da placa fixada em sua roupa.



Figura 1: profissões variadas. José Talavera (soldador elétrico), Sílvio Ferreira (agricultor), Carlos Mariathi Moreira Santos (auxiliar de comércio), Sylvio de Souza Terra (comércio), João Orlando Vasques (motorista), Porfirio Corrêa (pintor), Kristian Normann Eriksen (maquinista), Joaquim Fonseca (servente), Idalino Costa Mattos (servente), Nereu Nery da Cunha (não declarou), Alfredo de Souza Manhães (servente), Lourival Dias Vieira (operário). Acervo: DRT/RS-NDH/UFPel

18 SCHMIDT, Mônica Renata *Na luta por direitos: os trabalhadores do Frigorífico Anglo de Pelotas e a Justiça do Trabalho (1943-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pelotas, 2017, p.02.

Em seus dados pessoais, consta que ele era branco, cabelos grisalhos e olhos castanhos. Ainda, que era casado, com dois filhos e a esposa como dependentes. A profissão registrada é soldador elétrico. José Talavera manteve o vínculo com o frigorífico após o fim das obras; possivelmente por causa da sua profissão, importante para a manutenção dos equipamentos. O trabalhador faleceu, em um acidente de trabalho, no dia 23/02/1946.¹⁹

Nota-se que esse trabalhador, da mesma forma que os demais dessa figura, fez sua fotografia 3x4 em estúdio. Todos se apresentaram diante do fotógrafo usando paletó e gravata, alguns, inclusive, com o modelo borboleta, enquanto o penúltimo usa um lenço. Esses trabalhadores foram fotografados entre os anos de 1942 e 1943 enquanto o último foi fotografado sem a data, uma exigência à solicitação da carteira, embora a data de sua ficha também registrasse que o pedido foi feito em 1942.²⁰ Ao que tudo indica, seu pedido foi encaminhado mesmo com a falha, já que sua ficha, com essa fotografia, foi arquivada pela DRT/RS.

Os nove primeiros foram fotografados no mesmo estúdio, como se verifica pelo fundo neutro que é igual em todas elas e pelo modelo idêntico da placa. Provavelmente, o último também escolheu o mesmo estúdio, o que indica que a falta da placa com a data foi um equívoco do fotógrafo. Já o antepenúltimo e o penúltimo realizaram suas fotografias em outro estúdio, pois suas placas são diferentes daquela dos demais.

Como destacado acima, as profissões registradas nas fichas eram variadas. No conjunto dos trabalhadores da figura 1, a ficha do segundo trabalhador registrou agricultor como profissão, o que parece ser muito distante das necessidades de mão de obra exigidas à readequação do prédio em andamento naquele momento. Uma possível hipótese para explicar a escolha do trabalhador em apontar essa profissão é que esta era, de fato, a sua ocupação e que as obras no frigorífico foram uma alternativa para obter renda. Ao término do vínculo, ao buscar um novo emprego, poderia se apresentar com a profissão escolhida já registrada em sua carteira. Essa explicação também se aplica para outras duas

19 Informação repassada por sua neta materna, Cecília Bastos, por e-mail, em 08 de junho de 2020.

20 A ficha desse trabalhador tem outra fotografia, com data de 1945. A ficha não explica o porquê, mas geralmente uma segunda fotografia estava relacionada com a solicitação de uma segunda via.

profissões registradas em fichas de trabalhadores dessa figura. O terceiro foi registrado como “auxiliar de comércio” e o quarto apenas como “comércio”.

O sétimo trabalhador, o maquinista Kristian Normann Eriksen, desempenhava uma ocupação especializada e fundamental para o funcionamento do frigorífico: ele trabalhava nas máquinas que possibilitariam todo o processo de frigorificação da carne. Como destaca Francisca Michelin, a casa das máquinas estava “em contínua operação porque os setores dependiam do maquinário que mantinha o frigorífico em funcionamento”.²¹ Enquanto os pedreiros, serventes, carpinteiros e outros trabalhadores estavam atuando na reconstrução do prédio, esse trabalhador estava ocupado com a parte técnica, ou seja, com o maquinário. E ele não trabalhava sozinho, ao seu lado havia outros dois maquinistas.²² As fichas dos três trabalhadores registraram sua residência como sendo o Hotel Aliança, localizado na Rua Quinze de Novembro, 666.²³ Os três residiam no hotel por que eram estrangeiros nascidos na Dinamarca, o que demonstra se tratar de profissionais especializados, que poderiam retornar ao seu país de origem após o fim do trabalho ou permanecer na cidade. Possivelmente, os demais três trabalhadores que também indicaram maquinista como profissão auxiliavam o trabalho realizado pelos estrangeiros.²⁴

21 MICHELON, Francisca. *Sociedade Anônima Frigorífico Anglo...* op. cit, p. 72.

22 As fotografias dos outros dois trabalhadores, Gunnar Christinsen e Paul Erik Vigenberg, estão reproduzidas no artigo publicado na Revista *Tempos Históricos*, figura 1, segundo e terceiro trabalhadores, respectivamente.

23 O Hotel Aliança foi inaugurado ainda no século XIX e foi considerado um dos melhores da cidade. Da sua fundação aos anos 1930 o hotel “passa por várias mudanças, melhorando sua estrutura construtiva, com constantes reformas, e instalando os serviços básicos como água encanada, luz elétrica, esgotos, à medida que estes serviços eram disponibilizados na cidade.” MÜLLER, Dalila, HALLAL, Dalila, TEIXEIRA, Larissa. Hotel Aliança: mais de 100 anos de história em Pelotas/RS (1843-1968). In: Portigliatti, Bruno; Monteiro, Ricardo; Brambilla, Adriana; Vanzella, Elídio. (Org.). *Turismo & Hotelaria no contexto da história*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020, p.176. Contudo, conforme as autoras, no período que os três trabalhadores do Anglo estavam hospedados, o hotel já encontrava-se em uma fase de declínio, ocasionado pelo fim das atividades econômicas e por um processo de modernização da cidade, o qual, por exemplo, possibilitou o surgimento de novos hotéis, o que leva a crer que os trabalhadores pagavam um valor módico pela hospedagem.

24 Francisca Michelin reforça essa constatação ao observar que “tanto a bibliografia consultada como os entrevistados indicaram que ao longo da existência do Frigorífico, os cargos diretores

É possível considerar que esses trabalhadores escolheram suas melhores roupas para desempenhar o ato de se deixar fotografar. A fotografia, como forma do registro para fins de memória familiar, deveria ser feita com seus “trajes domingueiros” ou “roupa de sair (de casa) ou de festa”, como explica Miriam Moreira Leite.²⁵ O registro fotográfico em um estúdio e com a possibilidade de usar a melhor roupa – da mesma forma que os trabalhadores da figura 1 – não foi o que ocorreu com um grupo significativo de trabalhadores que atuavam nas obras do frigorífico. As figuras seguintes (2, 3, 4 e 5) apresentam fotografias realizadas fora de um estúdio fotográfico e todas no mesmo dia: 11 de setembro de 1942.

Nessa data um grupo de trabalhadores se reuniu em algum lugar na cidade de Pelotas e foram, coletivamente, fotografados.²⁶ A fotografia 3x4 foi produzida por um fotógrafo que trabalhava na cidade, embora não seja possível apontá-lo.²⁷ Essa constatação é feita ao comparar o modelo da placa usada nas fotografias dos nove primeiros fotografados da figura 1 com o modelo da placa usado em todas as fotografias dos trabalhadores das demais figuras. Nesse sentido, o fotógrafo foi ao encontro dos trabalhadores levando não apenas a sua câmera fotográfica, mas também a placa que atestava a data da realização do registro. Nas fotografias também consta outra numeração, a qual era utilizada pelo fotógrafo para identificar o fotografado logo após a revelação.

e de melhor remuneração foram ocupados por estrangeiros, sempre trazidos pela empresa de outros locais. A mão de obra operária era local, da região e até de outros estados.” MICHELON, Francisca. *Sociedade Anônima Frigorífico Anglo...* op. cit, p.56.

25 LEITE, Miriam. *Retratos de família*. São Paulo: EDUSP, 1993, p.97.

26 Não é possível apontar o frigorífico como o local de realização das fotografias, já que há 11 trabalhadores da Companhia Cervejaria Sul Brasil, localizada Rua Benjamin Constant, 51, também fotografados no mesmo dia e em iguais condições. Como o prédio da Cervejaria se localiza próximo aquele do frigorífico, e como o total de trabalhadores vinculados ao Anglo é muito superior, há uma possibilidade dos trabalhadores da Cervejaria terem se deslocado até o frigorífico, o que apontaria este como o local de realização dos registros. No entanto, não há informações suficientes que permitam confirmar essa hipótese.

27 Conforme levantamento realizado no *Almanack Laemmert*, nas as edições publicadas nos anos de 1930, 1931, 1935, 1936, 1937, 1938 e 1940, Pelotas contava com cinco ateliers fotográficos. No entanto, não foi possível identificar se as fotografias 3x4 analisadas no capítulo foram produzidas por um dos profissionais que trabalhavam nesses ateliers. ALMANACK LAEMMERT: Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.



Figura 2: pedreiros e serventes. Cesário Florisbelo Ferreira (pedreiro), Waldemar Machado Nilarco (servente), Manoel Rolim (pedreiro), Albino Schuman (pedreiro), Isabelino Centeno (pedreiro), Juvelino Conceição Ferreira (servente), José Alves de Macedo (servente), Manoel Pacheco (pedreiro), Assis Aquino Herreira (servente), Joaquim Fonseca (servente), Basílio Soly Silveira (pedreiro), Ivo José Barcellos (pedreiro). Acervo: DRT/RS-NDH/UFPel



Figura 3: serventes. Jorge Modesto Ferreira, José Amaral, Alfredo Antonio Gautério Neto, Miguel Castro Alves, Dinarte Guerreiro, José Francisco Rodrigues, Assis Soares Guerreiro, Oscar Ildefonso Centeno, Waldemar Dias de Souza, Oscar Geraldo Julio Ferreira, Egidio Acunha e Ercílio Barros Pereira. Acervo: DRT/RS-NDH/UFPel



Figura 4: carpinteiros. Claro Cunha, Francisco de Assis Moraes, Oswaldo Machado Coelho, Theodoro Leitzke, Francisco Alves Ferreira, Ambrozio da Conceição Vieira Duro, Itatiaia Itagiba Teles, Vivaldino Machado Pimenta, Waltrudes Rodrigues, José Joaquim da Silva, José Marcelino Gouvea e Alexandre da Luz Mesquita. Acervo: DRT/RS-NDH/UFPeI



Figura 5: profissões variadas. Ortencio Pereira (ajudante de [ilegível]), Adolfo Mens (armador), José Rosa (*chauffeur*), José Claro Vieira Filho (*chauffeur*), Bernardino Antonio Mendes Filho (conferente), Otávio Costa (foguista), José Oliveira Diniz (operário), Orcino Fagundes (funileiro), Kennedy Torres Origen (marceneiro), Angelo Bizzacchi (motorista), Nelci Souza Forman (sapateiro) e Norvandil Silveira (maquinista). Acervo: DRT/RS-NDH/UFPeI

Como Pelotas não contava com um serviço permanente de solicitação de carteiras profissionais, o que somente aconteceria em 1948, é provável que o ato fotográfico coletivo fosse promovido pelo próprio estabelecimento. Dessa forma, os trabalhadores já teriam suas fotografias

em mãos quando da chegada do funcionário da DRT, que se deslocava de Porto Alegre, para coletar as informações nas fichas.

Outra hipótese para a realização do ato fotográfico coletivo estava na possibilidade do custo da fotografia ser menor. Em outras palavras, a realização de uma fotografia ainda era dispendiosa, sobretudo para os trabalhadores vinculados ao frigorífico, em grande parte com ocupações relacionadas à construção civil. Além da despesa com a solicitação da carteira, a produção das fotografias se tornava cara, uma vez que o trabalhador necessitava entregar, no momento do pedido, três exemplares. De acordo com § 4º, do artigo 4º:

No ato de fazer as declarações, o interessado pagará a taxa de 5\$0 (cinco mil réis), de emolumentos e entregará com menção da data em que tiver sido tirada, três exemplares da sua fotografia, dois dos quais serão incluídos na remessa a que se refere o § 3º afixando-se o outro à página em que forem registradas as declarações.²⁸

Conforme Paulo Barbosa, que estudou os retratos fotográficos e as fotografias no formato 3x4 produzidas pelo Estúdio Foto Zatz, de Belo Horizonte, “No Brasil, o alto custo da fotografia não autorizou um uso massivo da técnica até pelo menos os anos de 1940”.²⁹ Ainda, de acordo com o autor, os retratos fotográficos, na primeira metade do século XX, podiam ser pagos apenas por alguns segmentos da sociedade. Essa questão é amparada, também, na trajetória de José Talavera, o qual, apesar de ter feito sua fotografia em estúdio em 28 de agosto de 1942, poucos dias antes da maioria de seus colegas, não deixou outros registros fotográficos, o que impossibilitou sua família de guardar sua imagem para a posteridade.³⁰ Apesar de dispendiosa, ele optou por um registro

28 BRASIL. Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932. Institui a carteira profissional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21175-21-marco-1932-526745-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 21/10/2017. O § 3º, referido no § 4º, é o seguinte: “§ 3º As declarações a que se refere este artigo serão escrituradas em livro próprio, em duas vias, uma das quais será destacada e enviada ao Departamento Nacional do Trabalho, quando não forem feitas perante o mesmo Departamento.”

29 BARBOSA, Paulo Roberto. *Crônicas do cinematógrafo*. Escritos sobre cinema e fotografia. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2018, p.150.

30 Essa informação igualmente foi repassada pela sua neta materna, Cecília Bastos, por e-mail, em 08 de junho de 2020.

melhor elaborado, no estúdio, possivelmente visando, no futuro, a um novo emprego.

Assim sendo, o ato fotográfico coletivo não permitiu a mesma atenção dada àquele feito no estúdio, conforme exemplificam as fotografias da figura 1. Inicialmente, aponta-se que as condições para a realização das fotografias feitas coletivamente podem ser consideradas adversas para o fotógrafo, que necessitou escolher um ângulo adequado, optar por um lugar com uma luz apropriada e definir uma distância entre a câmera e os fotografados que fosse condizente com a necessidade do tipo de registro. Em outras palavras, ele encontrou um cenário muito diferente daquele do seu estúdio, preparado para a realização das fotografias.

As fotografias da figura 2 exemplificam uma primeira adversidade encontrada pelo fotógrafo fora do seu estúdio: a necessidade de definir um fundo neutro. Nas sete primeiras fotografias há um tecido, que permite certa neutralidade e destaque ao fotografado. Na impossibilidade do tecido, uma parede poderia ser usada, como exemplificam as seguintes cinco fotografias dessa figura. O tecido ou a parede também constitui o fundo das demais fotografias das outras figuras.

Ainda, é nítido que o enquadramento captou mais o corpo dos trabalhadores quando comparadas com aquelas da figura 1. Nestas, todos estão enquadrados do peito para cima enquanto naquelas a maioria os enquadrou a partir da cintura. Esse enquadramento não estava de acordo com o decreto que criou a carteira. Conforme o artigo 6º:

As fotografias que figurarão na carteira deverão reproduzir a imagem da cabeça tomada de frente, com as dimensões aproximadas de três centímetros por quatro, tendo, num dos ângulos, em algarismos bem visíveis, a data em que tiverem sido feitas, não se admitindo fotografias tiradas mais de um ano antes da sua apresentação.³¹

O tipo de fotografia era específico, da cabeça tomada de frente, ou seja, um registro antropométrico do rosto do trabalhador. Essa tipologia se assemelha àquela da fotografia desenvolvida para fins de registro na esfera do judiciário, conforme apontado nas considerações iniciais a partir do modelo criado por Alphonse Bertillon, o qual deveria

31 BRASIL. Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932. Institui a carteira profissional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21175-21-marco-1932-526745-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 21/10/2017.

apresentar o fotografado “em seus mínimos detalhes”.³² No entanto, algumas fotografias mostram mais do que a cabeça do trabalhador. Em parte delas é possível ver os braços de uns nas fotografias dos outros. Essa situação é um indício da forma como os registros foram realizados, ou seja, os trabalhadores estavam sentados uns ao lado dos outros.

A materialidade das fotografias, ou seja, o papel fotográfico e os seus formatos, também é um indicativo de que os trabalhadores foram fotografados coletivamente. A apresentação física das fotografias 3x4 é o resultado de fotografias produzidas com enquadramentos maiores, as quais, depois de reveladas, foram devidamente recortadas para atingir o tamanho apropriado. Nesse processo de recorte, algumas ficaram irregulares, menores em largura, justamente para não mostrar os braços daqueles que estavam ao lado do trabalhador recortado, embora em algumas delas a tesoura do fotógrafo não resolveu revelando, assim, que elas foram produzidas coletivamente e em grupos. A oitava e a décima segunda fotografias da figura 2, a primeira e a quinta da figura 3, a primeira da figura 4 e a segunda e a sexta da figura 5 têm largura menor que as demais e exemplificam que o corte as deixou menores que as outras, embora ainda no formato aproximado de uma fotografia 3x4.

Nas fotografias do oitavo, do décimo e do décimo segundo trabalhadores da figura 2 são visíveis parte dos braços de outros. Na figura 3 o mesmo ocorre com o quarto e o décimo segundo enquanto na figura 4 na terceira, na sexta, na sétima e na décima fotografias o recorte não foi suficiente para evitar que os braços daqueles sentados aos lados aparecessem. Na figura 5, igual situação é verificada na primeira, na segunda, na sétima, na oitava e na nona fotografias. Na fotografia do segundo percebe-se o quanto eles estavam próximos, o que fez o recorte mostrar braços de outros dos dois lados do trabalhador. Semelhante situação também é verificada na fotografia do décimo trabalhador da figura 2. O mesmo ocorreu com o quarto da figura 3, sendo que parte do ombro e do braço do outro trabalhador se destacou. Como em um quebra cabeças com as peças separadas, as fotografias, recortadas pelo fotógrafo e entregues aos trabalhadores, posteriormente foram afixadas em suas fichas enquanto a outra cópia, possivelmente em formato semelhante, comporia sua carteira.

32 ROUILLE, André. *A fotografia entre documento...* op. cit, p.87.

Outro indício que aponta a produção das fotografias não apenas no mesmo local e data, mas também como registro em grupos, é verificado na comparação entre aquelas da figura 1 com as demais. O conjunto fotográfico da figura 1 apresenta o fotografado emoldurado, ou seja, o papel fotográfico apresenta bordas brancas enquanto as demais não receberam o mesmo recurso estético. O registro, realizado dessa forma, possivelmente estava relacionado também com o valor da fotografia, mais módico do que aquele cobrado por aquela captada no estúdio.

Determinadas fotografias das figuras de 2 a 5 ainda possuem algumas características específicas. Nota-se que parte deles estava usando casaco, o que aproxima seus registros fotográficos daqueles feitos no estúdio. Outros foram fotografados com as mangas das camisas dobradas – o décimo segundo da figura 2, o primeiro e o oitavo da figura 4, o sétimo e o décimo primeiro da figura 5 – ou seja, uma indicação do ato fotográfico realizado em uma pausa do trabalho. Apenas um usa gravata – o quinto da figura 5 – e alguns usam lenços, talvez não apenas um adereço para proteger do frio do inverno de setembro, mas uma referência ao tradicionalismo do Rio Grande do Sul, associado com o passado bélico. Esses são os possíveis motivos do uso do lenço do sexto e do décimo segundo trabalhadores da figura 4.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Frigorífico Anglo de Pelotas encerrou suas atividades no início dos anos 1990. Suas estruturas ficaram abandonadas por muitos anos até serem compradas pela Universidade Federal de Pelotas em 2005. Reformado, o prédio foi adaptado para atender as novas necessidades de uso.³³ O espaço onde circulavam centenas de trabalhadores, hoje é frequentado por milhares de integrantes da comunidade acadêmica. O lugar não perdeu a sua identidade e seu vínculo com a sua história, uma vez que, apesar do nome do campus ser, oficialmente, Campus Porto,

33 “No conjunto onde se localizavam os prédios do abate, câmaras frigoríficas e processamento do animal abatido há faculdades e setores da administração central. Interiormente, a reforma realizada para esses fins alterou o prédio significativamente, mas a visão exterior do conjunto permanece com o mesmo volume, contorno e proporções das aberturas.” MICHELON, Francisca Ferreira. O Memorial do Frigorífico Anglo de Pelotas...op. cit, p.124-125.

todos, vinculados ou não com a UFPel, continuam chamando, extra-oficialmente, de Campus Anglo.

O texto deste capítulo não abordou os homens e mulheres que atuaram na produção da carne frigorificada, e sim aqueles que trabalharam nas obras de reconstrução do prédio, ou seja, em sua maioria, trabalhadores vinculados ao setor da construção civil. Uma pequena parcela, entretanto, era formada por trabalhadores especializados, como os maquinistas e os soldadores elétricos. A história do Frigorífico Anglo de Pelotas, portanto, é anterior ao começo das linhas de produção e possivelmente as informações sobre esses trabalhadores somente são acessadas a partir de suas fichas de qualificação profissional.

Nesse sentido, os documentos – as fichas e as fotografias 3x4 afixadas em seu verso – constituem referências fundamentais para a construção, ainda que parcial, da história do frigorífico e desse ramo de produção que foi tão significativo para a economia de Pelotas nos anos em que se manteve em funcionamento.

Já a fotografia 3x4, que possibilita ver o rosto dos trabalhadores, com suas feições diversificadas, seus olhares nem tão descontraídos, além de seus penteados e vestimentas, proporciona verificar algumas particularidades. Primeiro, é notável as condições de produção da fotografia, se no estúdio ou fora de um, nessa última situação revelando tecidos improvisados ou paredes compondo os fundos. Segundo, no conjunto dos trabalhadores fotografados em 11 de setembro de 1942, é evidente que a fotografia foi captada em uma pausa do trabalho. Terceiro, a análise permitiu verificar que essas fotografias, além de produzidas concomitantemente, foram captadas em formato maior e depois de reveladas cortadas para atingir o formato 3x4 exigido à solicitação da carteira profissional.

A análise de uma parcela do acervo documental consultado, notadamente das fotografias 3x4, possibilitou apresentar os trabalhadores e permitiu que seus rostos – anônimos, desconhecidos, talvez esquecidos nas memórias familiares – fossem vistos na atualidade. Este é um importante trabalho dos historiadores, o de fazer uma história pública que tenha aderência com o social e que permita, como exemplificou esse texto, conhecer as histórias de pessoas comuns, de trabalhadores do passado que fazem parte da história de Pelotas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Paulo Roberto. *Crônicas do cinematógrafo*. Escritos sobre cinema e fotografia. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2018.

CAPA, Robert. *Ligeramente Desenfocado*. Madrid: La Fabrica, 2015.

DUBOIS, Philippe. *O Ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papirus, 1993.

FABRIS, Annateresa (Org.). *Fotografia: Usos e funções no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 2008.

KERSHAW, Alex. *Sangue e champanhe*. A vida de Robert Capa. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

KOSSOY, Boris. *Hercule Florence* A descoberta isolada da fotografia no Brasil. São Paulo: USP, 2006.

LEITE, Miriam. *Retratos de família*. São Paulo: EDUSP, 1993.

LOPES, Aristeu. SCHMIDT, Mônica Renata. Os trabalhadores no Frigorífico Anglo de Pelotas no Acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul: história, memória e fotografia. *Revista Tempos Históricos*, v. 22, p. 398-423, 2018.

MARTINS, Janaína Alves. *Mulheres na luta por justiça*: Trabalhadoras do Frigorífico Anglo de Pelotas ressignificando sua história (1943- 1950). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

MAUAD, Ana Maria. *Poses e Flagrantes*: ensaios sobre história e fotografias. Niterói: Editora da UFF, 2008.

MICHELON, Francisca Ferreira. O Memorial do Frigorífico Anglo de Pelotas: um lugar de memória no frio espaço do esquecimento. *Museologia & interdisciplinaridade*. Vol. 11, nº 4, maio/junho, 2013, p. 123-134.

MICHELON, Francisca. *Sociedade Anônima Frigorífico Anglo de Pelotas*: o trabalho do passado nas fotografias do presente. Pelotas: Editora da UFPel, 2012.

MÜLLER, Dalila, HALLAL, Dalila, TEIXEIRA, Larissa. Hotel Aliança: mais de 100 anos de história em Pelotas/RS (1843-1968). In: Portigliatti, Bruno; Monteiro, Ricardo; Brambilla, Adriana; Vanzella, Elídio. (Org.). *Turismo & Hotelaria no contexto da história*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020, p.160-196.

ROUILLÉ, André. *A fotografia entre documento e arte contemporânea*. Trad. Constancia Egrijas. São Paulo: Editora do SENAC São Paulo, 2009.

SÁ, Leonor. *Infâmia e fama*. O mistério dos primeiros retratos judiciais em Portugal (1869-1895). Lisboa: Edições 70, 2018.

SCHMIDT, Mônica Renata *Na luta por direitos: os trabalhadores do Frigorífico Anglo de Pelotas e a Justiça do Trabalho (1943-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pelotas, 2017.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

ÂNGELA PEREIRA OLIVEIRA BALLADARES

Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

ARISTEU ELISANDRO MACHADO LOPES

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Associado do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Coordenador do projeto de extensão Acervos Documentais do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas.

BIANE PEVERADA JQUES

Mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

CAIUÁ CARDOSO AL-ALAM

Doutor em História em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Jaguarão.

DALILA MÜLLER

Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora associada da Universidade Federal de Pelotas.

DÉBORA CLASEN DE PAULA

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim.

EVERTON DA SILVA OTAZU

Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

FERNANDA OLIVEIRA

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora Nacional do GT Emancipações e Pós-Abolição da ANPUH.

JONAS MOREIRA VARGAS

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Adjunto do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

JOSUÉ EICHOLZ

Doutorando em História na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

LORENA ALMEIDA GILL

Doutora em História pela Universidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Titular do Departamento e dos Programas de Pós-Graduação em História e em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Coordenadora do Núcleo de Documentação Histórica Beatriz Loner.

MARIANA COUTO GONÇALVES

Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

RODRIGO DAL FORNO

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor substituto no Instituto Federal Sul-rio-grandense – Campus Venâncio Aires.

TAMIRES XAVIER SOARES

Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Maria (ufsm). professora de história na rede municipal de Lajeado/RS.

VINICIUS PEREIRA DE OLIVEIRA

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Instituto Federal Sul-rio-grandense, Campus Pelotas-Visconde da Graça.



A obra “Capítulos de História de Pelotas” é uma reunião de textos com diferentes temáticas que tratam da história da cidade de Pelotas nos séculos XIX e XX. A coletânea foi pensada como uma forma de divulgar as pesquisas mais recentes na área da História e que tem como tema as Elites da cidade, os Mundos do trabalho e os trabalhadores, a Imprensa local e reflexões sobre o uso de imagens para o estudo de Pelotas. A publicação também contribui na divulgação de pesquisas realizadas por egressos dos cursos de Graduação em História (Licenciatura e Bacharelado) e Mestrado em História (Programa de Pós-Graduação em História) da UFPel e que hoje lecionam em diferentes instituições de ensino ou realizam curso de Doutorado em História na UFPel ou em outros programas. Desta forma, a coletânea também busca marcar uma trajetória de contribuições historiográficas, divulgando a importância da UFPel como polo de produção de conhecimento histórico na região junto à comunidade local.



casalettras.com



ISBN: 978-65-86625-19-6